UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E ARTES - ECA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (PPGCOM)

CÉRES MARISA SILVA DOS SANTOS

**A comunicação afrodiaspórica decolonial de mulheres negras brasileiras de quatro coletivos
nas redes digitais**

São Paulo, SP
2020

CÉRES MARISA SILVA DOS SANTOS

**A comunicação afrodiaspórica decolonial de mulheres negras brasileiras de quatro coletivos
nas redes digitais**

Versão corrigida da tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM) da Escola de Comunicação e Artes (ECA), da Universidade de São Paulo (USP) para a obtenção do título de Doutora em Ciências da Comunicação.

Área de Concentração:

Teoria e Pesquisa em Comunicação

Orientadora:

Profa. Dra. Roseli Fígaro

VERSÃO CORRIGIDA

A versão original encontra-se disponível na Biblioteca da Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo.

São Paulo, SP

2020

ERRATA

Santos CMSS. **A comunicação afrodiaspórica decolonial de mulheres negras brasileiras de quatro coletivos nas redes digitais** (tese). Escola de Comunicação e Artes (ECA), Universidade de São Paulo; São Paulo, 2020.

Folha	Linha	Onde se lê	Leia-se
1	5	afrodiaspórico	afrodiaspórica
4	2	afrodiaspórico	afrodiaspórica
14	1	afrodiaspórico	afrodiaspórica
24	9	pesquisas na internet	pesquisas na <i>internet</i>
24	14	2 CAPÍTULO	2
35	4 a 6	Trato também de um dos marcos do Movimento de Mulheres Negras do Brasil, a Marcha das Mulheres Negras, realizada em novembro de 2016, em Brasília, faço um breve esboço do projeto Bem Viver e trato do ativismo e das brechas digitais.	Suprimir
35	9	ou dois	dois
37	2	às Pesquisas	às pesquisas
40	1	Grosfroguel	Grosfoguel
40	9	Grosfroguel	Grosfoguel
44	20	mantê-lo interditado	mantê-la interditada
47	27	situação (BRAGA, 2000, p. 161-162).	situação. (BRAGA, 2000, p. 161-162)
48	20	contesto	contexto
49	28	tem	têm
50	27	transgressores	transgressoras
50	30	tem	têm
51	11	conhecimento as integrantes	conhecimento das integrantes
51	18	selecionei 21 publicações	selecionei 20 publicações
59	19	a nossa	essa
58	18	fazer conhecimento	produzir conhecimento
63	23	Sociologia	sociologia
65	17	ao centro	o centro

68	9	apoderou se	apoderou de
71	26	Para o Sodré	Para Sodré
87	15	Fabiana Brás	Fabiana Braz
94	11	instalado o João	instalado, o João
97	6	Petrolina	Petrolina/PE
108	26	elaboração. É nele	elaboração, é nele
111	27	destinados ao estudo	destinado ao estudo
125	16	Critica	Crítica
125	19	Instituto Odara, Flores de Dan	Instituto Odara e Flores de Dan
126	12	entendem que	entende que
129	10	superioridades a outros	superiores a outros
130	7	síntese, um dos	síntese, como um dos
130	30	importante, <i>The Modern World-System</i> .	importante é <i>The Modern World-System</i> .
130	36	<i>stablishment</i>	<i>establishment</i>
131	20 e 21	movimento negro, (GOMES, 2018, p. 19).	movimento negro. (GOMES, 2018, p. 19)
131	24	Dessa forma	Dessa forma:
132	10	humanos já evidencia a presença do racismo, da discriminação	humanos, já evidencia a presença do racismo e da discriminação
133	3	demodernidade	de modernidade
136	28	modernos (WEDDERBURN, 2007a, p. 20).	modernos. (WEDDERBURN, 2007a, p. 20)
137	15	Willians Moore	Willians, Moore
137	16	meio de	meio de:
138	9	(GUIMARÃES, 215, p. 170).	(GUIMARÃES, 215, p. 170)
141	9	população-alvo (WEDDERBURN, 2007b, p. 324)	população-alvo. (WEDDERBURN, 2007b, p. 324)
141	16	eurocêtricidade	eurocentricidade
141	34	nessas classes (GUIMARÃES, 2002, p. 86)	nessas classes. (GUIMARÃES, 2002, p. 86)
142	21	tinha um caráter civilizador,	tinha a intenção,
142	24	em 1888 e foi ‘atualizada’	em 1888, e foi ‘atualizada’

143	12	processode interação	processo de interação
144	13	Moreira (2014) trazem	Moreira (2014), que trazem
147	4	são um grupo	são um grupo
152	5	interceccionalidade	Interseccionalidade
153	12	ele cita	ela cita
156	15	concebido	concebida
156	17	intersecciona	interseccionam
159	7	apluralidade	a pluralidade
159	22	gênero Collins (2016)	gênero. Collins (2016)
160	27 e 28	que para a autora	que, para a autora,
162	25	construir pactos	construir pactos
162	28	como feministas	como feministas
163	7	comprometido como	comprometido com o
163	24	contrário (ANZALDÚA, 2005, p. 705).	contrário. (ANZALDÚA, 2005, p. 705)
163	29	com o social,	com o social,
181	5	mídia racial alternativa	mídia radical alternativa
183	24 e 25	e a terceira categoria,	e a terceira categoria,
189	18	No nosso caso, <i>a internet</i>	No caso dessa tese, <i>a internet</i>
190	4	Não podemos	Não se pode
186	30	<i>off line</i>	<i>off-line</i>
191	19	a trajetória histórica do	a trajetória do
192	8	como total de	como o total de
195	12	links	<i>links</i>
195	16	ainda em construção	ainda em construção,
198	8	designer	<i>designer</i>
199	13	Layout	<i>Layout</i>
200	20	Layout	<i>Layout</i>
201	20	Link	<i>Link</i>
206	5	10 textos	11 textos
206	41	O último foi postado em 23 de março de 2011.	Suprimir
208	2	é realmente a	decorre da
208	6	têm domínio	tem domínio
208	22	514 seguidores, última	514 seguidores/as e a última
211	Gráfico 4

		<p>ODARA - 2.334 CRIOLA - 1.034 FLORES DE DAN - 68 ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES RENDEIRAS - 16</p>	<p>ODARA - 2.334 CRIOLA - 1.034 FLORES DE DAN - 68 ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES RENDEIRAS - 16</p>
211	Gráfico 5	<p>ODARA - 1.025 CRIOLA - 237 ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES RENDEIRAS - 2 FLORES DE DAN - 0</p>	<p>ODARA - 1.025 CRIOLA - 237 ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES RENDEIRAS - 2 FLORES DE DAN - 0</p>
211	Gráfico 6	<p>CRIOLA - 38.301 ODARA - 29.569 FLORES DE DAN - 69 ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES RENDEIRAS - 0</p>	<p>CRIOLA - 38.301 ODARA - 29.569 FLORES DE DAN - 69 ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES RENDEIRAS - 0</p>
220	3	gays	gays
200	6	ocorrem nas ruas	ocorre nas ruas
221	25	matriz africana.	matrizes africanas.
225	9	contem dados sobra	contém dados sobre
228	11	de afirmar que	de afirmar que:
229	33	dizendo que	dizendo que:
226	19	Não podemos	Não se pode
230	20	já que palestra	já que a palestra
233	8	por exemplo.	Suprimir
234	11	das universidades	entre as universidades
236	16	Ma maioria	Na maioria
245	20	partilhado (1).	partilhado (1) e belezas (1).
252	15	possibilidades	possibilidades
253	25	rendeiras (1);	Suprimir
254	8	Aliás, o bairro José é Maria	Petrolina
254	10e 11	349.145 desse total, mais de 16.500 habitantes, sendo residem no bairro José e Maria, sendo 51,75% mulheres e 48, 25% de homens.	349.145 desse total, mais de 16.500 habitantes, residem no bairro José e Maria, sendo 51,75% mulheres e 48, 25% de homens.
278	6	Viviane Gomes.	Lúcia Xavier, diretora da Criola, em 13 de janeiro de 2020.
279	29	O governo Federal	O Governo Federal
280	20	contiuidade	continuidade
280	20	deve captar	pretende captar
283	5	tabalho	trabalho
288	1	com isso	com isso,

288	15	público alvo, observadas	público alvo, são observadas
288	21	tratavam de mobilizações.	tratavam, apenas, de mobilizações.
289	12	têm iniciativas	tem iniciativas
291	21	positivas?	positivas.
292	18	o enfrentamentos	os enfrentamentos
306	32	CARDOSO, Lourenço	_____.
308	7	Cortez Editora, 2010.	Cortez Editora, 2010, p. 145-171.
308	30	Giovando Marcus	Giovandro Marcus
310	15	GONH, Maria da Glória	_____.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

SANTOS, CÉRES

A comunicação afrodiaspórica decolonial de mulheres negras brasileiras de quatro coletivos nas redes digitais / CÉRES

SANTOS. -- São Paulo, 2020.

314 p.: il.

Livre-docência - Escola de Comunicações e Artes /
Universidade de São Paulo.

Bibliografia

Versão corrigida

1. Comunicação 2. Ong's de mulheres negras 3. Feminismos
negros 4. Estratégias Sensíveis 5. Decolonialidade I. Título.

CDD 21.ed. - 302.2

Nome: Céres Marisa Silva dos Santos

Título: A comunicação afrodiaspórica decolonial de mulheres negras brasileiras de quatro coletivos nas redes digitais.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM) da Escola de Comunicação e Artes (ECA), da Universidade de São Paulo (USP) para obtenção do título de Doutora em Ciências da Comunicação.

Área de Concentração:

Teoria e Pesquisa em Comunicação

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora

Orientadora: Prof. Dra. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*In memoriam, aos meus pais, Vicente e Cleyr, que me ensinaram a sentir a fome pelo
conhecimento, mesmo quando outras fomes não eram saciadas.
À minha avó Leontina, pela sua ativa presença na minha existência.*

AGRADECIMENTOS

Nos meus últimos quatro anos, vividos, basicamente, para a produção desta tese, aprendi que essa caminhada é, sim, muito solitária. Porém, compartilhada, como diz Maria Bethânia: “não mexe comigo que eu não ando só”. Se assim não fosse, como poderia agradecer:

A minha família de sangue Vicente, Carmen, Clara, meus/minhas irmãos/irmãs; ao meu tio padrinho Cláudio Eli, pela cumplicidade, solidariedade, estímulos colos e afetos inesgotáveis? A minha orientadora, pelas incisivas provocações, ajuda e presença em todos os momentos de insegurança?

A amiga Cláudia Pons Cardoso, pelo que Sueli Carneiro chama de “o ombro disponível para se subir e enxergar um horizonte mais longo?”

Ao companheiro Sérgio Othanazetra, dividido entre entender e se revoltar com a minha constante ausência e esquecimentos, até mesmo para ligações telefônicas internacionais?

De que forma poderia dizer ‘muito obrigada Dona Lina!’ pelas comidinhas em Juazeiro, seu jeito materno de me ajudar a não perder tempo cozinhando?

A Márcia Guena? Como manifestar minha gratidão por estar sempre disponível a me ajudar a superar minhas deficiências tecnológicas; a conversar sobre novas descobertas, nem sempre seguras?

E a Elaine? Juntas e em pouco tempo, reviramos mares e montanhas, percorremos caminhos novos, inóspitos e em meio a nevoeiros, até encontrar ‘terra firme’?

As colegas Edilane e Elis pela convivência e ‘debates culturais’, em Juazeiro e São Paulo, pontuados por inseguranças teóricas, sonhos distantes, acompanhados por xícaras em preto e branco?

Ao professor Muniz Sodré, pela gentileza em ler a parte da tese que mais me gerou incertezas: as Estratégias Sensíveis, e proferir comentários, sugestões e elogios?

À importância singular de integrar o grupo de estudos do professor Dennis de Oliveira, que me propiciou participar de debates, fazer novas leituras e reflexões cruciais, para esta tese?

Às dirigentes e assessoras de comunicação dos institutos Odara, Flores de Dan, Associação das Mulheres Rendeiras, pela cordialidade, cumplicidade em aceitar participarem dessa tese?

Ao irmão e amigo Carlos Moore, pelos inesquecíveis encontros e diálogos educativos?

Para encerrar, e porque não ando só, minha gratidão eterna por pertencer à família do babá Giberewa, onde minha *dijina* (nome) é Oro Adê, e sou agraciada por Oxum (Ora Yê Yê Ô) e Yemanjá (Odoyá), acalentada por mãe Sonia de Iansã (Sidale) e, visceralmente, ligada à minha irmã de Yemanjá, Lu (Odolewa). Sim, eu não ando só.

As pegadas das pessoas que andaram juntas, nunca se apagam.

(Provérbio africano)

Santos CMSS. A comunicação afrodiaspórica decolonial de mulheres negras brasileiras de quatro coletivos nas redes digitais (tese). Escola de Comunicação e Artes (ECA), Universidade de São Paulo; São Paulo, 2020.

RESUMO

Essa tese investiga, identifica e contextualiza a Comunicação e a apropriação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) de quatro entidades de mulheres negras brasileiras. Duas da Bahia: Instituto Odara e Flores de Dan; uma pernambucana: Associação das Mulheres Rendeiras; e uma carioca: Criola. Observa, se as iniciativas digitais têm ampliado não só a apropriação das redes sociais por essas mulheres/instituições, mas, também, contribuído para o fortalecimento dos discursos desse segmento, os feminismos negros, aqui denominados de 'pensamento afrodiaspórico decolonial de mulheres negras', qual seja, aquele emergido pela práxis das mulheres negras na diáspora e que é constituído de uma perspectiva de emancipação e resistência à modernidade/colonialidade, que respeita o conhecimento ancestral, os afetos e a produção do conhecimento dentro de uma lógica de pluralidade epistemológica, a diversidade de cosmovisões de mundo e que ambiciona o Bem Viver. Essa tese também identifica a presença ou não das brechas digitais e processos de exclusão no uso das TIC's por essas mulheres. Para isso, recorre à Análise Crítica do Discurso (ACD), a partir dos pressupostos de Teun Van Dijk das postagens das quatro entidades no *Facebook* por um período 30 dias nas entidades Instituto Odara e Criola. Já no Instituto Flores de Dan e Associação das Mulheres Rendeiras o prazo teve que ser dilatado para se adequar a realidade de cada instituição no uso das redes sociais. A partir da ACD essa tese identificou os conteúdos discursivos, a criação e recriação de ações ativistas específicas, voltadas para a organização desse movimento social, uma vez que esses repertórios indicam identidades coletivas e, principalmente, o direcionamento dessas iniciativas. Propõe, ainda, de forma inovadora, o uso da proposta de Estratégias Sensíveis, de Muniz Sodré, como categoria de análise da produção desses coletivos, no *Facebook*, uma vez que o campo das emoções, dos afetos tem espaço privilegiado na luta das mulheres negras diaspóricas. Ainda como referencial metodológico recorre a netnografia e a Pesquisa Ativista que prevê não mais 'objetos ou sujeitos' de estudos, mas participantes, pois o desenvolvimento da pesquisa é dialogado com mulheres dos quatro coletivos para contribuir na organização dessas instituições, no campo da Comunicação.

Palavras-chave: Comunicação. Redes digitais. Decolonialidade. Racismo. Estratégias Sensíveis. Feminismos negros.

Santos CMSS. **The decolonial afro-diasporic communication of black Brazilian women at four collectives in digital networks** (thesis). São Paulo. Escola de Comunicação e Artes (ECA), Universidade de São Paulo, 2020

ABSTRACT

This thesis investigates, identifies and contextualizes Communication and the utilization of Information and Communication Technologies (ICTs) in four black Brazilian women's organizations. Two of them from Bahia: Odara and Flores de Dan; one organization from Pernambuco: *Associação das Mulheres Rendeiras* (Association of Lace-Weaving Women); and one from Rio de Janeiro: Criola. The proposed investigation verifies whether digital initiatives have not only increased the utilization of social networks by these women / institutions, but also contributed to the strengthening of discourses in such segment. Black feminisms in this context referred to as 'black women's afro-diasporic decolonial thinking' that is, emerging from black women's praxis in the diaspora. It consists of a perspective of emancipation and resistance to modernity / coloniality, and respects ancestral knowledge, affections and knowledge production within a logic of epistemological plurality, diversity of worldviews, and the pursuit of Good Living. This thesis also identifies the presence or absence of digital gaps and exclusion processes in the use of ICTs by the aforementioned women. In order to do this, the proposed investigation utilizes Critical Discourse Analysis (CDA), based on Teun Van Dijk presuppositions in analyzing postings by those organizations on Facebook during 30 days authored by Instituto Odara and Criola. Both the Flores de Dan Institute and the *Associação das Mulheres Rendeiras*' timeframe had to be extended in order to suit the reality of each institution in social media networks' use. Based on CDA, this thesis identified the discursive contents, the creation and recreation of specific activist interventions, aimed at organizing this social movement, since these repertoires indicate collective identities and, especially, the path/goals of such initiatives. This investigation also proposes an innovative framework, by employing Muniz Sodré's Sensitive Strategies proposition. It is an analytical category of products authored by these collectives on Facebook, since emotions and affections are privileged spaces in black-diasporic women's struggles. Moreover, as a methodological framework, this study utilizes netnography and Activist Research, in which there are no longer 'objects or subjects' of studies, but participants, since the development of the research is crafted in dialogue with women members of the four collectives in contributing to organizing these institutions in the field of Communication.

Keywords: Communication. Digital networks. Decoloniality. Racism. Sensitive strategies. Black feminisms.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Não por acaso, o primeiro livro em português de Patrícia Hill Collins, lançado em 2019 no Brasil, tem uma ilustração de uma mulher com os lábios costurados	43
Figura 2 - Print da página inicial do Wordclouds.com	56
Figura 3 - Oficina de saúde com representantes do Odara	83
Figura 4 - Card extraído do site do Instituto Odara	84
Figura 5 - Atividades do Sarau do Beco	90
Figura 6 - Samba no Sarau do Beco, atividade da Flores de Dan	91
Figura 7 - Participantes do Sarau do Beco	91
Figura 8 - Cantora no Sarau do Beco	91
Figura 9 - Mulheres em oficina de turbantes	92
Figura 10 - Criança com turbante	92
Figura 11 - Consulta médica gratuita	93
Figura 12 - Logomarca das Rendeiras do Vale	96
Figura 13 - Print da página inicial do blog da Associação das Mulheres Rendeiras de Petrolina/PE	97
Figura 14 - Outdoor da campanha contra o racismo virtual da Criola	103
Figura 15 - Outdoor da campanha contra o racismo virtual da Criola	103
Figura 16 - Outdoor da campanha contra o racismo virtual da Criola	104
Figura 17 - Print do site da página inicial da plataforma Alyne	104
Figura 18 - Print da página da Ong Criola com matéria sobre Mãe Beata	105
Figura 19 - Mãe Beata	106
Figura 20 - Entidades associadas a AMNB	171
Figura 21 - Logomarca da AMNB	173
Figura 22 - Marcha das Mulheres Negras, novembro de 2015, Brasília/DF	173
Figura 23 - Marcha das Mulheres Negras, novembro de 2015, Brasília/DF	174
Figura 24 - Marcha das Mulheres Negras, novembro de 2015, Brasília/DF	174
Figura 25 - Mapeamento das Ong's de mulheres negras	175
Figura 26 - Print da página inicial do Instituto Odara	193
Figura 27 - Nova página inicial do Instituto Odara (superior)	196
Figura 28 - Nova página inicial do Instituto Odara (inferior)	196
Figura 29 - Printe da página inicial da Ong Criola	197
Figura 30 - Print da página do Facebook do Odara (chamada para a Marcha de 25.07.17) ..	216

Figura 31 - Print da página do Odara no Facebook com ficha de inscrição para o Enlésbi...	219
Figura 32 - Print da ficha de inscrição para a roda de conversa sobre religiosidade do Odara	220
Figura 33 - Print da inscrição da roda de conversa sobre identidades e sexualidades do Odara	222
Figura 34 - Card da roda de conversa sobre identidade de gênero e sexualidades.....	223
Figura 35 - Palestra da Assessora de Comunicação do Odara	224
Figura 36 - Convite para encontro sobre estética negra do Odara.....	225
Figura 37 - Islam das Minas, Bahia.....	227
Figura 38 - Print do vídeo da palestra de Angela Davis na Reitoria da UFBA.....	228
Figura 39 - Print do vídeo da Marcha das Mulheres Negra da Bahia	231
Figura 40 - Print da roda de conversa sobre estética negra do Odara	232
Figura 41 - Print do vídeo de lançamento do Coletivo de Mulheres Negras Abayomi.....	234
Figura 42 - Lançamento do Coletivo de Mulheres Negras Abayomi.....	235
Figura 43 - Evento Feira de Mulheres Negras Empreendedoras do Odara	236
Figura 44 - Print da roda de conversa sobre estética negra do Odara (1).....	237
Figura 45 - Print da Roda de Conversa sobre identidade de gênero e sexualidades (2).....	238
Figura 46 - Atividade do Enlésbi/BA	243
Figura 47 - Matéria do Facebook de Flores de Dan	245
Figura 48 - Convite da oficina de poesia no mar.....	247
Figura 49 - Nuvem de palavras da 2ª matéria da Flores de Dan	247
Figura 50 - Card de encontro de autocuidado.....	248
Figura 51 - Matéria da ONU no Facebook da Associação das Mulheres Rendeiras.....	250
Figura 52 - Nuvem da 1ª matéria da Associação das Mulheres Rendeiras	252
Figura 53 - Card do workshop da Associação das Mulheres Rendeiras	255
Figura 54 - Card /convite de atividades no 25 de julho no RJ.....	258
Figura 55 - Print do documentário Enquanto viver, luto da Criola	260
Figura 56 - Boneca Abayomi	261
Figura 57 - Card sobre visibilidade lésbica	268
Figura 58 - Vídeo com repórteres da Rede de Ciberativistas Negras.....	270
Figura 59 - Vídeo com a jornalista Flávia Ribeiro	271
Figura 60 - Card da campanha da Criola.....	274
Figura 61 - Convite para agenda ampliada.....	275
Figura 62 - Entrevista com dona Santinha, diretora da Associação das Mulheres Rendeiras	279

Figura 63 - Origem e faixa etária da audiência do Flores de Dan no Instagram	283
Figura 64 - Público da Flores de Dan por gênero no Instagram.....	284
Figura 65 - Acesso às lives do #maisamoresentrenos	285
Figura 66 - Print da página do aplicativo #maisamoresentrenos (1)	286
Figura 67 - Print da página do aplicativo #maisamoresentrenos (2)	286
Figura 68 - Print da página do aplicativo #maisamoresentrenos (3)	287

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Diferença salarial por gênero e raça (2009)	188
Ilustração 2 - Desigualdade na educação por gênero e raça	188
Ilustração 3 - Nuvem de palavras da 1ª matéria do Odara.....	217
Ilustração 4 - Nuvem da Carta Manifesto do II Encontro de Negras Jovens Feministas	242
Ilustração 5 - Nuvem de palavras da 1ª matéria da Flores de Dan	246
Ilustração 6 - Nuvem da 2ª matéria da Associação das Mulheres Rendeiras	254
Ilustração 7 - Nuvem de palavras da 3ª matéria da Associação das Mulheres Rendeiras	256
Ilustração 8 - Nuvem de palavras da 3ª postagem da Criola	265
Ilustração 9 - Nuvem de palavras da 4ª postagem da Criola	267
Ilustração 10 - Nuvem de palavras da 6ª postagem da Criola	270
Ilustração 11 - Nuvem de palavras da 9ª postagem de Criola	276

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Critérios de seleção dos coletivos	36
Quadro 2 - Alcance da Pesquisa Ativista.	41
Quadro 3 - Diferença salarial entre homens e mulheres por raça.....	52
Quadro 4 - Período de levantamento das postagens de cada coletivo	57
Quadro 5 - Eixos da perspectiva do Bem Viver	179
Quadro 6 - Itens do documento do AMNB sobre comunicação.....	179
Quadro 7 - Gênero das fontes das matérias/notícias.....	186
Quadro 8 - Análise do site do Instituto Odara	199
Quadro 9 - Análise do site da Ong Criola	200
Quadro 10 - Período da pesquisa no Facebook	202
Quadro 11 - Postagens no Facebook do Instituto Odara	203
Quadro 12 - Postagens no Facebook do Instituto Odara	204
Quadro 13 - Postagens no Facebook do Instituto Odara	204
Quadro 14 - Postagens no Facebook do Instituto Odara	205
Quadro 15 - Postagens no Facebook do Instituto Flores de Dan.....	206
Quadro 16 - Postagens no Facebook da Associação das Rendeiras de Petrolina/PE	207
Quadro 17 - Postagens no Facebook da Criola.....	209
Quadro 18 - Postagens no Facebook da Criola.....	209
Quadro 19 - Dias das postagens no Facebook do Instituto Odara.....	212
Quadro 20 - Dias das postagens no Facebook da Flores de Dan.....	213
Quadro 21 - Dias das postagens no Facebook da Associação das Rendeiras.....	214
Quadro 22 - Dados das postagens no Facebook da Ong Criola	214
Quadro 23 - Total de postagens por organização	215
Quadro 24 - Análise Crítica do Discurso (ACD) do Instituto Odara	244
Quadro 25 - Análise Crítica do Discurso (ACD) da Flores de Dan	249
Quadro 26 - Análise Crítica do Discurso (ACD) da Associação das Mulheres Rendeiras	257
Quadro 27 - Análise Crítica do Discurso (ACD) da Ong Criola.....	277

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Total de matérias por jornal	186
Gráfico 2 - Diferença salarial por gênero (2014)	187
Gráfico 3 - Total de postagens das quatro entidades no Facebook	210
Gráfico 4 - Total de curtidas das quatro entidades no Facebook.....	211
Gráfico 5 - Total de comentários das quatro entidades no Facebook.....	211
Gráfico 6 - Total de compartilhamentos das quatro Ong's no Facebook.....	211

LISTA DE SIGLAS

AADS	Departamento de Estudos Africanos e da Diáspora Africana, da Universidade do Texas (Austin/EUA)
ABI	Associação Baiana de Imprensa
ABRAM	Associação das Baianas de Acarajé
ACC	Grupo de Atividade Curricular em Comunidade
ACMUN	Associação Cultural de Mulheres Negras
AECID	Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
AMNB	Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras
ANDI	Agência de Notícias dos Direitos da Infância
AOMPAM	Associação da Organização Maragojipana Pensamento e Ação da Mulher (Maragojipe-Ba)
Baobá	Fundo para Equidade Racial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAFRO	Programa de educação para a igualdade racial e de gênero
CEAO	Centro de Estudos Afro-Orientais
CEDENPA	Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará
Cese	Coordenadoria Ecumênica de Serviços
CIAGS	Centro de Formação Pichon Riviere
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAPIR	Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial
CONAQ	Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas
CRIA	Centro de Referência Integral para Adolescentes
ES	Estudos Culturais
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FLASCO	Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
FNMNegra	Fórum Nacional de Mulheres Negras
FSP	Folha de São Paulo
FUNDO ELAS	Fundo de Investimento Social
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IF SERTÃO/PE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão
IMENA	Instituto de Mulheres Negras do Amapá

INEGRA	Instituto Negras do Ceará
IROHIN/DF	Centro de Documentação, Comunicação e Memória Afro-brasileira
JB	Jornal do Brasil
LLILAS	Instituto Lozano Long de Estudos Latino-Americanos
LUMAS	Liga Uauaense das mulheres em ações solidárias (Uauá-Ba)
MMN	Movimento de Mulheres Negras
MNU	Movimento Negro Unificado
MNUCDR	Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial
N'ZINGA	Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte
NAU	Núcleo de Cinema e Audiovisual
NEGRAS	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Raça e Saúde, da Universidade Federal do Recôncavo Baiano/UFRB
OEА	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMIN	Grupo de Mulheres Negras Maria do Egito
ONG's	Organização não Governamental
POA	Porto Alegre
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC/RS	Pontífice Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RREMAS	Rede Religiosa de Matriz Africana
SACI	Sociedade Afrosergipana de Estudos e Cidadania - SE
SAGA	School of art Game and Animation
SEPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TIC'S	Tecnologias da Informação e da Comunicação
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRB	Universidade Federal do Reconcâvo Baiano
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos/SP
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	27
1 PERCURSO METODOLÓGICO	36
1.1 PESQUISA ATIVISTA: UMA PROPOSTA DECOLONIAL?	36
1.1.1 Pesquisa Ativista e o lugar das falas ‘subalternizadas’	41
1.1.2 Insurgência das vozes subalternizadas	44
1.1.3 O poder do lugar de fala e a mídia	47
1.2 AJUSTANDO METODOLOGIAS E MÉTODOS	51
1.2.1 Brechas digitais, pesquisa na <i>internet</i> e a Análise Crítica do Discurso..	51
1.3 INDAGAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS: PERSPECTIVAS DISSONANTES E DESCOLONIAIS	62
1.3.1 Imperialismo intelectual eurocêntrico e estadunidense	65
1.4 ESTRATÉGIAS SENSÍVEIS COMO CATEGORIA DE ANÁLISE	67
2 PERFIL DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA PESQUISA	78
2.1 ODARA: INCLUSÃO SOCIOPOLÍTICA E ECONÔMICA DAS MULHERES NEGRAS	78
2.1.1 Direção	79
2.1.2 Ações	80
2.1.3 Parcerias	86
2.1.4 Apoio Institucional	86
2.2 INSTITUTO FLORES DE DAN, DEMOCRATIZANDO A COMUNICAÇÃO ...	86
2.2.1 Direção	87
2.2.2 Ações	89
2.2.3 Parcerias	89
2.2.4 Apoio Institucional	93
2.3 RENDEIRAS: TECENDO NOVOS CAMINHOS E SONHOS	94
2.3.1 Direção	94
2.3.2 Ações	95
2.3.3 Apoio Institucional	97
2.4 CRIOLA: DEFENDENDO OS DIREITOS DAS MULHERES NEGRAS	97
2.4.1 Direção	98

2.4.2 Ações	101
2.4.3 Parcerias	106
2.4.4 Apoio Institucional	106
3 O CAMPO DA COMUNICAÇÃO, DESAFIOS E CRISES	108
3.1 DEMARCAÇÃO DO CAMPO E CRÍTICAS.....	108
3.2 DESAFIOS DAS TEORIAS DA COMUNICAÇÃO.....	113
3.3 A PESQUISA, A COMUNICAÇÃO E AS PARTICULARIDADES	117
4 PERSPECTIVAS CONCEITUAIS E TEÓRICAS.....	125
4.1 COMUNICAÇÃO E PENSAMENTO AFRODIASPÓRICOS DECOLONIAIS .	125
4.2 PILARES DA CRÍTICA DECOLONIAL: PODER, SABER E SER.....	132
4.3 PAVIMENTANDO NOVOS PERCURSOS, REVISANDO ANTIGOS CONCEITOS	134
4.4 BRANQUITUDE E SEUS DERIVADOS EM SOCIEDADES RACIALIZADAS	141
4.5 RACISMO INSTITUCIONAL, UM DOS TENTÁCULOS DO RACISMO ESTRUTURAL.....	148
4.6 FEMINISMO NEGRO: A CONSTRUÇÃO DE NOVAS EPISTEMES DECOLONIAL.....	149
4.6.1 Amefricanizando o pensamento	157
5 A COMUNICAÇÃO DE QUATRO COLETIVOS DE MULHERES NEGRAS	167
5.1 ENTIDADES DE MULHERES NEGRAS: ESPECIFICIDADES, MARCOS E PERSPECTIVAS	167
5.1.1 Organizações nacionais de mulheres negras	171
5.1.2 Marcha das mulheres negras, o ‘Bem Viver’ e o silenciamento da grande mídia	177
5.2 COMUNICAÇÃO: DELINEANDO CONTORNOS E EXTRAPOLANDO FRONTEIRAS	180
5.2.1 Ativismo digital: garimpando novos percursos com a comunicação ...	181
5.2.2 Superando as brechas digitais e outras exclusões.....	185
6 ANÁLISES DOS SITES DO ODARA E CRIOLA	192

6.1	INTERFACES ESTÉTICAS E ANÁLOGAS	192
6.1.1	Odara	192
6.1.2	Criola	196
6.2	ANÁLISE DAS INTERFACES	198
6.2.1	Análise 1: < http://institutoodara.org.br/ >	198
6.2.2	Análise 2: < http://criola.org.br/ >	200
6.3	AÇÕES EM REDES SOCIAIS DIGITAIS	201
6.3.1	Odara	202
6.3.2	Flores de Dan.....	205
6.3.3	Associação das Mulheres Rendeiras de Petrolina/PE	207
6.3.4	Criola	208
6.4	FEEDBACK NAS REDES DIGITAIS: DIÁLOGOS POSSÍVEIS	210
6.5	FACEBOOCK E A AGENDA DAS MULHERES NEGRAS	212
7	LENDO AS POSTAGENS NO FACEBOOK POR MEIO DAS LENTES DAS ESTRATÉGIAS SENSÍVEIS E DA ACD.....	215
7.1	ODARA: ÊNFASE NAS IDENTIDADES, SEXUALIDADES E ESTÉTICA NEGRAS.....	215
7.2	FLORES DE DAN, ATIVISMO NO CAMPO DOS AFETOS	244
7.3	RENDEIRAS: EMPREGO, CULTURA E CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO	250
7.4	CRIOLA, JUSTIÇA SOCIAL SIM, VIOLÊNCIAS POLICIAL E DOMÉSTICA NÃO.....	257
7.5	EXAMINANDO OS DADOS APURADOS COM REPRESENTANTES DAS ENTIDADES	277
7.5.1	Conversa com Cícera Josefa Rodrigues – Associação das Mulheres Rendeiras de Petrolina/PE	278
7.5.2	Conversa com Naiara Leite – Instituto Odara.....	279
7.5.3	Conversa com Sueide Kintê – Instituto Flores de Dan.....	282
7.5.4	Conversa com Lúcia Xavier – Ong Criola	288
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	290
	REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	305

INTRODUÇÃO

Essa tese tem como hipótese empírica mostrar a viabilidade do uso do conceito cunhado por Muniz Sodré (2016), de Estratégias Sensíveis, como categoria de análise articulado à Análise Crítica do Discurso (ACD), desenvolvida por Teun Van Dijk (2015), para detectar a presença e a potencialidade do campo dos afetos e das emoções na produção comunicacional, nas redes sociais, de quatro coletivos de mulheres negras brasileiras, agenciadas por lutas que se inserem no pensamento afrodiaspórico decolonial e nos feminismos negros, estreitando a racionalidade da ação política à afetiva. Como hipótese teórica essa tese reforça as críticas às Teorias da Comunicação, pela resistência em admitir que, o crescimento do uso das TCI's, e da linguagem audiovisual e seus estímulos sensoriais, o olhar supera os demais sentidos – olfato, tato, audição – e sugere novos estudos que transitam pelo campo dos afetos. Ou seja, sugere outro percurso possível para o campo da Comunicação, que contemple as mudanças na produção e recepção de informações, provocadas pelas TIC's e que diz respeito aos dispositivos dos afetos. Com isso, dá visibilidade a práticas comunicacionais que fogem do modelo eurocêntrico de produção de conhecimento.

Essa tese tem a intenção de conhecer a comunicação feita por quatro entidades de mulheres negras brasileiras nas redes digitais. Por isso, ao investigar, identificar e contextualizar essa comunicação, assim, evidencia o uso e a apropriação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) dessas instituições, e observa se as iniciativas digitais têm ampliado não só a apropriação tecnológica, mas se esse conhecimento tem contribuído para o fortalecimento dos repertórios desse segmento, os feminismos negros. Feminismos negros, que emergidos da e pela práxis das mulheres negras na diáspora, são constituídos de perspectivas de emancipação e resistência à modernidade/colonialidade. Feminismos negros que respeitam o conhecimento ancestral, os afetos e a produção do conhecimento dentro de uma lógica de pluralidade epistemológica, a diversidade de cosmovisões de mundo e que ambiciona o Bem Viver.

Afora isso, recorre como referencial metodológico a Pesquisa Ativista que sugere mudanças na realização de pesquisas, como a de não usar a expressão 'objetos ou sujeitos' de estudos e sim, participantes, rompendo com um distanciamento entre as partes; de reconhecer como positiva o ativismo do/a pesquisador/a, e, também, por propor que o desenvolvimento da

pesquisa ocorra de forma dialógica e que os resultados contribuam, para superar problemas, caso existam, na organização dessas instituições, na área da Comunicação.

A seguir, relato dados da minha trajetória que, sem dúvida, foram significativos na escolha do tema dessa tese.

Sou a segunda filha de uma família de quatro filhos. Meu pai era ‘escriturário’ da então Viação Férrea do Rio Grande do Sul, e minha mãe professora na rede estadual de Educação do Rio Grande do Sul. Meus pais não tinham uma leitura mais apurada sobre o racismo, mas tinham alguma noção de classe. Por isso, defendiam que a única alternativa de ‘ascensão’ era através do estudo. Nesse intuito, minha mãe não media esforços. Alfabetizou-nos quando ainda tínhamos entre quatro e cinco anos recorrendo à Cartilha Sodré¹, de Benedicta Sthal Sodré, lançada em 1947 e foi modelo de alfabetização por mais de quatro décadas, com mais de 300 edições. Hoje, imagino que Paulo Freire (1967) teria severas críticas a esse método de alfabetização, ou que contribuíram para propor outra alternativa. Nossa relação com a Cartilha ou com a metodologia de minha mãe era, literalmente, de ódio. Tanto que a minha irmã, mais jovem que eu, teve um ímpeto de raiva e rasgou o exemplar. Ainda hoje rimos das frases “Iva vê a uva! Vovó viu a uva! A pata nada”!

Quando fomos para a escola, já estávamos alfabetizados/as, portanto, a escola era um espaço enfadonho, mas muito significativo para minhas primeiras impressões sobre a convivência com a diversidade, a partir do olhar do/a outro/a. É que qualquer mal-estar com colegas, eu ouvia: “sua negra!”, sempre em tom agressivo. Minha reação era imediata. Partia para agressão física, o que recheou minhas cadernetas escolares de queixas. Eu era indisciplina, vivia me envolvendo em brigas feias... eu não entendia o porquê da ofensa. Afinal, na rua em que morei, até os 23 anos, a maioria das famílias era negra. Então, por que da agressão? Demorei muito para receber a resposta a esse questionamento.

No final dos anos 70 do século passado, já adolescente, fazia parte de um grupo de jovens gaúchos/as que frequentava os clubes negros, Marcílio Dias, Satélite Prontidão e Floresta Aurora, todos localizados em Porto Alegre/RS. Naquela época ainda não entendia, nem percebia o porquê da existência de clubes para pessoas negras. Já com 20 anos e por conta

¹<http://lemad.fffch.usp.br/sites/lemad.fffch.usp.br/files/2019-01/cartilha%20sodre_1947.pdf>.

dessa rede de amizades, conheci o grupo musical Afro Sul, que já fazia uma crítica ao racismo. A partir daí eu e minhas irmãs conhecemos o grupo que publicou a *Revista Tição*, formada, majoritariamente, por jornalistas negros/as e estudiosos/as do Grupo Palmares, o que propôs ao Movimento Negro Unificado Contra a discriminação Racial (MNUCDR), fundado em São Paulo em 1978, a criação do Dia Nacional da Consciência Negra. Esse grupo tinha o propósito de se expandir por todos os estados brasileiros, e eu compus o grupo de ‘militantes’ gaúchos/as que viabilizou a proposta. Nesse processo, participei de reuniões de articulação nacional, congressos e conheci expoentes, como é o caso de Lélia Gonzalez e Luiza Bairros. Minha militância se iniciou em plena Ditadura Militar. Também fui a uma ou duas reuniões do grupo de mulheres negras, Maria Mulher, em atuação ainda hoje, em uma garagem de um prédio, no bairro Menino Deus/POA. Na época eu ainda não compreendia sobre a necessidade de se criar um grupo com esse formato e me afastei da iniciativa.

Nesse período eu já cursava Jornalismo na PUC/RS, influenciada por meu tio padrinho, também jornalista, Claudio Eli Freitas da Silva. Ao concluir o curso, procurei fazer uma análise crítica do jornal *O Exemplo*, criado em 1892 por negros gaúchos e que durou mais de 30 anos! Eu só vim a conhecer estudos sobre análise do discurso, análise crítica do discurso, ao fazer minha dissertação de Mestrado, sem falar que na época meu conhecimento sobre Imprensa Negra era muito frágil.

Hoje reconheço esses problemas. Mesmo assim, com fragilidades, minha monografia se destacou por ter sido a primeira do curso de Comunicação Social da PUC/RS a tratar da imprensa negra gaúcha por meio de um objeto de estudo singular: um jornal criado por homens negros quatro anos antes da polêmica Abolição da Escravatura. Hoje, tenho a certeza de que o trabalho, apesar de inconsistente, foi importante para definir minhas preferências, minhas identidades que me acompanham desde então: enfrentar as injustiças sociais e raciais, lutar pela construção de uma sociedade democrática, de fato, e contribuir para a formação dos/as novos/as profissionais de Comunicação Social.

No último semestre do curso em 1986, eu e mais uma colega, Elsinia Konflanz, fomos indicadas para trabalhar no Jornal O Estado, em Florianópolis/SC, onde vivi dois anos e também atuei no movimento negro local. De lá, em 1988, desembarquei em Salvador/BA, onde moro até hoje. Levei algum tempo para me adaptar ao ritmo da cidade baiana, onde a identidade racial operou como fator decisivo para minha migração. Aproximei-me de

ativistas, algumas já conhecidas, e aos poucos fui me integrando ao movimento local, principalmente, ao MNU. Paralelo ao trabalho de repórter na mídia local, participei do II Encontro Nacional de Mulheres Negras, em 1991. Dei assessoria de imprensa para o I Encontro Nacional de Comunidades Quilombolas, fui assessora do deputado federal do PT, Luiz Alberto, e para eventos musicais e de teatro negro. Nesses trabalhos, profissionalismo e criatividade eram ferramentas cotidianas, pois eram distintos do trabalho em uma redação dos meios de comunicação hegemônicos.

Em 1991, recebi o Prêmio da Associação Baiana de Imprensa (ABI), por uma matéria de página inteira tratando da Comunicação Comunitária presente em vários bairros populares de Salvador/BA. Paralelo ao ativismo, voltei a estudar. Em 2001, conclui um curso de Especialização em Direitos Humanos, na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), cujo tema da monografia foi sobre Políticas de Ações Afirmativas. Nesse mesmo ano, fui convidada para ser assessora de Comunicação do Ceafro, um programa de extensão do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), criado para o enfrentamento do racismo e sexismo, principalmente, no ambiente educacional, fosse ele formal, informal ou alternativo. Eu não sabia que ali estava o que considero como um divisor de águas na minha vida. Foi nesse projeto que entendi a dimensão do que o líder do movimento negro norte-americano Panteras Negras, Stokely Carmichael, havia afirmado, lá nos anos 70: ‘um verdadeiro revolucionário deve fornecer uma alternativa, não apenas a retórica que condena o sistema existente’. Ao lado de ativistas já reconhecidas no movimento negro e no de mulheres negras, como Nazaré Mota, Valdecir Nascimento, Vilma Reis, Lícia Barbosa, Isabelle Sanches.

Além de elaborar e executar um plano de comunicação, contribui em projetos educacionais tanto para jovens, como para professores/as das redes municipal e estadual, antes mesmo da aprovação da Lei 10.639/2003, que dispõe sobre a inclusão no currículo escolar da história e cultura afro-brasileira e africana. Organizei e coordenei cursos de Educomunicação para jovens negros/as, a maioria já ligada a entidades negras. Também foi nesse momento que me aproximei das religiões de matriz africana e me tornei integrante da comunidade do Terreiro de Candomblé, Ilê Axé Torrunda Ajagum, liderado pelo babalorixá e médico, Dari Mota.

Foi no Ceafro que o tema da minha monografia sobre Políticas de Ações Afirmativas e aplicação das cotas, para ampliar o acesso de negros/as no Ensino Superior se efetivou. Fui

convidada pelo então diretor do Ceao, Ubiratan Castro, a elaborar uma proposta a ser apresentada a reitoria da UFBA. A proposta foi exaustivamente discutida, reformulada com representantes de várias entidades do movimento negro baiano, até ser aprovada em 2004. No meio dessa disputa, aconteceu outro marco: a realização da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada em Durban (África do Sul), em 2001, onde os movimentos negro e de mulheres negras do Brasil denunciaram o racismo e exigiram políticas de Ações Afirmativas, uma das orientações do documento final do evento. Em 2003, recebi o Prêmio de Comunicação, da Cipó, Andi e Unicef, por conta do trabalho executado no Ceafro.

Em 2006, fui a coordenadora geral de Comunicação da 2ª. CIAD (Conferência Internacional de Intelectuais da África) e fui responsável pela edição da *Revista Palmares*, da Fundação Cultural Palmares, na época, dirigida pelo professor Ubiratan Castro. O evento foi aberto pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Esse trabalho foi um desafio, pois coordenei uma equipe de jornalistas de vários estados do país, um grupo de estagiários/as, em parceria com o Instituto de Mídia Étnica e tive a oportunidade de entrevistar a Prêmio Nobel da Paz, de 2004, Wangari Mathaai. Foi no Ceafro que compreendi a emergência do Movimento de Mulheres Negras, participando de grupos de estudos e de ações voltadas, por exemplo, para jovens trabalhadoras domésticas; educadoras e lideranças negras dos meios urbanos e rural. Nesse mesmo ano me aproximei do professor da Faculdade de Comunicação da UFBA, Dr. Giovandro Ferreira, meu mestre nos estudos a respeito de análise do discurso. Considero como marcos na minha formação os grupos de estudos do Ceafro e a Dra. Angela Figueiredo, que ministrou a disciplina que cursei, Gênero, Raça e Classe, na Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africano, no CEAO/UFBA.

Já em 2007, conclui o mestrado, na UNEB. Minha dissertação associava o campo da comunicação ao que vivia no ativismo: *Mídia e educação: o discurso da imprensa no debate das Ações Afirmativas para negros/as*. Naquele momento o país estava em volto a um debate sobre a adoção, ou não, desse mecanismo, acompanhado pela mídia que seguia essa dualidade. Foi um momento marcante na luta antirracista onde muitos/as intelectuais que tinham como objeto de estudo as relações raciais no Brasil, a população negra, assinaram um manifesto contrário a essa tímida política de reparação.

Só então comecei a atuar como docente, também na UNEB. Primeiro como professora substituta e, desde 2012, como efetiva. Acredito que aqui cabe um breve comentário sobre essa universidade, que possui mais de 150 opções entre cursos de graduação e pós-graduação ofertados em 24 *campi*, localizados em municípios do interior baiano, com estudantes, majoritariamente, de segmentos populares e que foi a primeira universidade pública da Bahia a adotar o sistema de cotas para negros, indígenas e quilombolas. No entanto, nos últimos anos e, seguindo um cenário nacional, a UNEB vive um processo de desmonte orquestrado, principalmente, pelo atual Governo Federal.

No meio acadêmico ministro várias disciplinas, algumas que tratam da comunicação alternativa, como é o caso da Comunicação Comunitária, ou Comunicação e Movimentos Sociais. Também leciono Comunicação e Educação, Comunicação e Análise do Discurso, e Assessoria em Comunicação. As questões de ordem racial e de gênero são inseridas nesses conteúdos já que compreendo que todo/a jornalista deve ser um/A profissional inteirado com as realidades local, nacional e internacional, principalmente, das questões nevrálgicas que interferem no acesso ao discurso midiático.

Por conta da minha preferência pela extensão, já desenvolvi vários projetos, como os que mapearam os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) em 15 anos de reconhecimento do curso de Jornalismo em Multimeios, para identificar a área preferencial dos/as alunos; realidade da Comunicação Comunitária no semiárido; sobre Feminismos Negros; Chuteiras Fora de Foco, que propiciou a formação crítica do impacto de mega eventos esportivos nas cidades que acolhem esses eventos para um grupo de 30 estudantes que fizeram a cobertura das copas das Confederações (2013) e do Mundo (2014), em Salvador/BA, e das Olimpíadas, no Rio de Janeiro (2016). Além da cobertura dos eventos esportivos, o projeto focou vários dos problemas gerados com esses acontecimentos. Já em parceria com a Dra. Márcia Guena, desenvolvemos o projeto *O discurso jornalístico sobre as violências vivenciadas pelas religiões de matriz africana: uma comparação entre duas décadas: 1978 a 1990 e 2003 a 2014*, tema de vários artigos publicados nos Intercom Nordeste e Nacional.

Como procurei mostrar, o ativismo sempre fez parte da minha caminhada, do meu amadurecimento e, agora, no doutorado, não poderia ser diferente. A convivência cotidiana com a luta antirracista, perceber que, nos últimos anos, depois de algumas conquistas, esta ocorrendo um retrocesso, agravado, principalmente, a partir das práticas do reordenamento

globalizante da política e da economia e, no Brasil, com as perdas de direitos, aumento do desemprego e violência contra as mulheres negras, por exemplo, a partir da posse de governos conservadores.

Nesse percurso evidenciei alguns episódios da minha caminhada, experiências e vivências que me encaminharam aos feminismos negros, à comunicação afrodiaspórico de mulheres negras e, ainda, a me aproximar da proposta de decolonialidade. É desse ‘lugar de fala’ que desejo, em algum grau, produzir conhecimento e, assim, contribuir para alimentar o sonho de que o respeito à diversidade é possível, assim como a convivência de pessoas, grupos, nações que têm *ethos* distintos, que raça e classe não sejam estruturantes nas relações não menos tensas, de classe. Ainda persigo a máxima de Stokely Carmichael, no feminino: ‘uma verdadeira revolucionária deve fornecer uma alternativa, não apenas a retórica que condena o sistema existente’.

Dividi essa tese em sete capítulos. No primeiro, Percurso Metodológico, apresento meu itinerário metodológico, no qual combino metodologias e técnicas, a exemplo da Pesquisa Ativista à Netnográfica, à quanti-qualitativa na *internet*, entrevistas, aplicação de questionário e do uso de nuvens de palavras; a Análise Crítica do Discurso (ACD), segundo pressupostos formulados por Teun Van Dijk. Associada a apresentação conceitual dessas metodologias e métodos, faço algumas reflexões sobre lugar de fala, insurgências das falas subalternizadas, lugar de fala e a mídia, e imperialismo intelectual eurocêntrico e estadunidense.

Faço ainda uma apresentação do conceito de Estratégias Sensíveis, cunhado por Muniz Sodré e que nessa tese foi usado como categoria de análise, para identificar a presença e o impacto do campo dos afetos tanto na comunicação dessas quatro instituições nas redes sociais, como nos pressupostos dos feminismos negros. Aliás, essa foi a minha hipótese empírica, estabelecida no intuito de não deixar que uma das características singulares dos feminismos negros, ficasse subsumida diante de outras questões da agenda do Movimento de Mulheres Negras. Assim, pude visibilizar a racionalidade da ação política de mãos dadas com as ações afetivas. É nesse capítulo que anuncio o recorte temporal da pesquisa no meio digital, a realização de uma amostra aleatória simples das postagens de 30% do total dos textos/vídeos (109) nas contas das quatro entidades participantes desse estudo, ou seja, 36 postagens.

No segundo capítulo, Perfil das Instituições Participantes da Tese, perfilo as quatro instituições que integram essa tese, dando ênfase às ações na área de comunicação, que integram essa pesquisa: os institutos Odara e Flores de Dan, da Bahia; a Associação das Rendeiras, de Petrolina; e Criola, do Rio de Janeiro. A definição por esse grupo é fruto de uma pré-seleção que considerou alguns aspectos: localização nacional; credibilidade junto ao segmento em que atuam; articulação local, nacional e internacional; ter uma jornalista; atuar nas redes sociais e já ter desenvolvido ações para ampliar o uso e apropriação das TCI's por outras mulheres negras.

Por sua vez, no terceiro capítulo, A Comunicação e seus Paradigmas, procuro fazer uma reflexão sobre a comunicação e seus paradigmas; as disputas presentes no campo da produção do conhecimento e possíveis crises. Nesse contexto, os Estudos Culturais Britânicos e Stuart Hall trazem novos olhares sobre o campo das teorias da comunicação, ao trazer para o debate questões culturais, como as relações de raça e gênero presentes nas sociedades. Neste capítulo, trago outra reflexão nevrálgica: pensar a comunicação latino-americana, a partir da proposta de decolonialidade.

As Perspectivas Conceituais e Teóricas é o título do quarto capítulo, no qual início explicando que o trabalho se identifica com o pensamento afrodiaspórico. A partir dessa perspectiva construo um extenso e consistente lastro, tramado pela decolonialidade, colonialidade, raça, racismo, racismo estrutural e institucional, branquitude, feminismos negros, intersecção e amefricanidade, proposta por Lélia Gonzalez. Esse arcabouço teórico também contribuiu, nessa tese, como o contexto – a realidade onde são construídos os ativismos digitais, uma ferramenta de divulgação das pautas e agenciamento do movimento que resulta na elaboração dos textos postados pelas quatro entidades que participam dessa pesquisa no *Facebook* – básico para exercitar a Análise Crítica de Discurso (ACD).

É no quinto capítulo, A Comunicação de Quatro Coletivos de Mulheres Negras, onde me detenho em tratar da comunicação feita pelas quatro entidades que participam dessa tese. Também defino nesse capítulo, o significado de instituições de mulheres negras, seus princípios basilares, especificidades, marcos, perspectivas e suas inserções nos cenários nacional e internacional. Apresento as duas organizações com caráter nacional: a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), criada em 2000, e o Fórum Nacional de Mulheres Negras, (FNMNegras), formalizado em 2000, com suas ramificações

pelo país. Trato também de um dos marcos do Movimento de Mulheres Negras do Brasil, a Marcha das Mulheres Negras, realizada em novembro de 2015, em Brasília, e faço um breve esboço do projeto Bem Viver e trato do ativismo e das brechas digitais.

No sexto capítulo, *Análises dos Sites das Ong's Odara e Criola*, inicio a análise dos dados apurados nesta pesquisa. Nessa etapa faço um estudo comparativo das páginas iniciais dos *sites* do Instituto Odara e da Ong Criola, dois coletivos que, na época da pesquisa nas redes digitais, possuíam *site* – a partir de critérios do jornalismo. Mostro ainda a relação dessas quatro entidades com seus públicos-alvo, a partir de mecanismos do *Facebook* como Curtidas, Comentários, Compartilhamentos e Visualizações. Recorro a tabelas e gráficos para identificar esses diálogos no meio digital.

Por fim, no sétimo capítulo, *Lendo as Postagens no Facebook por Meio das Lupas da ACD e Estratégias Sensíveis*, apresento as 36 postagens (textos e imagens) selecionadas, sendo 20 do Instituto Odara, 3 do Flores de Dan, 3 da Associação das Rendeiras e 9 da Ong Criola; identifico os temas, apresento as nuvens com as 10 palavras mais usadas em cada texto; minha análise dos discursos, embasada na ACD e nas Estratégias Sensíveis. Para cada coletivo elaborei um gráfico com os dados apurados. Ao final desse capítulo trago uma entrevista com quatro entrevistadas, uma de cada entidade, que representa uma das atividades prevista da Pesquisa Ativista, a da apresentação dos dados apurados – pontos fortes e frágeis da comunicação dessas instituições – na perspectiva de um diálogo sobre o cenário apontado e a aplicação de novas alternativas, voltadas para o fortalecimento da comunicação nos quatro coletivos.

Nas Considerações Finais revejo e avalio, criticamente, cada um dos objetivos dessa tese, a partir das informações apuradas na pesquisa, dialogando com os arcabouços teóricos e metodológicos. Nesse movimento tornou-se explícita a consistência do uso das Estratégias Sensíveis como categoria de análise, capaz de integrar componentes singulares da comunicação nas redes digitais de quatro coletivos de mulheres negras, os afetos, a um repertório e conteúdos discursivos das áreas ideológica e política. Outro resultado apontado pela pesquisa foi a sinergia entre as narrativas das postagens nas redes sociais dessas entidades, que denominei de comunicação afrodiaspórica e decolonial de mulheres negras com a agenda do Movimento de Mulheres Negras do país.

1 PERCURSO METODOLÓGICO

Para o desenvolvimento dessa tese recorri às pesquisas Ativista, Netnográfica, quanti-qualitativa na *internet*, à nuvem de palavras, à ACD e aplicação do conceito de Estratégias Sensíveis, como categoria de análise. Uma das primeiras ações no campo metodológico foi estabelecer alguns critérios para a escolha dos coletivos de mulheres negras que comporiam essa tese. Com esse propósito estabeleci alguns pré-requisitos:

Quadro 1 - Critérios de seleção dos coletivos

1	2	3	4	5
Credibilidade junto ao segmento em que atuam;	Projeções local, regional, nacional e internacional;	Ter uma jornalista para as ações de comunicação da instituição;	Atuar nas redes digitais;	Já ter desenvolvido ações para uso e apropriação das TIC's para mulheres negras.

Fonte: A autora

A partir desses critérios escolhi duas da Bahia: Instituto Odara e Flores de Dan; uma pernambucana, Associação das Mulheres Rendeiras; e uma carioca, Criola.

1.1 PESQUISA ATIVISTA: UMA PROPOSTA DECOLONIAL?

Tendo como gênese minha trajetória e propósitos de estudo, escolhi, como metodologia, a Pesquisa Ativista, do campo das Ciências Sociais, e a quanti-qualitativa, aplicada para investigações no ambiente digital. Como métodos, recorri à entrevista, a Netnografia, a nuvem de palavras, a Análise Crítica de Discurso (ACD) e Estratégias Sensíveis, como categoria de análise.

D'Souza (2010) defende a Pesquisa Ativista pelo seu poder de interferência, pela sua capacidade “de transformar as relações injustas e desiguais existentes no mundo tal como ele é hoje, bem como de transformar radicalmente as estruturas geradoras de opressão, da desigualdade e da injustiça” (D'SOUZA, 2010, p. 146). É dessa intencionalidade que Hale (2001) apresenta duas políticas da Pesquisa Ativista: a negação da noção de que o envolvimento político do/a pesquisador/a coloca em dúvida o rigor acadêmico do trabalho e que esse envolvimento coloca em suspensão os resultados de uma pesquisa.

Ele discorda de que essa relação anterior à pesquisa potencializa um resultado pouco consistente e decorrente de fragilidades teóricas. Aliás, essa crítica tem como base o modelo de produção eurocêntrico que defende a ‘imparcialidade’ na ciência. A outra política defendida por Hale (2001), quanto aos resultados de uma Pesquisa Ativista, é que essa proposta metodológica tem a capacidade de levar um trabalho a ter melhores resultados, a um conhecimento profundo e teórico do problema.

D’Souza (2010) também discorda da crítica à fragilidade da Pesquisa Ativista. Para ela, a proposta pode abrir um caminho no meio acadêmico, mesmo que tenso, mas fruto do questionamento e negociação dos limites institucionais da produção do conhecimento para a transformação social. Para Hale (2001), uma Pesquisa Ativista identifica e confronta as tensões, diretamente. Inclusive, a partir dos pressupostos de D’Souza, Lemos elabora a proposta de metodologia da Pesquisa Ativista Feminista “que assume o compromisso com a construção de conhecimentos científicos a partir das experiências de opressão, de desigualdade e de injustiças vividas por determinados grupos sociais” (LEMOS, 2016, p. 41).

Cabe ressaltar que a Pesquisa Ativista defendida por Hale tem um dos seus alicerces nas propostas metodológicas formuladas pelo colombiano Orlando Fals Borda, um dos críticos latino-americanos à colonialidade e a propor pesquisas sociológicas comprometidas com os processos sociais que se registravam no século XX na América Latina. Ele propunha a pesquisa-ação, cujas bases são semelhantes à Pesquisa Ativista. Segundo Peruzzo (2016), esse tipo de pesquisa admite a participação do/a pesquisador/a no grupo ou situação investigada.

A pesquisa-ação, por vezes é também denominada de pesquisa ação participativa, ou simplesmente de pesquisa participante, pesquisa ativa, estudo pesquisa, investigação-ação ou pesquisa militante, segundo a visão de cada autor e das tradições teóricas que as fundamentam. Denominar esse tipo de pesquisa de pesquisa-ação participativa, se por um lado, soa redundante visto que ela é por natureza participativa, por outro, é um modo de diferenciar a ação possível na pesquisa participante. (PERUZZO, 2016, p. 2)

Fals Borda (1978) já sinalizava para uma descolonização do conhecimento e ressaltava a importância de os ‘excluídos’ participarem das decisões e, também, de um comprometimento dos intelectuais da época, como os movimentos sociais, diante das exigências de mudanças sociais. O autor cita, como referência dessa investida, o Congresso de Cartagena (Colômbia), realizado em 1977, onde, por iniciativa dos intelectuais venezuelanos, a exemplo de Roberto

Viceño, foi proposta a investigação militante, essa sob grande influência do pensamento gramsciano. Nesse sentido:

Toda esta problemática de la causalidad fue llevando a cuestionar la orientación del trabajo regional y las herramientas analíticas disponibles. Hasta allí se había procedido de manera rutinaria. La experiencia fue indicando que la validación de los efectos del trabajo sólo podía hacerse, de manera definitiva, mediante el criterio de la acción concreta, esto es, que la causa última tenía una dimensión teórico-práctica. Lo aleatorio de la acción social que se veía día a día, quedaba al fin y al cabo sujeto al marco de la praxis². (FALS BORDA, 1978, p. 6)

Aliás, é com a pesquisa militante que a Pesquisa Ativista tem afinidades. De acordo com Bringel e Varella (2016), a Pesquisa Ativista é fruto de uma busca por paradigmas alternativos à produção de conhecimento, “havendo importantes experiências de profícua articulação entre a teoria e a prática, destacando-se autores como Fals Borda (1961, 1979), Paulo Freire (1970, 2004), Carlos Rodrigues Brandão (1981, 1984), Rodolfo Stavenhagen (1971) e Michel Thiollent (2002)”. (BRINGEL; VARELLA, 2016, p. 480)

Mais acima, apresentei dois aspectos da Pesquisa Ativista. Agora, exponho um terceiro: entendo que a Pesquisa Ativista se propõe a romper e enfrentar a tradicional ideia de objetividade, imparcialidade e neutralidade do/a pesquisador/a, como fatores determinantes para a validação dos dados apurados. Hale (2001) salienta que existe um reconhecimento, mas não consenso, de que todas as pesquisas são posicionadas, e que a Pesquisa Ativista “tem o potencial de levar a melhores resultados de pesquisa, um conhecimento empírico mais profundo do problema, bem como o entendimento teórico que seria difícil de conseguir” (HALE, 2001, p. 13).

Nesse caso, me parece que a Pesquisa Ativista coloca em suspensão algumas das regras do modelo eurocêntrico de produção de ciência, e, por isso, recebe uma resistência ferrenha. D’Souza (2010) destaca outra singularidade da Pesquisa Ativista: a sua busca pela práxis tornando explícito aquilo que há de implícito nas teorias e práticas e, ainda, a “interpelar os espaços aparentemente neutros do meio acadêmico” (D’SOUZA, 2010, p. 158). Para D’Souza:

² Toda essa problemática da causalidade estava levando a questionar a orientação do trabalho regional e as ferramentas analíticas disponíveis. Até aquele momento, prosseguia de maneira rotineira. A experiência indicava que a validação dos efeitos do trabalho só poderia ser feita, definitivamente, por meio do critério da ação concreta, ou seja, que a causa última tinha uma dimensão teórico-prática. A aleatoriedade da ação social que era vista todos os dias estava sujeita à estrutura da práxis (Tradução livre da autora).

O problema da Pesquisa Ativista implica, portanto, uma tensão entre dois tipos de regras – as regras da cidadania e as das instituições profissionais. Essa tensão põe em causa a própria permissividade e a política dos espaços liberais enquanto suporte do paradoxo do conhecimento dos dias de hoje, a que alude Rajni Kothari. Não é, por isso, possível falar da Pesquisa Ativista de uma forma significativa sem primeiro tornar-se a orientação de um ou outro tipo de atividade – o ativismo e a pesquisa – vai no sentido de transformações estruturais revolucionárias ou no sentido de transformações constitucionais e reformistas. (D’SOUZA, 2010, p. 160)

A autora alerta que o ativismo projeta, pelo menos, dois tipos de mobilização, que ela denomina de ‘proativa’ e ‘reativa’. A primeira, parte de cima para baixo, e não enfrenta ou contrapõe a ordem vigente. Há uma convivência. Já a mobilização reativa, se manifesta de baixo para cima e questiona os valores, os ideais e identidades da ordem estabelecida. Essa tem o propósito de provocar mudanças. Nesse sentido, uma Pesquisa Ativista não depende, apenas da sua intenção, mas também, decididamente, do ponto de partida dessa pesquisa, pois há distinções entre uma situação ideal e outra real. Sendo assim, “a mobilização reativa, por outro lado, exige o conhecimento de como se dá a opressão, das fontes de poder dos opressores da sua base de suporte, de quem se sente por eles constrangido e em que medida, e das suas limitações” (D’SOUZA, 2010, p. 161). É com esse propósito que essa pesquisa se identifica.

Outra política, não menos polêmica da Pesquisa Ativista, é que ela propõe um deslocamento do objeto de pesquisa para o espaço de participante. Essa participação é essencial para a formulação e implantação de estratégias voltadas para transformar as condições de exclusões. Afora isso, todas as etapas de uma Pesquisa Ativista são desenvolvidas em cooperação direta com um coletivo (participantes) de pessoas.

Essa atuação, aliás, prevê que os/as participantes aprendam habilidades de pesquisa e assumam um papel ativo na produção de conhecimento. Para Hale (2001), nesse deslocamento as pessoas, que são fontes de dados, fornecem informações com mais e de maior qualidade, por se sentirem parte ativa e comprometida com a pesquisa. Já para D’Souza (2010), esse movimento pode gerar uma melhor conexão entre a pesquisa e a realidade.

D’Souza entende a praxiologia como um outro tipo de conhecimento, que parte de um outro patamar entre a pesquisa e a ação “no qual o ativismo assume inovações organizacionais propiciadoras de convergências do eu social, necessárias à transformação do mundo”

(D'SOUZA, 2010, p. 169). Grosfoguel (2010, p. 460), admite que essa proposta de descolonização do conhecimento exige, pelo menos, que: todo o conhecimento se situa, epistemicamente, ou no lado dominante, ou no lado subalterno das relações de poder, e isto tem a ver com a geopolítica e com corpo-política do conhecimento. A neutralidade e a objetividade desenserida e não situada da geopolítica do conhecimento é um mito ocidental.

Essa narrativa de resistência, que aparece na defesa de Hale e D'Souza à Pesquisa Ativista, se contrapõe a hierarquização e dualismo, de proporções globais, dos conhecimentos 'superior e inferior', de povos 'superiores e inferiores', entre europeus e não-europeus ainda no lugar de pedestal da ciência, apontada por Grosfoguel (2010). Ele questiona: como seria o sistema-mundo se houvesse um deslocamento do *locus* da enunciação para os grupos subalternizados pelo eurocentrismo?

Segundo o autor, esse deslocamento provocaria a visibilidade de outros fatores, decorrentes dos processos de colonização que aportaram às Américas no final do século XVI, como a chegada de modelos de divisão internacional do trabalho, hierarquia étnico racial global, sistemas políticos-militares, hierarquia global que favorece os povos europeus aos não europeus e os homens em relação às mulheres, por exemplo, “uma hierarquia epistêmica que privilegia a cosmologia e o conhecimento ocidentais relativamente ao conhecimento e às cosmologias não-ocidentais, e institucionalizadas no sistema universitário global” (GROSFOGUEL, 2010, p. 464).

A descolonização e a libertação anticapitalistas não podem ser reduzidas a uma única dimensão da vida social. É necessária uma transformação mais ampla das hierarquias sexuais, de gênero, espirituais, epistêmicas, econômicas, políticas, linguísticas e raciais do sistema-mundo colonial/moderno. A perspectiva da “colonialidade do poder” nos desafia a refletir sobre as mudanças e as transformações sociais de uma forma que não seja redutora. (GROSFOGUEL, 2010, p. 466-467)

Segundo Hale (2001, p. 13) a Pesquisa Ativista comporta vários métodos e sua validação se dá no uso social dos dados apurados pelo/a pesquisador/a e participantes e:

Quadro 2 - Alcance da Pesquisa Ativista.

Fonte: A autora

Por isso, Hale (2001, p. 14) ressalta que a Pesquisa Ativista exige um processo de diálogo e trabalho coletivos com os temas de estudo para a finalização do projeto de pesquisa, pois assim, o/a pesquisador/a não só identifica problemas, lacunas no conhecimento, mas por meio de diálogo permanente, torna essas questões alvo de reflexões e superações, de forma coletiva.

Outra especificidade da Pesquisa Ativista diz respeito à divulgação dos dados apurados: a interação entre o/a pesquisador/a e os/as colaboradores/as faz com que o conhecimento desenvolvido pela pesquisa, seja útil e de interesse coletivo para a sua aplicação e superação de problemas. Ou seja, a Pesquisa Ativista é orientada não só para a produção de conhecimento, mas, principalmente, para o uso desse conhecimento numa perspectiva de intervenção social.

1.1.1 Pesquisa Ativista e o lugar das falas ‘subalternizadas’

Aquela imagem de escrava Anastácia³, eu tenho dito muito que a gente sabe falar pelos orifícios da máscara e às vezes a gente fala com tanta potência que a máscara é estilhaçada. E eu acho que o estilhaçamento é o símbolo nosso, porque a nossa fala força a máscara. (EVARISTO, 2017)

³ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Escrava_Anast%C3%A1cia>.

Observa-se que a Pesquisa Ativista procura ouvir as vozes, conhecer os conteúdos discursivos e práticas dos grupos sociais, muitos deles, marginalizados e sem acesso às mídias hegemônicas, seja por conta das suas narrativas dissonantes com os interesses políticos, ideológicos e econômicos desse segmento, seja porque essas falas partem de grupos desprestigiados dentro da lógica modernidade/colonialidade.

Além da escuta, a Pesquisa Ativista se propõe a contribuir na solução de problemas apontados durante a pesquisa, em uma explícita intenção de solidariedade às ações dos/as participantes. Sendo assim, pensar no lugar de fala em uma perspectiva decolonial é evidenciar a disposição em mudanças, uma delas é relacionada a essa pesquisa, diz respeito a desestabilizar a desautorização da fala e da produção de conhecimento das mulheres negras.

Aliás, para Mombaça (2017) é explícito, ao definir lugar de fala, a partir das vozes silenciadas, como um ativismo direcionado a uma ruptura no regime de autorizações vigente, a uma interrupção de vozes hegemônicas. Ou seja, a intenção é de impedir “a matriz de autoridade que construiu o mundo como evento epistemicida; e estão também desautorizando a ficção segundo a qual partimos todas de uma posição comum de acesso à fala e à escuta” (MOMBAÇA, 2017, s/p).

Nesse cenário, compreendo que na Pesquisa Ativista o lugar de fala remete a um deslocamento do lugar de objeto para o de sujeito a partir das narrativas autorais, como o da localização geopolítica e de conteúdo dessas narrativas, no caso da Pesquisa Ativista for desenvolvida, segundo D’Souza (2010), com intenção reativa, onde o ponto de partida da pesquisa observa não só como ocorrem as opressões, mas quem são as fontes dessas ações e quais são elas. Nesse sentido, Collins (2016), quando propõe a autodefinição e a autoavaliação das mulheres negras, alterando o que é registrado sobre esse grupo para o que é produzido por ele, também trabalha com a ideia de lugar de fala. Lelia Gonzalez (1988), por sua vez, quando trata de amefricanização, também observa a necessidade das mulheres negras e indígenas publicizarem seus conteúdos discursivos.

Por outro lado, não se pode negar que as falas desautorizadas, não são hegemônicas, como, mais uma vez D’Souza (2010) destaca. Nota-se que o lugar de fala desses segmentos nem sempre se configura como um contra discurso, mas, no caso dos coletivos participantes dessa pesquisa, lugar de fala torna-se um espaço que potencializa uma transgressão ao

stabelechment, na qual a ordem de silenciamento foi interrompida, emergindo a visibilidade de discursos contra-hegemônicos, surgidos de outros referenciais e que apontam para outras possibilidades de existência às mulheres negras e, consequentemente, de outra ordem social.

Figura 1 - Não por acaso, o primeiro livro em português de Patrícia Hill Collins, lançado em 2019 no Brasil, tem uma ilustração de uma mulher com os lábios costurados

Fonte: <<https://www.boitempoeditorial.com.br/produto/pensamento-feminista-negro-881>>.

Aliás, esse ‘silenciamento’ é tratado por Kilomba (2018) que recorre à figura da escrava Anastácia, usando uma máscara que a impedia de se alimentar e falar. A autora trata do papel da máscara, como “uma peça muito concreta, um instrumento real que se tornou parte do projeto colonial europeu por mais de trezentos anos” (KILOMBA, 2018, p. 33). Ainda sobre o uso forçado da máscara, que gerava silêncio e medo, a autora considera a peça como a representação, como um todo, do colonialismo. “Ela simboliza as políticas sádicas de conquista e dominação, e seus regimes brutos de silenciamento das/os chamadas/os as/os “Outras/os”: quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o que falar?” (KILOMBA, 2018, p. 33).

Compreendo que, quando as entidades que participam desse trabalho recorrem às mídias digitais – como espaço de veiculação de narrativas contra-hegemônicas – se aliam a outros grupos, como os que interagem em um espaço, o digital, marcado por exclusões, como é o caso das brechas digitais e das disputas narrativas, mas onde, por outro lado, é possível falar. Espaços que rompem com as intenções históricas da ‘máscara’.

1.1.2 Insurgência das vozes subalternizadas

A disputa pelo direito a fala é permeada por interdições como sinaliza Spivak⁴ (2010) que mantém um longo e profundo diálogo crítico com os escritos de Deleuze, Foucault, Gramsci sobre o papel do intelectual que se considera capaz de falar pelo outro, o que, na verdade, para Spivak⁵ (2010) ao invés de reforçar um discurso de resistência, esses autores acabam por manter o lugar do outro definido pela lógica eurocêntrica: o do silenciamento. Aliás, a crítica de Spivak, identificada com a proposta pós-colonial, coloca em suspensão, cânones do pensamento eurocêntrico, por isso a autora não se propõe a praticá-los, a exemplo, de assumir o lugar de fala das mulheres subalternas. Afinal, para Spivak (2010), quando o/a intelectual assume o lugar de fala em nome do/a outro/a, esse/a outro/a é mantido/a em silêncio, pois sua fala está intermediada por outra fala. Spivak rejeita a mediação e, segundo Magalhães e Lopes (2014) “a reação de Spivak é contra a tendência dos intelectuais ocidentais de representar não-problematicamente a voz do oprimido como se ela fosse um dado simples, mesmo quando, em todos os outros âmbitos do seu pensamento, defendem uma concepção descentralizada do sujeito” (MAGALHÃES; LOPES, 2014, p. 7). Assim, entende que ao não problematizar, o efeito dessa postura dos intelectuais ocidentais encontra semelhanças na postura do colonizador que não fala pelo colonizado.

Afora isso, para Spivak (2010) o/a interditado/a é sempre objeto e não sujeito de conhecimento. A autora não é contrária à ação do/a intelectual em procurar mediar a fala da subalterna, mas essa mediação não pode chegar ao ponto de mantê-la interdita: “ao representá-los, os intelectuais representam a si mesmos como sendo transparentes”, (SPIVAK, 2010, p. 33). Aliás, me parece que essa é uma das críticas de Spivak à ideia de Gramsci sobre os subalternos e papel dos intelectuais orgânicos. Outros autores, a exemplo de Wilderson (2005), que escreveu *Gramsci's Black Marx: Whither the Slave in Civil Society?* Onde

⁴ Gayatri Chakravorty Spivak nasceu em Calcutá, Índia, em 1942, onde realizou seus estudos de graduação em inglês, na Universidade de Calcutá. A seguir mudou-se para os Estados Unidos para fazer mestrado e doutorado em literatura comparada na Universidade Cornell. É professora de Literatura Comparada do Departamento de Inglês e do Instituto de Literatura e Sociedade comparadas, da Universidade Columbia, em Nova Iorque (Almeida, 2010, p.11, prefácio do livro *Pode o subalterno falar?*). É feminista e pós-colonial (uma crítica à modernidade proveniente do Sul Global). Kilomba foi uma das escritoras convidadas da edição da Flip (Festa Literária Internacional de Paraty), de 2019. A artista interdisciplinar portuguesa também inaugurou sua primeira exposição individual no país, *Grada Kilomba: Desobediências Poéticas*, no MASP, que reúne quatro performances e instalações, resultado das reflexões acadêmicas de Kilomba, que questionam quem fala e quem silencia na história da colonização.

⁵ Spivak (2010) considera como subalternas as camadas mais baixas da sociedade, formada por pessoas excluídas do mercado, da representação política e de integrarem as classes dominantes.

centraliza suas críticas a ausência do contexto racial nas suas formulações, baseadas em um contexto eurocêntrico. Aliás, essa posição torna-se explícita em Gramsci (2001, p. 30).

Mas, ainda sobre a dinâmica da mediação do/a intelectual, configura-se, segundo Spivak (2010) pelo que ela denomina de violência epistêmica, bastante semelhante ao epistemicídio proposto por Souza e recuperado por Carneiro (2005) e que trata dos dispositivos usados para negar o conhecimento. De acordo com Spivak:

[...] o mais claro exemplo disponível de tal violência epistêmica é o projeto remotamente orquestrado, vasto e heterogêneo de se construir o sujeito colonial como Outro. Esse projeto é também a obliteração assimétrica do rastro desse Outro em sua precária subjetividade. (SPIVAK, 2010, p. 47)

Por conta dessa intervenção no direito do subalterno⁶ falar, Spivak (2010) sugere que uma mudança requer um investimento no processo de ‘desaprender os privilégios’, que tem um amplo campo de atuação: desaprender o racismo (branquitude), desaprender o discurso feminista hegemônico, enfim, desaprender esses locais hierárquicos de poder construídos e mantidos pela modernidade/colonialidade. Spivak encerra o livro respondendo à pergunta que ela mesma formulou: Pode a *subalterna* falar? Ela conclui que a falta de audiência para um diálogo associada às resistências:

A *subalterna* não pode falar. Não há valor algum atribuído à “mulher” como um item respeitoso nas listas de prioridades globais. A representação não definhou. “A mulher intelectual como uma intelectual tem uma tarefa circunscrita que ela não deve rejeitar com um floreio”. (SPIVAK, 2010, p.126)

Essa resposta tem provocado algumas críticas. Almeida (2010) considera errôneas as interpretações que afirmam que os grupos marginalizados não podem falar ou que para isso, tivessem que recorrer ao discurso hegemônico:

Aqui Spivak refere-se ao fato de a fala do subalterno e do colonizado ser sempre intermediada pela voz de outrem, que se coloca em posição de reivindicar algo em nome de um(a) outro(a). Esse argumento destaca, acima de tudo, a ilusão e a cumplicidade do intelectual que crê poder falar por esse outro. Segundo Spivak a tarefa do intelectual pós-colonial deve ser a de criar espaços por meio dos quais o sujeito subalterno possa falar para que, quando ele o faça, possa ser ouvido(a). Para ela não se pode falar pela *subalterna*,

⁶Kilomba (2018, p.20) “O termo inglês *subaltern* não tem gênero. No entanto, o título do importante trabalho de Gayatri C. Spivak, *Can the Subaltern Speak?*, é comumente traduzido na língua portuguesa para *Pode o subalterno falar?*, adotando o gênero masculino. Tendo em conta que Spivak é uma mulher, teórica, filósofa e crítica de gênero da Índia, que tem feito uma das contribuições mais importantes para o pensamento global, revolucionado os movimentos feministas com a sua escrita. A redução do seu mais importante termo, *Subaltern*, ao gênero masculino na língua portuguesa é duplamente problemática”. Por isso, a autora optou por usar o termo no feminino, subalterna e que eu, por concordar, usarei o termo *subalterna*, em itálico para fazer a distinção.

mas pode-se trabalhar ‘contra’ a subalternidade, criando espaços nos quais a subalterna possa se articular e, como consequência, possa também ser ouvida. (ALMEIDA, 2010, p. 14)

Já Kilomba considera a posição de Spivak problemática por dois motivos: o primeiro seria considerar “como uma afirmação absoluta sobre as relações coloniais porque sustenta a ideia de que o *sujeito subalterno* não tem capacidade de questionar e combater discursos coloniais” (KILOMBA, 2019, p. 48). Nesse sentido, o discurso dominante tem poder absoluto além de sugerir que grupos subalternizados se identificam com a ideologia colonial. O segundo ponto levantado por Kilomba é que a conclusão de Spivak remete a uma subalternidade silenciosa, o que não é verdade:

Ambas afirmações veem os colonizados como incapazes de falar, e nossos discursos como insatisfatórios e inadequados e, nesse sentido, silenciosos. Elas também vão ao encontro da sugestão comum de que grupos oprimidos carecem de motivação para o ativismo político por conta de uma consciência falha ou insuficiente de sua própria subordinação. No entanto, grupos subalternos – colonizados – não têm sido nem vítimas passivas nem tampouco cúmplices voluntárias/os da dominação. (KILOMBA, 2019, p. 48-49)

As divergências apontadas por Kilomba à conclusão de Spivak, de que subalterna não fala, me remete a outra questão, que levou Spivak a ser categórica e que diz respeito a cadeia elementar de uma comunicação: a existência de, pelo menos, dois extremos em um diálogo: o do emissor/a e do receptor/a, um/a falante e um/a ouvinte e vice-versa. Mesmo com a mediação do/a intelectual, que para a autora, pode silenciar a fala de grupos subalternos, o conteúdo dessas narrativas, de quem passou de sujeito para objeto, não é algo dialógico porque não há uma audiência.

Essas falas não reverberam para além do próprio grupo de identidade. Não tem ressonância e, por isso, não promovem mudanças para além desses grupos. A cadeia comunicacional não se efetiva porque não sensibiliza nem cria audiências que podem interferir nas estruturas que sustentam o Estado, resultando, pelo menos, em políticas públicas, por exemplo. Grosfoguel é ainda mais contundente e objetivo com relação ao ‘lugar de fala’. Para ele, a rejeição a enunciação dos/as subalternos/as está relacionada ao:

[...] lugar geopolítico e locus corpo-político do sujeito que fala. Na filosofia e nas ciências ocidentais, aquele que fala está sempre escondido, oculto, apagado da análise. O “ego política do conhecimento” da filosofia ocidental sempre privilegiou o mito de um “Ego” não situado. O lugar epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero e o sujeito enunciator encontram-se, sempre, desvinculados. Ao quebrar a ligação entre o sujeito da enunciação e o lugar

epistêmico étnico/racial/sexual/de gênero, a filosofia e as ciências ocidentais conseguem gerar um mito sobre um conhecimento universal Verdadeiro que encobre, isto é, que oculta não só aquele que fala como também o lugar epistêmico geopolítico e corpo-político das estruturas de poder/conhecimento colonial, a partir do qual o sujeito se pronuncia. (GROSFOGUEL, 2010, p. 459)

Identifico-me com as posições que ressaltam a importância do respeito ao lugar de fala, compreendido, principalmente por Grosfoguel. Entendo que qualquer projeto anticapitalista deve sim ir além das políticas identitárias, mas não as negar. Caso contrário, as práticas modernidade/colonialidade não serão superadas nessa nova reengenharia política que, também, inclui o campo da comunicação. Observo ainda, que Grosfoguel a partir do local situado da fala há, simultaneamente, uma definição das identidades, do ‘lado’ que esses enunciados se posicionam, pois, ser subalterno/a não significa estar aliado/a política e ideologicamente às forças progressistas.

1.1.3 O poder do lugar de fala e a mídia

Braga (2000) reflete sobre o lugar de fala de produtos culturais – textos, vídeos, imagens, filmes, programas de tv e etc. – como uma possibilidade de identificação da lógica geradora desses produtos midiáticos, para além do lugar sociológico, pois eles veiculam ideias e representações sociais que precisam ser desnudadas. Para isso, o autor alerta sobre a necessidade de apreensão do anunciado de uma fala.

[...] uma análise destes enunciados na sua concretude corresponderia a fazer uma sociologia dos produtos da comunicação – diferente, portanto, de uma sociologia da produção, da política, ou dos efeitos da comunicação. O ponto de partida seria considerar que esses enunciados não são “comentários” à parte, que se agregariam a, ou complementariam as, uma situação social organizada fora de toda fala. Ao contrário, fazem parte constitutiva da situação. (BRAGA, 2000, p. 161-162)

Braga (2000) entende que toda fala, seja ela, um texto ou discurso, tem um sentido em algum lugar e que esse sentido segue uma determinada ótica e inserção em uma situação concreta e historicamente dada. Ou seja, toda fala tem uma estruturação interna, uma lógica que procura excluir o incoerente e o contraditório. Por isso, sugere que esse lugar de fala seja analisado do micro para o macro evitando, assim, generalizações que encobrem algumas das estruturas que geraram uma fala, um discurso.

Sendo assim, o autor compreende lugar de fala como uma situação localizada na realidade social que tem a intenção de justificar que o mundo, como um todo, seja proposto de uma determinada perspectiva. Lugar de fala, segundo Braga “se definiria pelo cotejo com outros lugares de fala avizinhanes, nem continentes nem contidos, embora parcialmente sobrepostos, com os quais mantém relações de cooperação e conflito de semelhanças e diferenças. De relacionamento instável, portanto” (BRAGA, 2000, p. 164). Nesse sentido, Braga entende o conceito de lugar de fala como um instrumento metodológico e, seu uso, apropriado para estudos em materiais empíricos e, repete: deve-se fazer distinção do lugar sociológico dos/as falantes, ou seja, sua posição no mundo da produção, mesmo que esse lugar social esteja presente na construção do seu lugar de fala.

Essa postura, para Braga (2000, p. 167), evita três questões: A) a fala como simples expressão que não depende do discurso e, assim, seria apenas um sintoma externo; B) não observa situações em que o lugar social não aparece na fala, ou aparece em contraposição ou deslocado em relação a esse lugar sociológico do falante; C) por ser muito abrangente a fala corre o risco de ser absorvida por conceituações gerais de um determinado estatuto, não considerando perspectivas pontuais que podem variar, serem distintas do estatuto social do falante. Braga salienta que:

Sendo um lugar construído ou ocupado pelo discurso específico no tecido do inter/extra-discursividade, o lugar de fala não corresponde ao “contexto”, mas ao lugar construído pelo discurso nesse contexto, o ângulo proposto estruturalmente pela fala para “ver” a realidade – ou mais exatamente, segundo o qual a realidade se constitui em sentido. (BRAGA, 2000, p. 168)

Observa-se que, para o autor, o lugar de fala é aquele em que os discursos, tendo ou não contradições, se constroem, dão sentido a fala e situa essa fala em uma perspectiva construída pela pessoa falante e, necessariamente não corresponde ao contexto, mas ao lugar construído em um contexto. Por isso, lugar de fala é o espaço não só de abordar uma determinada situação, mas é, também, o espaço real de se abordar certa situação e dar sentido, uma resposta a esse e resolver um problema. O lugar de fala pode envolver questões psicológicas, políticas e afetivas. Mas, na verdade, é uma resposta “e o lugar de fala em que esta resposta faz sentido” (BRAGA, 2000, p. 171). Nota-se que essa ‘resposta’ pode sim envolver lugares mais amplos, que saem do local para, até mesmo, populações mundiais, como é o caso das mulheres negras na diáspora.

Esse discurso, o das mulheres negras, pode não ser inaugural, pode recorrer a construções já disponibilizadas, mas também é deslocado e atualizado uma vez que os elementos que lhe

deram origem continuam vivos nas sociedades atuais. Sendo assim, esse lugar de fala passa por dois processos de atualização (adaptação): ajustes, reinterpretações do próprio problema gerador do lugar de fala. Fazendo, assim, do lugar de fala um ponto estratégico, podendo ter uma intenção de manipulação específica.

Observe que a reflexão anterior, sobre lugar de fala e o questionamento: ‘pode a subalterna falar?’, me encaminhou, também, para Amaral (2005) que recorre às proposições de Braga sobre lugar de fala como instrumento teórico metodológico para identificar a relação de jornais da grande imprensa que direcionam suas publicações para um novo público alvo: os segmentos populares motivados tanto por questões mercadológicas como comunicacionais. Nessa perspectiva Amaral observa que:

[...] o Lugar de Fala busca explicar por que a imprensa dirigida a esse público opera com Modos de Endereçamento distintos dos usados na imprensa de referência e constrói sua credibilidade de outras maneiras. Do nosso ponto de vista, o lugar de onde fala o segmento popular da grande imprensa é diferente do lugar do segmento de referência. A imprensa popular, ao dirigir-se a um outro tipo de leitor, abre lugares de fala diferenciados para si, suas fontes e seus leitores e representa em suas páginas posições sociais e capitais simbólicos de maneira diferente. (AMARAL, 2005, p. 104)

Ou seja, os jornais populares autorizam o acesso ao discurso midiático de vozes até então ‘desautorizadas’. No entanto, Amaral destaca que lugares de fala, como instrumento teórico metodológico, evidenciam a mudança nas falas das fontes e público leitor, em jornais que atuam para alvos distintos. “Assim, cada publicação torna visíveis determinados atores e representa o popular de maneira diversa” (AMARAL, 2005, p. 105). Mesmo nessa alteração, Amaral constata que as estratégias discursivas de um lugar de fala seguem regras para que essas vozes sejam legitimadas. Ou seja, devem atender as exigências impostas pelo jornal, a partir do lugar de fala da empresa.

Observo que existem pressupostos discursivos políticos e ideológicos que têm o poder de definir quem fala e o que se fala no jornal popular, e essa fala transcende ao discurso. Na verdade, o lugar de fala opera como um filtro por onde se pode ver o mundo. Tendo como referência teórica Braga, Amaral compreende que pesquisar um lugar de fala é “buscar o máximo de concretude conceitualizável dessa fala – observar o tipo de situação de que ela participa e como trata de reagir a esta situação e construí-la” (BARGA, 2000, p. 179, apud AMARAL, 2005, p. 106).

Sendo assim, lugar de fala indica o contexto em que as narrativas são construídas, o lugar e as condições sociais, políticas e raciais, por exemplo, que construíram determinados discursos, relações de poder e, também, a visão crítica de determinado conteúdo. No caso de um jornal popular da grande imprensa, o lugar de fala dessa mídia não está dissociado dos interesses mercadológicos da empresa “e o jornal tem o poder simbólico para determinar de onde vai falar para cada público e como vai posicionar suas fontes e seus leitores em suas páginas” (AMARAL, 2005, p. 107).

Por essa lógica, quem fala e o que fala não são determinantes para acessar o espaço midiático, pois passam, ainda, por outro tipo de filtragem já que “o discurso jornalístico não pode ser dissociado de suas condições sociais de produção, de reprodução e de utilização e da posição social dos seus ‘interlocutores’” (AMARAL, 2005, p. 107). Acosta (2011) dá um tom catastrófico a essa situação ao afirmar que “hoje os grandes meios de comunicação, privados e governamentais, em um paralelismo com as práticas inquisitivas, marginalizam conteúdos contrários à lógica do poder” (ACOSTA, 2011, p. 35).

Contudo, Braga (2000, p. 181) chama atenção para o fato de que é um equívoco pensar que os meios de comunicação têm apenas esse lugar de fala: o de falar em nome dos interesses da classe empresarial e, por isso, manipulam a opinião pública. Mesmo que a mídia tenha o poder de agendar a realidade “selecionando as situações e propondo seus lugares de fala” ela também negocia o acesso ao discurso midiático. Mas essa negociação não se efetiva entre o lugar de fala das mulheres negras e a grande mídia no Brasil.

A propósito dessa polêmica, bell hooks (2019) ressalta que essa não negociação da agenda midiática mantém o mercado cultural desfrutando de uma imagem que representa a população negra a partir do seu lugar de fala, permeado pela branquitude, por uma estética racista. Sejam essas imagens geradas por brancos/as ou negros/as. Quer dizer, o mercado cultural reproduz representações distintas das que são geradas pela proposição de Collins a partir da autodefinição e a autoavaliação das mulheres negras. bell hooks afirma que “abrir espaço para imagens transgressoras, para a visão rebelde fora de lei, é essencial em qualquer esforço para criar um contexto para a transformação” (BELL HOOKS, 2019, p. 37). Acredito que essas reflexões sobre as ideias de lugar de fala, tanto no campo sociológico como na comunicação, têm elementos necessários para esse trabalho, principalmente, na etapa de análise das matérias postadas em redes digitais pelas quatro instituições que compõem essa pesquisa.

1.2 AJUSTANDO METODOLOGIAS E MÉTODOS

Seguindo os pressupostos da Pesquisa Ativista, optei por ter três encontros com as representantes das Ong's que participam dessa pesquisa, serviram para perfilar essas instituições, apresentação e análise dos dados preliminares da pesquisa, apresentações de proposições de solução ou enfrentamento dos problemas evidenciados pela e para pesquisa e, ainda, uma reflexão sobre o lugar da produção comunicacional dessas instituições. No entanto, por conta de problemas no agendamento de um desses encontros, tive que reduzir para duas conversas.

O primeiro encontro serviu para a apresentação da pesquisa e realização de entrevistas, com assessoras de comunicação ou diretoras das instituições, coleta de dados de cada Ong e conhecimento das integrantes de cada coletivo, os projetos de comunicação e rotinas. Já o segundo encontro ocorreu ao final da pesquisa e serviu para apresentação e avaliação dos dados da pesquisa e para reflexões para adoção de alguma mudança nas práticas comunicacionais de cada Ong.

Optei por fazer uma amostragem aleatória simples das postagens para fazer a Análise Crítica do Discurso (ACD) e aplicar as Estratégias Sensíveis, como categoria de análise. Assim, defini uma porcentagem de 30% do total de postagens (109) no *Facebook* das quatro entidades que participam dessa pesquisa. A partir dessa definição, selecionei 20 publicações de Odara, de um total de 61; de Criola, nove, de um total de 27 publicações. Já da Flores de Dan, precisei ampliar o período de seleção já que em um ano e 10 dias – de 23.05.2017 a 28.05.2016 – a entidade fez, somente, 11 publicações. Assim, dessa organização selecionei três postagens e a mesma quantidade da Associação das Mulheres Rendeiras, essa também teve seu prazo estendido: de 21.8.2017 a 04.06.2017.

1.2.1 Brechas digitais, pesquisa na *internet* e a Análise Crítica do Discurso

Até pouco tempo, os estudos sobre as redes digitais tratavam das interações nos planos real e digital, sendo que neste, estão inscritas as marcas culturais das interações e disputas presentes na vida cotidiana. Superada essa compreensão, de planos distintos, principalmente, pela constatação de que cada vez mais o cotidiano social está emaranhado com/no mundo digital. E, por conta do seu potencial em alterar os cotidianos da vida humana, criando novos hábitos

e práticas culturais, considero necessário analisar o uso e apropriação das TIC's pelas partes envolvidas nessa pesquisa para a promoção de uma comunicação dos feminismos negros e identificar impedimentos nesse processo, a exemplo das brechas digitais de forma a perceber esses novos arranjos a partir das relações mediadas pelo computador.

Ao tratar nessa tese das diversas formas de uso e apropriação das TIC's, ressalto que os modelos político e econômico de um país são determinantes para a promoção, redução ou exclusão das brechas digitais, ou que a política neoliberal fortalece a formação dos grupos periféricos, reforça o acirramento das contradições presentes *online* e *off-line*. Essas questões, inclusive, se corporificam quando se analisa os dados de pesquisas oficiais.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2019:

Fonte: Instituto Locomotiva a partir da PNAD 2019 IBGE. Valores inflacionados para julho de 2019 pelo INPC e Pesquisa do Instituto Locomotiva com 1.170 pessoas.

Já os dados apurados pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic), de 2018, divulgados em 2019, houve um aumento de 67% para 70% no número de brasileiros/as que usam a *internet*, o equivalente a 126,9 milhões pessoas de um total de 208.494 milhões de pessoas. Já as informações divulgadas em 2014, pelo Instituto

Brasileiro e Geográfico (IBGE) e a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, da *Pesquisa Suplementar sobre Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel Celular*, e da *Pesquisa Brasileira de Mídia 2014: Hábitos de Consumo de Mídia pela População Brasileira*, apontavam para realidades preocupantes, como o de que a *internet* era inacessível para pouco mais da metade da população do país: em 2014, 104,7 milhões de um total de 200 milhões de brasileiros não tinham acesso ao espaço digital. Nota-se que em cinco anos houve um crescimento significativo no aumento de pessoas acessando a *internet*.

Cada vez mais a população recorre às tecnologias para promover a comunicação através da socialização de informações, principalmente. E são parte desse processo de mudança de hábitos culturais os novos modos do ativismo, denominado no mundo digital de ‘ciberativismo’, que pode ser identificado, ou não, quando se realiza pesquisas na *internet*. Alcântara (2015), ao fazer uma cartografia do ciberativismo, resgata marcos históricos, seus encontros e desencontros com os movimentos sociais e ressalta que o mesmo tem uma relação intrínseca ao próprio desenvolvimento da *internet* que precisou aceitar, ao lado do seu discurso comercial e otimista, o repertório de um outro grupo, que privilegia a atuação social. Nesse caso, uma ação contra-hegemônica. Nessa busca, a autora localizou o movimento mexicano zapatista, em 1994, que recorrendo ao computador disseminou sua luta. Mais recentemente, em 2010, o movimento que ficou conhecido como Primavera Árabe também recorreu às redes digitais. Um ano antes, em 1998, a Batalha de Seattle, ocorrida em 1999, tornou-se como uma referência contrária às políticas globalizantes e neoliberais, realizada durante a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Alcântara (2015, p. 80) se posiciona a favor das três formas de ativismo digital proposto por Wray: ativismo computadorizado, desobediência eletrônica civil e hackeamento politizado. O primeiro se refere a ação que extrapola o compartilhamento de informações e do diálogo pois estimula uma ação em escala global. É desse lugar que acredito estar situada a maioria das quatro instituições que integram essa pesquisa. A segunda forma, a desobediência eletrônica civil, diz respeito às iniciativas de bloqueio virtual de *sites*; e por último, o hackeamento politizado, que não exige uma ação coletiva, em massa. Pelo contrário, essa é uma iniciativa que requer anonimato e, na maioria das vezes, é executada individualmente.

Essas peculiaridades fazem com que a *internet* seja local, objeto ou instrumento de pesquisa. No caso dessa tese, a *internet* é o local e instrumento de parte importante dessa pesquisa, pois

foi no ambiente digital onde foram realizadas as coletas dos dados. As mudanças e complexidades das relações *online* e *off-line* têm promovido novas formas culturais de relacionamentos que, por sua vez, demandam novas formas de se observar e analisar essas interações sociais mediadas pelo computador.

Para Fragoso, Recuero e Amaral (2011), os estudos sobre a *internet* deram origem a um campo do conhecimento em desenvolvimento “com suas contradições e especificidades – sobre o qual podemos ajudar a ampliar e desenvolver tanto a pesquisa como o debate” (FRAGOSO et al, 2011, p. 31). Neste sentido, ela orienta que as pesquisas na *internet* devem seguir o mesmo rigor das demais pesquisas científicas.

O estudo das redes sociais, na *internet*, segundo Recuero (2009), permite uma série de informações sobre as redes analisadas, inclusive, a seleção e definição das instituições e redes a serem analisadas. Além da escolha das Ong's, por critérios aqui já apresentados, optei por coletar os dados junto aos *sites* e contas no *Facebook*, ou seja, todas as informações foram colhidas em espaços públicos na *internet*.

Não posso deixar de observar o contexto das redes sociais, os fenômenos a que elas estão visceralmente relacionadas, por exemplo, os conflitos e motivações que geraram o acesso, uso e apropriação das TIC's por instituições de mulheres negras, promovendo uma ampliação das redes de relacionamentos. Recuero (2009) ensina que uma rede social é um conjunto formado por dois/duas atores/atrizes, que são nós e podem ser pessoas, instituições ou grupos e suas conexões, os laços e interações sociais. Segundo ela:

[...] uma rede, assim, é uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores. A abordagem de rede tem, assim, seu foco na estrutura social, onde não é possível isolar os atores sociais e nem suas conexões. O estudo das redes sociais na Internet, assim, foca o problema de como as estruturas sociais surgem, de que tipo são, como são compostas através da comunicação mediada pelo computador e como essas interações mediadas são capazes de gerar fluxos de informações e trocas sociais que impactam essas estruturas. (RECUERO, 2009, p. 24)

Sendo assim, Recuero (2009, p. 13) reconhece as redes sociais na *internet* como agrupamentos complexos e construídos a partir de interações sociais apoiadas em tecnologias digitais de comunicação, na qual a proposta de rede contribui para pensar vários aspectos, como os individuais, coletivos e tecnológicos dos agrupamentos humanos na *internet*.

Partindo da ideia de grafos, os atores são as pessoas, ou *blogs*, *sites*, envolvidas em cada agrupamento. Nesse caso, *blogs* e *sites* são representantes de pessoas ou instituições. Falam em nome de pessoas ou entidades e seus conteúdos (discursos) podem gerar novas identidades, novas interações ou conexões, que na verdade é a matéria prima da relação mediada pelo computador.

Essas interações só são reveladas ao se estudar a *internet*. Para Fragoso, Recuero e Amaral “a *internet*, enquanto objeto de estudo, tende a ser elaborada conceitualmente sob dois modelos de abordagem teóricas que podem ou não estar conectadas: *internet* enquanto cultura e enquanto artefato cultural” (FRAGOSO et al, 2011, p. 40). No primeiro caso, cultura é compreendida como um espaço diferenciado do *off-line* e o estudo enfoca o contexto cultural dos acontecimentos nas comunidades virtuais. Essa abordagem considera as formações e funções sociais, os tipos de organizações, seus elementos de conflitos cooperação e fortalecimento das comunidades.

Já a *internet*, como artefato cultural, fornece uma estrutura da qual se pode pensá-la por diferentes abordagens metodológicas, uma delas é observar a inserção da tecnologia na vida cotidiana. Nesse caso, e segundo a autora, “favorece a percepção da rede como um elemento da cultura e não como uma entidade à parte” (FRAGOSO et al, 2011, p. 42). Fragoso, Recuero e Amaral, que se associam aos estudiosos que concebem a *internet* enquanto artefato cultural, defendem que nessa lógica é possível analisar como “as práticas de produção e consumo de conteúdo dos usuários acabam oportunizando um amplo recorte de análise” (FRAGOSO et al, 2011, p. 43), no qual as audiências podem ser relativizadas. Fragoso, Recuero e Amaral citam algumas das categorias que podem ser analisadas em pesquisas na *internet*: apropriação tecnológica, ciberativismo, inclusão digital, socialização *online*, entre outras.

Antes de executar a ACD e uso das Estratégias Sensíveis como categoria de análise, utilizei, como ferramenta, o programa informático *Wordclouds.com* (<<https://www.wordclouds.com/>>), que após ler textos, em *Word* ou PDF, produz uma nuvem de palavras, organizada de forma hierárquica em cores e tamanhos variados. Assim, tornam-se conhecidas todas as palavras mais usadas em um texto.

Figura 2 - Print da página inicial do Wordclouds.com

Fonte: <<https://www.wordclouds.com/>>.

Além de seguir os pressupostos metodológicos e epistemológicos da Pesquisa Ativista, para iniciar esse estudo foi necessário traçar um perfil detalhado de cada uma das quatro entidades por meio de uma pesquisa quanti-qualitativa na *internet*, a partir da qual foi possível, coletar alguns dados elementares como: histórico dos coletivos, quadro diretivo, parcerias, relação/visão dos meios de comunicação e tipos de ferramentas usadas.

Nesse sentido, Deslauries e Kérisit (2014) tratam do delineamento da pesquisa qualitativa, pois ela contribui na organização das condições de coleta de dados e, também, nas análises dessas informações. “O delineamento variará, portanto, não apenas em função do objetivo da pesquisa, mas também segundo as possibilidades e os limites nos quais esta se desenvolve”, (DESLAURIES; KÉRISIT, 2014, p. 128). A pesquisa qualitativa aprofunda processos ou fenômenos complexos, podendo evidenciar estruturas inovadoras. No caso desta tese, considera-se que a pesquisa qualitativa tem um papel descritivo:

Uma pesquisa descritiva colocará a questão dos mecanismos e dos atores (o “como” e o “que” dos fenômenos); por meio da precisão dos detalhes, ela fornecerá informações contextuais que poderão servir de base para pesquisas explicativas mais desenvolvidas. Entretanto, ela é a maior parte do tempo, completa em si mesma, e não, obrigatoriamente, necessidade de ser continuada por outros pesquisadores, por meio de outras técnicas. (DESLAURIES; KÉRISIT, 2014, p. 131)

Os autores chamam a atenção que a pesquisa qualitativa também pode assumir um papel de dar sentido à ação, ou seja, levar à contribuição os sujeitos (participantes) da pesquisa. Essa metodologia contribuiu para o levantamento de dados primários, para o conhecimento de um problema, construção de um cenário, a partir de dados não conclusivos. Minha coleta de dados na internet foi manual e, principalmente, em dois espaços: no *Facebook* e nos *sites* das entidades.

Como um dos critérios de coleta de dados, estabeleci um recorte temporal: análise das postagens executadas nos últimos 30 dias, a partir de julho de 2017, a contar da data da última postagem. No entanto, essa meta não pode ser cumprida por conta da irregularidade nas publicações da Flores de Dan e Associação das Mulheres Rendeiras. Por isso, os períodos ficaram assim:

Quadro 4 - Período de levantamento das postagens de cada coletivo

Odara	Flores de Dan	Associação das Mulheres Rendeiras de Petrolina/PE	Criola
De 18.07.2017 a 18.08.2017	De 23.05.2017 a 28.06.2016	De 21.08.2017 a 04.06.2017	De 24.07.2017 a 24.08.2017

Fonte: Dados colhidos da pesquisa.

A partir desse recorte, delineou-se um cenário original apontando para similaridades, distinções sobre o uso das redes sociais e etc. das entidades participantes desta pesquisa. A coleta de dados quantitativos contribuiu para a formulação de quadros e análises interpretativas e comparativas sobre, por exemplo, frequência das publicações por cada instituição, número de Compartilhamentos, Comentários, Curtidas, etc. Além de pesquisa quali-quantitativa, realizei entrevistas em profundidade com uma representante de cada uma das quatro Ong's e apliquei um breve questionário, comum às quatro instituições e enviadas e respondidas *online*.

Dei preferência às assessoras de comunicação ou diretoras para fazer as entrevistas. É que a entrevista em profundidade fornece elementos, informações, conteúdos que contribuem para o conhecimento das motivações do uso das redes sociais; quem são as mulheres que dirigem as instituições, prioridades e ações dos ativismos e feminismos negros e etc. Assim, a construção

do perfil de cada instituição contou com informações extraídas dos *sites*⁷ e *Facebooks*⁸, e das entrevistas em profundidade. Alguns dados complementares foram solicitados às participantes por meio de questionário *online*. Segundo Duarte e Barros (2005), esse tipo de pesquisa “é um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer” (DUARTE; BARROS, 2005, p. 62).

Para o desenvolvimento de pesquisas na *internet*, Kozinets (2014) sugere a Netnografia, uma forma especializada de etnografia adequada às exigências típicas das relações mediadas pelo computador. O autor elenca uma série de questões típicas da pesquisa na *internet*, como: o ingresso nesse universo é diferenciado e a participação pode ter sentido distinto entre presencial e *online*; o desenvolvimento da pesquisa traz desafios novos e diversos.

Até mesmo a ideia de amostragem tem conotação diferenciada, pois a *internet* é um universo de investigação, por exemplo: um recorte que abranja apenas uma pequena parcela da rede, como é o caso do *Facebook*, pode significar um espaço que reúne milhões de pessoas. Por outro lado, o recorte, ou a amostra, nem sempre pode servir como dados que podem ser generalizados. Ou seja, as informações que esta pesquisa apurou podem servir de análise comparativa somente ao universo das quatro Ong’s de mulheres negras brasileiras envolvidas nessa pesquisa e não ao total de instituições de mulheres negras do país.

No caso dessa pesquisa, a Netnografia opera como uma pesquisa dentro da pesquisa maior, mesmo sendo a Netnografia, como destaca Kozinets (2014, p.61), uma combinação de

⁷ Também denominado por sítio ou *website*, é o trabalho de uma pessoa, empresa ou organização, voltado a um propósito. Costuma recorrer ao hipertexto, que é um texto ao qual são agregados outros conjuntos de textos (*links*), imagens ou sons (hiperligações), que servem para facilitar a navegação dos/as internautas na *World Wide Web* (WWW). Um *website* pode ser estatístico, sendo a sua extensão.html porque utiliza a linguagem ou código HTML; ou dinâmico, interativo, sendo as linguagens JavaScript e PHP as mais utilizadas (<<https://www.significados.com.br/website/>>).

⁸ Até março de 2017, o *Facebook* era usado por cerca de 194 bilhão de pessoas no mundo, um crescimento de 17% sobre o ano anterior. Com relação ao lucro líquido atribuível aos acionistas, subiu para US\$ 3,06 bilhões, ou US\$ 1,04 por ação, no primeiro trimestre, ante US\$ 1,73 bilhão, ou US\$ 0,60 por papel, no mesmo período do ano passado. Segundo a empresa de pesquisa de mercado e Marketer, receita total subiu para US\$ 8,03 bilhões, enquanto em 2016 o total ficou em US\$ 5,38 bilhões só no primeiro trimestre. Os números colocam o *Facebook* com 22,6% de participação no mercado de publicidade móvel e projeta o Google como líder do segmento, com 35,5%. Ainda em 2017, no Brasil, o *Facebook* perdeu espaço como fonte de notícia para o *WhatsApp*: 66% dos leitores *online* em 2017 usaram o *Facebook* para achar notícias, o que representa menos seis pontos percentuais, com relação a 2016. Nesse segmento, o *Facebook* era o expoente – 57% dos entrevistados o usavam para esse fim, 12% menor que o registrado em 2016. A mudança reflete uma disputa do *WhatsApp* com o *Facebook*, pois os *smartphones* passaram a ser mais usados que os computadores como dispositivo para leitura de notícias. Ao completar 15 anos em fevereiro de 2019, o *Facebook* estava com 2,3 bilhões de usuários.

múltiplos métodos. Para buscar respostas aos objetivos desta pesquisa, como o de saber se o componente *online* potencializa a luta das mulheres negras, tive que fazer algumas distinções, a maioria, orientada por Kozinets. Uma delas foi identificar se essa pesquisa era de comunidades *online* ou uma pesquisa *online* em comunidades. A primeira, diz respeito ao estudo de fenômenos relacionados visceralmente às comunidades eletrônicas e a cultura *online*. A segunda, a pesquisa *online* em comunidades, com a qual essa tese tem interface, diz respeito aos estudos investigativos de algum fenômeno social, geral “cuja existência social vai muito além da *internet* e das interações *online*, ainda que essas interações possam desempenhar um papel importante com a afiliação ao grupo” (KOZINETTS, 2014, p. 65).

Ou seja, o perfil e análise das instituições participantes dessa pesquisa, a partir da coleta de dados *online*, evidenciam as relações dessas instituições dentro e fora das redes sociais. Já que para conhecer a intervenção desses coletivos no protagonismo digital de mulheres negras – público externo – considere como de suma importância identificar a relação dessas instituições com o universo digital, no seu ativismo cotidiano.

Já a Análise Crítica do Discurso (ACD), ou Estudos Críticos do Discurso (ECD), é um tipo de pesquisa analítica que utilizo nessa pesquisa porque ela se debruça em estudar a reprodução discursiva do poder e do abuso do poder – controle de um grupo sobre outros grupos – que resultam em desigualdades e injustiças sociais, principalmente, na mídia, praticada por grupos dominantes. Afinal, o abuso de poder se configura, segundo Van Dijk (2015) como um recurso simbólico. Ao focar no poder, na ideologia e no discurso, constato que a ACD evidencia sua relação com o pensamento de Gramsci⁹.

Mas o que opera como uma justificativa para o uso dessa proposta é que a ACD prioriza alguns temas, problemas sociais em curso em várias partes do mundo, como racismo e outras exclusões como a de gênero. Só que nesta tese, a ACD foi utilizada na análise da produção textual não de grupos dominantes, mas de um grupo subjugado. Sendo assim, a produção de um discurso reativo e motivado pelo abuso de poder e obstruções no acesso ao discurso

⁹ Essa aproximação é mais explícita na p. 24, onde Van Dijk afirma “notamos como a noção clássica de hegemonia, como definida por Gramsci em *Prison notebooks*, ganha substância através de uma análise muito mais explícita dos processos envolvidos, a saber, como as ideologias são reproduzidas e como as pessoas podem agir, do seu próprio livre-arbítrio, no interesse dos que estão no poder. Em outro trecho, o autor trata novamente da denominação hegemonia, cunhada por Gramsci e afirma que “a dominação de classe, o sexismo e o racismo são exemplos característicos dessa hegemonia” (VAN DIJK, 2015, p. 118).

mediático. E são nessas narrativas que pretendo identificar os agenciamentos dos conteúdos discursivos.

Assim, a ACD não será usada para identificar o racismo, mas quais os discursos gerados a partir dele, como um ato de resistência, pela democracia e pela justiça social. Nessa inversão do foco de análise, nota-se que as experiências, o conhecimento dos grupos dominados sobre os elementos constitutivos desse abuso de poder, não só avaliam o discurso dominante, como também os motes da ação reativa e geradores de projetos e políticas públicas alternativas e de enfrentamento dessa situação.

Van Dijk explica que os métodos a serem utilizados pela ACD devem ser selecionados criteriosamente de forma que uma pesquisa possa “contribuir para a apoderação social de grupos dominados, especialmente, no domínio do discurso e da comunicação” (VAN DIJK, 2015, p. 13). Importante salientar que, por suas escolhas, a ACD não é uma proposta ‘neutra’, assim como a Pesquisa Ativista, mas, ao assumir uma posição, a exemplo dos estudos que se dizem ‘neutros’, a ACD se lança a selecionar os componentes teóricos e metodológicos capaz de atender aos pressupostos de produção de conhecimento e, também, sua intenção de contribuir com os movimentos sociais de grupos historicamente subalternizados. Outro ponto que a ACD se debruça, diz respeito ao discurso jornalístico:

A aquisição do conhecimento e a formação de opiniões sobre a maior parte dos eventos do mundo parecem basear-se largamente no discurso jornalístico presente na imprensa e na televisão, compartilhado diariamente por milhões de pessoas. Provavelmente, nenhum outro tipo de discurso é tão penetrante e tão compartilhado e lido por tantas pessoas de maneira mais ou menos simultânea. Seu poder potencial, então, é enorme e uma observação minuciosa dos esquemas, assuntos e estilo das matérias jornalísticas é, portanto, crucial, para compreendermos o exercício do poder político, econômico, social e cultural, além da comunicação e da aquisição de ideologias que lhe dão apoio. (VAN DIJK, 2015, p. 77)

A ACD se detém nas complexas relações entre a estrutura social e a estrutura discursiva haja vista que o poder discursivo dos meios de comunicação não pode ser “simplesmente em termos de ‘efeitos’ simplistas, diretos” (VAN DIJK, 2015, p. 77), pois a interpretação, avaliação e representação geradas por uma notícia dependem de elementos da estrutura social, como diferenças socioeconômicas e socioculturais. Nesse caso, a ACD evidencia seu caráter transdisciplinar, onde às áreas da Sociologia e Psicologia são convocadas uma vez que inclui a dimensão cognitiva, a exemplo das memórias a curto prazo – onde guardamos informações pelas quais temos pouco interesse – e a longo prazo – opera como um arquivo ou ‘manual’

onde são armazenadas os dados que nos interessam e a cada nova informação, aciona as demais e, a partir dessa revisão mental, fazemos análises, reflexões e tomamos posições a respeito de diversos temas.

Essa tomada de posição, para Van Dijk (2015, p. 205-206), aparece na produção discursiva, pois revela os modelos mentais, pessoais ou coletivos, sobre um evento ou situação, uma vez que um discurso tem fragmentos desses modelos e crenças subjetivas. “Em outras palavras, um texto, é normalmente, apenas o topo do *iceberg* de todas as informações que falantes têm sobre um evento ou situação de que estão falando” (VAN DIJK, 2015, p. 207). O mesmo se aplica à compreensão discursiva, a audiência. Nota-se que a ACD além de incluir a dimensão cognitiva, opera por meios de elementos de análise, como o contexto (fatores cognitivos e sociais) e o texto (como as diferentes estruturas do discurso jornalístico); microestrutura (as relações locais em um texto, que dão sentido entre as frases e a macroestrutura, como os usuários de texto entendem, armazenam e recordam os textos).

Para Van Dijk, existem restrições ao acesso ao discurso midiático que não se limitam à mídia, mas também às mentes, de forma indireta e persuasiva, pois “para controlar mentes e corações, o orador precisa dos meios, no caso, da mídia, que lhe garantam um alcance para atingir um público cada vez maior” (VAN DIJK, 2015, p. 119). Ele identifica as ‘elites simbólicas’ como os segmentos que têm poder de interferir na opinião pública, a exemplo, de jornalistas, educadores e políticos. Sodré (2016) corrobora nessa definição de ‘elites simbólicas’:

[...] a mídia desenvolveu-se aqui (e também em muitos outros países, vale sublinhar) como um bem patrimonial – os sujeitos econômicos da indústria da informação e do imaginário são predominantemente famílias. A conhecida especulação de Habermas, no sentido de uma “refeudalização” da esfera pública pela mídia contemporânea (criação publicitária de uma aura mítica em torno das figuras de autoridade), tem aqui o sentido acrescido: os canais de transmissão constituem verdadeiros “feudos” econômico-jurídico-político-ideológicos de elites patrimoniais. (SODRÉ, 2016, p. 243)

Outro elemento destacado pela ACD, que não privilegia metodologias específicas, diz respeito ao contexto, de onde emergem os discursos, tantos dos grupos dominados como dos dominantes e que, por sua vez, se insere as disputas das estruturas. Afinal, as narrativas de ambas as partes são ressignificadas para atender aos seus interesses e são marcadas pelo poder ou pela sua ausência, ou desejo de acessá-lo. Ou seja, realidade política, social, econômica,

etc. são determinantes para a construção de discursos que, por sua vez, evidenciam uma relação nevrálgica entre as estruturas social e discursiva. Sendo assim, além da análise do texto, é preciso analisar o contexto em que ele foi construído. Por isso, o arcabouço teórico dessa tese, além de indicar as bases em que foi erigida, também opera para indicar o contexto para a aplicação da ACD nas produções textuais postadas no *Facebook* pelas quatro instituições que compõem essa pesquisa.

1.3 INDAGAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS: PERSPECTIVAS DISSONANTES E DESCOLONIAIS

Como vimos, algumas das políticas da Pesquisa Ativista, assim como dos conteúdos da crítica de Hall (2016a) ao paradigma dominante, me estimulam a refletir sobre a produção do conhecimento científico, quando os objetos e temas de estudos se enquadram no que se denominou de produção de ‘grupos subalternos’. Bachelard (2006) entende a existência da ciência como um progresso do saber, tornando-se assim, uma das testemunhas irrefutáveis da existência progressiva do ser pensante. É na sua constituição que uma pesquisa enfrenta barreiras e elas operam não como uma impossibilidade, mas como a possibilidade real de se provocar uma nova enunciação. Mas o que pensar ou fazer quando a produção do conhecimento não aceita como tal, as ciências produzidas por grupos situados socialmente fora dos limites eurocêtricos?

Esse modelo, o eurocêntrico, de produzir conhecimento, ou de reconhecê-lo como tal, tem sido alvo de críticas contundentes dos segmentos do ‘Sul Global’¹⁰, que enfrentam barreiras para o reconhecimento de suas produções científicas e, também, porque tecem críticas ao cânone epistêmico ocidental. Grosfoguel (2010), por exemplo, afirma que:

[...] essa crítica não é, apenas, uma crítica anti-europeia, fundamentalista e essencialista, pois ela se estende ao colonialismo e aos fundamentalismos tanto eurocêtricos como aos do terceiro mundo. Pois todas, segundo ele, “têm em comum a premissa de que existe apenas uma tradição epistêmica a partir da qual pode alcançar-se a verdade e a universalidade”. (GROSFOGUEL, 2010, p. 457)

¹⁰ Em linhas gerais, entendo o projeto teórico Sul Global como uma crítica à produção eurocêntrica e universalizante do conhecimento, que nega e hierarquiza outros modos de produção da ciência, a partir de outras concepções de mundo nascidas em outros espaços geográficos. Essa crítica não se limita à produção dos saberes, também se estende aos sistemas políticos e econômicos. Sul Global também pode ser visto como um conjunto de desafios epistemológicos que, a partir dos danos provocados pelo colonialismo europeu, sugere alternativas para outras cartografias de saberes e práticas.

Dessa observação, formulo um questionamento que perpassa grande parte desse trabalho: como se pensar, a partir do campo da Comunicação, concebendo-o como transdisciplinar, para problematizar as ações de mulheres negras que formam uma tríade: comunicação, gênero e raça, se esses dois temas só passaram a ser tematizados, de forma mais direta e contundente, a partir das críticas dos Estudos Culturais, apesar da já consistente caminhada das teorias da comunicação?

Santos (2012a; 2012b), ao definir a proposta de Epistemologias do Sul, afirma que ela é decorrente da existência de epistemologias do Norte e que, na verdade, o ideal é que não existissem como diferenças verticais. Ele ensina que as epistemologias do Sul surgem como uma proposta epistemológica, subalterna, insurgente e resistente a um modelo de dominação capitalista, colonialista e patriarcal, que se tornou um paradigma hegemônico que opera em várias áreas, até mesmo, nas ciências, na produção do conhecimento.

Santos (2012a; 2012b), salienta que as epistemologias do Norte têm resistência a outras experiências não eurocêtricas, provenientes de outras regiões do mundo e formadas por outras cosmovisões, por outros universos simbólicos, maneiras de ver a vida e a natureza. Elas nascem porque as epistemologias do Norte são refratárias a outras ciências, principalmente, porque não foram criadas para ver e respeitar essas outras experiências. Nesse sentido, as epistemologias do Sul, que podem estar dentro e fora da Europa, partem de uma premissa de que sem justiça cognitiva global, não haverá uma justiça social global.

Santos (2012a; 2012b) descreve os quatro pilares da proposta: 1º) o resgate das experiências que estão invisibilizadas pelas epistemologias do Norte por meio da sociologia das ausências; 2º) dar voz e amplificar as inovações produzidas no Sul Global não como exóticas, mas como emergências de coisas novas e que podem ser tratadas como sociologia das emergências; 3º) para captar esse conhecimento que não é monocultural e sim pluricultural é necessária uma ecologia do saber; 4º) para que haja um diálogo entre esses conhecimentos e saberes é preciso uma tradução intercultural para se conhecer similaridades e distinções entre culturas distintas, por exemplo.

As Epistemologias do Sul, segundo Santos (2012a; 2012b) são um conjunto de práticas cognitivas e de critérios de valorização do conhecimento a partir das experiências de grupos sociais do Sul Global, que têm sofrido, de forma sistemática, as injustiças do capitalismo, do

colonialismo e do patriarcalismo e é desse sofrimento que são formulados pontos de vista epistêmicos de resistência e insurgência à dominação dos paradigmas das Epistemologias do Norte.

Constata-se que tanto Hall quanto Souza fazem uma crítica ao paradigma dominante do conhecimento, demonstrando a presença de conflitos internos e externos que dificultam diálogos e possibilidades de construções de novos paradigmas. Esses olhares dissonantes se movem tanto para a comunicação como para as ciências sociais. Esses dois intelectuais dialogam com Grosfoguel, quando esse trata de uma crítica originária de uma perspectiva descolonial¹¹, resultado de um diálogo crítico entre vários projetos ‘políticos/éticos/epistêmicos’ que apontem para um mundo pluriversal e não universal; que respeite as concepções de mundo do Sul Global “que pensem com e a partir de corpos e lugares étnico-raciais/sexuais subalternizados” (GROSFOGUEL, 2010, p. 457).

O autor se dispõe a fazer uma discussão a respeito da crítica epistemológica por intelectuais feministas e por grupos étnico-raciais ao modelo de ciência ocidental. Uma delas diz respeito a quem fala e de onde fala. Nas ciências ocidentais quem fala deve estar oculto da análise, assim como o lugar de fala desse/a sujeito/a “oculta não só aquele que fala como também o local epistêmico geopolítico e corpo-político das estruturas de poder/conhecimento colonial, a partir do qual o sujeito se pronuncia” (GROSFOGUEL, 2010, p. 459).

Nesse jogo confunde-se o lugar epistêmico do social, que uma Pesquisa Ativista pode colocar holofotes, seguindo as classificações de D’Souza (2010) proativa e reativa. O fato de alguém estar situado socialmente como excluído das relações de poder não o faz pensar epistemicamente desse lugar de subalternidade. Essa pessoa pode se identificar epistemicamente com os pressupostos dominantes sem produzir nenhuma crítica ao modelo de produção de ciência no mundo ocidental. Daí Grosfoguel concluir que a neutralidade e a objetividade – aqui apontadas como alguns dos pontos das críticas à Pesquisa Ativista, pois a sua ausência fere as políticas da produção de conhecimento da modernidade/colonialidade – não passam de um mito ocidental, “crucial para os desenhos ou desígnios globais do Ocidente” (GROSFOGUEL, 2010, p. 460). Ainda segundo o autor:

Salvo raras exceções, os estudos dedicados à globalização, os paradigmas da economia política e a análise do sistema-mundo não tiraram as ilações epistemológicas e teóricas da crítica epistêmica provenientes dos lugares

¹¹ Uso a expressão descolonial, no sentido de superação do colonialismo. Já decolonialidade, indica a intenção de transcender a colonialidade.

subalternos cavados pelo fosso colonial, que encontraram expressão no meio acadêmico através dos estudos éticos e dos estudos feministas. Com efeito, essas abordagens continuam a produzir conhecimento através dos olhos de deus, a partir do “ponto zero” do homem ocidental. Isso gerou importantes problemas no que respeita à forma como se conceitualiza o capitalismo global e o “sistema-mundo”. Esses conceitos precisam de ser descolonizados e tal só pode ser conseguido por meio de uma epistemologia descolonial que assuma abertamente uma geopolítica e uma corpo-política do conhecimento descolonial como pontos de partida para uma crítica radical. (GROSFOGUEL, 2010, p. 461-462)

1.3.1 Imperialismo intelectual eurocêntrico e estadunidense

As críticas e propostas às ciências produzidas dentro da ótica eurocêntrica e que se estende ao modelo norte-americano, na verdade tornam explícitas as barreiras construídas dentro de uma lógica de não diversidade da produção do conhecimento. Assim como Santos (2010), acredito na utopia de que essas críticas vindas do Sul, do pensamento afrodiaspórico, por exemplo, costuradas às ideias descoloniais, serão absorvidas acabando com divisões e estereótipos de quem pode produzir conhecimento: a margem ou o centro. Contudo, reconheço que as resistências às culturas subalternizadas são de ordem estrutural e se fortalecem em momentos de crise. Sobre essa questão Santos (2010) constata as dificuldades no campo do conhecimento, em recorrer às suas bases e formulações em questões que não reconhecem essas vozes. Aí reside parte da nossa justificativa em buscar abrigo nesse outro ‘lado’.

Santos (2012a; 2012b) é veemente ao afirmar que “não há justiça social global sem justiça cognitiva global”, ou quando destaca que “as epistemologias do Sul trazem outros conhecimentos para dentro do conhecimento científico porque são outras maneiras de se fazer ciência, que existem em outros contextos simbólicos” (SANTOS, 2012a). Já D’Souza (2010), ao dispor sobre a Pesquisa Ativista, percorre esse mesmo caminho de crítica propositiva. Porém, atenta às ‘armadilhas’ e, por isso, ela trata das mobilizações proativa e reativa dentro da Pesquisa Ativista e ressalta a possibilidade dessa metodologia, com base na mobilização reativa, tornar explícitas situações que resultam em desafios ao neoliberalismo, entendendo esse modelo como gerador e reproduzidor de exclusões.

Compreendo a defesa da Pesquisa Ativista por D’Souza (2010) como uma intenção voltada para um reconhecimento de outra formulação de ciência ainda não reconhecido como tal:

[...] a natureza e o alcance da transformação social bem como o tipo de transformações sociais que a ação pode gerar, dependem da natureza da

pesquisa, mas dependem igualmente das relações e das experiências sociais do pesquisador enquanto sujeito humano e na medida em que ele se identifica com o conhecimento. (D’SOUZA, 2010, p.169)

Nesse caso, a autora reflete sobre “colonialidade do poder”, pois ela é responsável, segundo Grosfoguel (2010), por um relevante processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial, onde há uma distorção ou apagamento das históricas locais. Estratégia essa que “articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais” (GROSFOGUEL, 2010, p. 469).

Segundo Sovik (2016), quando Hall dispõe sobre a crise do paradigma dominante nas ciências sociais e no campo da comunicação associa essa crise, também aos modelos eurocêntrico e norte-americano. Para Hall, o paradigma dominante tem como premissa uma teoria social formulada com uma conceituação própria de cultura que coincide com a teoria da democracia capitalista liberal, na qual “seu modelo de formação social é idêntico ao da sociedade estadunidense, cujo “excepcionalismo” tem, paradoxalmente, se tornado paradigmático para todas as outras sociedades” (HALL, 2016a, p. 37). Ou seja, uma padronização global – imperialismo intelectual – de uma proposição que se irradiou a partir dos EUA e que foi marcada, principalmente, nas décadas de 1950-1960.

Nesse entendimento, Hall (2016a) identifica a crise do paradigma dominante, ou do imperialismo intelectual, a crise dos estudos de comunicação, como um reflexo das críticas formuladas por outras forças sociais, por outros modelos e teorias consideradas alternativas. Por conta dessas proposições, busco desenvolver uma pesquisa mais afinada com proposições teóricas e epistemológicas que contemplem, por exemplo, as categorias de raça e gênero.

Ressalto ainda que D’Souza, Hale e Fals Borda apontam para uma tensão no campo da pesquisa científica sobre Pesquisa Ativista pois essa metodologia atrita, discorda de práticas consolidadas epistemologicamente sobre os pressupostos eurocêntricos e, portanto, aceitáveis na produção de pesquisa científica. Afinal, a Pesquisa Ativista desestabiliza modelos dominantes impostos pelas disputas internas da produção de conhecimento entre, como afirma Bourdieu (1983, p. 16) “os dominantes e os pretendentes”.

Aliás, Fals Borda (1978) advertia que o valor da ciência variava conforme os objetivos das classes sociais envolvidas na produção do conhecimento. Uma dessas tensões, aqui citada por Hale (2011), diz respeito ao entendimento de que a relação anterior à pesquisa, do/a pesquisador/a com uma determinada questão ou movimento social, debilita os resultados. Mas, como defende D’Souza (2010), um dos benefícios da Pesquisa Ativista é trilhar novos caminhos para a inclusão de temas sociais, nevrálgicos e presentes na sociedade e na comunicação e de pouca produção, no meio acadêmico. E, também, contribuir para a mudança social.

Mas, para Alves (s/d), a Pesquisa Ativista reconhece o ativismo do/a pesquisador/a e os grupos contrários à proposta, criam barreiras, que ele considera reformistas, por negarem as vivências anteriores do/a pesquisador/a ao sugerir que “toda Pesquisa Ativista siga o roteiro político da sociedade civil política” (ALVES, s/d, p. 4). Esses impedimentos, surgem e dependem do tipo do contexto pesquisado, como grupos ‘desviantes’ e *gangues*. Apesar dessa ressalta, Alves cita Hale quando esse afirma que:

[...] existem vários desafios metodológicos e epistemológicos na realização de antropologia ativista. Exige uma sensibilidade política para "ouvir", aprender e conceber a pesquisa de acordo com as necessidades da comunidade. O pesquisador deve renunciar ao discurso acadêmico autoritário e reconhecer o assunto da pesquisa como co-produtores de conhecimento. O pesquisador também deve acomodar temporalidades distintas da academia e do movimento social para priorizar a pressão diária, problemas que as pessoas enfrentam enquanto vivem suas vidas. (HALE, 2001, apud ALVES, s/d, p. 3)

Concordo com Fals Borda, Hall, Hale e D’Souza quando suas críticas, ao campo da comunicação, convergem para a negação das possíveis limitações nos resultados de uma Pesquisa Ativista, haja vista que a rigidez metodológica é mantida em todas as etapas. Mais uma vez, o que ressalta é a lógica da disputa pela produção do conhecimento e a exultação da possibilidade do olhar de dentro, da práxis, e que esse olhar, mais refinado não impede a observação desde filigramas a problemas mais explícitos.

1.4 ESTRATÉGIAS SENSÍVEIS COMO CATEGORIA DE ANÁLISE

O estudo sobre a Comunicação nas redes digitais, construída pelas mulheres negras brasileiras, em especial, a forjada pelas quatro Ong’s que integram essa pesquisa, revela algumas especificidades, como a de constatar que essa produção é motivada por mutilações

geradas a partir de processos seculares de exclusão e, principalmente, pela negação da humanização presente no outro, prática exercida ainda hoje e a partir de uma ideia eurocêntrica de dominação colonizadora.

Collins (2019), ao tratar das relações afetivas das mulheres negras, recorre a uma fala da personagem Sethe, do livro *Amada*, da escritora negra norte-americana Toni Morrison, a seu amigo Paul D, um negro já liberto, sobre o que sentiu após se libertar da escravidão. Ela diz que estava se sentido tão grande e larga que ao esticar os braços pode abraçar todos os filhos. Também afirmou que estava tão feliz que poderia, se quisesse, amar qualquer pessoa. Collins faz essa referência para observar o quanto “a escravidão se apoderou de sua força, transformando-a em energia para seus próprios fins” (COLLINS, 2019, p. 255). Na continuação do diálogo, Paul D responde a Sethe dizendo que sabe bem dessa sensação “chegar a um lugar onde você podia amar qualquer coisa que quisesse – sem permissão para desejar –, bem, ora, isso era liberdade” (COLLINS, 2019, p. 255).

Em síntese, essa referência ilustra o que desejo afirmar: a negação da emoção aos/as africanos/as escravizados/as na diáspora, como um dos mecanismos do sistema de dominação, promoveu várias interdições, como a do direito ao amor e a fala. Mas, por outro lado, essas obstruções impulsionam, na atualidade, uma produção discursiva nas redes digitais e feita por mulheres negras, carregada de intenções, agenciamentos e conteúdos de enfrentamento e superações dessas barreiras, onde o sensível se faz presente, insistentemente.

Também não posso deixar de notar as pegadas de resistência e as reações das mulheres negras que recorrem a Comunicação por meio das ferramentas digitais, transitando assim por vários campos, evidenciando subjetividades e cognitividades. De forma breve, a subjetividade, segundo Vygotsky (1991), é compreendida como algo que varia conforme o julgamento de cada pessoa, consistindo em um tema que cada indivíduo pode interpretar da sua maneira, posto que é subjetivo e, portanto, pode ser alterado de acordo com cada indivíduo. Subjetividade essa manifestada a partir do vínculo do pensamento e da linguagem por onde se expressa o nosso interior, o nosso pensamento. Esse ciclo onde a linguagem dá sentido à nossa fala, o social, para Vygotsky, aparece em nossas narrativas e refletem a interferência do social, na formação social no nosso desenvolvimento, por meio da linguagem.

Sendo assim, a subjetividade humana diz respeito aos sentimentos de cada pessoa, como a sua opinião sobre determinado assunto. Varia de acordo com os sentimentos, concepção de mundo e hábitos, por exemplo, de cada indivíduo. É uma reação e opinião individuais diante de determinados temas ou notícias que podem servir como marcadores de um lugar de fala. A subjetividade não é passiva de discussão, pois cada indivíduo atribui um determinado valor para uma coisa específica. Por conseguinte, a subjetividade é formada através das crenças e valores do indivíduo e da coletividade, associadas ao tempo histórico.

Na teoria de Piaget, o desenvolvimento cognitivo origina-se enormemente “de dentro para fora” pela maturação, embora reconheça que os ambientes podem favorecer ou não esse desenvolvimento, e enfatiza o aspecto biológico nesse processo. Já a teoria de Vygotsky (1991) adota uma abordagem inteiramente diferente. Ele enfatiza o papel do ambiente no desenvolvimento intelectual e defende que esse crescimento ocorre de ‘fora para dentro’, a partir da absorção do conhecimento proveniente do contexto. Assim, as influências sociais, em vez de biológicas, como propõe Piaget, são fundamentais na sua teoria. Ou seja, para Vygotsky (2005, p. 6) a subjetividade é um dos aspectos da formação social e se manifesta por meio da linguagem.

Logo, envolve um conjunto de processos psicológicos como o pensamento, a linguagem, a percepção, a memória, o raciocínio, fatores que fazem parte do desenvolvimento intelectual. E são esses elementos usados pelo pensamento que, por sua vez, organizam a compreensão das informações emitidas pelos sentidos e, posteriormente, emitem julgamentos, aprendizagens sobre determinados temas e problemas.

Por se tratar de um nicho com especificidades históricas, onde pulsam as subjetividades, cognitividades, a emoção e afetividades – com suas marcas positivas e negativas – senti necessidade de observar os processos e os discursos veiculados nas redes sociais pelos quatro coletivos de mulheres negras que integram esse trabalho, não apenas a partir de uma lógica comunicacional, racional, mas por metodologias e métodos, como é o caso da Análise Crítica do Discurso (ACD), associada a uma categoria de análise, as Estratégias Sensíveis, elaborada por Sodré (2016). Aqui, essa categoria, se aproxima da lógica conceitual das políticas de Ações Afirmativas: tratar grupos distintos de forma diferenciada para promover a equidade. No caso deste trabalho, não se busca uma equidade, mas observar a produção midiática a

partir de uma alternativa de análise capaz de não dissimular, as singularidades existentes no cotidiano e nas produções comunicacionais de quatro entidades de mulheres negras.

Afinal, não é a emoção, a esperança, que movem o movimento das mulheres negras diaspóricas, o canal que conduz reivindicações ‘visionárias?’ Não são os nossos corpos os que transportam, há séculos, marcas de uma ancestralidade africana? Não somos nós essas mulheres que na diáspora buscam formas associativas de redes de solidariedade e resistência para mudar as estruturas de poder estabelecidas? Nota-se que, para além da ‘racionalidade’, o ativismo das mulheres negras, é permeado, entrelaçado por ações emotivas. hooks (2006), a partir do amor, aponta para vários pontos que emergiram como reações ao desamor:

Numa sociedade onde prevalece a supremacia dos brancos, a vida dos negros é permeada por questões políticas que explicam a interiorização do racismo e de um sentimento de inferioridade. Esses sistemas de dominação são mais eficazes quando alteram nossa habilidade de querer e amar. Nós negros temos sido profundamente feridos, como a gente diz, "feridos até o coração", e essa ferida emocional que carregamos afeta nossa capacidade de sentir e consequentemente, de amar. Somos um povo ferido. Feridos naquele lugar que poderia conhecer o amor, que estaria amando. A vontade de amar tem representado um ato de resistência para os Afro-americanos. Mas ao fazer essa escolha, muitos de nós descobrimos nossa incapacidade de dar e receber amor. (HOOKS, 2006, p. 2)

Para Wedderburn (2007b, p. 324), a dignidade humana é o que o ser humano tem de mais essencial e é esse o ponto em que o impacto do processo de escravização foi mais cruel, pois interferir na dignidade, é negar o reconhecimento e a capacidade de sentir e demonstrar o amor dos/as escravizados/as. Aliás, “desde Rousseau e Kant ficou claro que para a consciência ocidental que a dignidade humana (um valor também apreensível intuitivamente nas malhas do vínculo social) é um pressuposto iniludível do exercício da liberdade” (SODRÉ, 2017, p. 123). Já hooks:

Imagino que, após o término da escravidão, muitos negros estivessem ansiosos para experimentar relações de intimidade, compromisso e paixão, fora dos limites antes estabelecidos. Mas é também possível que muitos estivessem despreparados para praticar a arte de amar. Essa talvez seja a razão pela qual muitos negros estabeleceram relações familiares espelhadas na brutalidade que conheceram na época da escravidão. Seguindo o mesmo modelo hierárquico, criaram espaços domésticos onde conflitos de poder levavam os homens a espancarem as mulheres e os adultos a baterem nas crianças como que para provar seu controle e dominação. Estavam assim se utilizando dos mesmos métodos brutais que os senhores de engenho usaram contra eles. Sabemos que sua vida não era fácil; que com a abolição da escravatura os negros não ficaram imediatamente livres para amar. (HOOKS, 2006, p. 2)

A negação do amor aos/as escravizados/as foi tão impactante que a sobrevivência de muitas pessoas dependia desse comportamento que, com o passar dos tempos e pela ação, primordialmente das mulheres, se transformou em solidariedade. Então, esse breve contexto contribui para se pensar na urgência de se produzir um instrumento teórico e metodológico que se aproxime o mais próximo da possibilidade de análise desse fazer comunicacional observando a fluidez das narrativas e suas singularidades, em termos de ingredientes culturais propulsores de um devir.

Caso contrário é possível que muito dos conteúdos presentes nas matérias/postagens a serem analisadas nesta pesquisa não fossem identificados, pudessem se perder, assim como a água corrente escorre entre os dedos, pois não dispomos dos apetrechos capazes de ouvir as falas das margens, das periferias e, por consequência, não estimular o ciclo comunicacional proposto pelas entidades participantes desse trabalho.

Diante de um grupo com trajetórias e necessidades específicas é que proponho o uso da ideia de Estratégias Sensíveis, cunhada por Sodré (2016), como uma categoria de análise capaz de estancar essa água corrente e, então se observar os vestígios, os elementos racionais e afetivos deixados nas falas dos coletivos que integram essa pesquisa. Afinal, acredito que a conclusão de Spivak, ‘subalterna não fala’, porque não é ouvida, além de precisar ser subvertida, entendo que as Estratégias Sensíveis são ferramentas inovadoras para a compreensão dos conteúdos discursivos que não reverberam na sociedade. Aliás, Sodré (2016) afirma que:

[...] é particularmente visível a urgência de uma outra posição interpretativa para o campo da comunicação, capaz de liberar o agir comunicacional das concepções que o limitam ao nível de interação entre forças puramente mecânicas e de abarcar a diversidade da natureza das trocas, em que se fazem presentes os signos representativos ou intelectuais, mas principalmente os poderosos dispositivos do afeto. (SODRÉ, 2016, p. 12)

Para Sodré, Estratégias Sensíveis corresponde aos “jogos de vinculação dos atos discursivos às relações de localização e afetação dos sujeitos no interior da linguagem” (SODRÉ, 2016, p. 10). Nesse sentido, a comunicação deveria se efetivar a partir de uma interação entre eu e com quem eu falo, e vice-versa, para além da transmissão de uma informação. Ou seja, é necessário reconhecer as subjetividades presentes nessa comunicação. Nesse sentido, Sodré ressalta que a dimensão do sensível sugere uma:

[...] estratégia de aproximação das diferenças – decorrente de um ajustamento afetivo, somático, entre partes diferentes num processo –, fadada à constituição de um saber que, mesmo sendo inteligível, nada deve à

racionalidade crítico-instrumental do conceito ou às figurações abstratas do pensamento. (SODRÉ, 2016, p. 11)

Para a construção da ideia das Estratégias Sensíveis, Sodré (2016) percorre uma profunda imersão filosófica, na qual dialoga, tece críticas às construções que consideram o campo do sensível como algo nebuloso e inseguro. Do filósofo alemão Heidegger (1889-1976), por exemplo, para quem a situação afetiva é o elo entre o pensamento e a vida, estranha que:

[...] o pensador, responsável pelas mais densas reflexões sobre a essência ou o “mistério” da técnica no século passado, vinculando-a à temporalidade da presença humana, seja o mesmo que apresenta a situação afetiva como manifestação da compreensão originária do mundo. (SODRÉ, 2016, p. 12)

Do filósofo holandês Espinosa (1632-1677), Sodré se debruça sobre o entendimento de paixões (*aiffectus*) e as afecções (*afectiones*), sentimentos do corpo que interferem na potência do agir, presente no livro *Ética III*, def. 3. Nesse caso, Sodré constata uma leve diferença entre afecção, conceito que faz referência direta “ao corpo e sua ideia, e afeto (*aiffectus*), que implica tanto para o corpo quanto para o espírito um aumento ou uma diminuição da potência de agir” (SODRÉ, 2016, p. 28). Para o autor:

Deste modo, sendo a *affectio* um estado do corpo afetado por outro presente, e o *aiffectus*, uma passagem de um estado a outro, são diferentes as *afecções-imagens* ou *idéias* dos *afetos-sentimentos*. O afeto supõe uma imagem ou uma idéia, mas a ela não se reduz, por ser puramente transitivo e não representativo. No pensamento espinosiano, o entendimento do que seja a afecção passa pelo de “modo”. Existe, para ele, em tudo que é, o *ser em si* ou *substância* e o *ser em outra coisa*. O modo, ser em outra coisa, segundo termo da alternativa daquilo que é, define-se como o conjunto das afecções de uma substância ou “em outras palavras, aquilo que está em outra coisa pela qual também é concebido” (*Ética I*, def. 5). (SODRÉ, 2016, p. 28)

De Descartes (1596-1650), reconhecido como um importante filósofo francês, defensor da racionalidade, cuja obra, *Discurso sobre o Método*, inaugurou a filosofia moderna, Sodré pondera que Método é, exatamente, esta qualidade de razão “que agora leva o domínio do ser a passar pelo controle do sujeito. Em *As paixões da alma*, Descartes preconiza o controle das “inclinações animais”, como o medo, por meio do pensamento, da razão e da vontade” (SODRÉ, 2016, p. 33). Sodré apresenta as reflexões do neurocientista Damásio (2012), para quem a tomada de decisão está relacionada aos sentidos (paladar, visão, olfato, etc.).

Uma das críticas de Damásio à dualidade razão x emoção é direcionada a Descartes, que ao invés de afirmar “Penso, logo existo”, deveria dizer: “Existo, e sinto, logo penso”. A mudança, para Damásio (2012), destaca o fato de que o afeto é de onde emerge a razão e não

como afirmou Descartes, que separava corpo e mente. O neurocientista defende que a emoção é parte integrante do processo de raciocínio e que o sistema de raciocínio evoluiu como uma extensão do sistema emocional, no qual a emoção executa vários processos de raciocínio. Ou seja, a emoção faz parte da engrenagem da razão.

A razão pode não ser tão pura quanto a maioria de nós pensa que é ou desejaria que fosse, e que as emoções e os sentimentos podem não ser de todo uns intrusos no bastião da razão, podendo encontrar-se, pelo contrário, enredados nas suas teias, para o melhor e para o pior. (DAMÁSIO, 2012, p. 17)

O autor não desconhece que as emoções e os sentimentos podem provocar distúrbios, no entanto, afirma que certos aspectos da emoção e dos sentimentos são indispensáveis para a razão. Afinal, para Damásio, são os sentimentos que evidenciam a corporeidade, possibilitam vivenciar, na condição humana, suas variáveis como a dor e o prazer, sofrimento e felicidade, tragédia ou glória. Sendo assim, diz Damásio “nosso organismo é referência para as interpretações que fazemos do mundo que nos rodeia e para a construção do permanente sentido de subjetividade que é parte essencial de nossas experiências” (DAMÁSIO, 2012, p. 20). Nota-se que Damásio além de não seguir a dualidade razão e emoção concede a emoção responsabilidades entendidas como do campo da razão.

Dando continuidade à sua revisão histórica e filosófica, Sodré observa em Aristóteles (384 a. C. 322 a. C):

Assim, desde os pré-socráticos e estóicos - estes últimos indiferentes à sensibilidade e aos instintos, submetidos à medida da “Lei” -, o Ocidente habituou-se a fazer a distinção entre o racionalismo cognitivo e as tensões ou perturbações da alma conhecidas como emoções ou sentimentos, que Aristóteles designava como *topathos*. Esta palavra dá conta da impressão moral ou física causada por ideias, pessoas e coisas. Em grego, ela tem um amplo alcance semântico, mas os latinos a traduziram como *passio* (de *patior*, sofrer) para sublinhar o que o homem “sofre”: a passividade vitimizada de sua experiência. Aristóteles, que fez da paixão uma de suas dez categorias, observa na *Retórica* que “as paixões são todos aqueles sentimentos que alteram os homens, a ponto de afetar seus juízos e vêm acompanhados de dor e prazer, como a ira, a compaixão, o medo e seus opostos” (Livro II, 1377 b). (SODRÉ, 2016, p. 26-27)

De Kant (1724-1804), filósofo prussiano considerado um dos principais da era moderna, Sodré (2016) reflete sobre a experiência estética, ou juízo estético que não está relacionado ao objeto, mas como o objeto é percebido. Segundo o autor, a proposta de estética, em Kant, está centrada na concepção de uma teoria do comportamento contemplativo e intuitivo que se tem diante do belo.

A acepção literal e primeira da estética aparece na *Crítica da razão pura*, de Kant. De um modo geral, estético é o que depende da sensibilidade ou o que se refere à dimensão puramente subjetiva na intuição na representação de um objeto. Assim, o estético não diz respeito ao conhecimento do objeto, e sim ao sentimento que acompanha a intuição, o que liga a reflexão estética à metafísica e à filosofia da história na indagação sobre o sentido da vida individual e coletiva. Este depende da faculdade do “juízo”, o princípio unitário de uma diversidade de fenômenos, que não procede de conceitos porventura existentes do objeto nem da experiência, e sim do sentimento de prazer. (SODRÉ, 2016, p. 87)

Ou seja, pensar em uma teoria da arte, do belo, é fazer referência a uma teoria da sensibilidade “entendida como o conhecimento intuitivo transmitido pelos sentidos, sem a mediação reflexiva dos conceitos”, (SODRÉ, 2016, p. 89). Outra proposição de Kant, que encaminha para o campo do sensível, é sobre as formas de produção do conhecimento. Para Kant, todo o conhecimento inicia-se a partir da experiência, embora nem tudo seja derivado dela. Nesse caso, o sentir relaciona-se diretamente com a dimensão da corporeidade, com uma conexão entre espírito e corpo.

Essas concepções, não limitadas, apenas, ao campo do racional, da razão instrumental, nem aos atos linguísticos, são permeadas pelo afeto (*pathos*) que, para Sodré (2016), não pode continuar sendo desconsiderado, nem colocado como oposição à razão (*logos*), pois, “nesta dicotomia, a dimensão sensível é sistematicamente isolada para dar lugar à pura lógica calculante e à total dependência do conhecimento frente ao capital” (SODRÉ, 2016, p. 12). Até porque não é mais aceitável o descompasso, na maioria das pesquisas em comunicação, “guiada pela discursividade linear e sequencial – e a nova racionalidade inerente às tecnologias da informação” (SODRÉ, 2016, p. 12). Um dos argumentos do autor para defender as Estratégias Sensíveis é que:

A informação, a comunicação, a imagem, com todas as suas tecnologias – uma forma de conhecimento sem os requisitos hierárquicos imprescindíveis à formação e à circulação dos saberes clássicos – têm-se progressivamente imposto aos sujeitos da teoria e da prática como o pretexto para se cogitar de um outro modo de inteligibilidade do social. Por quê? Porque a afetação radical da experiência pela tecnologia faz-nos viver plenamente além da era em que prevalecia o pensamento conceitual, dedutivo e sequencial, sem que ainda tenhamos conseguido elaborar uma práxis (conceito e prática) coerente com esse espírito do tempo marcado pela imagem e pelo sensível, em que emergem novas configurações humanas da força (SODRÉ, 2016, p. 12)

É a partir desse conteúdo que o autor constrói sua crítica à posição interpretativa ao campo da comunicação: é preciso que o agir comunicacional se liberte das amarras que o prende às

forças mecânicas da razão para, enfim, intercambiar-se com “os poderosos dispositivos do afeto” (SODRÉ, 2016, p.12), que são variados, a exemplo do amor, da paixão, das emoções, simpatia, antipatia, as dimensões da corporeidade e da imagem, sendo esse “em que o afeto e a tatilidade se sobrepõem à pura e simples circulação de conteúdos” (SODRÉ, 2016, p. 13).

Na verdade a proposta de Estratégias Sensíveis não só critica a histórica dualidade entre *logos* e *pathos*¹² na produção do conhecimento, como mostra a sua inviabilidade na atualidade, com os usos e apropriações diversos das TIC's, que estimulam. Privilegiam dispositivos diversos do campo dos sentidos, como o emocional, o sentimental, o afetivo e o mítico. “Dentro do movimento de fusão progressiva da vida com a tecnologia, toma-se também muito evidente hibridização da *techné* (a reboque do capital) com a *aisthesis*, com riscos paralelos de conversão de toda a vida em emoção controlável” (SODRÉ, 2016, p.13).

O autor sugere que a comunicação, diante da ‘nova’ sociedade de cultura, onde cultura não pode ser analisada a partir de conceitos ultrapassados e, até, alvo de críticas, por exemplo, pelos estudos culturais inglês, para adquirir um significado emancipatório frente às demandas do mercado hegemônico da mídia. É em meio a um processo civilizatório no qual signos audiovisuais se destacam, que Sodr reafirma que:

O desafio epistemolgico e metodolgico da Comunicao enquanto *praxis* social, entretanto, suscitar uma compreenso, isto , um conhecimento e ao mesmo tempo uma aplicao do que se conhece, na medida em que os sujeitos implicados no discurso orientam-se, nas situaes concretas da vida, pelo sentido comunicativamente obtido. (SODR, 2016, p. 15)

Para a construo das Estratgias Sensveis, o autor fez algumas distines, como por exemplo, entre emoo e paixo. Segundo ele, as emoes eram associadas ao que ocorre em um determinado momento e relacionadas s interaes entre corpo e mente. J a paixo, mesmo tendo proximidades com a emoo, “implica um estado emocional continuado ou durvel, portanto mais persistente do que o instantneo abalo anmico da emoo” (SODR, 2016, p. 31). O autor critica o entendimento popular da inteligncia emocional, como sendo uma virtude do estado afetivo para um pretenso controle das emoes apaixonadas, porque, para Sodr (2016), reflete uma inteno de instrumentalizar a racionalidade, para o consumo.

¹² Chau (2000, p. 72) afirma que “s emoes, aos sentimentos, s paixes, que so cegas, caticas, desordenadas, contrrias umas s outras, ora dizendo “sim” a alguma coisa, ora dizendo “no” a essa mesma coisa, como se no soubssemos o que queremos e o que as coisas so”. A razo vista como atividade ou ao (intelectual e da vontade) oposta paixo ou passividade emocional.

A desconfiança do mundo moderno, segundo Sodré (2016), ao campo dos afetos advém da ideia de tratar-se de uma desconcertante instância difícil de ser mensurada, daí a imposição de ações de controle e repressão às pulsões manifestadas pelo trabalho forçado e às relações de produção. Afinal, destaca Sodré, a dimensão do afeto é o lado obscuro no qual a emoção sempre se faz presente. Tanto o impessoal como a objetividade não são exteriores nem capazes de excluir a dimensão do sensível. Mesmo sendo o impessoal, o natural e o sensível integrantes de um *cosmos* desprezado pelo *logos* da modernidade ocidental que são “íntimos da individualidade humana, exprimindo-se em tudo que a razão hegemônica costuma designar como ‘o outro-do-eu’” (SODRÉ, 2016, p. 39).

Na verdade, o impessoal, o natural, o sensível – figuras de um *cosmos* rejeitado pelo *logos* da modernidade ocidental – são íntimos da individualidade humana, exprimindo-se em tudo que a razão hegemônica costuma designar como o “outro-do-eu”. Efetivamente, o campo dos afetos ou a dimensão do sensível sempre esteve aí, com os artistas, os poetas, os amantes, os visionários. (SODRÉ, 2016, p. 39)

Sendo os afetos conteúdo da estética entendida por Sodré (2016, p. 9) em sua ampla dimensão “como modo de referir-se a toda a dimensão sensível da experiência vivida”, a estética, ou estesia, pode ser aplicável à ação do sensível na sociedade, já que é formada “de falas, gestos, ritmos e ritos, movido por uma lógica afetiva em que circulam estados oníricos, emoções e sentimentos. A emoção é o que primeiro advém, como consequência da ilusão que fazemos de caminho para chegar à realidade das coisas” (SODRÉ, 2016, p. 44).

O autor reconhece que o conceito de estética é da modernidade europeia, criada por Baumgarten como “ciência do modo sensível de conhecimento de um objeto”, não limitada a ideia de arte. Na verdade, Sodré entende que Baumgarten (1714-1762), filósofo alemão, “pretendia mostrar a existência de uma gnosiologia da sensação ou da percepção sensível, irreduzível ao saber lógico” (SODRÉ, 2016, p. 45). Baumgarten, que aderiu às ideias do filósofo e matemático polonês Wolff (1679-1754), seguia a racionalidade de Descartes, que considerava o conhecimento do sensível como inferior. Porém, declarava “aristotelicamente, a existência de um vínculo entre o juízo de gosto (o *judicium sensitivum*, que reconhece apenas o “individual sensível”) e a sensibilidade (*aisthesis*)” (SODRÉ, 2016, p. 83).

Sodré destaca, ainda, a importância do sensível ou dos afetos para o pensamento contemporâneo, no campo da filosofia, considerando que a dimensão sensível implica em “alguma proximidade com estratégias não-representacionais para se descrever o pensamento e

a linguagem” (SODRÉ, 2016, p. 53). Já no campo da comunicação, o autor chama a atenção para o fato de que na atualidade, com o aumento das TIC’s e do uso do audiovisual, vislumbra-se a “possibilidade de existência de uma potência emancipatória na dimensão do sensível, do afetivo ou da desmedida, para além, portanto, dos cânones limitativos da razão instrumental” (SODRÉ, 2016, p. 17). Nesse contexto, a cultura, para o autor, traz para si signos mais sensoriais do que racionais, onde contato e afeto tornam-se, como já propunha Paulo Freire (1967), “categorias centrais para a compreensão do agir comunicativo, ensejando a distinção entre meios expressivos, como o jornal e a televisão, no interior do complexo midiático” (SODRÉ, 2016, p. 20).

Sendo assim, pensar nas Estratégias Sensíveis como uma categoria de análise das publicações no *Facebook* feitas pelos quatro coletivos que participam dessa pesquisa, é um exercício para estimular a crítica quanto à dualidade entre a razão e a emoção, mas, principalmente, demonstrar que essa possibilidade pode ressaltar elementos subsumidos em um contexto comunicacional mais amplo onde a discursividade é, marcadamente, permeada pelo componente político.

Afora isso, as emoções são particularidades latentes na teia das relações sociais e comunicacionais, e presentes na construção da comunicação e pensamento afrodiaspóricos decoloniais das mulheres negras, ou mais especificamente, na intervenção comunicacional de quatro entidades de mulheres negras brasileiras. Sendo assim, a proposta de Estratégias Sensíveis como categoria de análise amplia a visualização e a compreensão das experiências vivenciadas por essas mulheres nos tempos pretérito e presente, projetando para o futuro um outro modelo alternativo de sociedade.

2 CAPÍTULO PERFIL DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA PESQUISA

Em geral, a unidade na luta das mulheres em nossas sociedades não depende apenas da nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas exige, também, a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo. O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e antirracista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira. (CARNEIRO, 2011)

Para desenvolver esta parte da pesquisa, na qual traço um perfil do Instituto Odara, Flores de Dan, Associação das Mulheres Rendeiras e Criola, senti a necessidade de tratar sobre Ong's de mulheres negras e suas inserções nos cenários nacional e internacional e identificar a quantidade dessas instituições no país. E, a partir desse cenário, acredito que fica mais explícita a nossa escolha por esse conjunto de instituições que, basicamente, se deu por serem formadas por mulheres negras nordestinas que desenvolvem ações de comunicação para o protagonismo dessas mulheres nas redes sociais, e uma quarta não nordestina, a Ong Criola, do Rio de Janeiro, por ser pioneira em propor a criação de uma rede nacional de mulheres negras ciberativistas, que, até 2017, já havia promovido dois encontros nacionais.

A escolha foi resultado de uma pré-seleção que considerou os seguintes aspectos: localização regional, credibilidade junto ao segmento em que atuam; projeções e articulações, local, nacional e internacional; ter uma jornalista; atuar nas redes sociais e já ter desenvolvido ações para uso e apropriação das TCI's por outras mulheres negras. A seguir, apresento o perfil de cada uma das quatro Ong's que participam da pesquisa.

2.1 ODARA: INCLUSÃO SOCIOPOLÍTICA E ECONÔMICA DAS MULHERES NEGRAS

O Instituto da Mulher Negra Odara foi fundado em agosto de 2010, a partir de um consórcio de cinco organizações feministas de mulheres negras baianas: N'zinga (Coletivo de Mulheres Negras), Associação Renascer Mulher, Sou Divina, Uniart e Obirinlá –, com o propósito de contribuir para a superação da discriminação e do preconceito e inclusão sociopolítica e econômica das mulheres negras.

Odara é dirigida por sete mulheres: dessas, três são coordenadoras do setor financeiro, de projetos e de Comunicação, são as que recebem um *pro labore* mensal. Desde que foi criado, o Odara está localizado em uma sede alugada no centro de Salvador/BA, e Naiara Leite, 31 anos, é a jornalista e coordenadora do Programa Especial de Comunicação para Mulheres Negras. O Instituto Odara, é responsável por uma articulação regional de Ong's de mulheres negras e a Associação de Mulheres Negras do Brasil (AMNB), que reúne 27 instituições de mulheres negras de todo o país.

Mas ao pesquisar no *site*, lá só estão listadas quatro coordenadoras, uma auxiliar do programa de Comunicação, uma pessoa responsável pelo setor administrativo e financeiro e duas de apoio administrativo. Porém, o *site* não oferece ficha individual com um perfil mínimo de cada integrante.

2.1.1 Direção

Odara é dirigido por Valdecir Pedreira do Nascimento, 59 anos, natural de Salvador/BA. Tem graduação em História e Mestrado em Educação e Contemporaneidade (2007), pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), tendo lecionado nessa universidade e na faculdade privada Montessoriano e em escolas da rede pública de Educação do Estado da Bahia.

Como docente, tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação das relações étnico-raciais e de gênero, e em temas que tratam de identidade, autoestima, cultura afro-brasileira, Lei 10.639/2003, violência, raça, juventude e África. Mas foi no ativismo, nos movimentos negro e de mulheres negras, que Nascimento se projetou nacional e internacionalmente.

Nos anos 80, atuou no Movimento Negro Unificado (MNU). Por mais de 15 anos trabalhou no programa Ceafro, do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia (CEAO/UFBA), onde exerceu várias funções, como a de coordenadora executiva e responsável por vários projetos educacionais para formação de professores em questões de raça, gênero e sexualidade. Também ocupou cargos em gestões municipal e estadual, a exemplo do Departamento de Políticas de Igualdade de Gênero e Raça na Secretaria de Políticas para as Mulheres do Município de Lauro de Freitas (BA).

De 2008 a 2011, Nascimento assumiu o cargo de Superintendente de Políticas para as Mulheres, da Secretária Estadual de Promoção da Igualdade (Sepromi), tendo sido responsável pelo desenvolvimento de projetos e ações de promoção da igualdade de gênero e de incentivo às ações de políticas às mulheres, em todo Estado da Bahia. Nesse cargo contribuiu, de forma decisiva e em parceria com a Secretaria Estadual da Educação da Bahia, para a construção de novos parâmetros educacionais, alicerçados em um modelo educacional, que contempla as relações de gênero, raça e sexualidade.

Além de coordenar o Instituto Odara, responsável por uma articulação regional de Ong's de mulheres negras, Nascimento dirige a Associação de Mulheres Negras do Brasil (AMNB), que reúne 27 instituições de mulheres negras de todo o país.

2.1.2 Ações

Ao longo de sua criação o Instituto Odara tem participado e promovido várias ações. Aqui destaco, uma, por ter sido um marco para o Movimento de Mulheres Negras Brasileiras: a organização da 1ª Marcha Nacional das Mulheres Negras, ocorrida em 18 de novembro de 2015, que contou com a presença de mais de 30 mil mulheres de todos os estados brasileiros, além de ativistas africanas, latinas e caribenhas. Antes, porém, e no mesmo ano, o Instituto Odara organizou a Marcha das Mulheres Baianas, em 13 de maio de 2015. Desde então, anualmente, esse evento tem sido organizado, em Salvador. Em 2017, a Marcha ocorreu em 25 de julho, Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha. Mas o *site* só informa a execução de três projetos:

- 1) **Gol de Placa: Mulheres Negras discutindo a Lei Geral da Copa 2014** – Esse projeto teve o propósito de contribuir na inserção de mulheres negras no mercado de trabalho gerado pela realização da Copa do Mundo no Brasil, em 2014, com jogos em Salvador. Gol de Placa realizou 10 capacitações itinerantes para vendedoras ambulantes, baianas de acarajé, catadoras de material reciclável em situação de rua e, também, de esclarecimento sobre a Lei Geral da Copa e de violação de Direitos Humanos. A iniciativa teve apoio do Fundo Brasil de Direitos Humanos;
- 2) **Tecendo a Rede de Mulheres Negras** – Nos dias 27 e 28 de abril de 2013, o Instituto Odara realizou essa iniciativa em Recife, com representantes de 25 organizações de mulheres negras nordestinas para a construção, rearticulação e mobilização de jovens,

mulheres e lésbicas negras dessa região do país. A ação teve o propósito de criar e fortalecer uma rede, para propor políticas públicas contra o racismo, sexismo, lesbofobia e todo tipo de violência, inserindo essas mulheres em um novo ciclo de desenvolvimento do Nordeste e na luta contra a violência. Essa atitude teve o apoio da Fundação Ford, Cese (Coordenadoria Ecumênica de Serviço) e do UNFPA (Fundo de População das Nações Unidas);

- 3) **Projeto de Formação de Professores/as para trabalhar com a Lei 10.639/2003** – O Instituto foi selecionado para atuar na formação da 3ª fase do projeto A Cor da Cultura. Esse projeto foi resultado da parceria entre a sociedade civil e o Governo Federal, para a efetiva implementação da Lei 10.639/2003.

A partir da resposta de um questionário encaminhado à assessora de Comunicação da Ong Odara, listei mais essas atividades:

- 1) **Programa de Direitos Humanos** – Com ênfase na formação política e na incidência em políticas para a garantia de direitos humanos às mulheres negras através do suporte, monitoramento e subsídios que contemplem a diversidade, a garantia de direitos, combate ao racismo, às violências, ao sexismo e a lesbofobia, por exemplo. Neste programa foram desenvolvidos outros, a exemplo do:
 - a) **Minha Mãe Não Dorme Enquanto Eu Não Chegar** – Projeto desenvolvido em cinco comunidades da periferia de Salvador/BA com foco na sensibilização aos danos causados pela violência policial e do tráfico de drogas na vida de adolescentes, jovens negras, suas mães e seus familiares. A iniciativa previu apoio, articulação, fortalecimento e diálogo com as mães de jovens assassinados/as em decorrência da violência; oficinas de sensibilização com adolescentes e jovens sobre a violência em escolas da rede pública de Salvador/BA; realização, lançamento e divulgação da campanha publicitária de enfrentamento à violência “Minha Mãe Não Dorme Enquanto Eu Não Chegar”;
- 2) **Mulheres de Axé: Contra a Intolerância Religiosa e pela Democracia** – Essa iniciativa foi criada para o fortalecimento das comunidades de Terreiro para que atuem politicamente na luta contra a intolerância religiosa. Nesse caso, articulando e mobilizando ações de denúncia e visibilidade de casos; construindo um plano de ação conjunta das mulheres de axé¹³ em Salvador, da Região Metropolitana e do Recôncavo

¹³ Expressão usada para se referir às mulheres iniciadas em religiões de matriz africana.

da Bahia, com o projeto Portal do Sertão e do Instituto de Mídia Étnica;

- 3) **Dijó - Mulheres Negras Contra a Violência** – Por meio desse projeto são realizados *workshops* com mulheres negras, em universidades, comunidades tradicionais, religiosas, sociedade civil, entidades de Direitos Humanos, comunidade LGBT, Poder Público e Judiciário dos estados da Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, sobre a crescente situação de violência doméstica e intrafamiliar que atinge as mulheres negras. O projeto é uma realização de várias instituições a exemplo da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), gestado pela Associação Cultural de Mulheres Negras (ACMUN), N'zinga (Coletivo de Mulheres Negras de Minas Gerais) e Odara/BA;
- 4) **Programa de Comunicação** – Tem importância estratégica no Odara. Nesse sentido, são difundidos conceitos, visão política e estratégias do Movimento de Mulheres Negras e suas relações com a Comunicação. Por meio deste programa são promovidas oficinas de formação com ênfase em Educom e na comunicação crítica, voltadas para lideranças negras com objetivo de disseminar novas tecnologias e ferramentas de comunicação, que podem contribuir positivamente para o desenvolvimento político das organizações negras na Bahia e na região Nordeste. O programa tem construído suas estratégias para garantir o direito das jovens e mulheres negras à comunicação democrática, sem violência, sem racismo, sexismo e lesbofobia, assegurando, assim, sua autoestima e empoderamento;
- 5) **Yalodês - Ampliando os Direitos de Negras Jovens com a Comunicação** – O projeto é dirigido para a formação de negras jovens em situação de abrigo¹⁴ e da rede pública de ensino, para que tenham uma visão crítica dos conteúdos dos Meios de Comunicação e apropriem-se das novas linguagens e tecnologias de comunicação, possibilitando o acesso às informações e manipulação de instrumentos tecnológicos que as habilite para o manuseio desses recursos para comunicar e difundir conteúdos relacionados às vivências de mulheres negras, jovens e adultas. Ao longo de dois anos o projeto formou cerca de 70 meninas;
- 6) **Agência Yalodês (Negras Jovens Comunicadoras)** – É uma agência de comunicação com formatos diversos de mídia (*web*, impresso, fotografia, audiovisual, rádio) que se propõe à produção de conteúdos jornalísticos, pautas de temas negligenciados pela mídia tradicional, mas de interesse de jovens e de comunidades negras. A agência está em fase de incubação e é formada por 10 jovens multiplicadoras e oriundas das turmas

¹⁴ É uma medida de proteção judicial destinada a crianças e adolescentes que vivem em situação de vulnerabilidade social.

do projeto Yalodês. Para atuar e dar visibilidade às pautas produzidas pelo grupo, a agência criou seu primeiro piloto do programa “Ao Vivo com as Pretas”, transmitido ao vivo pelo *Facebook*. No momento a rádio está fora do ar, mas integra o projeto de atualização de plataforma de comunicação do Odara. Mas pela *internet* não conseguimos acessar os programas piloto;

- 7) **Programa de Saúde das Mulheres Negras** – A partir da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher procura viabilizar a participação das mulheres negras no controle social do SUS (Sistema Único de Saúde) e na proposição de estratégias de enfrentamento ao racismo institucional;
- 8) **Diálogos – Zika Vírus e outras arboviroses: O que as mulheres negras têm a ver com isso?** – Este projeto tem contribuído para o empoderamento das mulheres em relação a epidemia da Zika e outras arboviroses por meio de informação e educação em saúde a partir de uma perspectiva de gênero e raça. Em 23 de julho de 2017, as coordenadoras do Odara participaram da oficina “Se tem mulher, tem luta: todas contra o Zika”, tendo o racismo como tema central. A atividade ocorreu na sede do Coletivo de Mulheres do Calafate, localizada em um bairro popular, da região do Subúrbio Ferroviário de Salvador/BA;

Figura 3 - Oficina de saúde com representantes do Odara

Fonte: Acervo Instituto Odara.

- 9) **Cadernos Sisterhood** – O Instituto Odara foi responsável pela organização e publicação da primeira edição do caderno *Sisterhood: Mulheres Negras e Aborto, Autonomia e Liberdade*. A publicação contribui na reflexão e diálogo a respeito do aborto inseguro na vida das mulheres negras. A iniciativa teve a parceria do NEGRAS (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Raça e Saúde), da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB).

Figura 4 - Card extraído do site do Instituto Odara

**II FÓRUM
INTERNACIONAL 20 DE NOVEMBRO**
VII FÓRUM PRÓ-IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO SOCIAL DO RECÔNCAVO
20 A 22 DE NOVEMBRO - 2013 | CRUZ DAS ALMAS | BA

**PREMIAÇÃO
LÉLIA GONZÁLEZ**
TEMA 1: AS POPULAÇÕES NEGRAS
E A SOCIEDADE DO CONHECIMENTO NO SÉCULO XXI
TEMA 2: A TRAJETÓRIA E PRODUÇÃO
INTELCTUAL DE LÉLIA GONZÁLES.

C A T E G O R I A S

TEXTOS ACADÊMICOS
ARTIGOS DE 8 A 12 PÁGINAS

ARTIGOS DE LIVRE OPINIÃO
TEXTOS DE 3 A 5 PÁGINAS QUE POSSUEM UM CARÁTER MAIS LIVRE DO QUE
OS ARTIGOS ACADÊMICOS

Edital 003/2013
INSCRIÇÕES:
04 DE SETEMBRO A 15 DE OUTUBRO
leliagonzalez@proext.ufrb.edu.br

PRODUÇÃO REALIZAÇÃO

Fonte: Instituto Odara.

Segundo Naiara Leite, a Comunicação é considerada como uma área estratégica pela instituição, porque a partir dela são promovidas as ações da Ong, dentro da sua linha política. “Ela tem o papel fundamental de dialogar com seus públicos prioritários de interesse, além de

difundir conceitos, pensamentos, ideologias políticas forjadas pela instituição, com foco na visibilidade de novas narrativas e imagens sobre o contexto de luta das mulheres negras¹⁵.

Sobre a existência de fatores que têm impedido uma atuação mais regular ou previamente programada nas redes sociais, Naiara Leite respondeu afirmando que “após avaliar o relacionamento da instituição com seu público e papel da comunicação institucional decidimos focar na consolidação do Plano de Comunicação Institucional a partir do estabelecimento de diretrizes e rotinas de comunicação”. Neste sentido, continua Leite:

Estamos reestruturando a comunicação institucional, não apenas no que diz respeito a reposicionar o papel da equipe (coordenação de comunicação, técnica e assistente de comunicação e *designer*), como também no pensar a rotina de atualização estratégica das plataformas utilizadas.

Ela previa que a partir de outubro de 2017 a instituição já estaria produzindo um *newsletter* mensal com o propósito de avaliar a capacidade de interação e, posteriormente, sugerir a criação de um material impresso¹⁶. Contudo, essa meta só foi alcançada em novembro de 2017.

Com relação à realização de eventos específicos para a área de Comunicação, Naiara Leite informou que o Odara já realizou vários, entre eles, o Seminário Mulher e Mídia - Direito à Comunicação, em 2015, quando ocorreu o lançamento do Projeto Yalodês - Ampliando os Direitos das Negras através da Comunicação e a 4ª Edição do Julho das Pretas 2016, dedicado a pensar: “Mulheres Negras no Foco: Mídia, Representação e Memória” – que debateu o direito das jovens e mulheres negras à comunicação, representação política, à narrativas de luta, acesso a direitos, enfrentamento às violências, incidência política, assim como estratégias e desafios para assegurar os registros e memórias da história da população negra, e como estes temas vêm sendo tratados nas diferentes linguagens de comunicação.

No âmbito internacional, a Ong já participou do 61º *Commission on the Status of Women* (CSW), que acontece de 13 a 24 de março de 2017, em Nova Iorque (EUA), com objetivo de discutir, propor e fortalecer a incidência do tema Mulheres Afrodescendentes como emergente; da Conferência Mulheres Afrodescendentes: Uma estratégia para combater o racismo, na sede da ONU, também em Nova Iorque, para discutir e apresentar estratégia global à luta antirracista;

¹⁵ Resposta a um questionário, enviado às quatro instituições dessa pesquisa.

¹⁶ Após retornarmos ao *site*, no final do mês de novembro de 2017, constatei que o projeto ainda não havia sido implantado. Após contato com a assessora de comunicação da instituição, fomos informadas de que houve uma mudança no prazo, por conta dela, Naiara Leite ter ingressado no Mestrado na Universidade Federal do Recôncavo Baiano e, por isso, teve que reduzir o tempo de trabalho no Instituto Odara.

Fórum Social Mundial (2016), no Canadá, pautar e refletir sobre acesso aos direitos democráticos para as mulheres e população negra; da Audiência de Denúncia a Morte e Violência contra LGBTTs negros no Brasil na corte da Organizações dos Estados Americanos (OEA), através da Comissão de Direitos Humanos, em Washington/DC, 2014; e do Curso de formação de jovens lideranças afrodescendentes da América Latina para incidência no âmbito da OEA com foco na proteção dos direitos humanos, em Washington/DC, 2013.

2.1.3 Parcerias

- ABAM – Associação das Baianas de Acarajé
- AMNB – Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras
- Centro de Arte e Meio Ambiente
- N’ZINGA – Coletivo de Mulheres Negras de Minas Gerais
- Instituto de Mídia Étnica
- NEGRAS – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Raça e Saúde (Universidade Federal do Recôncavo Baiano/UFRB)
- ODEART
- OPAXORÔ
- Serviços Educacionais Sou Digna

2.1.4 Apoio Institucional

- Cese – Coordenadoria Ecumênica de Serviços Fundo Brasil de Direitos Humanos
- Henrich BöllStiftung
- UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

2.2 INSTITUTO FLORES DE DAN, DEMOCRATIZANDO A COMUNICAÇÃO

A Ong baiana Instituto Flores de Dan¹⁷ foi criada em 2004 por cinco jornalistas negras. O grupo acredita na importância de uma organização de mulheres negras para intervenções para a

¹⁷ É uma palavra africana, da língua Fon nigero-congolesa, pertencente a família Kwa e falada na África Ocidental, especialmente no Benin. Dan significa serpente – um anfíbio que ocupa lugar sagrado na religião de Candomblé, de nação Jêje-Mahi.

democratização da Comunicação e a produção cultural como alternativas de fortalecimento da garantia dos Direitos Humanos. Flores de Dan tem como missão atuar para promover o empoderamento e a elevação da autoestima das mulheres, em especial, das mulheres negras, fortalecendo a cooperação, valorização “e resgate dos saberes e fazeres destas mulheres”¹⁸. Sem fins lucrativos, desenvolve ações e projetos para mulheres negras em situação de vulnerabilidade. “Nosso objetivo é combater o desrespeito ao direito das mulheres e ao racismo”. As integrantes de Flores de Dan tomaram uma decisão política: não ter nenhum registro público.

Flores de Dan é responsável por fomentar uma rede de mulheres ativistas que lutam pela democratização da Comunicação para garantia dos direitos das mulheres. A partir dessa intervenção a instituição conquistou uma vaga no 1º Conselho de Comunicação da Bahia (2012) e integra a Frente Baiana Pela Democratização da Comunicação.

2.2.1 Direção

A direção da Flores de Dan segue uma proposta de gestão colegiada onde um grupo de pessoas é responsável por decidir os rumos da instituição. Neste sentido, cinco mulheres são as diretoras: Fabiana Bráz, Fátima Fróes, Mia Lopes, Samadar Kintê, Sueide Kintê e Rose Luz.

Fabiana Bráz Morón – Tem 31 anos, é jornalista e já atuou como coordenadora de projetos de Educomunicação para adolescentes. De 2012 a 2013, foi assessora de Comunicação do Projeto Esporte, Lazer e Cidadania que oferecia atividades esportivas e de formação Cidadã nos Centros Sociais Urbanos de Salvador. Já participou como produtora cultural e assistente do 1º Festival de Humor e Performance, realizado no Espaço Juca Ulhoa Cintra Paes da Cunha; junto à Ong Cipó – Comunicação Interativa, como assistente de produção do projeto; Oi Kabum! Escola de Arte e Tecnologia, como assistente de gestão no Núcleo de Advocacy; como facilitadora da Rede Sou de Atitude de monitoramento das políticas públicas para a Infância e Juventude; e integrou o Consórcio Social da Juventude, iniciativa do Governo Federal.

Participou da Oficina de Desenvolvimento de Projetos e Prática de *Pitching*, com Victor Lopes, durante o I Ciclo Baiano de Formação Audiovisual. Tendo seu projeto “Samba de

¹⁸ <<http://floresdedan.blogspot.com.br/p/pensamos.html>>

*Griot*¹⁹” sido selecionado para participar do Núcleo Criativo, da Produtora Samba Filmes. Participou do Programa Fellows, da Artemisia Foundation, e integrou a delegação brasileira de *fellows* da Artemisia Foundation, na II Youth Employmente Summit (Yes), em Vera Cruz/México.

Fátima Fróes – É produtora cultural, com atuação em Comunicação, principalmente nas áreas de gestão de projetos culturais e produção audiovisuais, gênero e cidades. Tem formação em Produção Cultural, Licenciatura em Ciências Sociais, Gestão de Finanças e Matemática, especialização em História da Cultura Afro Brasileira, MBA em Gestão de Projetos e cursa o PPG de Gestão Social na Faculdade de Administração na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Nessa universidade, desenvolve o projeto “Felicidade é a margem do rio”, e estuda sobre a invisibilidade dos rios na metrópole, através do programa de Qualidade Ambiental de Salvador/BA. Fróes está finalizando um documentário sobre o terreiro Ilê Axé Opô Afonja, “Três Rainhas”, e articulando uma Bienal das Artes e Ofícios, além do projeto da 2ª edição do Seminário Nacional Mulher e Cultura e o Seminário Cidade-Substantivo Feminino.

Já atuou na produção e gestão cultural na administração pública e privada: foi diretora do Teatro Gregório de Matos e da Fundação Pedro Calmon; executou vários trabalhos para o Instituto de Radiodifusão do Estado da Bahia (TVE/BA); foi conselheira do Conselho Estadual de Cultura da Bahia; e assessora de relações institucionais na Secretaria de Cultura do Estado da Bahia.

Produziu diversas peças de teatro para a Sociedade Pró Projeto Teatral Dano Brasileira, em São Paulo, de 1984 a 2000. Atuou em diversos projetos de formação para adolescentes em cultura e em audiovisual, pelo Ciags (Centro de Formação Pichon Riviere) e Cria (Centro de Referência Integral para Adolescentes) e através do NAU (Núcleo de Cinema e Audiovisual). Foi sócia da Ideograma Produções Culturais e coordenadora e dirigente do Mercado Cultural, realizado pelo Instituto Via Magia; Festival de Cinema Pan Africano, através do Kanema. Participou da Produção e realização de debates como Fórum do Pensamento Crítico.

¹⁹ Em várias culturas africanas a palavra *Griot* se refere as pessoas que preservam e transmitem conhecimentos e histórias de forma oral. Muitos *Griots* são homens, músicos e, também, conhecidos como contadores de histórias e transmissores de conhecimentos diversos, como o uso das plantas, tradições, etc.

Janaina Lopes Gomes (Mia Lopes) – É jornalista, tem 27 anos e atua na assessoria de comunicação da Câmara Municipal de Vereadores de Salvador/BA. Foi coordenadora pedagógica do projeto Empreendedorismo na *Web*. Foi assessora de Comunicação do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas/RJ. É educadora no Lar Joana Angélica, em projetos voltados para jovens da comunidade periférica do bairro de Valéria, em Salvador/BA, onde desenvolve oficinas de comunicação e cultura. Na Ong Cipó, produziu seminários de educação voltados para a aplicação de políticas públicas para jovens do subúrbio da capital baiana. Na rádio Educadora FM, trabalhou com locução e edição de reportagens para o programa Multi Cultura.

Samadar Kintê – É graduanda em Administração, *designer* e ilustradora pela SAGA (*School of art Game and Animation*). Especialista na personalização e instalação *web* de *Blogs*. Na Flores de Dan atua como *web designer* e com empreendedorismo. Trabalha como produtora de eventos culturais e educadora na Mova Brasil, na área de alfabetização de jovens e adultos, e como jovem multiplicadora no Gapa Bahia. Participou de intercâmbio cultural na Colômbia e Venezuela pelo Projeto Jovens em Ação pela Vida.

Sueide Kintê – Jornalista, 32 anos, empreendedora e produtora da ½ Mundo - Comunicação & Cultura. Faz parte do grupo Articulação Mulheres & Mídias Bahia. Trabalhou como repórter e apresentadora da TV Educativa da Bahia e como assessora de projetos especiais da Rádio Educadora, entre eles, Educadora FM no Pelô (Pelourinho). Foi secretária executiva do Conselho de Comunicação do Estado da Bahia, tendo sido responsável pela série Diálogos de Comunicação.

Gosta de trabalhar com produção de conteúdo midiático educativo e identitário, seja para literatura, rádio, Tv ou *web*. Atualmente tem se dedicado a criação do aplicativo *#maisamorentrenos*. É produtora executiva da Cese e já foi aluna especial do Curso de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, no Grupo de Atividade Curricular em Comunidade (ACC) e no Grupo de Pesquisa Etnomídia, onde desenvolveu a pesquisa *A Dinâmica dos Guetos Culturais de Salvador/BA*.

2.2.2 Ações

- 1) **Jornada de Comunicação do Subúrbio (2010)** – A partir de um ambiente de descontração e criatividade mulheres participam de dinâmicas, vivências artísticas e

oficinas de mídias para, a partir daí, criar, usar ferramentas de comunicação a favor de suas lutas e bandeiras sociais. Já foram realizados vários encontros que reúnem, cada um, em torno de 70 a 100 mulheres;

- 2) **Encontro Baiano Mulher e Mídia (2011)** – Este evento teve conferências sobre políticas públicas de Comunicação para as mulheres e já está na sua quarta edição;
- 3) **Curso Blogueiras** – Este curso ofereceu aulas de *web*, teóricas e práticas, realizadas em parceria com o Projeto de Extensão Labdebug da FACOM/UFBA, desenvolvido pela professora Dra. Graciele Natonshon. No total foram 80 horas para um grupo de 30 mulheres. O curso foi gratuito e dirigido às ativistas baianas;
- 4) **Curso de Empreendedorismo na web** – Essa iniciativa é destinada a mulheres com idade entre 18 e 31 anos, que atuam em diversas áreas da prestação de serviços, tais como: estética, moda, alimentação, produção cultural e *marketing*, por exemplo. O objetivo é oferecer alternativas para que mulheres de baixa renda possam desenvolver seu potencial empreendedor, ampliando suas oportunidades de vendas através das ferramentas disponíveis na *internet*;
- 5) **Oficinas de mídias** – Essa ação tem o objetivo de criar produtos de comunicação com temas relacionados às lutas sociais do movimento de mulheres;
- 6) **Ações Comunitárias** – Os projetos para ações comunitárias objetivavam chamar a atenção das comunidades do subúrbio ferroviário da capital baiana para as pautas locais como democratização da comunicação e da cultura a partir de linguagens artísticas de interesse dos mesmos. A partir desses propósitos, já foram produzidos três vídeos das atividades: *Sewa Mendhe* (<<https://www.youtube.com/watch?v=cA2U6xonQmA>>); *Sarau do Beco* (<<https://www.youtube.com/watch?v=vDRU1RZabDI>>); *Samba Flores de Dan* (<<https://www.youtube.com/watch?v=zy5jnu9NFDw>>);

Figura 5 - Atividades do Sarau do Beco

Fonte: Acervo do Instituto Flores de Dan.

Figura 6 - Samba no Sarau do Beco, atividade da Flores de Dan

Fonte: Acervo do Instituto Flores de Dan.

Figura 7 - Participantes do Sarau do Beco

Fonte: Acervo do Instituto Flores de Dan.

Figura 8 - Cantora no Sarau do Beco

Fonte: Acervo do Instituto Flores de Dan.

Figura 9 - Mulheres em oficina de turbantes

Fonte: Acervo do Instituto Flores de Dan.

Figura 10 - Criança com turbante

Fonte: Acervo do Instituto Flores de Dan.

- 7) **Atendimento Médico** – Através dessa iniciativa, Flores de Dan se propõe a tratar de um dos problemas de saúde da atualidade, a depressão. Por meio de conversas e consultas médicas com profissionais especializados;
- 8) **Campanha de Combate à Violência Contra Mulheres** – Uma das iniciativas do projeto foi lançar a campanha “Se levantar a mão rode a baiana”, que questionou alguns tabus “machistas” como: “em briga de marido e mulher não se mete a colher”.
Endereço: <<https://www.facebook.com/floresdedan.comunicacaoeproducao/videos/vb.20100002269683073/1193164594102519/?type=2&theater>>;
- 9) **Assessoria de imprensa para movimento social** – A Ong também faz assessoria de

imprensa a uma rede de mulheres negras do Subúrbio Ferroviário de Salvador/BA em atividades como marchas, encontros e seminários, funcionando como apoio e parceria de outras entidades e na mesma linha fez, em 2014, assessoria em comunicação a uma rede de empreendedoras ligadas a Ong Avante.

Figura 11 - Consulta médica gratuita

ATENDIMENTO MÉDICO GRATUITO PARA MULHERES

Clinica Geral e Psiquiatra

Sábado, 12 de setembro às 18h, com bate papo sobre **Depressão** com a psiquiatra **Dr. Melina Teixeira** e consulta médica com a **Dr. Lilian Sobrinho**

Entre mulheres, vamos conversar sobre medos, angustias, ansiedade, além desse mal que assola nossa alma, a depressão. O ponto de encontro será na **Casa Flores de Dan**, venha compartilhar seus sentimentos, a Casa é sua!

CASA FLORES DE DAN: Rua Ari Barroso, 72 - Paripe, Beco de Careca | Primeiro Final de Linha da Cocisa

Esperamos Você lá! Flores de Dan

Fonte: Extraída do site do Instituto Flores de Dan.

2.2.3 Parcerias

- Associação Renascer Mulher
- Cese
- Fundo Elas
- Sankofa African Bar Instituto Cultural Steve Biko

2.2.4 Apoio Institucional

- UFBA

2.3 RENDEIRAS: TECENDO NOVOS CAMINHOS E SONHOS

A Associação das Mulheres Rendeiras, foi criada em Petrolina/PE, há 22 anos, em 1997, para contribuir na formação profissional de mulheres de baixa renda, a partir da oferta de cursos de corte e costura, pintura em tecido, produção de bordados e rendas (Renascença).

No total, cinco profissionais, todas com mais de 60 anos, são responsáveis por gestar e confeccionar roupas com tecidos e motivos típicos do sertão nordestino, uma das regiões mais secas e carentes de ações governamentais. Nenhuma delas recebe salário fixo e mensal por esse trabalho. Do que produzem, uma parte fica para elas e outra é revertida para a manutenção da associação. A instituição possui sede própria, é um ponto de cultura, responsável pela oferta de cursos de informática para crianças, jovens e mulheres do bairro onde está instalado o João e Maria²⁰.

2.3.1 Direção

À frente da associação está Cícera Josefa Rodrigues, Dona Santinha, 66 anos, há cerca de um ano. Ela assumiu o cargo quando a diretora anterior, Angelita Maria dos Santos, 72 anos, seis filhos, teve problemas cardíacos e precisou se afastar da instituição. Rodrigues concluiu o Ensino Médio e está no seu segundo mandato de presidenta. É aposentada e é uma das fundadoras da entidade. Ela diz que sente prazer em contribuir na profissionalização de outras mulheres, para que tenham alguma independência econômica. Além de dirigir a instituição, coordenar cursos, proferir palestras, ela é a pessoa responsável por produzir peças – roupas e de uso doméstico – em renda Renascença, uma das mais delicadas ainda produzidas no Brasil. Uma blusa, por exemplo, leva em torno de três meses para ser confeccionada, a quatro mãos. Além da qualificação profissional oferecida pela associação, Cícera e as demais associadas participaram de cursos de informática e uso das redes sociais. Segundo ela, as questões racial e de gênero não são prioritárias para a associação, mas constata que elas aparecem “naturalmente” e, por isso, são contempladas nas ações da entidade.

A associação tem sede própria, localizada na avenida principal do bairro José e Maria, na

²⁰ Petrolina está localizada no semiárido nordestino, às margens do Rio São Francisco. Segundo o IBGE, em 2010 tinha 293.962 habitantes e a estimativa para 2017 era de chegar a 343.219. A cidade é um dos cinco maiores municípios pernambucanos. Já o bairro João e Maria, é um dos 46 da cidade e em 2010 tinha 16.530 moradores, desses 8.554 são mulheres.

Avenida Francisco Coelho Amorim, 190 – Petrolina/PE. Nas instalações há uma loja para a comercialização dos produtos confeccionados pelas associadas, seis salas que abrigam as oficinas de corte e costura, ponto de cultura, aulas de músicas, espaço destinado para uma horta comunitária, uma ampla cozinha industrial, e uma área coberta para oficinas, palestras e atividades de confraternização. Na sala de costura, tem cinco máquinas.

Segundo Raiane Barbosa de Souza, 28 anos, jornalista e assessora da instituição, a entidade considera de suma importância as ações de comunicação. “Sobretudo, por se tratar de uma associação que trabalha questões relacionadas às mulheres e ainda em uma periferia do Sertão Pernambucano, onde a realidade das mulheres é, cada vez mais, de vulnerabilidade por conta do sistema econômico e social no qual estamos inseridas”.

Ao contrário do perfil que tracei das demais Ong’s, optei por trazer algumas informações da relação da assessora de comunicação com a Associação das Mulheres Rendeiras, por conta de algumas peculiaridades. É que Souza faz parte de uma família antiga moradora do bairro, tendo sido sua avó, uma das primeiras associadas da organização. Quando criança acompanhava a avó em atividades na instituição. Quando tinha cerca de 12, 13 anos, integrou um grupo de jovens da comunidade que desenvolvia ações em parceria com a associação. Antes de concluir o curso de Jornalismo em Multimeios (UNEB), em 2015, foi premiada pelo Intercom/Nordeste por apresentar um artigo tratando do seu TCC: *Projeto de comunicação integrada para Associação das mulheres rendeiras do bairro José e Maria, na cidade de Petrolina/PE*.

2.3.2 Ações

- 1) **Ponto de Cultura** – Projeto fundamental para o desenvolvimento de projetos voltados para a formação de mulheres sobre gênero, raça, educação digital para a comunidade. Esses cursos atingem desde crianças a adultos, com mais de 70 anos. Através dessas iniciativas todas as diretoras da associação passaram a desenvolver ações nas redes sociais. Por meio do Ponto de Cultura a Associação das Mulheres Rendeiras já promoveu Oficinas de Comunicação Popular. Inclusive, Souza ministrou um *workshop* em 2014, quando estava construindo seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que deu origem ao Planejamento de Comunicação da Instituição, ainda enfrentando dificuldades para a sua implantação;

- 2) **Cursos de corte e costura** – Anualmente a associação oferece cursos para a comunidade. A associação tem salas e equipamentos próprios;
- 3) **Curso de pintura em tecido** – São disponibilizados vários cursos anualmente para moradoras do bairro e adjacências;
- 4) **Cursos de bordado** – São oferecidos anualmente. Além da renda Renascença, as rendeiras da associação recuperaram, por meio da *internet*, outros bordados, quase em extinção, como é o caso do labirinto e do crivo. Tanto o curso de corte e costura como o de bordado, além de profissionalizar mulheres de Petrolina/PE, também funciona como terapia ocupacional, na redução de processos de ansiedade e depressão, entre as associadas e moradoras do bairro;
- 5) **Curso de Música** – A associação já ofereceu cursos de iniciação musical, para flauta doce e instrumentos de banda e orquestra, para 60 pessoas, alunos matriculados nos ensinos Fundamental e Médio;
- 6) **Palestras e oficinas** – Durante o ano a associação promove várias palestras e oficinas, de temas como gênero raça, fitoterapia, horta doméstica, saúde das mulheres, entre outros;
- 7) **Atividades no 20 de novembro** – No Dia Nacional da Consciência Negra a instituição promove atividades com moradoras do bairro e estudantes das redes municipal e estadual de ensino;
- 8) **Curso de inglês** – Este curso foi oferecido em 2017, em parceria com a UNIVASF, para estudantes e associadas da entidade.

Figura 12 - Logomarca das Rendeiras do Vale

Fonte: <<https://www.facebook.com/MulheresRendeiras>>

Figura 13 - Print da página inicial do blog da Associação das Mulheres Rendeiras de Petrolina/PE

Fonte: <<http://mulheresrendeiras.blogspot.com/>>

2.3.3 Apoio Institucional

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IF do Sertão/PE)
- Prefeitura Municipal de Petrolina (PE)
- Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
- Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

2.4 CRIOLA: DEFENDENDO OS DIREITOS DAS MULHERES NEGRAS

A Ong foi criada por um grupo de mulheres negras, em 1992, no Rio de Janeiro (capital) para atuar na defesa e promoção dos direitos das mulheres negras e na construção de uma sociedade que reconheça e incentive valores como os de justiça, equidade e solidariedade. Criola tem como missão “instrumentalizar mulheres, adolescentes e meninas negras para o enfrentamento ao racismo, sexismo, lesbofobia e transfobia”. E, também, “para o desenvolvimento de ações voltadas à melhoria das condições de vida da população negra e das mulheres negras em especial”. Criola tem sede própria, localizada no centro do Rio de Janeiro/RJ, na Avenida Presidente Vargas, nº 482, sala 203.

As ações propostas pela Ong têm como objetivos²¹: criar e aplicar novas tecnologias para a luta política de grupos de mulheres negras; produzir conhecimento qualificado com dados específicos sobre o contexto atual das questões de direitos; formar lideranças negras aptas a elaborar suas agendas de demanda por políticas públicas e a conduzir processos de interlocução com gestores públicos; incrementar a pressão política sobre governos e demais instâncias públicas pela efetivação de direitos, particularmente, o direito à saúde, o acesso à justiça e à equidade de gênero, raça e orientação sexual. Ao longo dos seus 25 anos de atuação Criola tornou-se uma das Ong's de mulheres de referência nos cenários nacional e internacional do Movimento de Mulheres Negras.

2.4.1 Direção

Criola é formada por uma equipe de 12 profissionais, mais a coordenadora geral, Lúcia Xavier.

Lúcia Maria Xavier de Castro – É Assistente Social, formada, em 1984, pela UFRJ, e é uma das fundadoras da Criola. Também atua como técnica da Gerência Estadual de AIDS, Sangue e Hemoderivados da Secretaria de Estado de Saúde. Foi facilitadora no Curso de Formação de Promotoras em Saúde da População Negra, promovido pela ATSPN/SMS-POA em parceria com o UNFPA, no período de março de 2012 a agosto de 2015, em Porto Alegre/RS.

Também foi consultora para as Etapas Preparatórias da 3ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (III CONAPIR/FAPEU) - Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária/ UFSC, 2013. Foi consultora do UNFPA sobre direitos humanos, sexuais, reprodutivos, de gênero e raça, de 2008 a 2012. Foi facilitadora das oficinas Mídia, Infância e Desigualdade Racial, realizadas em 2010, em Recife/PE e em Porto Alegre/RS, e, em novembro de 2011, em Palmas (TO), Cuiabá (MT) e Macapá (AM), coordenadas pela ANDI (Comunicação e Direitos) com o apoio do UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância).

Xavier participou de comissão de seleção de projetos voltados para garantia de direitos humanos com recorte de racial para o Fundo Brasil de Direitos Humanos no período de 2011, 2012, 2013 e 2014 e da comissão de seleção de projetos para o Fundo Elas, voltados para o

²¹ Informações extraídas do site da instituição: <<http://criola.org.br/>>. Acesso em: 31 ago 2017.

empoderamento das mulheres no período de 2007 até a presente data e da comissão de seleção de projetos com esses propósitos e, também, apoio a grupos e instituições de mulheres da região latino América para a *Global Found for Women* de 2007 até hoje.

Integra, como suplente, o Comitê Técnico de Saúde da População Negra do Ministério da Saúde (de 2006 até a presente data) e do Comitê Técnico de Saúde da População Negra do Município do Rio de Janeiro/RJ, como titular, no período de 2008 a 2013. Também foi consultora pedagógica para o INDEC (Instituto de Desenvolvimento Cultural) na realização do Projeto A Cor da Cultura, em Londrina/PR, Gravatá/PE e Caxias/RJ, de 2010 a 2013.

No âmbito internacional, participou do processo de preparação e realização da 3ª Conferência de Combate ao Racismo, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, de 1999 a 2001, Durban (África do Sul); da revisão da Declaração e do Plano de Ação de Durban (DDPA), de 2002 a 2011. Integrou comissões e equipes de relatoria da 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (2005), da XIII Conferência Nacional de Saúde (2009 e 2011) e do Fórum Racismo Institucional da UNAIDS, SEPPPIR e UNFPA, em 2012. De 2010 a 2011 foi consultora da OXFAM para a realização de curso de formação de lideranças do movimento da reforma urbana para a inserção das dimensões de gênero e raça no orçamento público.

Antes de Xavier, Criola foi dirigida, até o final de 2016, pela médica e doutora em Comunicação, Jurema Werneck²², uma das fundadoras da instituição. Ela se afastou da instituição para assumir o cargo de diretora da Anistia Internacional no Brasil, organização presente em 150 países. No Brasil, a Anistia tem dado visibilidade, entre outras questões, aos casos de homicídios de jovens negros, que, em 2017, tornaram-se tema de campanha, Jovem Negro Vivo.

José Marmo da Silva (coordenador Geral e do Projeto Ponto de Cultura Negras na História) – É formado em Odontologia pela Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Também coordena a Rede Nacional de Religiões Afro-brasileiras e Saúde. Já coordenou o Projeto Odô Iyá, uma das primeiras iniciativas sobre AIDS e população negra no Brasil. Durante a execução dessa etapa da pesquisa, em que entrevistei a assessora de Comunicação da Criola, Viviane Gomes, no Rio de Janeiro, Silva faleceu em 1º de setembro de 2017.

²² Desde fevereiro de 2017, é a diretora Executiva da Anistia Internacional Brasil.

Luciane O. Rocha – Atua na Criola como voluntária. É antropóloga, tem doutorado em Antropologia Social e Diáspora Africana pela *University of Texas at Austin* com especialização em estudos de gênero e da mulher. É moradora da Baixada Fluminense, Rio de Janeiro/RJ, e pesquisa violência urbana e maternidade negra e racismo.

Maria Aparecida de Assis Patroclo – Médica, voluntária, doutora em Saúde Pública. Tem experiência com avaliação de programas e serviços, tuberculose, hanseníase, AIDS, vigilância epidemiológica. Já recebeu várias premiações em congressos nacionais e internacionais. É professora-adjunta de Saúde Coletiva da Faculdade de Medicina e Cirurgia da UNIRIO/RJ.

Lucení Ferreira – É a administradora da Criola.

Viviane Gomes – É jornalista e tem como áreas de interesse comunicação comunitária, comunicação para mudança social, *marketing*, mídias digitais, tecnologia, redes, direitos humanos, gênero, mulheres negras e saúde.

Mônica Cunha – É mobilizadora do Projeto Justiça para as Mulheres Negras e fundadora do Movimento Moleque uma iniciativa para apoiar e fortalecer mães que tiveram filhos mortos pela ação do Estado e, também, para a ampliação do debate sobre a eficácia das instituições prestadoras de medidas socioeducativas.

Raika Julie – É mestra em Comunicação pela UFRJ e atua na Criola como mobilizadora e articuladora da Rede Nacional de Mulheres Negras Ciberativistas.

Mônica Sacramento – É doutora em Educação pela UFF e desenvolve o conteúdo programático das oficinas de Criola em segurança e autocuidado para ativistas.

Ana Míria dos Santos Carvalho Carinhonha – Mediadora, artista, advogada e doutoranda em Ciências Sociais e Jurídicas no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF. É mestre em Criminologia pela Faculdade de Direito e Criminologia da *Université Catholique de Louvain* (Bélgica) e participa de coletivos e grupos de pesquisa em criminologia, sexualidade, direito, raça e democracia.

Lia Maria Manso Siqueira – É advogada, professora de Direito e pesquisadora. Mestra em

Direitos Humanos e Inovações pela Universidade Federal de Juiz de Fora e é assistente e consultora do projeto da Criola Mulheres Negras Fortalecidas na Luta Contra o Racismo e o Sexismo.

Monica Quintiliano – Colaboradora na Criola na área de Comunicação Estratégica.

José Roberto Borges – Colabora com a Criola na área de *design*.

2.4.2 Ações

A Ong Criola tem uma agenda extensa de execução de projetos, que sinaliza para uma intervenção muito ativa junto à sociedade. Por conta do volume de intervenções, optei por selecionar as seguintes:

- 1) **Projeto Mulheres Negras Fortalecidas na Luta Contra o Racismo e Sexismo** – Objetiva o fortalecimento de grupos de mulheres negras, jovens e adultas, para o enfrentamento de violações de direitos. As ações são baseadas no estímulo à construção de espaços de co-criação, ativismo e denúncia. O projeto conta com cerca de 160 jovens negras das cidades de Brasília, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, que devem multiplicar as proposições, de forma indireta, para todo o país. O projeto contempla uma rede nacional de ciberativistas negras que funciona por meio da plataforma Alyne (<www.alyne.org.br>). A rede serve para a formulação de denúncias, de veiculação de informações e acompanhando de casos de violência. O projeto teve início em 2016, é financiado pela Embaixada Britânica e pela Oxfam Brasil e tem, como parcerias as Ong's Ação Educativa, Criola, Fase, Ibase, Inesc e Instituto Pólis;
- 2) **Meus cabelos enrolados** – É um projeto desenvolvido pela Criola em parceria com o Instituto de Educação Carmela Dutra, em Madureira (RJ) e com o apoio do Baobá (Fundo para Equidade Racial), Instituto Unibanco e UFSCar (Universidade Federal de São Carlos);
- 3) **Por sua causa** – Voltado para o autocuidado, autodefesa e segurança de ativistas jovens e trans negras. É desenvolvido com o apoio do Elas Fundo de Investimento Social;
- 4) **Justiça para as Mulheres Negras** – É voltado para o enfrentamento da violência de gênero e raça e é executado, em parceria, com Geledés Instituto da Mulher Negra (SP) e com o apoio *Open Society Foundations*;

- 5) **Cotidiano Mujer** – Programa de *Cooperación con Población Afrodescendiente del Cono Sur* em parceria com *Colectiva Mujeres del Uruguay* e apoio da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID);
- 6) **Ponto de Cultura** – O Ponto de Cultura Mulheres Negras na História pretende disponibilizar, de forma digital, o acervo bibliográfico e iconográfico da Biblioteca Gésia de Oliveira; realizar encontros de produção de conhecimento e reflexão sobre temas relacionados às mulheres negras e à cultura afro-brasileira; editar e distribuir livros, a exemplo do *Negras na História*, de biografias de mulheres negras do Rio de Janeiro/RJ e publicar revistas. Em 2016, o ponto de cultura lançou a primeira temporada da série *Mulheres Negras: ensinando e aprendendo*. Trata-se de audiovisuais com temáticas relacionadas ao universo das mulheres negras brasileiras. Dessa forma Criola quer promover o pensamento de mulheres que atuam, em diferentes áreas, dando visibilidade ao protagonismo das mulheres negras na sociedade brasileira;
- 7) **Curso de atualização: a teoria e as questões políticas da diáspora africana nas Américas** – Essa iniciativa, em 2017, registrou o 11º curso desenvolvido pela Criola em parceria com o Departamento de Estudos Africanos e da Diáspora Africana (AADS), da Universidade do Texas (Austin/EUA) e do Instituto Lozano Long de Estudos Latino-Americanos (LLILAS). A ideia principal do curso, dirigido às lideranças femininas brasileiras, é situar as experiências das mulheres negras, bem como colocar a produção política, científica e filosófica no centro das análises. O curso se insere na perspectiva Multiversidade Criola, que confronta a perspectiva *uni*, singular, totalitária da academia tradicional e abre espaço para a diversidade, diferença e pluralidade democráticas. A partir dessa visão a Multiversidade Criola torna-se o canal para a veiculação de diferentes conhecimentos e concepções, estimulando novas possibilidades de leitura do mundo, de experiências culturais e políticas das mulheres negras. Em 2017, o curso teve uma carga de 60 horas e foi realizado de 12 de junho a 19 de julho. O conteúdo do curso tem como referência o curso semestral em nível de mestrado da Universidade do Texas;
- 8) **Racismo virtual e consequências reais** – Em dezembro 2015 Criola lançou o projeto Racismo virtual, consequências reais, que identifica o local de onde são feitas postagens com conteúdo racistas, por meio de uma ferramenta chamada *GeoTag*. Com apoio da iniciativa privada, a Ong instalou vários *outdoors* pela capital carioca com *prints* de algumas mensagens publicadas, instalados nas proximidades da residência do/a criminoso/a;

Figura 14 - *Outdoor* da campanha contra o racismo virtual da Criola

Fonte: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/11/1710800-ong-espalha-outdoors-com-dizeres-racistas-perto-das-casas-dos-autores.shtml>>

Figura 15 - Outdoor da campanha contra o racismo virtual da Criola

Fonte: <<https://www.tricurioso.com/2015/11/20/ong-cria-outdoors-contr-o-racismo-com-mensagens-de-redes-sociais/>>

Figura 16 - Outdoor da campanha contra o racismo virtual da Criola

Fonte: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/11/campanha-contra-racismo-estampa-ofensas-proximo-de-casa-dos-autores.html>>

- 9) **Suporte Plataforma Alyne** – Foi inspirado na vida de Alyne da Silva Pimentel Teixeira, uma jovem negra de 28 anos, moradora da Baixada Fluminense carioca, que perdeu um bebê ainda em gestação e que também morreu, depois de passar sete horas aguardando uma remoção do feto morto e apresentar várias complicações pós-cirúrgicas em um hospital do Sistema Único de Saúde (SUS). A iniciativa, típica do ativismo digital, visa contribuir no monitoramento das práticas e políticas à saúde das mulheres e garantia dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres negras;

Figura 17 - Print do site da página inicial da plataforma Alyne

Fonte: <<https://alyne.org.br/>>

- 10) **Curso para uso de ferramentas *online* para produção de conteúdo digital** – O curso apresenta as funcionalidades de algumas ferramentas *online* para a produção de conteúdo digital. Neste sentido foram produzidos 18 vídeos aulas distribuídas em cinco blocos (<<http://criola.org.br/multiversidade/mod/page/view.php?id=3>>);

Figura 18 - *Print* da página da Ong Criola com matéria sobre Mãe Beata

Fonte: <<https://criola.org.br/page/2/>>

- 11) **Rede Nacional de Ciberativistas, em defesa das mulheres negras** – Em janeiro de 2017, a rede foi criada para atuar em defesa dos direitos das mulheres negras e executar ações rápidas, através do ciberativismo, de potencialização de estratégias de comunicação desenvolvidas por essas mulheres em contraposição a narrativas racistas e sexistas no âmbito *online* e *off-line*. Por meio dessa intervenção, a rede pretende estimular as denúncias de violação dos direitos, promover respostas, propor mudanças nas políticas públicas e, também, alavancar processos participativos dessas mulheres no mundo digital. A rede tem representação em todas as regiões brasileiras e é uma promoção da Criola em parceria com OXFAM Brasil e faz parte do projeto Mulheres negras fortalecidas na luta contra o racismo e sexismo. A partir das entrevistas, entendemos que as parcerias contribuem para a continuidade das iniciativas e não demonstram interferências nas ações nem nas Ong's apoiadas por essas instituições internacionais.

Figura 19 - Mãe Beata

Fonte: Acervo Ong Criola

2.4.3 Parcerias

- Ação Educativa
- Fase
- Ibase
- Instituto Pólis

2.4.4 Apoio Institucional

- Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID)
- Baobá (Fundo para Equidade Racial)
- Elas

- Fundo de Investimento Social
- Embaixada Britânica
- Instituto Lozano Long de Estudos Latino-Americanos (LLILAS)
- Instituto Unibanco Open Society Foundations
- Oxfam Brasil e apoio da Embaixada Britânica UFSCar
- Universidade do Texas/Austin - Departamento de Estudos Africanos e da Diáspora Africana (AADS)

3 O CAMPO DA COMUNICAÇÃO, DESAFIOS E CRISES

Neste capítulo faço algumas reflexões sobre o campo da Comunicação, seus dilemas como área de conhecimento, sobre algumas das críticas formuladas pelos Estudos Culturais britânico e por Stuart Hall, na intenção de fornecer elementos do contexto dessa pesquisa. Ressalto que Hall inaugurou na crise de paradigmas as pautas que envolve cultura, as relações culturais, focado na ausência das mídias de grupos estigmatizados, como os de negros e mulheres. Apresento também, o pensamento de intelectuais da América Latina, que debatem o campo da comunicação e o projeto de decoloniabilidade.

3.1 DEMARCAÇÃO DO CAMPO E CRÍTICAS

Certa vez em Salvador/Bahia vi na televisão um quadro sobre culinária. Era um programa matinal dirigido ao público feminino onde se demonstrava como preparar um prato do qual já nem lembro. Naquele momento o que prendia minha atenção estava atrás da imagem imediatamente visível na tela de tv. O cenário era uma cozinha e o personagem principal, uma apresentadora, que não parava de dar instruções e conselhos. Em contraposição uma jovem negra participava da cena no mais completo mutismo.
(BAIRROS, 1995)

Esta breve passagem do artigo de Bairros (1995) contribui para demonstrar parte do problema desta tese que trata de questões do campo da Comunicação entrelaçadas pelo racismo e exclusões de gênero. Colabora, também, para reflexões sobre um quadro teórico, metodológico e epistemológico com capilaridade consistente para acolher temas complexos do campo da comunicação imbricados com outros das Ciências Sociais e Humanas. Complexos porque, entendendo o campo da Comunicação em processos permanentes de elaboração, é nele que são veiculados discursos, muitos tensos, as vezes que se anulam ou se complementam (BACCEGA, 2002), que se chocam dando origem a novos conteúdos discursivos, demonstrando uma constante negociação ou ação refratária, entre o passado, o presente e o futuro.

É nesse campo, o da Comunicação, aonde as subjetividades se materializam nos discursos, sinalizando para privilégios, diversidade e representações. É nessa área e, como forma de fortalecê-la, que os estudos e pesquisas ampliam o conhecimento (BACCEGA, 2002) resultante da dinâmica da sociedade. Segundo a autora:

O discurso da história, enquanto ciência, elaborado no nível da consciência social e da consciência ideológica, e o discurso da literatura, enquanto emoção, enquanto discurso produzido no domínio da estética, discursos que se aproximam e se distanciam, são as bases do discurso da comunicação. Ou, em outras palavras, o discurso da comunicação é o domínio do outro, onde as políticas de cada um desses discursos se desvelam e se ocultam, no jogo que envolve o enunciatário/enunciador/enunciatário, jogo indispensável para construir “verdades” que circulam nos meios da comunicação. (BACCEGA, 2002, p. 25)

Constata-se que, quando uma pesquisa parte do campo da Comunicação, que tem seu objeto forjado nesse espaço, ela pode fortalecê-lo, interferindo novamente, nos seus processos internos e irradiando esses conhecimentos para outras áreas. Dessa maneira a pesquisa não fica subsumida por emergências de outros campos. Pelo contrário, reforça o campo da Comunicação e transporta novas reflexões para dentro e para fora, em um movimento constante.

É nessa dinâmica, que a linguagem se mantém como fonte privilegiada de interação social para a Comunicação e, ao mesmo tempo, permitindo a visualização dos entrelaçamentos internos e externos dessa área de conhecimento que sugerem, ao debate do próprio campo, novos ingredientes e, a fragilização das fronteiras entre as áreas do conhecimento, agora móveis, flexíveis e aderentes. Na contemporaneidade, as antigas fronteiras das áreas do conhecimento tornaram-se espaços de interfaces que estimulam reflexões sobre os desafios do Campo da Comunicação.

Braga (2011, p.63) não aceita, as explicações sobre o campo da Comunicação situando-o, apenas, como um ‘campo interdisciplinar’, seja porque pode significar que esse campo, assim como os demais, só existe atravessado por dados de outros campos. Ou seja, não tem densidade própria ou porque só se corporifica na interface com outros campos. O autor entende que o mesmo, por estar em permanente processo de constituição e, por ser um tipo de observador e mediador das conversações da sociedade, mantém sim interfaces com outras áreas do conhecimento. No entanto, é dessa interação comunicacional, constituída a partir da interação social, que impulsiona as mediações – os processos comunicacionais da sociedade nos quais as mídias funcionam – mais do que as ações das mídias.

Desse impulso que ocorre a circulação e troca de mensagens é que, quando a Comunicação requer atenção redobrada pois só assim é possível evidenciar questões específicas. Afinal, a

importância dos meios de comunicação, ou a sua intencionalidade, está em produzir sentidos que são compartilhados na sociedade contemporânea, na modernidade/colonialidade.

Esse compartilhamento, para Braga (2011), extrapola a dinâmica entre a emissão e recepção de uma mensagem, pois o receptor, que não é passivo, reelabora essa mensagem, e ao (re)transmití-la, ela já terá as impressões e análises do receptor. Sendo assim, segundo Braga “esse processo, que podemos denominar de “fluxo comunicacional de circulação adiante”, não mantém semelhanças com a referência “conversacional” que justifiquem a metáfora. As conversações interpessoais – em presença ou por rede – são apenas parte possível do processo geral” (BRAGA, 2011, p. 68).

Se as mediações são impulsionadas pela interação social, se os meios de comunicação são quem concedem sentido às mensagens, dando visibilidade aos conteúdos das práticas dessa interação social, o reforço do campo da Comunicação se forja, principalmente, por estudos e pesquisas cujos objetivos e objetos são específicos e particulares da área.

Mais do que ações das mídias sobre a sociedade, Braga (2011, p. 68) considera a mediação como processo comunicacional da sociedade na qual o reforço do campo não se limita ao estudo do que se passa na mídia, embora boa parte do que é comunicado à sociedade é veiculado através dos meios de comunicação, mas também no conhecimento e problematização das questões da comunicação, da interação social que perpassam outras e têm interfaces com a cultura, política, economia, poder, etc. Afinal, para o autor, o objetivo e o objeto do campo de estudos em Comunicação, está em observar como a sociedade conversa com a sociedade.

Como me parece claro, hoje, que o objeto da Comunicação não pode ser apreendido enquanto “coisas” nem “temas”, mas sim como um certo tipo de processos epistemicamente caracterizados por uma perspectiva comunicacional – nosso esforço é o de perceber *processos sociais em geral* pela ótica que neles busca a distinção do fenômeno. Que se busque capturar tais processos e suas políticas nas mídias, na atualidade, nos signos, em episódios interacionais – não faz tanta diferença. O relevante é que nossas conjecturas sejam postas a teste por sua capacidade para desvelar e explicitar os processos que, de um modo ou de outro, resultem em distinção crescentemente clara sobre o que se pretenda caracterizar como “fenômeno comunicacional” relacionado aos temas e questões de nossa preferência. (BRAGA, 2011, p. 66)

Assim, ao se estudar um fenômeno ou processo comunicacional, há sim uma relação desse objeto com as interações sociais comunicacionais, tendo como ponto de partida o campo da comunicação. Isso evita, por exemplo, que fatores da engrenagem comunicacional fiquem subsumidos por especificidades de outras áreas do conhecimento. Afinal, segundo Braga (2011), sendo a comunicação e os processos comunicativos uma passagem obrigatória do conhecimento humano é preciso conhecer as lógicas internas que envolvem a comunicação, que não se limitam à mídia ou às tecnologias midiáticas, acionadas para a circulação de mensagens, conteúdos e discursos, mas também, entender seus efeitos sociais a partir do campo da comunicação. Pois “o que comanda a construção do campo não é um gesto teórico-epistemológico, e que as práticas do campo social da pesquisa é que oferecem substrato histórico” (BRAGA, 2011, p.70).

O movimento de selecionar o objeto e objetivo do campo da comunicação das demais áreas do conhecimento humano é o que tem constituído essa área, em permanente diálogo com os demais campos. Mas esse movimento não pode ser visto como de delimitação de territórios, e sim compreendido como objetos e objetivos inseridos em uma lógica e interesse típicos do campo de conhecimento, embora esse campo tenha interface e interesses próximos a outros campos.

Lopes (2002), observa que a institucionalização do campo acadêmico de comunicação, no Brasil, caminha pelo signo da transdisciplinaridade, um movimento que busca superar os limites das especialidades fechadas e hierarquizadas, estabelecendo assim, “um campo de discurso e práticas sociais cuja legitimidade acadêmica e social vai cada vez mais depender da profundidade, extensão, pertinência e solidez das explicações que produza, do que do prestígio institucional acumulado” (LOPES, 2002, p.7). A autora identifica a transdisciplinaridade como fruto da crítica à interdisciplinaridade e, também, como uma das exigências da sociedade contemporânea, que em seus processos de reconstrução histórica das ciências sociais, coloca a comunicação no seu centro de críticas e insatisfações.

Esse campo, é “um conjunto de instituições de nível superior destinado ao estudo e ao ensino da comunicação e onde se produz a teoria, a pesquisa e a formação universitária das profissões de comunicação” (LOPES, 2002, p. 1). Seguindo esse pressuposto entende que nesse campo podem ser identificados vários subcampos:

[...] o científico, que implica em práticas de **produção** de conhecimento: a pesquisa acadêmica tem a finalidade de produzir conhecimento teórico e aplicado (ciência básica e aplicada) através da construção de objetos, metodologias e teorias; 2) o educativo, que se define por práticas de **reprodução** desse conhecimento, ou seja, através do ensino universitário de matérias ditas de comunicação; e 3) o profissional, caracterizado por práticas de **aplicação** do conhecimento e que promove vínculos variados com o mercado de trabalho. (LOPEZ, 2002, p. 1 e 2)

Para tratar do campo da comunicação, Lopes (2002) recupera de Bourdieu a ideia de campo como espaço de disputas e os conflitos que, no campo científico se tornam, também políticos. O campo científico é político pois promove uma rivalidade entre a manutenção do reconhecimento e a luta pela conquista desse lugar por outras ideias e cientistas. Nesse sentido, o campo é um espaço de tensões e conflitos epistemológicos que, são sempre políticos e estratégicos de conservação ou sucessão:

Essas estratégias dependem das posições ocupadas pelos agentes no campo, isto é, do capital científico e do poder que ele lhes confere. Os agentes chamados por Bourdieu de *dominantes* dedicam-se às estratégias de conservação ou de sucessão (através de seus discípulos) visando assegurar a manutenção da ordem científica com a qual se identificam. Essa ordem, a que ele chama de *ciência oficial*, não se reduz ao conjunto de recursos científicos herdados do passado que existem no *estado objetivado*, sob a forma de instrumentos, obras, instituições, etc., e no *estado incorporado* sob a forma de hábitos científicos, sistemas de esquemas gerados de percepção, de apreciação e de ação são também uma espécie de ação pedagógica que torna possível a escolha dos objetos, a solução dos problemas e a avaliação das soluções, que é a essência do *sistema de ensino*. Complementarmente, existem instâncias especificamente encarregadas da consagração (academias, prêmios) e ainda o sistema de circulação constituído pelas revistas científicas, livros e congressos, que operam em função de critérios oficiais de avaliação. (LOPES, 2002, p.3)

A tensão do campo científico, continua Lopes (2002), é promovida por forças antagônicas que lutam pela continuidade (conservação) ou pela mudança (subversão) e é nesse embate que a ruptura significa a continuidade do campo científico. É esse esgarçamento que coloca na pauta novos desafios e reformulações de ordem metodológicos, teóricos e epistemológicos:

São análises convergentes, se bem que nem sempre complementares, análises que realizam revisões, redefinições, reestruturações, reinterpretções e rupturas com categorias analíticas, esquemas conceituais, métodos de investigação. Não obstante, são análises reveladoras da complexidade e multidimensionalidade dos fenômenos comunicativos num mundo cada vez mais globalizado, multiculturalizado e tecnologizado, mas também cada vez mais fragmentado e desigual. (LOPES, 2002 p. 4)

Sendo assim, a produção o conhecimento é uma disputa permanente de poder pelo monopólio da autoridade científica. Para Bourdieu:

[...] o campo científico é sempre o lugar de uma luta, mais ou menos desigual, entre agentes desigualmente dotados de capital específico e, portanto, entre agentes desigualmente capazes de se apropriarem do produto do trabalho científico que o conjunto dos meios de produção científica disponíveis. (BOURDIEU, 1983, p. 16)

Fals Borda (2013, p. 303) também compreende que a ciência tem variações que seguem os objetivos das classes sociais envolvidas na produção do conhecimento e como esse conhecimento é fruto do intelecto humano, a ciência é construída seguindo pressupostos estabelecidos por motivações e interesses de certos grupos.

Se construye la ciencia mediante la aplicación de reglas, métodos y técnicas que obedecen a un tipo de racionalidad convencionalmente aceptada por una comunidad minoritaria constituida por personas humanas llamadas científicos, que por ser humanas quedan precisamente sujetas a las motivaciones, intereses, creencias y supersticiones, emociones e interpretaciones de su desenrolo social específico.

Por lo mismo, no puede haber ningún valor absoluto en el conocimiento científico, ya que su valor variará según los intereses objetivos de las clases envueltas em la formacion y acumulación del conocimiento, esto es, em suproducción. Para nuestros fines del momento, nos interesará examinar este processo de producción del conocimiento científico – incluído el tecnológico e cultural - mucho más que el produto final mismo representado em objetos, artefactos, leyes, principios, fórmulas, tesis, paradigmas o demostraciones. Estos productos son los que aparecen como absolutos en textos y tratados, sin que necesariamente lo sean. (FALS BORDA, 2013, p. 303)

Nesse cenário, a transdisciplinaridade das ciências sociais, de acordo com Lopes (2002), não compromete a formação do/a pesquisador/a e nem a prática científica. Mas implica na articulação da experiência e dos recursos dos diversos ramos do conhecimento. Ou seja, provoca uma confluência para a produção do conhecimento no qual, os campos científicos e o político enfrentam o conservadorismo e a mudança.

3.2 DESAFIOS DAS TEORIAS DA COMUNICAÇÃO

Hall (2016a) contribui nesse debate ao tratar das relações existentes entre o paradigma dominante na Teoria da comunicação e as alternativas críticas a esse paradigma que resultam em uma crise sobredeterminada²³ e com dimensões internas e externas. O autor propõe uma

²³ Hall recupera de Louis Althusser o conceito de sobredeterminação, tomado da psicanálise, que segundo Émerson Pirola (2016) “é o principal elemento que diferencia as dialéticas marxiana e hegeliana”. A sobredeterminação é entendida por Althusser, em Marx, como sendo qualquer contradição, seja ela econômica ou não, ela já carrega uma sobredeterminação gerada por outras contradições. Nesse sentido, a sobredeterminação “designa, na contradição, a qualidade essencial seguinte: a reflexão, na própria contradição,

abertura no que se entende por paradigma. Como conteúdos internos dessa crise, ele cita as bases epistemológicas, teóricas e metodológicas assim como os processos do paradigma dominante – com seu conjunto de procedimentos intelectuais. Já como dimensões externas da crise, ele inclui o campo das instituições e práticas comunicativas, entendidas em relação às estruturas sociais, políticas e econômicas e, ainda “em relação às mais amplas estruturas sociais, políticas e econômicas e aos desenvolvimentos dentro da formação social como um todo.” (HALL, 2016a, p.34).

Hall (2016a) se refere a uma crise sobredeterminada para demonstrar não só um abalo no paradigma dominante, mas, principalmente, para evidenciar que, ainda que as críticas não tenham alcançado seus propósitos, pelo menos, têm servido para criar as condições para mudanças de paradigma. Ao afirmar que essa crise é interna e externa o autor quer destacar os tipos distintos de problemas do campo da comunicação, ligados a teorização da comunicação, a transformação do campo cultural que, em síntese, dizem respeito às nossas concepções de mundo.

Segundo Escosteguy (2010), Hall vai se afastar da ideia, a partir dos anos 80 do século passado de sobredeterminação de Althusser e aproxima-se de Gramsci quando esse dispõe sobre hegemonia, que trata do poder de uma classe dominante em coagir uma classe subalterna e, assim, fazê-la a sujeitar-se aos seus interesses e, exercer uma ‘hegemonia’ ou ‘autoridade social total’. A incorporação das reflexões de Gramsci pelos Estudos Culturais, dadas desde Raymond Williams²⁴, e estimulada, segundo Escosteguy (2010, p. 101) por Hall, que passa a discordar da proposta de que em uma formação social tudo gira em torno do econômico, o que nega a existência de outros tipos de relações sociais.

[...] a opção de incorporar parte da reflexão de Gramsci pelos estudos culturais, incentivada, principalmente, através da liderança de Stuart Hall, deve-se em grande medida ao seu ataque ao economicismo e reducionismo dentro do marxismo clássico. O economicismo e o reducionismo devem ser entendidos como uma aproximação teórica que tenta ler/interpretar as

de suas condições de existência, ou seja, de sua situação na estrutura com dominante do todo complexo” (PIROLA, 2016, p. 370). Althusser reconheceu que existem distintas contradições sociais cujas origens são de ordem diversas e não, apenas, determinadas pelo econômico. A sociedade, era entendida por Marx como um todo complexo e estruturado com dominante. Para Althusser, existe uma multiplicidade de fatores, tanto físico como da superestrutura ideológica que interagem, alterando uns aos outros. Logo, há uma sobredeterminação provocada por uma multiplicidade de determinações, não necessariamente, determinadas pelo econômico.

²⁴ É importante salientar que os Estudos Culturais britânicos, desde seus princípios, se constituem a partir de uma determinada compreensão de cultura, de popular e de classes subalternas. Esses conceitos são introduzidos por Raymond Williams a partir de uma aproximação com a obra de Antônio Gramsci. Já no ensaio *Os meios de comunicação como meios de produção*, publicado pela primeira vez em 1978, Williams deixa clara a interrelação de forças produtivas e cultura.

fundações econômicas da sociedade como a *única* estrutura determinante. (ESCOSTEGUY, 2010, p. 101)

Ainda sobre a crise de paradigma, Hall (2016a) mostra-se atento a, pelo menos, três fatores: o primeiro diz respeito as tecnologias que impulsionam os meios de comunicação a atravessar outros domínios da vida social mas seu foco são as fraquezas epistemológica e teórica do paradigma dominante, uma delas: o naturalismo do individualismo é redutor sobre as variadas relações entre o pensamento, o discurso, a prática e a estrutura.

Essas são características que o paradigma dominante nos estudos de comunicação compartilham com a ciência social *mainstream* dos Estados Unidos (ou como aquele paradigma nas ciências sociais que foi canonizado nas décadas de 1950 e 1960) e é um dos pontos importantes no qual a nossa “crise” coincide com a crise mais geral nas ciências sociais (HALL, 2016a, p. 35).

O outro ponto nevrálgico da crise apontado por Hall (2016a) diz respeito à constituição da comunicação como uma especialidade disciplinar autossuficiente, mesmo com uma base teórica que ele considera fraca e equivocada pois, de acordo com ele, tem isolado sua teoria e prática da evolução das ciências sociais, o que estimula, nos profissionais da área, uma fantasia sobre uma autonomia empírica e teórica. O terceiro ponto, Hall (2016a, p. 35) salienta o caráter teórico da disciplinarização e da institucionalização, ou seja, o empenho teórico em apontar processos que podem ser atribuídos à comunicação porém, em separado das estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais mais amplas, nas quais os modernos modos de comunicação estão inseridos. Contudo, Hall (2016a) não nega a especificidade do campo de comunicação, mas alerta para o seu entendimento de que:

[...] toda a diferença do mundo entre a autonomia de um suposto campo independente de estudo – ao qual o paradigma dominante, em sua forma altamente profissionalizada, aspira – e o desenvolvimento de teoria dentro do que poderia ser chamado de um campo “regional” – isto é, o estudo dos efeitos reais e a estruturação interna de um domínio completo de práticas nas quais, entretanto, a natureza dessas articulações com outras práticas no conjunto das relações sociais ou a formação social como um todo não pode ser tomada como evidente. (HALL, 2016a, p. 36)

Por conta, principalmente, desses fatores, Hall (2016a) não concebe a comunicação como uma disciplina autossuficiente e, sim, como uma teoria regional ligada às teorias sociais gerais que tratam da formação social como um todo. Para ele, é desse contexto “que se deve teorizar o espaço da comunicação no mundo social moderno” (HALL, 2016a, p. 36), pois não são externas ao campo das práticas e estruturas sociais. Pelo contrário, elas ajudam a constituir esse mundo e, na verdade, não se reconhecer como parte integrante, segundo Hall (2016a), é

um dos problemas do paradigma dominante, pois a sua premissa é baseada em uma teoria social específica que se sustenta em um tipo de conceituação de cultura, em um modelo histórico específico sobre as formações sociais, por exemplo, sua teoria social, é a teoria da democracia capitalista liberal, e seu modelo de formação é semelhante ao modelo norte-americano.

Sendo assim, Hall (2016a) identifica essas identidades do paradigma dominante como uma forma de imperialismo intelectual e daí, a sua crise estar relacionada com poder e saber e é para onde as teorias críticas da comunicação arremessam suas provisões. Hall (2016a, p. 40) chama a atenção para duas situações: à capacidade de mutação do paradigma dominante que, mesmo quando está fragilizado, ressurge forte, após absorver parte das críticas e, à questão de que as teorias críticas ainda não alcançaram um grau de refinamento e coerência internos semelhantes ao do paradigma dominante. Essas críticas devem ser alicerçadas em uma concepção distinta do paradigma dominante que observe o aspecto cultural de cada elemento, seu papel discursivo.

[...] uma consciência de que os meios de comunicação agem em e através do domínio do sentido. Não há uma “mensagem” preexistente na realidade, que a realidade possua exclusivamente e não problematicamente, que a linguagem e outros sistemas de meios de comunicação, como sistemas de retransmissão transcritivos, podem simplesmente transpor para as mentes em branco e as consciências de seus receptores. O sentido é polissêmico em sua própria natureza; permanece indissolivelmente ligado ao contexto. É capturado e constituído na disputa para “preferir” um entre vários sentidos como o dominante. Essa dominância não está previamente inscrita nas estruturas e eventos, mas é construída por meio de contínuas lutas em torno de um tipo específico de prática – práticas representacionais. (HALL, 2016a, p. 41)

O autor fala de sentido como uma linguagem e como tal é preciso saber como as linguagens constroem o sentido e como a simbolização opera para representar o mundo e o efeito dessas representações junto às estruturas e grupos sociais. Sendo assim, Hall (2016a) defende que o sentido não pode ser conceituado fora do campo de disputa das relações de poder porque é nessas relações onde o discurso associa-se ao poder. E, por isso, é totalmente diferente conceituar a relação entre o campo regional da comunicação e as relações sociais, culturais, econômicas e políticas das formações sociais nas quais elas atuam. É pensar que essa mudança de foco leva a identificar que os meios de comunicação são ideológicos, têm suas premissas de existência sociais, políticas e culturais e, portanto, os sistemas de comunicação devem compreender as condições, os sistemas de representação nas quais estão inseridos:

“Afirmar que os meios de comunicação são ideológicos é dizer que eles agem no domínio da construção social do sentido. Eles fornecem o terreno no qual as pessoas adquirem consciência de seu mundo” (HALL, 2016a, p. 42).

Em resumo: não há como a teoria e pesquisa em comunicação esquivarem-se do quesito ideológico. Mesmo não sendo autossuficiente, ele é plasmado e ordenado pelas relações sociais, políticas, tecnológicas e econômicas e tem articulações com essas instâncias que produzem sentidos e estão inseridos no campo discursivo. Para Hall “essa exigência de pensar a relação entre a estrutura e a prática no domínio do ideológico é agora a mais urgente tarefa teórica que enfrentam os paradigmas críticos” (HALL, 2016a, p. 43). Ao se posicionarem contrários ao reducionismo do paradigma dominante, os paradigmas críticos travam uma batalha contra um modelo de ideologia que não reflete sobre a construção de sujeitos sociais nem sobre hegemonia e classes não hegemônicas.

Nesse sentido, Williams (2011) já havia antecipado essa problemática ao tratar os meios de comunicação como meios de produção. Williams compreende os meios de comunicação como base material e de produção e circulação de sentidos e, assim, eles são intrinsecamente vinculados às lutas de classe que se dão na sociedade. O produto principal são os discursos os quais fazem circular a partir das lógicas hegemônicas. Mas, como meios de produção, eles trazem em si a contradição, visto que nos processos de trabalho, ou seja, de produção dos produtos culturais, a base material, composta pelo conjunto das forças produtivas, revelam os diferentes embates e interesses presentes nas estruturas sociais. Desta forma, há para o campo da comunicação todo o percurso teórico a ser desenvolvido para dar conta, na contemporaneidade, do capitalismo de plataforma²⁵.

3.3 A PESQUISA, A COMUNICAÇÃO E AS PARTICULARIDADES

As instituições que participam deste trabalho têm uma atuação na área de comunicação, inclusive, nas redes sociais, por meio da veiculação de mensagens com conteúdos discursivos contra-hegemônicos, de resistências a exclusões, de reforço dos movimentos e lutas antirracistas e contrários a discriminação de gênero e de solidariedade. Esse perfil se insere

²⁵ Termo usado por autores que estudam o capitalismo no contexto das empresas de tecnologias digitais como *Apple*, *Microsoft*, *Amazon*, *Facebook*, *Google*, entre outras. Entre esses autores destaco SRNICEK, Nick. **Capitalismo de Plataforma**. Buenos Aires: Caja Negra, 2018.

nas ações para a construção do pensamento afrodiaspórico de mulheres negras, pois, essas Ong's reagem a certo tipo de discurso e, por isso, se dirigem ao público receptor com o qual tem identidades, dialogam a partir de certas narrativas, conteúdos de mensagens. Essas entidades produzem informação e também, mediam relações comunicacionais. Trindade (2014) define mediação como aquela categoria que “procura reorientar os estudos dos meios para a compreensão das lógicas de uma presença midiática para a construção ou organização das práticas sociais, culturais, políticas e religiosas entre outras” (TRINDADE, 2014, p. 4).

As mediações culturais analisam a presença dos meios nos processos culturais enquanto a midiatização procura compreender as lógicas em processos ainda não totalmente definidos e que buscam vislumbrar o quanto a cultura e a sociedade são plasmadas pela mídia. Portanto, ambas “constituem-se como eixos epistêmicos complementares entre si da pesquisa em comunicação” (TRINDADE, 2014, p. 7). Martin-Barbero (1987) fala que as mediações não estão limitadas aos meios. Estão envolvidas em um processo de transformação social e apesar de não terem uma única definição, as mediações ocorrem nos locais onde são identificadas a junção da produção e do consumo da comunicação.

O autor salienta que as mediações mantêm um contato permanente com as novas experiências culturais, atuando a partir da comunicação, da cultura e da política. Já Fígaro (2007), por exemplo, conceitua comunicação “como um processo mediado pelas práticas culturais que se constroem no cotidiano, permeadas pelas relações de classe, as quais se dão num momento em que o capitalismo encontra-se sob a orientação do capital financeiro, com fluxos globalizados e oligopolizados” (FÍGARO, 2007, p. 218).

No contexto das mediações e da midiatização, observa-se que esse ativismo comunicacional das instituições participantes dessa pesquisa tem se construído a partir de questões que envolvem a recepção das informações veiculadas pelos meios de comunicação hegemônicos e a constatação da ausência das narrativas das mulheres negras. A criação do setor de comunicação dessas instituições é resultante de uma constatação de que os discursos veiculados nas mídias hegemônicas ou invisibilizam essas falas, ou retroalimentam os valores da modernidade/colonialidade por meio de conteúdos que mantêm representações que vão de encontro aos seus propósitos e, também, que essa situação de exclusão precisa de uma resposta.

Aliás, o trecho do artigo de Bairros (1995), que abre esse capítulo, exemplifica a reatualização do discurso hegemônico capaz de criar, para as mulheres negras, um suposto lugar social construído historicamente, a cozinha. Porém, destituídas de um ‘reconhecimento’ de suas habilidades na área da culinária, de uma maneira ‘natural’. Bairros analisa outros significados presentes nessa imagem como o fato de que a apresentadora, por estar em um local desvalorizado, a cozinha, precisava reforçar sua autoridade a partir do papel secundário designado a auxiliar.

Ou seja, para além das questões que dizem respeito ao campo da comunicação, outros fatores, do campo das ciências sociais se agregam à questão comunicacional, presentes na epígrafe. O amálgama da comunicação com questões do racismo, sexismo, classe e raciais fazem essa pesquisa se aproximar dos Estudos Culturais (EC), fundado em 1964 por Richard Hoggart e Raymond Williams, na Inglaterra. Porquê? Porque os EC promoveram críticas à Comunicação, considerando, pelo menos, dois grupos sociais: negros/as e mulheres.

É que a ideia de cultura formulada pelos EC, principalmente por Hall, rompe com conceitos que não incluíam os rituais do cotidiano. Ou seja, insere práticas que não eram vistas como pertencentes à esfera da cultura. E é desse local que a cultura popular se legitima e, de onde Hall elabora uma crítica, uma tendência “que questiona a hierarquia de formas e práticas culturais” (ESCOSTEGUY, 2001, p. 161).

Afora isso, uma das principais políticas dos EC, de acordo com Escosteguy (2001), foi a promoção dos estudos críticos das teorias da comunicação, dos meios de comunicação associados à cultura popular, a partir do entendimento de que cultura é um campo de relações estruturadas tanto pelo poder como pelas diferenças sociais (WILLIAMS, 2011). Por isso, mesmo focando acontecimentos situados no campo da comunicação seus estudos e críticas extrapolam essa área de forma transdisciplinar trazendo alguns ingredientes, como ideologia, poder, representação, política, economia, cultura, raça e gênero para o centro das discussões sobre comunicação. Sem, no entanto, seguir uma única narrativa. Segundo a autora:

Já o estudo dos meios de comunicação caracterizava-se pelo foco na análise da estrutura ideológica, principalmente, da cobertura jornalística. Esta etapa foi denominada por Hall (1982) de “redescoberta da ideologia”, sendo que uma das premissas básicas desta fase pressupunha que os efeitos dos meios de comunicação podiam ser deduzidos da análise textual das mensagens emitidas pelos próprios meios. Ainda nessa década, a temática da recepção e a densidade dos consumos mediáticos começam a chamar a atenção dos

pesquisadores de Birmingham, ou melhor, do CCCS. Este tipo de reflexão acentua-se a partir da divulgação do texto “Encodinganddecoding in the television discourse”,¹⁴ de Stuart Hall, publicado pela primeira vez em 1973. (ESCOSTEGUY, 2001, p. 36)

Os Estudos Culturais Britânicos e Hall se preocuparam com os meios de comunicação, a partir de análise da estrutura ideológica, com ênfase na cobertura jornalística. Assim, as análises dos textos publicados nos meios de comunicação feitas pelos EC são focadas no estudo da audiência. Os EC, ainda segundo Escosteguy (2001) passaram a verificar, na segunda metade dos anos 80 do século XX, as diversas leituras ideológicas das posições assumidas pelos receptores.

Em meio à multiplicidade de investigações desenvolvidas pelos EC, associando os meios de comunicação à cultura e, por sua vez, a temas como o racial e de gênero, levantam debates teóricos e epistemológicos sobre identidade e representação, por exemplo, que trouxeram novos elementos para o campo da comunicação e das relações sociais, onde o poder e ideologia têm espaço assegurado. Para Sovik (2016) a opção de Hall por temas de ordem racial foi uma maneira dele evidenciar sua resistência “à forma em que os discursos dominantes o encaixam nas hierarquias sociais”. A resposta de Hall é teórica, pois se interessa em refutar esses discursos, através da teoria que é, segundo Hall, uma maneira de tratar um “problema político e estratégico” (SOVIK, 2016, p. 4).

Já com relação a confluência do feminismo com os EC ocorre, principalmente, no âmbito da recepção e, para Escosteguy (1998), demarcou uma crítica à representação das mulheres nos meios, “os gêneros considerados femininos, as leituras femininas, a espectadora, sua constituição e suas práticas e a audiência feminina” (ESCOSTEGUY, 1998, p. 2). Segundo a autora estes recortes são abordados a partir de ligações entre modelos provenientes da teoria do cinema, da literatura, da sociologia, da antropologia e da psicanálise. Escosteguy (1998; 2001) ressalta que o feminismo nos EC promoveu um dos rompimentos teóricos decisivos para a reorganização da sua agenda. Uma das rupturas foi o entendimento do domínio pessoal como político; ampliação da noção de poder para além da esfera pública; centralidade das questões de gênero e sexualidade; inclusão de temas do subjetivo e do sujeito e reabertura entre teoria social e teoria do inconsciente (psicanálise).

Uma das primeiras produções com esse recorte data de 1978, e foi organizado por Charlotte Brundson, *Women Take Issue*. Para Escosteguy a publicação “é considerada o primeiro resultado prático de maior envergadura na divulgação dos trabalhos do *Women's Studies Group do CCCS*” (ESCOSTEGUY, 1998, p. 4). A segunda produção coletiva, *Off-Centre - Feminism and Cultural Studies* é de 1991, e é dos subgrupos temáticos do CCCS, já transformado em Departamento de Estudos Culturais. Para autora essa publicação marca o reconhecimento do encontro entre feminismo e cultural *studies*.

Ao abordar sobre os feminismos materiais e descoloniais nos EC, Costa (2014) observa que os EC se afastaram do enfoque marxista da luta de classes para voltar-se às discussões do colonialismo, como o racismo, as migrações, feminismo e grupos étnicos formando um tipo de “bricolagem que não privilegia nenhuma disciplina ou metodologia em particular” (COSTA, 2014, p. 3). Nesse sentido, os EC propõem uma compreensão de mundo não apenas a partir do ponto de vista da cultura, mas a partir de especificidades das relações e lutas culturais.

É desse lugar que o contexto passa a ser entendido como integrante das forças constitutivas desse fenômeno e como resultado das relações de poder, é aí que os EC sugerem uma intervenção capaz de desarticular e rearticular as forças constitutivas em um novo contexto. Para os EC, o corpo e as experiências femininas tinham funções cruciais em uma crítica e, a adoção desse caminho levou as mulheres dos EC a uma emersão nas várias fases do movimento feminista, a lidar com a materialidade dos corpos e das experiências, sem, no entanto, esgotar as análises entre cultura e discurso.

[...] devido a seu compromisso histórico com o movimento de mulheres (de onde surgiu), para o feminismo a subordinação e a dominação estavam marcadas no próprio corpo, excedendo aí seus limites puramente epistemológicos. Em outras palavras, eram algo mais que categorias analíticas abstratas. Por conseguinte, a insistência na análise das dimensões subjetivas e simbólicas das experiências das mulheres, junto com o projeto político de intervenção nas estruturas do cotidiano dessas mulheres – projeto que orientou desde o princípio as pesquisas feministas dentro do campo dos estudos culturais, tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos –, equipou as teorias feministas com poderosos instrumentos para “cortar” na materialidade tanto da cultura como do poder. Se, por um lado, como nos mostra Rooney (1996), o entrelaçamento entre teoria e política no feminismo foi forjado histórica e conjunturalmente a partir do compromisso político na luta pela emancipação das mulheres; por outro, o fato de as feministas trabalharem em geral nas “economias nebulosas das fronteiras disciplinares” (Appadurai, 1996, p. 29) e à margem dos cânones deu a elas um matiz

antidisciplinar a seus projetos, obrigando-as a desafiar incessantemente práticas acadêmicas e paradigmas dominantes. (COSTA, 2014, p. 7-8)

Os EC focalizaram os meios de comunicação a partir de análise da estrutura ideológica, com ênfase na cobertura jornalística e, segundo Escosteguy (2001), passaram a verificar, a partir da segunda metade dos anos 80 do século XX, as diversas leituras ideológicas das posições assumidas pelos receptores. Gênero e raça integram os temas dos EC sobre o papel dos meios de comunicação na constituição de identidades. Esse escopo é promissor, principalmente, porque oxigena as reflexões epistemológicas, como as que tratam da concepção de identidade, que podem desafiar os tradicionais mecanismos de opressão expressos ou invisibilizados pelos meios de comunicação.

Observa-se que os coletivos que participam dessa pesquisa ao recorrerem à comunicação, a se movimentarem em uma seara contra-hegemônica, enfrentam polêmicas, práticas e visões de mundo que não se esgotam no debate aqui proposto. Outras questões nevrálgicas e relacionadas às teorias da comunicação, a recepção das mensagens, com seus conteúdos discursivos, ideológicos e emotivos, marcados por representações, também se fazem presente nessa pesquisa. Uma delas diz respeito ao aumento da circulação de informações, decorrente, na contemporaneidade, das TIC's e, mais uma vez, a reação dos/as receptores/as. Inclusive, Wolton (2010) presume que:

[...] o futuro está na problemática da comunicação, ou seja, das condições de aceitação e de negociação pelos receptores das informações oriundas de todos os lados. Este será o desafio essencial. A informação tornou-se abundante; a comunicação, uma raridade. Produzir informações e a elas ter acesso não significa mais comunicar". (WOLTON, 2010 p.16)

Wolton (2010) constata que esse volume tanto de mensagens e de receptores/as se estende aos conteúdos, às representações, às visões de mundo, gerando, até mesmo, mais acirramentos do que comunicação. É por conta dessa situação que o autor identifica na informação e na comunicação um dos nós dos extremos da convivência humana: da paz e da guerra no século atual. As TIC's não têm promovido uma convivência entre os diferentes pontos de vistas, mas têm estimulado a formação de guetos identitários. E esse risco, alerta Wolton (2010), aumenta com a globalização na forma dada pelo capitalismo contemporâneo.

Nesse contexto dissonante de conflitos entre papéis e funções distintas entre informar e comunicar, Wolton destaca o local do/a receptor/a e que “os receptores negociam, filtram,

hierarquizam, recusam ou aceitam as incontáveis mensagens recebidas, como todos nós, diariamente” (WOLTON, 2010, p. 18). Para o autor, essa a agilidade do receptor para enfrentar o fluxo de informação exige uma revisão e revalorização da comunicação e do/a receptor/a.

Para Wolton (2010), nesse cenário comunicar é negociar e, negociação, integra a política da cultura democrática. “Quanto mais os indivíduos estão bem-informados, mais eles criticam e negociam” (WOLTON, 2010, p. 19). Contudo, admite que, apesar dessa facilidade informacional, onde as diferenças são mais visíveis, porém, elas são menos negociáveis. Esse descompasso nos remete a Hall quando ele trata das políticas, do paradigma dominante no campo da comunicação. Por sua vez, Sodré (2017) chama a atenção para o fato de que desde o começo do século XX a comunicação passou a ser compreendida como transmissão de mensagens ou de informações. Ou seja, “a ideia de comunicação foi, assim, anexada aos modelos de transmissão de signos” (SODRÉ, 2017, p. 11). Para ele, a expressão mídia sintetiza os diferentes dispositivos de informação no processo humano e dialógico, aparentemente, presentes na comunicação, também chamada de mediatizada.

Essa realidade aponta para um ponto crucial do ativismo de mulheres negras de quatro entidades brasileiras na área de comunicação: a postura refratária dos meios de comunicação em relação à emergência e urgência de mudanças discursivas, no caso dessa pesquisa, relacionadas às questões de raça e gênero. Aliás, Villanueva (2017) discorre sobre o modelo de comunicação ainda praticado na América Latina, decorrente da modernidade/colonialidade e todos os seus mecanismos de negação e silenciamento do ‘outro’, que associa “las corrientes teóricas comunicacionales predominantes – la pragmática (estadounidense), la crítica (europea) e incluso la crítico-utópica (latino-americana) – están insertas, a su modo, en el horizonte epistemológico de esta visión y permanecen sujetas a sus constreñimientos²⁶” (VILLANUEVA, 2017, p. 21). Villanueva (2017) sugere que é preciso repensar a comunicação como humanizadora e de construção social plural:

En el pensamiento teórico comunicacional latino-americano de índole crítica el proceso social de (inter)relación significativa, es decir, la comunicación, se concibe predominantemente como um hecho potencial político de liberación contenido em el efectivo descubrimiento del “Otro” y en la posibilidad del

²⁶ “As correntes teóricas comunicacionais preeminentes – o pragmático (estado não identificado), o crítico (europeu) e até o crítico utópico (latino-americano) – são inseridas, à sua maneira, no horizonte epistemológico dessa visão e permanecem sujeitas a suas restrições”. Tradução livre da autora.

diálogo horizontal, participativo y plural para la construcción comunitaria.²⁷
(VILLANUEVA, 20147, p. 22)

Villanueva (2017) entende o projeto de decolonialidade como um horizonte de esperança, de restauração da humanidade e, conseqüentemente, de reconstrução radical da condição humana. Quiroz (2017) lista alguns/mas pensadores/as latino-americanos/as que fizeram críticas ao paradigma comunicacional ocidental, para proporem um outro saber que possibilite a construção de mundos e modos de pensar distintos da criação modernidade/colonialidade a exemplo de Juan Díaz Bordenave, Mario Kaplún, Rosa María Alfato, Paulo Freire e Luis Ramiro Beltrán. Nesse sentido, Quiroz (2017) entende decolonialidade não apenas como um desejo histórico de deixar de ser colonizado, mas de reconhecimento de um conhecimento diferente do estabelecido “y que lleva a valorar la pluriversidad de realidades, historias, saberes, lenguajes²⁸” (QUIROZ, 2017, p. 62). Sendo assim, o projeto de decolonialidade não é somente uma renovação epistêmica e delimitação do campo, mas também é um posicionamento político a respeito da realidade do poder, do saber e do ser.

Es esencial recuperar y valorar la pertinencia actual de la Comunicología de la Liberación, principalmente al construir y enriquecer una epistemología de esta especialidad permitiendo revalorar el pensamiento libertador y emancipador de la región que está posicionado en el debate actual y en las relaciones actuales de los países latinoamericanos²⁹. (QUIROZ, 2017, p. 72)

Interpreto como contundente, ousada e democrática a construção do projeto de decolonialidade, ao propor que a produção científica latino-americana precisa tornar-se autônoma e se inserir em um cenário mais amplo, sem as amarras universalistas e eurocêntricas. Nesse sentido, decolonialidade traduz a esperança de construção de um lugar de autonomia e originalidade pois, a sua base está no debate horizontal, na visibilidade e respeito a outras concepções de mundo, onde a Comunicação tem um papel de destaque.

²⁷ “No pensamento comunicacional teórico latino-americano de natureza crítica, o processo social de relacionamento (inter) significativo, ou seja, comunicação, é predominantemente concebido como um evento potencial de libertação política contido na descoberta efetiva do “Outro” e na possibilidade diálogo horizontal, participativo e plural para a construção da comunidade”. Tradução livre da autora.

²⁸ “E isso leva a valorizar a diversidade de realidades, histórias, habilidades de linguagem”. Tradução livre da autora.

²⁹ “É essencial recuperar e avaliar a relevância atual da Comunicação de Libertação, principalmente ao construir e enriquecer uma epistemologia dessa especialidade, permitindo reavaliar o pensamento libertador e emancipatório da região que se posiciona no debate atual e nas relações atuais dos países da América Latina”. Tradução livre da autora.

4 PERSPECTIVAS CONCEITUAIS E TEÓRICAS

Essa tese se incorpora ao conceito em construção denominado de pensamento afrodiaspórico e, dentro desse recorte, a comunicação afrodiaspórica decolonial das mulheres negras, pois foi nesse universo que encontrei uma já consistente produção teórica que dialoga com esse trabalho e, portanto, serve como lastro de sustentação a ele. Ressalto que as teorias e categorias aqui apresentadas e refletidas ancoram, perpassam as análises voltadas para investigar, identificar e contextualizar a Comunicação e a apropriação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) de quatro entidades brasileiras, observando se as iniciativas digitais têm ampliado não só a apropriação das redes sociais por essas mulheres, mas, também, contribuído para fortalecimento dos discursos desse segmento, os feminismos negros, aqui denominados de pensamento afrodiaspórico decolonial das mulheres negras.

Além de discorrer neste capítulo sobre decolonialidade, colonialidade, trato de outras categorias que funcionam como um lastro consistente e extenso, como raça, racismo, branquitude, feminismos negros amefricanização do pensamento, esse proposto por Lélia Gonzalez. Esse arcabouço teórico cumpriu dois papéis fundamentais: o de identificar as bases dessa tese e, também, como o contexto para a Análise Crítica do Discurso (ACD), a realidade onde estão os ativismos digitais dos quatro coletivos de mulheres negras, o ponto de partida das pautas e agenciamento do movimento que resulta na elaboração dos materiais comunicacionais dos Instituto Odara e Flores de Dan, Associação das Mulheres Rendeiras e Criola.

4.1 COMUNICAÇÃO E PENSAMENTO AFRODIASPÓRICOS DECOLONIAIS

O pensamento afrodiaspórico se fortalece da produção do conhecimento de pensadores/as que, a partir de suas localizações corpo-geopolítica, contribuem no processo de produção de um projeto decolonial “que abarca a longa tradição de resistência das populações negras e indígenas e, posteriormente, daqueles que Frantz Fanon (2005) nomeou como os condenados da terra” (COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOUEL, 2018, p. 10). A ênfase do pensamento afrodiaspórico à localização dos/as produtores/as de conhecimento é uma explícita crítica à tradição eurocêntrica de universalização da ciência. Ou seja, a produção do conhecimento, considerado local e periférico na modernidade, ganha outra dimensão, onde deixa ‘as margens’ para ocupar o ‘centro’, sendo esse não único, mas diverso.

Entendo que as denominações ‘afirmação geopolítica’ e ‘localização corpo-geopolítica’ se referem aos processos culturais gerados pela escravização de negros/as africanos/as que, forçosamente, promoveu a formação de novas e diversas identidades há mais de 500 anos. Hall (2018) centraliza seu olhar às comunidades negras caribenhas que no século XX saíram de seus países em busca de uma vida melhor na Inglaterra. Porém, seus questionamentos e críticas podem ter como pano de fundo, outros países, a diáspora, o Brasil.

[...] o que a experiência de diáspora lança sobre as questões de identidade cultural? Como podemos conceber ou imaginar a identidade, a diferença e o pertencimento, após a diáspora? Já que a “identidade cultural” carrega consigo tantos traços de unidade identidades inscritas nas relações de poder, construídas pela diferença e disjuntura? (HALL, 2018, p. 30)

Nesse sentido, entende que as novas culturas criadas por esses grupos diaspóricos “são também projetos políticos, que trazem em seu bojo não somente a dimensão da resistência, mas também a dimensão da esperança” (COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOUEL, 2018, p. 17). Esses movimentos, promovidos por populações negras e indígenas na atualidade, no entanto, foram desprezados pelos ideais eurocêntricos a exemplo do universalismo abstrato (hegemônico) há mais de 500 anos. Sendo assim, o pensamento afrodiaspórico é favorável a decolonialidade, entendida “como uma luta viva no meio de visões e maneiras competitivas de experimentar o tempo, o espaço e outras coordenadas básicas de subjetividade e sociabilidade humana” (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 29). Nesse sentido, foi preciso conceituar outras categorias, que se associam ao pensamento afrodiaspórico, a exemplo de descolonização, colonialidade colonialismo, modernidade/colonialidade e feminismo negro. Segundo Maldonado-Torres a teoria decolonial:

Criticamente reflete sobre o nosso senso comum e sobre pressuposições científicas referentes a tempo, espaço, conhecimento e subjetividade, entre outras áreas-chave da experiência humana, permitindo-nos identificar e explicar os modos pelos quais sujeitos colonizados experienciam a colonização, ao mesmo tempo em que fornecem ferramentas conceituais para avançar a descolonização... o pensamento e a teoria decoloniais exigem um engajamento crítico com as teorias da modernidade, que tendem a servir como estruturas epistemológicas das ciências sociais e humanidades europeias. (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 29)

Ao se associar a decolonialidade o pensamento afrodiaspórico enfatiza a importância da afirmação corpo-geopolítica para a produção do conhecimento como uma das estratégias de contraposição ao universalismo eurocêntrico por se tratar “aqui de afirmar a existência como um ato de qualificação epistêmica” (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 13). Ao esclarecer

sobre o significado e a importância do colonialismo e da descolonização Maldonado-Torres faz distinção entre colonialismo, colonialismo moderno e colonialidade:

Colonialismo pode ser compreendido como a formação histórica dos territórios coloniais; o colonialismo moderno pode ser entendido como os modos específicos pelos quais os impérios ocidentais colonizaram a maior parte do mundo desde a “descoberta”; e a colonialidade pode ser compreendida como uma lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais. A “descoberta” do Novo Mundo e as formas de escravidão que imediatamente resultaram daquele acontecimento são alguns dos eventos-chaves que serviram como fundação da colonialidade. Outra maneira de se referir à colonialidade é pelo uso dos termos modernidade/colonialidade, uma forma mais completa de se dirigir também à modernidade ocidental. (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 35-36)

Maldonado-Torres entende que a descolonização faz referência “a momentos históricos em que os sujeitos coloniais se insurgiram contra os ex-impérios e reivindicaram a independência: a decolonialidade refere-se à luta contra a lógica da colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos” (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 36). Nesse caso, as práticas de hibridismo e sincretismo, presentes no processo de colonização das sociedades latino americanas, estão sendo revistas, por olhares ‘locais’. Um dos exemplos no Brasil foi o surgimento das religiões de matriz africana, nascidas nas senzalas, onde, de acordo com Caetano (2016), escravizados/as de diferentes nações e etnias africanas viviam de forma sub-humana e, fora do controle colonial, criaram uma religião que associava elementos da religião católica com de várias religiões africanas.

Nesse processo de desconstrução de uma ordem mundial, emergem outras vozes e olhares e, portanto, onde possam coexistir diferentes compreensões de tempo, espaço e subjetividades, e ainda, terem relações de produtividade. Ainda evidenciando as distinções entre colonialidade e colonialismo Maldonado-Torres (2003) afirma:

Colonialismo denota una relación política y económica, en la cual la soberanía de un pueblo reside en el poder de otro pueblo o nación, lo que constituye a tal nación en un imperio. Distinto de esta idea, la colonialidad se refiere a un patrón de poder que emergió como resultado del colonialismo moderno, pero que, en vez de estar limitado a una relación formal de poder entre dos pueblos o naciones, más bien se refiere a la forma como el trabajo, el conocimiento, la autoridad y las relaciones intersubjetivas se articulan entre sí, a través del mercado capitalista mundial y de la idea de raza. Así, pues, aunque el colonialismo precede a la colonialidad, la colonialidad sobrevive al colonialismo. La misma se mantiene viva en manuales de aprendizaje, en el criterio para el buen trabajo académico, en la cultura, el sentido común, en la auto-imagen de los pueblos, en las aspiraciones de los sujetos, y en tantos otros aspectos de nuestra experiencia moderna. En un sentido, respiramos la colonialidad en la modernidad cotidianamente. La colonialidad no es simplemente el resultado o la forma residual de cualquier

tipo de relación colonial. Esta emerge en un contexto socio-histórico, en particular el del descubrimiento y conquista de las Américas ³⁰. (MALDONADO-TORRES, 2003, p. 131)

Quijano (2005a) entende colonialidade como sendo um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder, capitalista e eurocêntrico. Ele afirma que:

Por sua natureza, a perspectiva eurocêntrica distorce, quando não bloqueia, a percepção de nossa experiência histórico-social, enquanto leva, ao mesmo tempo, a admiti-la como verdadeira. Opera, pois, no mundo de hoje, e em particular na América Latina, do mesmo modo como a “cavalaria” atuava na visão de Dom Quixote. Consequentemente, nossos problemas também não podem ser percebidos senão desse modo distorcido, nem confrontados e resolvidos salvo também parcial e distorcidamente. Dessa maneira, a colonialidade do poder faz da América Latina um cenário de des/encontros entre nossa experiência, nosso conhecimento e nossa memória histórica. (QUIJANO, 2005a, p. 15)

Para Quijano, colonialidade é um conceito vinculado ao colonialismo. Porém, distinto, já que colonialismo se refere, de forma restrita a uma:

[...] estrutura de dominação/exploração onde o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina outra de diferente identidade e cujas sedes centrais estão, além disso, localizadas noutra jurisdição territorial. Mas nem sempre, nem necessariamente, implica relações racistas de poder. O colonialismo é, obviamente, mais antigo, enquanto a Colonialidade tem vindo a provar, nos últimos 500 anos, ser mais profunda e duradoira que o colonialismo. Mas foi, sem dúvida, engendrada dentro daquele e, mais ainda, sem ele não poderia ser imposta na intersubjectividade do mundo tão enraizado e prolongada. (QUIJANO, 2010, p. 84).

O autor caracteriza o colonialismo pela sua exacerbada capacidade de dominação/exploração, na qual os indivíduos são classificados segundo três linhas diferentes, embora articuladas e globalizadas pela colonialidade do poder: trabalho, raça e gênero. É dessa vinculação que Quijano (2010) reafirma a ideia de classificação social.

³⁰ “Colonialismo denota uma relação política e econômica, na qual a soberania de um povo reside no poder de outro povo ou nação, que constitui tal nação em um império. Ao contrário desta ideia, a colonialidade refere-se a um padrão de poder que surgiu como resultado do colonialismo moderno, mas em vez de limitando-se a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, mas refere-se ao modo como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si, através do mercado capitalista mundial e ideia de raça. Assim, embora o colonialismo preceda a colonialidade, a colonialidade sobrevive ao colonialismo. A mesma é mantida viva nos manuais de aprendizagem, no critério do bom trabalho acadêmico, na cultura, no senso comum, na autoimagem das pessoas, nas aspirações dos sujeitos e em tantos outros aspectos de nossa experiência moderna. Em certo sentido, nós respiramos a colonialidade na modernidade diariamente. Colonialidade não é simplesmente o resultado ou a forma residual de qualquer tipo de relação colonial. Surge em um contexto sócio histórico, em particular o da descoberta e conquista das Américas”. (Tradução livre da autora)

Esta articulação estrutura-se em torno de dois eixos centrais: o controle de produção de recursos de sobrevivência social e o controle da reprodução biológica da espécie. O primeiro implica o controle da força de trabalho, dos recursos e produtos do trabalho, o que inclui os recursos ‘naturais’ e se institucionaliza como ‘propriedade’. O segundo corresponde ao controle do sexo e dos seus produtos (prazer e descendência), em função da ‘propriedade’. “A ‘raça’ foi incorporada ao capitalismo eurocentrado em função de ambos os eixos. E o controle da autoridade organiza-se para garantir as relações de poder assim configuradas” (QUIJANO, 2010, p. 114).

Por essa lógica e para justificar práticas de dominação, foram criadas identidades a partir de uma leitura vertical, onde alguns grupos foram considerados superiores a outros. Onde grupos foram e são subalternizados, a nível global. No caso da identidade moderna, para Maldonado-Torres (2003, p. 132) ela permaneceu ligada ao capitalismo mundial e a todo um sistema de dominação, estruturado em torno da ideia de raça. Nesse sentido, o autor afirma que “a modernidade como discurso e prática não seria possível sem a colonialidade, e a colonialidade constitui uma dimensão inescapável dos discursos modernos” (MALDONADO-TORRES, 2003, p. 132).

No projeto do pensamento afrodiaspórico decolonial racismo tem dimensão estruturante do sistema-mundo moderno/colonial que, para Grosfoguel (2018):

[...] é um princípio constitutivo que organiza, a partir de dentro, todas as relações de dominação da modernidade, desde a divisão internacional do trabalho até as hierarquias epistêmicas, sexuais, de gênero, religiosas, pedagógicas, médicas, junto com as identidades e subjetividades, de tal maneira, que divide tudo entre as formas e os seres superiores (civilizados, hiper-humanizados etc., acima da linha do humano) e outras formas e seres inferiores (selvagens, bárbaros, desumanizados, etc., abaixo da linha do humano). (GROSFOGUEL, 2018, p. 59)

O autor recorre à expressão ‘sistema-mundo’ como uma alternativa ao conceito de sociedade para provocar uma cisão com a ideia moderna de sociedade que, muitas vezes, é usada como sinônimo de Estado-nação, reduzindo, assim, sociedade a “essa forma de autoridade política muito particular do mundo moderno/colonial” (GROSFOGUEL, 2018, p. 55). Mas faz uma crítica à autoria da criação da teoria ‘sistema-mundo’. Ele acredita que por conta do racismo a

sua criação é associada a Immanuel Wallerstein³¹, que ganhou proeminência a partir do Fórum Social Mundial. No entanto, o criador dessa ideia é Oliver C. Cox³².

O próprio Wallerstein assume que a teoria não foi criada por ele, mas “a honestidade intelectual desse autor não corresponde à desonestidade intelectual do racismo/sexismo das ciências sociais eurocentrada” (GROSFOGUEL, 2018, p. 57). Aliás, esse fato me remete a formulação de Boa Ventura Souza Santos, sobre epistemicídio, que, segundo Carneiro (2005) denomina, em síntese, como um dos eficazes dispositivos de dominação étnico/racial que radicaliza a negação de legitimidade de outros conhecimentos, produzidos pelos grupos considerados, pela lógica eurocêntrica, como subalternizados.

O epistemicídio, para Carneiro (2005), opera no intuito de ceifar, eliminar a episteme, a racionalidade dos/as integrantes desses grupos ao lhes negar o reconhecimento, o direito de serem, seres humanos. Nesse sentido, o epistemicídio deseja e promove a morte, a destruição dos/as subalternizados/as de qualquer possibilidade ou tentativa de produzir cultura e, também, de reivindicar o direito a equidade, mantendo a visão do ‘outro’ como inferior. Nota-se que esse processo colonial de negação do ‘outro’, presente, inclusive na lógica de produção do conhecimento, é um dos combustíveis da formulação do pensamento afrodiaspórico. Para Carneiro a trajetória do epistemicídio, em relação a sua ação contra aos/as negros/as no Brasil:

[...] é filho natural do projeto de dominação do Brasil, um sistema complexo de estruturação de diferentes níveis de poder e privilégios. Coube aos africanos e seus descendentes escravizados o ônus permanente de exclusão e punição. A administração do acesso à educação adquiriu uma de suas especificidades. (CARNEIRO, 2005, p. 104)

Observa-se que os/as teóricos/as da descolonização e decolonialidade aqui citados colocam de forma interseccional as bases da modernidade/colonialidade assentadas e articuladas em uma estrutura global pelo trabalho, raça e gênero. Isso não implica, contudo, que essa proposta não

³¹ Immanuel Maurice Wallerstein (1930) é um sociólogo norte-americano com artigos publicados sobre questões globais e distribuídos pela *Agence Global* para publicações em jornais e revistas de vários países a exemplo do *Le Monde Diplomatique* e *The Nation*, e no Brasil, Fórum e Outras Palavras. Wallerstein é especialista em assuntos africanos pós-coloniais e, no início dos anos 1970, ganhou notoriedade. Atua no movimento antiglobalização e seu trabalho mais importante, é o *The Modern World-System*. <https://en.wikipedia.org/wiki/Immanuel_Wallerstein>.

³² Oliver C. Cox (1901-1974), sociólogo, nasceu em Trinidad e publicou vários livros tratando sobre capitalismo e relações raciais a exemplo de *Casta, classe e raça: um estudo em dinâmica Social* (1948), uma referência da análise sociológica que desafia a categorização intelectual, assim como Weber (*Economia e sociedade*); *Os fundamentos do capitalismo* (1959) e *Relações raciais: elementos e dinâmicas sociais* (1976). Destacou-se no movimento ‘marxismo negro’. Foi negligenciado pelo *establishment*. <<https://globalsocialtheory.org/thinkers/oliver-cromwell-cox/>>

seja defendida por intelectuais, até mesmo, brasileiros/as, que ainda presos/as à modernidade, promovem um apagamento da raça, ao tratar de decolonialidade. Inclusive, esse é um perigo que Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel chamam a atenção:

[...] um dos riscos envolvidos, sobretudo na tradição acadêmica brasileira, é de o lócus de enunciação negro, deixando de lado sua dimensão política, isto é, seu enraizamento nas lutas políticas de resistência e reexistência das populações afrodiaspóricas e africanas, indígenas e terceiro-mundistas. (COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSFOGUEL, 2018, p. 10)

No processo decolonial e de sedimentação do pensamento afrodiaspórico, outros/as atores/as surgem na produção do conhecimento. Ao fazer o prefácio do livro de Gomes (2018), Santos ressalta que o papel educador do movimento negro³³, fez com que atuasse como um legítimo tradutor intercultural entre o conhecimento produzido no ativismo e o conhecimento acadêmico resultando no que Souza denomina de ‘ecologias de saberes’. Gomes (2018) defende o papel educador do Movimento Negro Brasileiro e destaca o “papel do ativismo negro pela superação do racismo, pela emancipação social no Brasil e na diáspora africana”.

[...] as estratégias de conhecimento desenvolvidas pela população negra, os conhecimentos sobre as relações raciais e as questões da diáspora africana, que hoje fazem parte das preocupações teóricas das diversas disciplinas das ciências humanas e sociais, só passaram a receber o devido valor epistemológico e político devido a forte atuação do movimento negro. (GOMES, 2018, p. 19)

Na edificação do pensamento afrodiaspórico Gomes (2018) entende que o Movimento Negro Brasileiro³⁴ não só concedeu um olhar emancipatório como ressignificou e politizou a ideia de raça e, assim, “conquistou um lugar de existência afirmativa no Brasil”. Dessa forma:

indaga a própria história do Brasil e da população negra em nosso país, constrói novos enunciados e instrumentos teóricos, ideológicos, políticos e analíticos para explicar como o racismo brasileiro opera não somente na estrutura do Estado, mas também na vida cotidiana das suas próprias vítimas,

³³ Importante ressaltar que nesta tese, me identifico com os grupos do Movimento Negro Brasileiro com postura política e ideológica mais incisiva no enfrentamento do racismo e de outras formas de exclusão e, que, portanto, têm uma aproximação com a ‘esquerda’, apesar da ‘esquerda’, ainda hoje ter dificuldade em aceitar luta racial. Como qualquer movimento social popular, não existe uma unidade política ou ideológica. Há negros/as que se identificam com a ‘direita’, ‘centro’ e ‘conservadora’, etc. Inclusive, uma frase de Sueli Carneiro tornou-se emblemática: “Eu, por exemplo, entre esquerda e direita, continuo sendo preta” (Revista Caros Amigos, n. 35, fev 2000). O artigo publicado no *site* do Geledés, de certa forma, faz um breve histórico do Movimento Negro Brasileiro, desde o período da escravidão aos dias atuais. <<https://www.geledes.org.br/movimento-negro/>>.

³⁴ Gomes (2018, p. 23) entende o Movimento Negro como “as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade”. Participam dessa definição os grupos políticos acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos com o *objetivo explícito* de superação do racismo e da discriminação racial, de valorização e afirmação da história e da cultura negras no Brasil, de rompimento das barreiras racistas impostas aos negros e às negras na ocupação dos diferentes espaços e lugares na sociedade.

Além disso, dá outra visibilidade à questão étnico-racial, interpretando-a como trunfo, e não como empecilho para a construção de uma sociedade mais democrática, onde todos, reconhecidos na sua diferença, sejam tratados como sujeitos de direitos. (GOMES, 2018, p. 21-22)

Nota-se que Quijano (2005b) aponta como marco histórico e geográfico da colonialidade a experiência de dominação da AL na modernidade pelos europeus e define o tripé trabalho, raça e gênero como estruturantes desse modelo que se pretende global, mas não único. No entanto, esse recorte temporal tem recebido críticas haja vista que a experiência das conquistas de países europeus no continente africano, para o abastecimento do tráfico de humanos já evidencia a presença do racismo e da discriminação fenotípica na escolha geográfica.

Entendo que Wedderburn (2007a) desenvolve suas pesquisas na tentativa de recuperar a gênese do racismo em períodos históricos bem anteriores à presença do colonizador europeu na América Latina, na modernidade. Por isso, aponta o seu início na Antiguidade e entende que o racismo “sempre foi uma realidade social e cultural pautada, exclusivamente, no fenotipo, antes de ser um fenômeno político e econômico, pautado na biologia” (WEDDERBURN, 2007a, p. 11). Ou seja, Moore não entra em contradição com Quijano quando este aponta como marco histórico e geográfico da colonialidade na América Latina a chegada dos colonizadores europeus onde executam um modelo de dominação fundamentado no tripé trabalho, raça e gênero, sendo essa mesma triangulação a base dos pilares do projeto de decolonialidade. Mas não no sentido de mantê-los vivos, mas na intenção de estancá-los.

4.2 PILARES DA CRÍTICA DECOLONIAL: PODER, SABER E SER

Segundo a proposta decolonial, três foram os eixos fundamentais da colonialidade no mundo moderno: poder, saber e ser. Observa-se que, para Quijano (2010, p. 84) colonialidade é “um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista”, que se sustenta a partir da imposição da classificação racial/étnica. Quijano (2005b) afirma que as novas relações configuradas nas e a partir das experiências do colonialismo e da colonialidade, associadas às experiências do capitalismo criaram um novo universo de relações intersubjetivas de dominação hegemônica e eurocentrada, chamada de modernidade, na qual a produção do conhecimento limita-se às necessidades do modelo capitalista. E é esse modelo de concepção, de elaboração de conhecimento, que está em crise.

[...] a pretensão eurocêntrica de ser a exclusiva produtora e protagonista da modernidade, e de que toda modernização de populações não-europeias é,

portanto, uma europeização, é uma pretensão etnocentrista e além de tudo provinciana. Porém, por outro lado, se se admite que o conceito de modernidade se refere somente à racionalidade, à ciência, à tecnologia, etc., a questão que estaríamos colocando à experiência histórica não seria diferente da proposta pelo etnocentrismo europeu, o debate consistiria apenas na disputa pela originalidade e pela exclusividade da propriedade do fenômeno assim chamado modernidade, e, em consequência, movendo-se no mesmo terreno e com a mesma perspectiva do eurocentrismo... Há, contudo, um conjunto de elementos demonstráveis que apontam para um conceito de modernidade diferente, que dá conta de um processo histórico específico ao atual sistema-mundo. Nesse conceito não estão, obviamente, ausentes suas referências e seus traços anteriores. Porém, mais enquanto formam parte de um universo de relações sociais, materiais e intersubjetivas, cuja questão central é a libertação humana como interesse histórico da sociedade e também, em consequência, seu campo central de conflito. (QUIJANO, 2005b, p. 123)

Ou seja, compreender os processos históricos gerados a partir da América Latina e fora da construção colonialista é pensar em um modelo, não universalizante e no qual seja possível que outros povos se integrem e construam uma nova subjetividade, coletiva o que por si só, “trata-se da mudança do mundo como tal” (QUIJANO, 2005b, p. 124). Esse novo modelo, no entanto, não apenas se contrapõe à ideia de modernidade, pois não se move “no mesmo terreno e com a mesma perspectiva do eurocentrismo” (QUIJANO, 2005b, p. 124). Pelo contrário. É a partir dos conflitos gerados pela colonialidade, que a descolonização do poder se preocupa com a libertação da humanidade e, nesse sentido, de acordo com Quijano (2005b) reconhece que o eurocentrismo distorceu e, também, bloqueou a percepção das experiências latino-americanas e, segundo Quijano (2005a, p. 14) fez da América Latina o palco de desencontros entre essas experiências, conhecimento e memória histórica. Na colonialidade, como um novo sistema de dominação social, a ideia de raça teve o intuito de naturalizar inferioridades e:

O novo sistema de dominação social teve como elemento fundador a idéia de raça. Esta é a primeira categoria social da modernidade. Visto que não existia previamente – não há rastros eficientes dessa existência –, não tinha então, como tampouco tem agora, nada em comum com a materialidade do universo conhecido. Foi um produto mental e social específico daquele processo de destruição de um mundo histórico e de estabelecimento de uma nova ordem, de um novo padrão de poder, e emergiu como um modo de naturalização das novas relações de poder impostas aos sobreviventes desse mundo em destruição: a ideia de que os dominados são o que são, não como vítimas de um conflito de poder, mas sim enquanto inferiores em sua natureza material e, por isso, em sua capacidade de produção histórico-cultural. Essa ideia de raça foi tão profunda e continuamente imposta nos séculos seguintes e sobre o conjunto da espécie que, para muitos, desafortunadamente para gente demais, ficou associada não só à materialidade das relações sociais, mas à materialidade das próprias pessoas. (QUIJANO, 2005a, p. 17)

Nota-se que a produção do conhecimento está entre os pilares estruturantes do projeto colonial e, por ter uma estrutura hierarquizada, o ‘outro’ é visto como o primitivo, um feroz inimigo que “deve ser controlado e dominado para que a coerência de uma dada ordem e visão de mundo continue estável” (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 43). A construção do mito do ‘outro’, na verdade, serviu para justificar as atrocidades cometidas contra corpos e mundos desconhecidos pelos colonizadores, com o apoio do cristianismo.

Inclusive, Sardar, Nandy e Davies (1996, p. 40) afirmam que “todo o mapa moderno das Américas testemunha a chegada da visão europeia cristã no reordenamento e realocização da sua geografia”. A alteridade dos povos desconhecidos da Europa provocou a invenção do ‘outro’, “recorrendo à antropologia da Cristandade medieval e à sua convenção de raças monstruosas, e servindo-se da Europa como base e norma de comparação” (SARDAR; NANDY; DAVIES, 1996, p. 41). E, também, segundo Maldonado-Torres:

[...] a introdução da lógica colonial nas concepções e na experiência de tempo e espaço, bem como na subjetividade. A colonialidade do ser inclui a colonialidade da visão e dos demais sentidos que são meios em virtude dos quais os sujeitos têm um senso de si e do seu mundo. Uma exploração da colonialidade do ser, portanto, requer uma averiguação da colonialidade do tempo e espaço, bem como da subjetividade, incluindo a colonialidade do ver, do sentir e do experienciar. (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 44)

Aliás, Maldonado-Torres (2011) refere-se a Fanon a partir dos ‘condenados da terra’, como o lugar onde os grupos subalternizados pelo colonialismo foram destinados, mas também como o lugar de onde esses povos resistem e rejeitam muitas das criações feitas pela Europa para desenvolver seu projeto de modernidade/colonialidade:

Por isso hoje, cinquenta anos depois da morte de Fanon, seu pensamento seja altamente relevante não apenas em relação à compreensão das dinâmicas da “colonialidade global”, mas também em relação aos modos de exclusão encontrados e aos esforços de re-humanização organizados por descendentes de escravos e sujeitos coloniais, assim como de migrantes provenientes do Sul Global as metrópoles e cidades dos antigos impérios, entre outros grupos de sujeitos cuja mesma humanidade está em questão. (MALDONADO-TORRES, 2011, p.1)

4.3 PAVIMENTANDO NOVOS PERCURSOS, REVISANDO ANTIGOS CONCEITOS

Nesse contexto, e para o desenvolvimento desta tese, tornou-se imperativo a execução de uma revisão de conceitos e categorias, como raça e racismo, branquitude, feminismos negros,

inseridos em outra perspectiva epistemológica capaz de dar conta não só desses conteúdos, mas, principalmente, que provocasse a prática de uma lógica, alternativa à produção do conhecimento eurocêntrico. Nessa tese há uma preocupação em identificar a produção comunicacional no *Facebook* de quatro Ong's de mulheres negras brasileiras nessa perspectiva decolonial que destaca a produção do conhecimento a partir das 'periferias', em contraposição ao modelo eurocêntrico.

Porque esse giro por consequência, alimenta outras possibilidades, escuta outras vozes, muitas saídas de grupos silenciados pela modernidade/colonialidade, vozes que ecoam de tempos e espaços distintos que promovem críticas ao modelo hegemônico, globalizante e anglo-europeu no campo da produção de conhecimento e que, portanto, as análises devem observar e considerar essas distinções.

Longe de reafirmar a racialização da humanidade, entendo que raça foi e é um combustível à lógica colonialista. Carneiro compreende o conceito de raça como sendo eminentemente político. Ela recorre ao historiador Antony Mark, em seu livro *Making Race and Nation* quando afirma que o recurso da diferença racial, pelas elites, teve e tem o propósito de provar a superioridade branca e, assim, manter seus privilégios à custa da escravidão e exploração e, também quando Mark afirma que essa prática, também é compartilhada “com os setores populares brancos interessados em se associar às elites. Historicamente, esse comportamento foi comum às elites do Brasil, da África do Sul e dos Estados Unidos” (CARNEIRO, 2002, p. 1).

Já para Gomes, o Movimento Negro Brasileiro ressignificou e politizou, afirmativamente, a ideia de raça “entendendo-a como potência de emancipação, e não como uma regulação conservadora: explicita como ela opera na construção de identidades étnico-raciais” (GOMES, 2018, p. 21). Ela compreende que a reintrodução de raça, no Brasil, como parte do processo identitário dos movimentos sociais negros. Principalmente, a partir dos anos 70 do século XX, que, segundo Guimarães (2003), só tem significado no mundo real, com um sentido histórico e específico para um determinado grupo social. Sendo assim, raça adquire um novo conteúdo discursivo, a partir do que é vivenciado no mundo real.

Por sua vez, Wedderburn (2007a) procurou o sentido histórico à ideia de raça. Ele fez um profundo mergulho na história, com o apoio, principalmente, dos estudos do senegalês Cheikh

Anta Diop, do americano Harold Cruse, e do francês Robert Jaulin, para afirmar que raça não surge na Modernidade:

Na Antiguidade, o racismo sempre foi uma realidade social e cultural pautada exclusivamente no fenótipo, antes de ser um fenômeno político e econômico. O fenótipo é um elemento objetivo, real, que não se presta à negação ou à confusão; é ele, não só genes, que configura os fantasmas que nutrem o imaginário social. É o fenótipo que serve de linha de demarcação entre os grupos raciais, e como ponto de referência em torno do qual se organizam as discriminações “raciais”. Negar a existência da raça, portanto, é um absurdo, ao qual somente se pode chegar por meio de uma postura a histórica. Assim, é preciso executar uma espécie de reorientação epistemológica, a qual nos levaria a examinar a problemática do racismo muito além do horizonte estreito dos últimos 500 anos de hegemonia europeia sobre o mundo. (WEDDERBURN, 2007a, p. 11)

Wedderburn (2007a) faz uma crítica à ideia de que o modelo de racismo praticado na América Latina seja o anglo-saxônico. Para ele, a tipologia das relações raciais na América Latina é anterior à modernidade industrial e capitalista, pois “conforma-se às realidades culturais e estruturais pré-modernas, pré-capitalistas e, conseqüentemente, pré-industriais” (WEDDERBURN, 2007a, p.17). Segundo o autor, a maior parte da humanidade, a exemplo da Índia, América Latina, Oriente Médio e China vive, na atualidade, sob a influência de modelos tipológicos de relações surgidas antes da Modernidade.

No mergulho histórico, Wedderburn (2007a) percorre parte do caminho evolutivo da humanidade, enfrenta barreiras, das mais diversas ordens, que impedem uma interpretação correta do lugar do homem na história da vida. Entretanto, “os grandes achados paleontológicos dos fósseis no Chade, na Etiópia, no Quênia, e na África do Sul, dão segurança às interpretações advindas dos estudos bioestratigráficos de camadas sedimentares africanas que permitem recapitular, como em nenhum outro continente, a história evolutiva dos humanos, antigos e modernos”. (WEDDERBURN, 2007a, p. 20)

Para o autor (2007a, p. 28), os povos de raça negra do planeta foram e continuam sendo o foco central de toda a problemática ligada ao racismo na história; o mundo científico tem quase a absoluta certeza de que o gênero humano surgiu somente no continente africano há cerca de dois milhões de anos; a humanidade anatomicamente moderna também surgiu no continente africano entre 150 e 200 mil anos atrás; e, embora os cientistas não tenham certeza da pigmentação do primeiro *homo sapiens* é possível que tenha sido melanodérmico, por conta de questões de ordem geográfica, genética e climatológicas.

Essas descobertas convergentes impactam favoravelmente o imaginário social – onde precisamente se enraíza o racismo – na medida em que sublinham com força o fato de que todos os humanos partilham do mesmo patrimônio genético, procedemos de um berço geográfico comum e usufruímos de uma longa história genética comum. A pretensa “superioridade” genética que certas raças ostentariam sobre as outras, não passa de uma construção da consciência que, por razões ainda indeterminadas, originou-se em certas populações e em épocas que, logicamente, tiveram de ser posteriores ao período em que efetivamente acontecera a diferenciação racial dentro de uma humanidade até então consistentemente melanodérmica. (WEDDERBURN, 2007c, p. 48-49)

Nessa tese não vou explorar todo o estudo de Moore mas ressaltar algumas passagens, como a que o autor afirma que a expropriação do continente africano, foi determinante para o processo acumulativo europeu e que conduziu à Revolução Industrial. Concordando com Jean Willians, Moore resalta que a acumulação de capital que sustentou essa revolução, se deu por meio de:

a) a produção de *comodities* na Europa destinadas à exportação, b) o lucrativo “tráfico negreiro” a partir do continente africano, c) a fabulosa produção de riquezas nas colônias americanas com o trabalho escravo, base da produção de minérios preciosos e bens exóticos para exportação. (WEDDERBURN, 2007a, p. 96)

Ainda seguindo o raciocínio de Willians sobre as bases do capitalismo:

A gênese do capitalismo, longe de obedecer a uma sequência lógica de mudanças econômicas endógenas no Ocidente, foi produto de um *assalto* cometido contra todo um continente pela Europa Ocidental, ávida por mão-de-obra escrava de além-mar, num momento em que a escravidão de *europeus pelos europeus*, há muito tempo, havia desaparecido na Europa. Portanto, a busca de mão-de-obra escrava *exclusivamente negra* constituiu uma decisão deliberada, de natureza especificamente raciológica. Tratou-se, conseqüentemente, de uma escravidão racial. Dessa perspectiva, a interpretação dos eventos que conduziram à emergência de uma modernidade, baseada num capitalismo industrial, adquire outra matriz interpretativa. Com isso, a realidade conduz a outra premissa radicalmente diferente: sem a escravização dos povos africanos não haveria capitalismo. (WEDDERBURN, 2007a, p. 97-98)

Para o autor, é na história onde se encontram algumas constatações a exemplo da hostilidade e do medo da cor negra ser um fenômeno universal presente praticamente em todos os povos não negros. Estando presentes, por exemplo, tanto nos mitos arquetípicos dos povos euro-semistas da Europa como do Oriente Médio. A partir desse ponto o autor sugere que seja feita uma reanálise de toda a problemática da gênese histórica do racismo. Mas, retomando Guimarães (2015), é importante destacar sua interpretação sobre a ideia de raça, a partir das proposições dos movimentos negros brasileiros. Ele entende que os/as milhões de africanos/as

trazidos/as para serem escravizados nas Américas não se constituíram como etnias e, sim, como raça e, somente como tal, têm conseguido superar, mesmo que de forma tímida, algumas barreiras. Neste sentido:

A formação de classe não foi capaz de anular os efeitos materiais da racialização, isto é, seus efeitos de classe sejam porque as classes ganharam marcadores fenótipos mais duradouros (por exemplo, ser negro tornou-se sinônimo de pobreza), seja porque a discriminação racial impediu que etnias e raças desaparecessem, engolfadas põe forte solidariedade de classe. (GUIMARÃES, 2015, p.170)

Aliás, o autor faz distinção entre classe e raça: para ele classe tem sido usada para justificar a inexistência do racismo no Brasil e, assim, invisibilizá-lo na complexa teia das classes sociais. Raça é “uma categoria política necessária para organizar a resistência ao racismo no Brasil, mas é também categoria analítica indispensável: a única que revela que as discriminações e desigualdades que a noção brasileira de “cor” enseja são efetivamente raciais e não apenas de classe” (GUIMARÃES, 2004, p. 51).

Por essa ótica Guimarães (2004) destaca dois pressupostos, considerados por ele, como difíceis de serem percebidos: a inexistência de raças biológicas e, com isso, a inexistência de critérios científicos que justifiquem o que se chama de “raça”. Portanto, a não existência real, e a existência nominal – segundo a doutrina nominalista, os conceitos têm existência apenas enquanto tais, ainda que façam referências a fenômenos e fatos reais – da “raça” é efetiva e eficaz apenas no mundo social e somente neste pode ter realidade plena. Por isso, o autor pergunta: “Quando no mundo social, podemos, também, dispensar o conceito de raça?”.

A resposta teórica parece ser bastante clara: primeiro, quando já não houver identidades raciais, ou seja, quando já não existirem grupos sociais que se identifiquem a partir de marcadores direta ou indiretamente derivados da ideia de raça; segundo, quando as desigualdades, as discriminações e as hierarquias sociais efetivamente não corresponderem a esses marcadores; terceiro, quando tais identidades e discriminação forem prescindíveis em termos tecnológicos sociais e políticos, para a afirmação social dos grupos oprimidos (GUIMARÃES, 2004, p. 50-51).

No Brasil, a comunidade negra recorreu a ‘raça’, internamente, como mecanismo de reforço e construção do seu discurso identitário e, externamente, usou desse discurso para denunciar a prática do racismo pelas elites brasileiras, como mecanismo estruturante de dominação e subalternização dos/as negros/as. Assim, a retomada da categoria “raça” pelos/as negros/as, na visão de Guimarães (2004), aponta para a retomada da luta antirracista. Ainda segundo ele:

No caso dos negros, vale repetir que a raça (às vezes a cor) foi sempre um marcador primordial para o destino pessoal de qualquer negro no Brasil.

Assim a ascensão social, o aburguesamento, o sucesso pessoal, a celebridade, o cultivo pessoal da alta costura europeia como forma de expressão, não evitou – nunca – que um negro fosse um negro. (Guimarães, 2015, p. 170)

Foi nesse percurso e contexto racializado que as ideias de Fanon (1925-1961) chegaram ao Brasil por meio de Abdias do Nascimento e Paulo Freire, entre os anos 60 e 70 do século XX. Ideias essas sustentadas a partir de uma visão materialista, mas, na qual Fanon (2008) defende que uma revolução não se faz por meio da cultura, mas de transformações nas condições materiais onde a cultura se integra e, portanto, uma revolução cultural deve ser social e capaz de transformar todas as estruturas dos sistemas político e econômico.

Fanon (2008) entende que a luta emancipatória dos/as negros/as deve estar alinhada com a luta anticapitalista e contra todas as formas de opressão. Ou seja: a luta contra a opressão no mundo colonial deve abranger a totalidade das condições em que ela, a opressão, se manifesta, desde fatores psicológicos, contextos histórico e social, sistemas político e econômico.

Para Fanon (2008), é preciso enfrentar o racismo colonial imposto pela Europa e, também, a descolonização das nações e dos seres humanos. “A inferiorização é o correlato nativo da superiorização europeia. Precisamos ter a coragem de dizer: é o racista que cria o inferiorizado” (FANON, 2008, p. 90). Ele verbalizava sua crítica e ação em oposição ao racismo, ao imperialismo, ao colonialismo e à desumanização provocada pelo racismo. Fanon, para Maldonado-Torres (2011), é um ativista do decolonialismo.

Maldonado-Torres observa que hoje vivemos outro contexto histórico, porém “é necessário admitir que ainda existe um padrão de poder global e um universo de representações simbólicas fortemente enraizadas na larga história das relações coloniais modernas, incluindo aqui, entre outros, o racismo, a escravidão e o genocídio modernos” (MALDONADO-TORRES, 2011, p. 1). E era contra essa realidade (colonialidade do poder) que Fanon concentrava suas energias.

Assim como Fanon, Mbembe (2014) faz referência ao movimento contrário ao processo de embranquecimento, o pan-africanismo³⁵ destacando, principalmente, a obra de Aimé Césaire, alicerçada em uma perspectiva de formulação de um pensamento crítico às ideias de negro, raça e racismo, reelaboradas na modernidade no continente europeu, que ele denomina de devir-negro. Para Mbembe o negro é aquele:

[...] (ou ainda aquele) que vemos quando nada se vê, quando nada compreendemos e, sobretudo, quando nada queremos compreender. Em qualquer lado onde apareça, o Negro liberta dinâmicas passionais e provoca uma exuberância irracional que tem abalado o próprio sistema racional. Em seguida, deve-se ao facto de que ninguém – nem aquelas que o inventaram nem os que foram englobados neste nome – desejaria ser um negro, ou na prática, ser tratado com o tal. (MBEMBE, 2014, p. 10)

Mbembe (2012), a exemplo de Moore, percorre um longo percurso histórico no qual identifica a presença da raça como originária de diversas calamidades, chamadas de “vertiginoso conjunto”, sendo esse, dividido em três momentos: do século XV ao XIX, quando homens e mulheres africanas foram transformados/as em objeto, mercadoria e desumanizados/as; o segundo, no final do século XVIII, quando os negros criaram uma linguagem para si, reivindicando a condição de ser humano; e o terceiro momento, que iniciou agora, no século XXI, e que tem referência à globalização dos mercados, ao neoliberalismo e ao complexo das tecnologias eletrônicas e digitais.

A partir de um pensamento filosófico sofisticado, Mbembe (2012) demonstra um processo de negação das proposições formuladas tanto pelos africanos que vivem em África, como na diáspora, de rejeição ao colonialismo e de reorganização da proposta de diferença cultural e não de inferioridade ou desigualdade, segundo visão europeia para justificar processos históricos de subalternização de negros/as.

Mas, para ele, o ideal de uma plenitude humana, deve, obrigatoriamente, contemplar o direito de humanidade, o conceito de reparação, que não se limita a questões de ordem econômica, “remete para o processo de reunião de partes que foram amputadas, para a reparação de laços

³⁵ O Pan-africanismo foi um movimento criado por africanos que residiam na Europa e além de fazer uma crítica ao colonialismo, defendia a união dos países da África; a criação de um sistema político e econômico diferente do trazido pelos colonizadores, o fim do racismo; incentivo ao uso de línguas nativas, proibidas pelos europeus e o resgate de práticas religiosas, como culto aos ancestrais. A sua primeira e segunda conferências ocorreram em Londres, em 1900 e 1919. O 4º Congresso Pan-Africano, também ocorreu na Inglaterra, em Manchester, no ano 1945. Entre seus expoentes que Leopold Sédar Senghor (Senegal), Kwame Nkrumah (Gana), Aimé Césaire (Martinica). Abdias do Nascimento foi responsável por difundir o Pan-africanismo no Brasil.

que foram quebrados, reinstaurando o jogo da reciprocidade, sem o qual, não se pode atingir a humanidade” (MBEMBE, 2012, p. 304). É justamente a condição de humanidade que o racismo aponta suas armas. Para Wedderburn (2007b) a dignidade humana representa o que o ser humano tem de mais essencial e singular.

É, precisamente, essa parte mais profunda do ser humano – o pivô de sua existência – que o racismo atinge, fere e destrói. O racismo é deste ponto de vista, um crime contra a humanidade. Um crime contra a espécie humana, cometido de forma permanente e voluntária, contra todos os integrantes de uma determinada população-alvo. (WEDDERBURN, 2007b, p. 324)

Para Wedderburn (2007b, p. 325), o racismo é um fator social desestruturante, gerador de patologias, tanto no segmento dominado quanto no do dominador. Nesse o racismo cria e reproduz, sistematicamente uma complexa rede de ações de cumplicidade amoral e de insensibilidade humana que, propiciam um alto grau de permissividade. Daí a criação do conceito de branquitude.

4.4 BRANQUITUDE E SEUS DERIVADOS EM SOCIEDADES RACIALIZADAS

A orquestra da modernidade/colonialidade sob a batuta da eurocentricidade desenvolveu nas relações sociais no Brasil, uma diversidade de categorias que alimentaram a ação estruturante do racismo. Branqueamento, embranquecimento, branquitude, branquidade, mestiçagem e democracia racial são alguns desses ideais que nortearam e ainda norteiam o pensamento e práticas institucionais brasileiras. Para Hofbauer (2011) branqueamento pode designar tanto a aculturação, assimilação dos modos e comportamentos dos brancos e, provocando, assim, a ausência de traços culturais e identitários da população negra, como os processos de embranquecimento do fenótipo, seja a partir da miscigenação, ou, como no caso do Brasil, através do estímulo a imigração europeia. A intenção de se estabelecer uma normalidade entre os grupos étnicos, dentro de um modelo branco e eurocêntrico, contudo, segundo Guimarães (2002), não ocorre, sem enfrentar contradições.

Roger Bastide, por exemplo, se referiu a tal comportamento como “embranquecimento”, realçando justamente o seu caráter aculturado, que distanciava o negro de sua cultura e de seus valores. Ou seja, evocando uma certa inautenticidade naquilo que esses negros consideravam “brasileiro” e que ele, Bastide, implicitamente, considerava “branco”. Do mesmo modo, era considerado “embranquecimento”, a absorção pelos negros de certos padrões de comportamento das classes médias e altas, que não haveria lugar para negro nessas classes. (GUIMARÃES, 2002, p. 86)

Até mesmo, os efeitos dos processos de embranquecimento aparecem nas obras de vários autores, a exemplo de Frantz Fanon (2008; 1979) e bell hooks (2019; 2018), que se detiveram em analisar essa situação, presente não apenas na sociedade brasileira, mas também na vida dos negros/as na diáspora. Ambos explicitam uma crítica contundente aos/as negros/as que buscam o caminho do embranquecimento como via de minimizar e naturalizar uma realidade de opressão. Aliás, Piza (2000) cita que Guerreiro Ramos, em 1957, já se preocupava com o efeito negativo do projeto de branqueamento da população brasileira, por ele entendido como “conjunto de normas, atitudes e valores brancos, que a população negra e/ou grupo mais próximo incorpora, visando a tender a demanda concreta e simbólica de assemelhar-se a um modelo branco e, a partir dele, construir uma identidade racial positivada” (PIZA, 2000, p. 103).

Por sua vez Figueiredo (2004), após estudar dados de pesquisas realizadas a partir de 1930 sobre mobilidade social de negros, no Brasil, constatou que a ascensão estava associada a relações de dependência entre negros e brancos “isto é, para ascender socialmente, os negros deveriam ser apadrinhados pelos brancos, casarem-se com um(a) branco(a) ou se comportarem, na forma de vestir e falar, semelhantes aos brancos” (FIGUEIREDO, 2004, p. 204).

Ou seja, a partir da perspectiva modernidade/colonialidade, nota-se que foram criadas práticas de embranquecimento que foram/são determinantes para o ingresso ou não em processos de mobilidade social da população negra. Esse recurso, o da assimilação, para Moura (1988, p. 42) tem uma conotação política pregada pelas metrópoles “como solução ideal para neutralizar a resistência cultural, social e política das colônias”.

Nesse sentido, Moura (1988) observa que o processo civilizatório tinha um caráter de “transformar as populações subordinadas aos padrões culturais e valores políticos do colonizador” (MOURA, 1988, p. 42). Essa lógica ‘funcionou’ mesmo depois da independência, em 1822, ou com a Abolição da Escravatura, em 1888, e foi ‘atualizada’ com a criação da ideia de democracia racial, voltada para, novamente, negar a existência do racismo na sociedade brasileira e, também, para mostrar, para fora do país um cenário de harmonia entre as raças no Brasil, naturalizando o processo de escravização.

João Batista de Lacerda e Gilberto Freyre são apontados como os principais propagadores dessa ideia, que, se por um lado fragilizou a identidade e consciência negras, mantendo

hierarquias e processos de diferenciação, por outro lado reforçou a ideia de superioridade e de privilégios dos dominadores, ingredientes que estruturam a ideia de branquitude.

O que significa isto em um país que se diz uma democracia racial? Significa que, por mecanismos alienadores, a ideologia da elite dominadora introjetou em vastas camadas de não brancos os seus valores fundamentais. Significa, também, que a nossa realidade étnica, ao contrário do que se diz, não iguala pela miscigenação, mas, pelo contrário, diferencia hierarquiza e inferioriza socialmente de tal maneira que esses não brancos procuram criar uma realidade simbólica onde se refugiam, tentando escapar da inferiorização que a sua cor expressa nesse tipo de sociedade. Nessa fuga simbólica, eles desejam compensar-se da discriminação social e racial de que são vítimas no processo de interação com as camadas brancas dominantes que projetaram uma sociedade democrática para eles, criando, por outro lado, uma ideologia escamoteadora capaz de encobrir as condições reais sobre as quais os contatos interétnicos se realizam no Brasil. (MOURA, 1988, p.63, 64)

Nota-se que esses mecanismos praticados no Brasil, mascararam e negaram as práticas racistas nas relações sociais e em todas as estruturas do Estado, embora Holanda (2007) tenha trabalhado com a ideia do ‘homem cordial’. Esse seria o comportamento resultado das culturas patrimonialistas e personalistas, típicas das relações sociais no Brasil que além de fragilizar as distinções entre o público e o privado, privilegiam o apadrinhamento, recorrem a ‘máscara’, a falsidade manifestada por meio do comportamento cordial, para participar de determinadas situações ou acessar cargos públicos, por exemplo. Esse tipo de prática ainda está presente nas relações raciais no Brasil e, contribuem para a continuidade e serve de base da branquitude. Sovik (2002), contribui nesse debate ressaltando que:

O estudo da branquitude pode esclarecer as formas em que o racismo brasileiro é cordial³⁶, como suaviza os contornos de categorias raciais enquanto mantém as portas fechadas. A branquitude brasileira deve ser pensada como uma estética, um ideal, conforme Guerreiro Ramos notou; como lugar do qual se descreve o mundo e se coloca os valores europeus no centro, embora outros possam ocupar os holofotes. A branquitude faz parte de uma ficção, um discurso identitário, pouco explícito e não por isso menos poderoso. É instável porque é relacional e conjuntural e, como todos os discursos identitários brasileiros, tem um público implícito interno e externo. (SOVIK, 2002, p. 11)

Sovik (2002) refere-se ao racismo cordial brasileiro que segundo Santos (2007a), estaria associado ao mito da democracia racial e da ideologia do branqueamento:

É uma forma de discriminação contra as pessoas não brancas e se caracteriza por uma polidez superficial, revestida de atitudes e comportamentos discriminatórios. O racismo cordial se expressa nas relações interpessoais,

³⁶ A expressão, racismo cordial, também foi usada pela Folha de São Paulo que, em 1995, como título de um caderno especial, lançado no ano da celebração dos 300 anos da morte de Zumbi, líder do Quilombo de Palmares.

nas brincadeiras, nos ditos populares e piadas de cunho racial. Na verdade, o racismo cordial exerce um papel de minimizar o efeito do racismo, pois ao mesmo tempo em que legitima a exclusão racial, promove a não seriedade da questão e, portanto, não dá espaço para a sua efetiva destruição. (SANTOS, 2007a, p. 33)

Cabe ressaltar que nos anos finais da década de 50, do século passado, Guerreiro Ramos, já sinalizava para a ausência de estudos sobre o branco na composição da estrutura de poder no país, por meio, principalmente do seu estudo chamado *Patologia do Branco Brasileiro*. Ramos se incomodava com a incidência de estudos sobre o negro em detrimento da ausência de estudos sobre o branco. Mas segundo Cardoso (2014b), Gilberto Freyre foi o precursor em usar e se posicionar contrário ao termo branquitude em contraposição à negritude.

E, na atualidade, as proposições de Piza (2000) têm servido de referências para estudiosos do tema, a exemplo de Cardoso (2014b; 2014c) e Moreira (2014) que trazem para o cenário brasileiro novos elementos a essa construção crítica. Piza (2000) entende branquitude como uma etapa do processo de conscientização e negação do privilégio vivido pelos/as indivíduo/as brancos/as que reconhecem a existência de privilégios estruturais em relação aos/as negros/as.

Já a nomenclatura branquidade, diz respeito à branquitude, porém, define as práticas dos/as indivíduos brancos/as que reafirmam em suas ações cotidianas a ‘supremacia racial’, uma condição ideal e única de ser humano. Nesse sentido, reafirmam a manutenção dos privilégios perpetuados socialmente. Moreira (2014) destaca de Piza, a compreensão de que branquitude é uma construção histórica. E como tal, faz parte do colonialismo e suas ferramentas para o exercício da dominação e poder. Para Moreira:

É neste ponto que está a importância e abrangência da proposta de Piza, pensar a branquidade como categoria histórica, portanto não dissociada dos demais construtos raciais que lhe dão sentido e o localizam historicamente, como é o caso da negritude e negridade. Ao estabelecer as associações com outros temas históricos, a autora situa a discussão e consolida tema que, muitas vezes, tenta apresentar-se flutuante em relação às demais discussões de raça que acompanhamos com maior frequência. Isso porque, o caráter mutável e lexível da branquidade parece, e só parece, deslocá-lo de um sentido mais intrínseco como as discussões sobre o negro, por exemplo. O indivíduo branco que vive em locais de brancos e lida diretamente apenas com os mesmos pode acreditar que a vantagem estrutural da qual lança mão não tem qualquer influência sobre os demais não brancos. (MOREIRA, 2014, p. 85)

A partir das definições de Piza, Cardoso (2014c) classifica branquitude e não a categoria branquidade como: crítica e acrítica. Para ele branquitude refere-se ao pertencimento étnico-

racial atribuída ao branco, que na hierarquia racial da modernidade/colonialidade, corresponde ao lugar mais valorizado, o que tem o poder de classificar ‘o outro’, como semelhante ou inferior.

Segundo Cardoso “branquitude crítica’ é aquela pertencente ao indivíduo ou grupo de brancos que desaprovam “publicamente” o racismo” (CARDOSO, 2014c, p. 88). Por outro lado, nomeou de “branquitude acrítica” a identidade branca individual ou coletiva que argumenta a favor da superioridade racial. O autor não desconhece os efeitos da máscara do ‘homem cordial’ que pode levar dúvidas aos integrantes da categoria branquitude crítica e cita a frase de Florestan Fernandes, “o brasileiro possui preconceito de ter preconceito”.

Já na branquitude acrítica encontram-se pessoas que se assumem como superiores, mas não se consideram racistas. Para Cardoso (2014c, p. 89), a branquitude acrítica, diz respeito ao branco que não possui nenhuma posição crítica em relação ao racismo. “Ele realmente não tem consideração para com o Outro, poderia nem existir. Aqueles que existem devem realmente se subordinar a ele” (CARDOSO, 2014c, p. 93). E mais: movido por essa condição de ‘superioridade’, pode chegar a ações mais agressivas, como é caso de grupos neonazistas, que praticam o assassinato e agressões do ‘outro’.

Ware³⁷ (2004) foca o tema, ainda meio tabu nos meios acadêmicos locais, mas que nos Estados Unidos tem merecido estudos desde os anos 90 (estudos *whiteness*, estudo crítico da branquidade, *critical whiteness studies*) que reflete sobre o lugar/papel do branco na formação dos sujeitos raciais, em sociedades na modernidade/colonialidade, erigidas com a prática do racismo. A iniciativa busca entender como a construção tanto nos campos real e imaginário das identidades brancas interfere nos modelos dominantes das relações raciais. Apesar de usar a palavra branquidade, nota-se que a ideia que permeia as proposições de Frankenberg (2004), por exemplo, são as de branquitude.

A partir desse entendimento, manterei a expressão branquidade, apenas nas citações da autora. Frankenberg chama a atenção para um dos desafios dos estudos sobre branquitude, uma “irrealidade da raça, ao mesmo tempo em que aderimos tenazmente ao reconhecimento de seus efeitos sumamente reais” (FRANKENBERG, 2004, p. 308). Nessa perspectiva, a autora se associada a Gilroy na defesa de que raça fosse analisada “como uma constelação de

³⁷ O livro reúne várias visões de branquidade, com autores/as da Austrália, África do Sul, Europa e Estados Unidos.

processos e práticas e não como uma entidade delimitada, e destaquei a necessidade de prestar atenção à história, ao processo e à mudança” (FRANKENBERG, 2004, p. 308). Para a autora:

Como constructo social, a raça é transformável e maleável. Dada a sua fundamentação no processo histórico, entretanto, os racismos, como se pode demonstrar, enraízam-se firmemente *nesse* processo. A raça, na verdade, tem um caráter que é tudo, menos presentista. (Por “presentista”, refiro-me ao fato de ela se encontrar no momento histórico presente e emergir dele). (FRANKENBERG, 2004, p. 308)

Nesse sentido, Frankenberg sugere o esclarecimento da construção e da marcação da branquitude para a compreensão da “sua não marcação ocasional, parcial e temporária no fim do século XX” (FRANKENBERG, 2004, p. 309). Para a autora raça e branquitude foram construídos no colonialismo. Expressões como cultura, nação e povos “continuam sendo organizadas por sistemas classificatórios hierárquicos que remontam aos primórdios do projeto colonial da Europa Ocidental” (FRANKENBERG, 2004, p. 309). A autora reafirma que a construção da imagem do ‘outro’ serviu para justificar e legitimar processos de colonização e, ao mesmo tempo, construir e associar uma imagem do branco como o todo poderoso. Mas essa construção é invisível aos grupos que dela se beneficiam, muito embora a “branquidade é muito visível para os homens e mulheres de cor” (FRANKENBERG, 2004, p. 313), observa.

Como em um jogo de esconde-esconde, a branquitude torna-se um expediente que brancos recorrem para manter seus privilégios e, também, a negam frente às ações antirracistas. A autora, aliás, trata do processo pessoal de transição entre sua inconsciência da branquitude para consciência, possivelmente, para demonstrar o quanto a invisibilidade e não marcação da branquitude contribuiu para a normatização das relações de poder. Outro desafio apontado pela autora se prende ao cenário norte-americano, um dos países onde emergiu os estudos sobre *whiteness*: o de se questionar o “que se vem dizendo sobre branquidade, se o que está sendo dito tem implicação mais libertárias ou mais regressivas, e de onde vem o surto atual de discursos sobre ela” (FRANKENBERG, 2004, p. 320), uma vez que diversos setores da sociedade norte-americana têm tido comportamentos favoráveis e contra supremacia branca. A autora lista seis falsos pressupostos sobre branquitude e relações raciais, nos Estados Unidos:

- 1 – Os brancos foram os opressores em certa época, mas já não o são, por causa das transformações econômicas e culturais acarretadas pelo movimento em prol dos direitos civis.
- 2 – As conquistas de direitos civis criaram agora a possibilidade, se não ainda a realidade da igualdade racial, e existe hoje o perigo, sempre presente,

de “exagerar a correção” das desigualdades passadas e submeter aos brancos ao risco de serem vitimados.

3 – O governo ainda não compreende com clareza que agora os brancos são um grupo oprimido, de modo que se mostra cada vez mais contrário a eles.

4 – Os brancos podem e devem beneficiar-se agora dos discursos dos direitos civis, usando conceito como “racismo às avessas”, “campo de jogo desequilibrado” e “indiferença à raça”, a fim de ajudar a melhorar suas agruras”.

5 – Muitas pessoas de cor continuam enraivecidas. Deve ser porque: (a) elas ainda não despertaram para a nova realidade e continuam presas na história; (b) são, simplesmente pessoas intrinsecamente raivosas; ou (c) odeiam os brancos por hábito.

6 – Muitos brancos estão com raiva. Isso se deve a que as coisas foram longe demais e agora eles são vítimas de uma história que não criaram. (FRANKENBERG, 2004, p. 324)

Entendo que a negação do racismo e dos privilégios gerados por ele, na modernidade/colonialidade, são questões extremamente tensas e movediças e que impedem um enfrentamento mais direto desse tipo de exclusão. O meu ativismo, principalmente nos espaços de reflexão e proposição de políticas públicas, tem me feito encontrar com pessoas não negras que já superaram essa etapa. Em outros espaços, como no acadêmico, percebo uma certa resistência e, também, uma fala descolada de intelectuais brancos/as que me remetem a pesquisa *Racismo Cordial*, de 1995, da Folha de São Paulo. Essa pesquisa trata da aceitação da política de Ações Afirmativas no Brasil e, de acordo com Santos (2007a, p. 74), quanto maior a escolaridade ou a renda familiar do/a entrevistado/a menor a aceitação da política de cotas. Os dados mostraram que 87% dos não-negros no país manifestaram algum preconceito contra negros.

Aliás, Frankenberg (2004) faz uma auto referência ao seu processo de desconstrução dos valores ‘naturalizados’ de supremacia racial. Concorro com Cardoso (2012) quando ela trata de branquitude e movimento feminista hegemônico, afirma que:

Como Dyí Huijg, estou em conformidade com a afirmação de que a dominância racial autoriza as mulheres brancas a lançarem mão da categoria *feminismo* sem nenhuma adjetivação bem como legítima a sua apropriação. Muitas vezes a prática de feministas brancas, conferida pela branquitude, lhes impede de perceber e pensar o resgate e o registro das histórias de outras tradições feministas insuficientemente representadas na literatura feminista, esta hegemonizada e dominada pelo feminismo branco e classe média. Por isso, a necessidade premente de abandonarem esta prática na perspectiva defendida por Spivak (2010), isto é, “desaprender” o privilégio como perda, pois os privilégios da branquitude impedem aquelas(es) que os desfrutaram de obter determinados conhecimentos e aprender com eles. (CARDOSO, 2012, p. 129)

4.5 RACISMO INSTITUCIONAL, UM DOS TENTÁCULOS DO RACISMO ESTRUTURAL

Na final da década de 60 do século passado, o movimento pelos direitos civis norte-americano Panteras Negras já denunciava para a prática discriminatória na oferta de serviços públicos, demonstrando que o racismo operava para além da individualidade. Estava presente no cotidiano das instituições privadas e públicas norte-americanas. Porém, o conceito ‘racismo institucional’ ganhou amplitude a partir de 1993, como resultado de um crime racial na sociedade inglesa. Naquele ano, o brutal assassinato de um jovem negro, Stephen Lawrence, por um grupo de racistas brancos, resultou em uma sentença judicial, proferida por William Macpherson, que de acordo com Sampaio (2003), tanto o crime quanto a sentença causaram impactos, dentro e fora do país.

É que Macpherson afirmou em seu parecer que se as leis, costumes e práticas refletem e resultam em desigualdades sociais, e as consequências racistas são provenientes de leis, costumes ou práticas, “a instituição é racista se o indivíduo tiver ou não intenções raciais” (SAMPAIO, 2003, p. 6). Segundo Macpherson o racismo institucional se configura como “o fracasso coletivo de uma organização para prover um serviço apropriado e profissional para as pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica... que causa desvantagem a pessoas de minoria étnica” (apud SAMPAIO, 2003, p. 79). Essa definição, inclusive, serviu de mote para implantação dos projetos pilotos de políticas públicas no Brasil de combate ao racismo institucional nos governos estaduais de Pernambuco e Bahia (2005 e 2006).

Já Amar (2005) entende racismo institucional como sendo as práticas discriminatórias muitas vezes não definidas em lei, ou codificadas na política, mas que são reproduzidas, independentemente da intenção, nas rotinas de órgãos e instituições públicas. O autor associa ao racismo institucional o conceito de cegueira racial, sendo essa a forma como as instituições negam as práticas raciais recorridas cotidianamente, criando, assim, barreiras para a promoção de desconstruções desses impedimentos de um serviço igualitário, por meio de políticas públicas, por exemplo. Assim, a cegueira racial se associa a ideia de negação do racismo.

Almeida (2018) compreende o racismo institucional como um dos tentáculos do racismo estruturante, uma vez que as instituições públicas reproduzem aquele que lhe é inerente e previamente existente. Para ele “as instituições são apenas a materialização de uma estrutura

social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um dos seus componentes orgânicos” (ALMEIDA, 2018, p. 47). Não que as instituições sejam responsáveis pela criação do racismo, mas elas são responsáveis, segundo Almeida (2018), pela manutenção de padrões operacionais que resultam em práticas, regras que privilegiam determinados grupos e excluem outros, segundo os princípios das relações raciais de cada sociedade. “Ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural” (ALMEIDA, 2018, p. 50).

Entendo que o projeto de decolonialidade afrodiaspórico, que se contrapõe à concepção modernidade/colonialidade e, conseqüentemente ao neoliberalismo, sinaliza para o Estado e suas instituições, como setores que atuam seguindo uma lógica perpassada historicamente e politicamente pelo racismo. Essa realidade reafirma a compreensão de que o racismo é elemento estruturante ao lado e dentro de outros componentes, que definem as regras do jogo globalizado. Ou seja, faz parte das peças do tabuleiro onde qualquer movimento, de ordem econômica, de gênero, militar e etc, implicará em prejuízos à população negra, em especial, às mulheres, porque são a base, não por acaso, da pirâmide econômica.

4.6 FEMINISMO NEGRO: A CONSTRUÇÃO DE NOVAS EPISTEMES DECOLONIAIS

Outra categoria fundamental para essa tese e que contribui na análise da comunicação utilizada pelos quatro coletivos de mulheres negras, referências nesse trabalho, é a de feminismos negros, citada no início deste capítulo, onde informo que essa tese se identifica com os pressupostos do pensamento afrodiaspórico decolonial de mulheres negras, qual seja, aquele emergido pela práxis das mulheres negras na diáspora e que é constituído de uma perspectiva de emancipação e resistência à modernidade/colonialidade, que respeita a produção do conhecimento dentro de uma lógica de pluralidade epistemológica, a diversidade de cosmovisões de mundo e que ambiciona o Bem Viver. Por isso, mesmo me referindo ao Brasil e reconhecendo especificidades locais, recorro a proposições de autoras de outros países, com as quais, existe uma confluência. Entendo que essa aproximação é decorrente da práxis das entidades aqui estudadas.

Afora isso, uso a expressão feminismo negro, ora no singular, ora no plural, porque não existe uma unicidade, uma intenção de universalização, pelo contrário, Santos (2007b) identifica,

pelo menos, cinco tipos de feminismos negros: o africano, o afro-latino americano, o afro norte-americano, o das negras britânicas e o afro caribenho como formadores do pensamento afrodiaspórico decolonial de mulheres negras. Outra questão que emerge desse lugar de fala é que os feminismos negros reconhecem nas colonialidades do poder, ser e saber, um emaranhado de práticas que estão sendo revistas no atual processo de formulação de outra episteme, a feminista negra, onde as mulheres negras sejam as produtoras de conhecimento, sobre si próprias.

Esse giro fortalece os pressupostos decoloniais já que a modernidade/colonialidade cometeu um dos mais nefastos e cruéis crimes ao negar a condição de humano à população negra. Ou seja, elas são protagonistas de um discurso libertador, forjado pelo sentido da condição de raça, gênero e sexualidade, gerados no contexto diáspórico, com o qual tenho conformidade. Aliás, esse discurso é permeado de narrativas de vários segmentos do Movimento de Mulheres Negras.

Observo que os feminismos negros reconhecem as especificidades locais e regionais das mulheres de cada país, mas faz das semelhanças uma ponte de aproximação, pois os mecanismos de subalternização, segundo Santos (2007b), foram forjados frente, pelo menos, às exclusões de raça, gênero, classe e sexualidade. Nesse contexto, Lugones (2011) propõe uma revisão da lógica opressiva da modernidade colonial, o uso de dicotomias hierárquicas e de lógica de categorias para a compreensão e construção de um feminismo de mulheres negras descolonial como sendo aquele que dá “forte ênfase em uma intersubjetividade histórica e incorporada, engajando-se em uma crítica à opressão de gênero racializada, colonial e capitalista, heterossexualista, como uma transformação vívida do social” (LUGONES, 2011, p. 105). Afinal, para as mulheres negras diaspóricas as questões de gênero estão visceralmente interseccionadas com as de raça e, para muitas, com as quais me alio, o feminismo negro decolonial, é uma alternativa.

Para reforçar a construção da ideia de feminismo negro, tendo como base as intersecções de raça, classe, gênero e sexualidade, Lugones (2011) sinaliza para o fato de que esse ponto de partida extrapola as categorias de análise formuladas pela modernidade. Nesse sentido afirma:

Eu proponho o moderno sistema colonial de gênero como uma lente através da qual continuar a teorizar a lógica opressiva da modernidade colonial, seu uso de dicotomias e lógica categorial. Quero enfatizar que a lógica categórica dicotômica e hierárquica é central para o pensamento capitalista e

colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade. Isso me permite procurar organizações sociais que estão em tensão com a lógica da qual os povos resistiram à modernidade capitalista. (LUGONES, 2011, p. 106)

Lugones é enfática em identificar na modernidade/colonialidade, nas práticas do capitalismo, a hierarquização das pessoas, a partir de raça, gênero e sexualidade por meio de mecanismos desumanizadores, a exemplo da escravização de africanos/as. E, por conta disso, sugere uma revisão histórica, política e econômica, que privilegie essas três categorias, considerando que as mudanças no modelo dominador, globalizante e mundial ainda se sustenta em muitos dos processos de colonização.

Neste ponto, considero interessante ressaltar a teoria de interseccionalidade de Crenshaw (2002) – referenciada pela Teoria Crítica da Raça (*Critical Race Studies*) – que colocou em suspensão a ideia tradicional de Direitos Humanos, com relação à raça e gênero quando, em 1989, propôs a discussão da interseccionalidade entre eixos de poder para tratar de exclusões, muitas sobrepostas a um mesmo grupo de mulheres negras. A proposta, contextualizada à realidade das mulheres negras norte-americanas, com relação ao acesso a área judicial que, por incorporar o racismo institucional, promovia um afastamento desse grupo a uma série de direitos. Sendo assim, Crenshaw (2002) demonstra os mecanismos que fazem com que as mulheres negras passem por intersecções, entrelaçamentos de diversos marcadores, a exemplo do racial, social, econômica, de gênero, de sexo, geracional entre outras que resultam na sua exclusão.

A partir dessa posição, Crenshaw (2002) ilustra o conceito de interseccionalidade, usando como exemplo um cruzamento de ruas, direcionando quatro pontos: Norte, Sul, Leste e Oeste. Ao colocar uma mulher negra no centro do cruzamento ela será alvo de um conjunto de exclusões. Se no seu lugar for colocada outra mulher, uma branca, essa sofrerá outro grupo de discriminações e, assim, sucessivamente. Com esse exemplo Crenshaw (2002) demonstra que não basta ser mulher para passar por exclusões: questões de pertencimento como raça, gênero e de identidades são fatores excludentes que se alternam ou se intensificam. Por isso, Crenshaw (2002) afirma que existem especificidades que tornam um grupo mais ou menos vulnerável às opressões.

Essa proposta recebeu aceitação e crítica de movimentos de mulheres em vários países e, por isso, me detenho nessa teoria. No Brasil, por exemplo, a ideia de intersecção tem contribuído tanto nos ativismos social e acadêmico de intelectuais negras, por instituições de mulheres

negras, para identificar o racismo institucional em vários campos, incluindo, a área jurídica. Pires (2014), por exemplo, recorreu a intersecção para demonstrar a ação do racismo institucional no sistema jurídico brasileiro, com sucesso. Já Marques (2016) considera a proposta cartesiana. Ela é contrária a intersecção porque a ideia pode gerar uma infinidade de exclusões interligadas, igualar diferentes exclusões pois a interseccionalidade não hierarquiza as diferenças e porque, a depender da posição que a pessoa ocupe, poderá ser oprimida e, simultaneamente, opressora.

Cabe ressaltar que, nos 20 anos de criação da teoria da intersecção, ela recebeu grande aceitação em vários países e passou a ser usada por segmentos que não têm nenhuma relação com o grupo que deu origem à proposta. Ou seja, houve uma universalização de uma teoria criada para um determinado contexto, muitas das vezes sem as adaptações necessárias ou em áreas que não contemplam o racismo.

Desde a sua criação a proposta vem recebido adaptações e críticas. Pereira (2016) cita duas: a de Leslie McCall (2005), que propõe intersecção operacionalizada por análises categóricas capaz de promover comparações entre grupos, a partir do acréscimo progressivo de 60 variáveis em análises quantitativas sobre desigualdades. A outra proposta é de Angie-Marie Hancock, que sugere a substituição do que ela entende “como uma especialização temática em populações sujeitas a identidades marginalizadas sobrepostas” (PEREIRA, 2016, p. 60). Para Hancock a interseccionalidade deve ser transformada em um paradigma de pesquisas empíricas e na seleção de variáveis em análises quantitativas e, também que a sua utilização não incorpore, apenas, mulheres negras.

Entre as críticas a interseccionalidade está Kerner (2012), que defende que tanto a criação de analogias entre racismo e sexismo quanto o entrelaçamento existente entre ambos “por vezes interpretados como excludentes entre si” (KERNER, 2012, p. 5). A autora considera intersecção como reducionista, pois invisibiliza outras classificações úteis para contribuir nessa relação. Daí, Kerner (2012) propõe quatro novas categorias, ou modos de relação entre racismo e sexismo, tendo como apoio teórico Michel Foucault e considerando, além da possibilidade de analogias entre racismo e gênero, cruzamentos com outras categorias.

O *primeiro* estabelece semelhanças entre formas de racismo e de sexismo, o *segundo*, diferenças entre eles, o *terceiro*, acoplamentos entre ambos, e o *quarto*, cruzamentos, entrelaçamentos ou intersecções. Eu defendo a tese de que um modelo que abarque semelhanças, diferenças, ligações e

intersecções tem efeitos muito mais benéficos para a compreensão das relações entre racismo e sexismo do que a tentativa de formular a relação em apenas uma dimensão e reduzi-la a um único termo como o da interseccionalidade ou da interdependência. Por isso semelhanças, diferenças, ligações e intersecções devem ser justapostas em vez de serem tratadas como alternativas teóricas. (KERNER, 2012, p. 5)

Kerner (2012) parte do princípio de que o racismo assim como o sexismo têm ganhos cognitivos, muitos de alcance reduzido e, por conta disso, precisam de uma complementação recíproca. A autora constrói essas quatro categorias, embasadas em referenciais teóricos, a exemplo de Foucault, sem em um primeiro momento, considerar as questões empíricas, que, aliás, constituem a base do pensamento feminista negro, embora na última categoria, a da interseccionalidade, ela cita três dimensões, sendo uma delas a pessoal. Com relação às semelhanças, Kerner (2012) acredita que racismo e sexismo têm convergências nos seus mecanismos de funcionamento, aonde a criação de algumas categorias e mitos sustentam a naturalização das diferenças “para legitimar formas de estratificação e de segregação” (KERNER, 2012, p. 6) e, também, para operar iniciativas de emancipação de mulheres brancas norte-americanas e europeias, porém, de forma reducionista.

O segundo modo de relação entre racismo e sexismo proposto por Kerner (2012) é o que contempla as diferenças. Uma delas trata da estratificação e segregação das mulheres ora com ações inclusivas, porém, limitadas no âmbito da família e trabalho doméstico ora de subordinação nas áreas do trabalho e da política. Já a estratificação e segregação promovidas pelo racismo provocam subordinação no trabalho e na política, “mas a “exclusão aparece aqui como segundo momento, no nível do Estado e da nação” (KERNER, 2012, p. 8). Porém, a autora admite que se tenha cautela para evitar generalizações, já que tanto à estratificação quanto à segregação passam por readequações e, como exemplo, cita o neoracismo diferencialista voltado para a homogeneização. Afora isso, Kerner (2012) entende que a diferenciação sexista faz distinção entre o público e o privado é mais presente do que no racismo.

Ainda sobre as diferenças, a autora ressalva o valor da reprodução, onde normas sexistas de gênero focam na reprodução enquanto no racismo esse valor de reprodução tem peso e função distinta das do gênero e sexo: “enquanto o sexismo tem como objetivo possibilitar formas específicas de reprodução, o racismo busca impedir a miscigenação, incluindo aqui o impedimento à reprodução entre grupos diferentes, e a indistinção de fronteiras que dela decorre” (KERNER, 2012, p. 9). O terceiro modo de relação entre sexismo e racismo

proposto por Kerner (2012) trata dos acoplamentos entre as duas categorias considerando a questão da reprodução e impedimento das misturas raciais, a partir da realidade alemã onde a necessidade de aumento da população é combinada com medidas restritivas a direitos reprodutivos e a uma política de restrição a imigração.

O quarto modo são as intersecções, inspiradas na teoria proposta por Crenshaw. Kerner (2012) compreende intersecção como o entrelaçamento de raça, etnia, gênero, sexualidade, classe/camada social, religião, idade e deficiências. Porém, é onde Kerner centraliza mais sua intervenção e onde sua proposta mais se afasta a de Crenshaw, pois entende que a proposta original carece de uma maior reflexão a respeito do entrelaçamento do “racismo e do sexismo como fenômenos de poder complexos e entrelaçados empiricamente de múltiplas formas, com uma dimensão epistêmica, institucional e pessoal” (KERNER, 2012, p. 13). Kerner (2012) ressalta três dimensões: a epistêmica, a institucional e a pessoal.

Em relação à dimensão *epistêmica*, temos então que lidar com normas de gênero "racializadas" e com representações e atribuições "raciais" sexualizadas... Em relação à dimensão *institucional*, a interseccionalidade de racismo e sexismo resulta em complexo entrelaçamento entre diferentes estruturas institucionais – um entrelaçamento entre, por exemplo, condições de acesso e permanência no mercado de trabalho, estruturas familiares e a concreta situação da política educacional... Por fim, quanto à dimensão *pessoal*, a interseccionalidade aponta, entre outros, a processos de subjetivação ou de formação de identidades com diferentes pontos de referência. (KERNER, 2012, p. 15)

Barbosa (2017; 2015) compreende a proposta de Kerner, como mais ampla, em comparação a de Crenshaw, pois, para ela, “amplia os horizontes ao propor um olhar em perspectiva das relações das discriminações de gênero e etnia” (BARBOSA, 2017, p. 64). Eu não tenho essa certeza uma vez que o conceito de intersecção, por não ser hermético, permite a sua adequação a realidades distintas para exibir cenários de exclusões de raça, gênero, classe e sexualidade, encobertos por práticas típicas da modernidade/colonialidade, como é o caso dos estudos de Barbosa, sobre as mulheres negras e a periferia e o fenômeno da feminização da pobreza. No Brasil, vários segmentos do Movimento de Mulheres Negras recorrem à ideia de intersecção fazendo adequações a contextos distintos, evidenciando que a proposta inicial pode ser ajustável.

Por sua vez, Collins (2016) defende a intersecção, por considerá-la como uma ferramenta analítica aplicável para o entendimento das relações humanas, a partir das experiências vividas. Daí considerá-la como uma práxis crítica. Não por acaso Collins (2019) propõe uma

consolidação do pensamento feminista negro norte-americano, tendo como ponto de partida uma teoria crítica centrada no ponto de vista e nas vivências das mulheres negras, recorrendo à ideia de interseccionalidade de Crenshaw (2002). Ela constata a existência de um “arranjo” nas relações sociais e raciais que faz com que as desigualdades sofridas pelas mulheres negras sejam invisibilizadas.

E é esse ativismo das mulheres negras o combustível capaz de alterar essa realidade. É importante que se diga que Collins, mesmo sendo norte-americana, recorre à teoria da intersecção, porém, acrescentando novas esferas de poder, que tornam ainda mais eficaz a proposta de Crenshaw, como as áreas estrutural, disciplinar, hegemônica e interpessoal. Salienta-se que a teoria da intersecção, além de uma aceitação para além das fronteiras geográficas, tem permitido a sua revisão o que para a produção do conhecimento demonstra que é viva e em constante processo de utilização e revisão.

Nessa dinâmica, Sovik compreende que “a teoria é uma tentativa de solucionar problemas políticos e estratégicos, não uma elaboração a partir deles” (SOVIK, 2018, p. 14). Assim, é uma busca que remete a um “novo ponto de partida em um processo sempre inacabado de indagação e descoberta; não é um sistema que precisa ser acabado, útil na produção do conhecimento” (SOVIK, 2018, p. 14-15). Já Foucault (1979) recorre à imagem de caixas de ferramentas para tratar da utilidade da teoria para a sociedade:

É preciso que sirva, é preciso que funcione. E não para si mesma. Se não há pessoas para utilizá-la, a começar pelo próprio teórico que deixa então de ser teórico, é que ela não vale nada ou que o momento ainda não chegou. Não se refaz uma teoria, fazem-se outras; há outras a serem feitas. (FOUCAULT, 1979, p. 67)

Por conta das assertivas e críticas à Teoria da Intersecção, Crenshaw (2011) fez um documento/balanco³⁸ da proposta onde além de apontar para os problemas da universalização sem adequações de realidades locais, o contexto norte-americano se distingue do de outros países. Afora essa questão, a autora ressalta que a teoria apontou para pontos nevrálgicos da justiça estadunidense onde o racismo institucional opera contra os interesses da população negra, em especial, os das mulheres negras e para além da identificação, abriu espaço para ações voltadas para mudanças nesse cenário. Ela admite que a proposta pode parecer

³⁸ Esse documento se relaciona com *Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and A anti-racist Politics*, de Kemberle Crenshaw, de 1989.

“enganosa” aos olhos de observadores/as não familiarizados/as com os pontos de destaque que a intersecção pretende apontar.

Para Crenshaw (2011), a interseccionalidade não antecipa ou evoca uma listagem de todas as diferenças, nem oferece uma teorização de um quadro de como o poder é dinamicamente constituído por meio de estruturas e categorias, seja separadamente ou constitutivamente. Na avaliação da autora, a interseccionalidade foi pensada como uma ferramenta analítica, e o seu uso dentro e fora dos Estados Unidos tem dado sinais de que ela é valiosa, útil para destacar tipos específicos de problemas que são obscurecidos pelo conjunto de ferramentas que normalmente são implantados no ambiente acadêmico, jurídico. Por isso, considera a proposta como um modelo potencial para intervenção. Crenshaw (2011) observa que é necessária uma análise mais aprofundada da proposta para o reconhecimento da natureza onipresente da diferença nas intersecções de mulheres negras.

Curriel (2017), uma feminista dominicana, negra decolonial, também tem críticas a interseccionalidade. Para ela, é uma proposta liberal; que assume as identidades construídas de maneira autônoma; foi concebida para o campo do Direito, considera gênero e raça como eixos da diferença e pensa nas opressões como ações separadas que em um momento se interseccionam. Um primeiro problema apontado por Curriel é que, “ao contrário da intersecção o *Sistema Mundo Colonial*, todas essas condições são produzidas pelos sistemas de opressão” (CURRIEL, 2017, p. 15). Para ela, a proposta funciona para a área em que foi criada, a do jurídico. Mas em outros segmentos, carrega controvérsias.

Para Curriel (2017), o problema é pensar, em termos teóricos, que essas condições se dão separadas e são autônomas e que em algum momento se interseccionam. Parte-se da ideia de que há, primeiro, uma separação. Outro problema é que Crenshaw concebeu o gênero e a raça como eixos da diferença. São eixos da diferença, mas a interseccionalidade não pergunta por que foram produzidos. “Quem produziu a negra? Teríamos que nos perguntar, em uma proposta política de transformação. Quem produz a mulher, quem produz a pobre? Fundamentalmente, são os sistemas de opressão. A interseccionalidade não dá conta, não chega a essas análises e coloca as diferenças como quase inatas, já dadas” (CURRIEL, 2017, p. 11).

Entendo que a proposta de Crenshaw, desenvolvida para apontar para uma exclusão, demonstrando uma explícita apropriação, cegueira, privilégio da justiça norte-americana, teve

grande aceitação, fazendo com que a teoria da intersecção fosse usada por vários grupos que vivenciam outros tipos de exclusão, que não seja, apenas a racial. Nesse sentido não entendo que a proposta inicial seja frágil ou que não atenda aos propósitos a que foi criada. Vejo as novas proposições não como mais complexas, mas adequadas a contextos distintos, se adequando assim, a realidades locais.

Outro elemento presente no processo de construção da ideia de feminismo negro diaspórico, de acordo com Santos (2007b), diz respeito ao legado de lutas das mulheres negras, pois, segundo a autora, elas já nascem em uma realidade preexistente marcada pelo racismo, sexismo, daí a justificativa pela busca pelo direito a voz e análise do contexto que as cercam. Como terceiro e quarto elementos constitutivos do feminismo negro diaspórico está à vinculação inseparável da questão intelectual do ativismo e, por último, o empoderamento das mulheres negras esse visceralmente associado ao enfrentamento das exclusões já citadas.

4.6.1 Amefricanizando o pensamento

Lélia Gonzalez, uma das principais referências do pensamento das mulheres negras brasileiras, além de localizar semelhanças entre as suas ideias e as de algumas intelectuais negras norte-americanas, no início dos anos 1980, já se preocupava com a imbricação e exclusões produzidas pelas intersecções de gênero, raça e classe. Gonzalez foi arrojada, ou como bell hooks denomina, ‘visionária’³⁹, em uma perspectiva decolonial, ao tomar a iniciativa de sugerir a formação de um movimento feminista afrolatinoamericano, com mulheres negras e indígenas de dentro e de fora da diáspora. Cardoso destaca que Gonzalez:

Tendo como referência e influência as ideias de Frantz Fanon, Lélia Gonzalez procurou similaridades nos diversos contextos de forma a desenvolver explicações em comum para abordar o racismo, bem como recuperar as estratégias de resistência e luta das mulheres negras e indígenas, visando seu registro como protagonistas e sujeitos históricos. Um dos principais traços do pensamento de Fanon, que identifico na obra de Lélia, diz respeito à abordagem dos danos psicológicos causados pela relação de dominação/exploração entre colonizador e colonizado. (CARDOSO, 2014a, p. 968)

³⁹ Termo usado por bell hooks (2018) para se referir feministas que dedicam suas vidas a ações coletivas por meio de um feminismo que atua no hoje, mas se projeta para o futuro. Mulheres quenão reduzem o árduo percurso em troca de conquistas pessoais.

Na verdade, Gonzalez (1988) detectava semelhanças nas culturas negras e indígenas diaspóricas, tanto na América Latina como no Caribe, similaridades, por exemplo, nas lutas contra as crueldades das práticas colonizadoras o que a levou a formular a categoria amefricanidade que também, carrega, uma crítica ao projeto imperialista norte-americano e suas expressões que reforçam seu desejo e ação dominadora e, ao mesmo tempo, excluem outras nações das Américas, como “‘afro americano’ e ‘africanoamericano’”.

As implicações políticas e culturais da categoria *Amefricanidade* (*Africacanity*) são, de fato, democráticas, exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se *manifesta*. A *AMÉRICA* (e como um todo Sul, Central, Norte e Insular). Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria Amefricanidade incorpora todo um processo de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada, isto é, referenciada em modelos como Jamaica e o akan, seu modelo dominante, o Brasil e seus modelos yorubás, bantu e ewe-fon. Em consequência, ela nos encaminha no sentido de construção de toda uma identidade étnica. (GONZALEZ, 1988, p. 76)

Ou seja, amefricanidade acompanha os ideais dos movimentos pan-africanos e negritude e, também, em termos metodológicos, recupera “uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo” (GONZALEZ, 1988, p. 77). O termo faz referência a ancestralidade tanto dos africanos que vieram para as Américas na condição de escravizados, como os que vieram muito “antes de Colombo” (GONZALEZ, 1988, p. 77).

Essa categoria tornou-se um marco para o Movimento de Mulheres Negras já que apontava para um ativismo distinto do movimento de mulheres brasileiro, por conta de uma agenda específica. Aliás, Ratts e Rios (2010), e Carneiro (2003), vivenciaram, no fim dos anos 80 do século passado, o período de tensão entre esses dois segmentos motivados pelas contradições e a proposição de uma nova agenda resultante da inserção das especificidades das mulheres negras, que entrelaçam para além de gênero, outras variáveis, como raça e classe. Colocando, assim, complexos desafios ao movimento feminista brasileiro, exemplo da branquitude e gerando, posições refratárias a essa novidade.

Segundo Ratts e Rios (2010, p. 111-112), Lélia Gonzalez compreendia o pensamento negro feminista como algo abrangente cuja maior diferença estava na solidariedade, decorrente de uma existência comum e, por conta dessa vivência a perspectiva do pensamento feminista

negro, para Gonzalez, deveria ser solidário com os homens negros. “Com isso em mente, Lélia Gonzalez acreditava que, embora firmado na diferença e na particularidade era possível construir um discurso do humano sem criar abismos entre as pessoas” (RATTS; RIOS, 2010, p. 112). Observa-se que a sustentação do pensamento afrodiaspórico das mulheres negras brasileiras, segundo Cardoso:

[...] crítico, alimentado por valores, princípios e cosmovisão organizados a partir de referenciais negro-africanos, propugna a pluralidade epistemológica assente em diferentes experiências e realidades, visando a produção de novos conhecimentos propositores de novas relações entre os seres humanos e estes com o mundo. Muitas destas experiências promovidas pelas mulheres desafiaram os poderes estabelecidos, abrindo brechas desarticuladoras da ordem social. (CARDOSO, 2012, p. 15)

Nessa edificação decolonial, o pensamento afrodiaspórico das mulheres promove um deslocamento epistemológico que, para Collins (2016) pode ser observado em algumas proposições como na autodefinição e a autoavaliação das mulheres negras como um mecanismo de contraposição entre o que é registrado sobre elas e o que é produzido por elas. Esse movimento tem permitido a produção de conhecimento de outro ponto de partida e, também, a visibilidade dessas mulheres em contraposição às visões compartilhadas e também, evidenciadas concepções distintas sobre gênero, classe e raça, entre outras categorias.

A autora entende que é como *outsider within*⁴⁰ que muitas intelectuais negras têm explorado esse ponto de vista, produzindo análises diferenciadas e que trata de questões de raça, classe e gênero Collins (2016) discorre a partir de três políticas chaves às quais mostram a impossibilidade de se afastar “estrutura e conteúdo temático do pensamento das condições materiais e históricas que moldam as vidas de suas produtoras” (COLLINS, 2016, p. 101), são elas: a autodefinição e a autoavaliação das mulheres negras; a natureza interligada da opressão; e a importância da cultura das mulheres afro-americanas.

Para Collins (2016), a autodefinição e a autoavaliação das mulheres negras contrapõem o que é registrado sobre elas, do que é produzido por elas. Esse deslocamento “de quem fala” tem permitido a produção e visibilidade dessas mulheres em contraposição às visões compartilhadas e, também, distintas sobre gênero, classe e raça, por exemplo. Destaca a autora que uma plataforma negra não existe e sim, “uma longa e rica tradição de um pensamento feminista negro” (COLLINS, 2016, p. 102). Enquanto a autodefinição é um

⁴⁰ A expressão não tem tradução em português, e, por conta disso, é usado como forasteiras de dentro ou estrangeiras de dentro.

desafio às estruturas que se mantêm, entre outras coisas, reforçando imagens estereotipadas das mulheres negras, para Collins (2016) a autoavaliação substitui essas imagens por outras, autênticas e criadas por mulheres negras, fruto de um processo de definição de si.

A segunda política, a natureza interligada da opressão, é onde a autora trabalha com a ideia de intersecção, proposta por Crenshaw, para discorrer sobre os diferentes impactos e resultados de raça, classe e gênero nas vidas e corpos de mulheres negras. Esse conjunto de fatores de opressão, ao serem analisados por mulheres negras, emerge como uma “perspectiva alternativa humanista para a organização da sociedade” (COLLINS, 2016, p. 109).

Por fim, a terceira, política apontada por Collins é a importância da cultura das mulheres afro-americanas. Ao redefinirem a cultura elas não só, exploraram caminhos não trilhados pelo ponto de vista delas, mas também apontam áreas de relações sociais nas quais essas mulheres negras “criam e transmitem auto definições e auto avaliação que são essenciais para lidar com a simultaneidade de opressões que vivenciam” (COLLINS, 2016, p. 110). Reconhecendo, por exemplo, temas e vivências em comuns, histórias distintas e, até mesmo, dando origem às “irmandades”, a partir de sentimento compartilhado de opressão, desejo e ações de superações. E, passando a falar de dentro, *insider*.

Para Collins (2000), essa base de análise criada pelas mulheres negras intelectuais é fundamental para a construção de um ponto de vista distinto e multifacetado sobre si, comunidade e sociedade, e ao fazê-lo estabelecem uma proposta crítica ao conhecimento hegemônico. Pois, a supressão do conhecimento produzido por qualquer grupo excluído, até pouco, tornava a ação dos grupos dominantes, mesmo na produção do conhecimento, mais forte na manutenção das desigualdades.

Segundo Collins (2000), o desenvolvimento do pensamento feminista negro, em especial, o das mulheres negras norte-americanas, envolve a sua expressão em espaços alternativos institucionais e entre mulheres não vistas como intelectuais. Entretanto, Collins faz uma distinção: ela entende como intelectual todas as mulheres negras dos EUA que, de alguma maneira, contribuem para o pensamento feminista negro e para a teoria social crítica que, para a autora, se constitui como um desses espaços alternativos.

Definir e valorizar a consciência do próprio ponto de vista autodefinido frente a imagens que promovem uma autodefinição sobre a forma do “outro” objetificado é uma maneira importante de se resistir à desumanização essencial aos sistemas de dominação. “O *status* de ser o “outro” implica ser o outro em relação a algo ou ser diferente da norma pressuposta de comportamento masculino branco” (COLLINS, 2016, p. 105).

Um elemento que Collins (2000; 2016) destaca em suas ideias, uma das que se aproxima dos Estudos Culturais, diz respeito à importância da cultura de mulheres negras afro-americanas que, para ela:

Implica esforços de redefinir e explicar a importância da cultura da mulher negra. Ao fazer isso, feministas negras não apenas desvendaram uma área anteriormente inexplorada da vivência das mulheres negras, mas também identificaram áreas concretas de relações sociais, nas quais mulheres afro-americanas criam e transmitem autodefinições e autoavaliações que são essenciais para lidar com a simultaneidade de opressões que vivenciam. (COLLINS, 2016, p. 100)

Segundo Collins (2016), a aproximação de racismo e gênero à cultura corrobora para dar mais destaque no papel de economias políticas historicamente específicas para explicar a resistência de determinados temas culturais. Collins (2016) entende cultura como símbolos e valores que são como uma moldura ideológica pelas quais as pessoas costumam lidar com as circunstâncias nas quais estão envolvidas.

Concebe cultura como algo não estático, único e comedido e que é constantemente transformada a depender do grau de criação de novas formas; que não surge do nada, e tanto sua criação, como modificação, dependem de condições materiais. Pensada assim a cultura de mulheres negras contribui para o fornecimento de um quadro de referência ideológico, no qual os símbolos e valores de autodefinição e autoavaliação “ajudam as mulheres negras a verem as circunstâncias que modelam as pressões de raça, classe e gênero” (COLLINS, 2016, p. 111).

Aos poucos vamos observando semelhanças e distinções nas reflexões teóricas das intelectuais negras à ausência do pensamento afrodiaspórico das mulheres negras nas ciências. Curriel (2009), por sua vez, faz uma crítica vigorosa contra o feminismo eurocêntrico, que se alvoroça em afirmar que o feminismo nasceu com a revolução francesa, negando a existência de outros feminismos fora do continente europeu, fora da universalização eurocêntrica. E é justamente parte dessa outra história – feminismo da América Latina e do Caribe – que

Curriel se propõe a contar sem deixar de mostrar que essa invisibilização é resultante de processos colonizadores que também agem “tanto nas teorias como nas práticas políticas” (CURRIEL, 2009, p. 1).

Por conta desse contexto, Curriel (2009) utiliza o conceito de descolonização como proposta política e epistemológica, que tem como pilares raça, etnia, classe e sexualidade. Para ela o conceito de descolonização está relacionado ao processo de independência de povos e territórios que foram submetidos a domínios coloniais, política, econômica, social e cultural assim como superar o binarismo entre teoria e prática. E, inclusive, a subalternidade que alguns segmentos do feminismo latino-americano reproduzem em seu interior. Processo esse que abrange:

[...] desde las experiencias de las latinoamericanas y caribeñas supone entonces rescatar diversas propuestas epistemológicas y políticas relocalizando el pensamiento y la acción para anular la universalización, política fundamental de la modernidad occidental. (CURRIEL, 2009, p.3)

Sendo assim, Curriel compreende descolonização como uma posição política que perpassa o pensamento e as ações individual e coletiva: “nossos imaginários, nossos corpos, nossas sexualidades, nossas formas de atuar e de ser em um mundo e que cria uma espécie de ‘cimarronaje’⁴¹ intelectual de práticas sociais e da construção de pensamento próprio de acordo com experiências concretas” (CURRIEL, 2009, p. 3). Na verdade, esse raciocínio é uma reação ao pensamento eurocêntrico ocidental e, portanto, uma oposição ao feminismo hegemônico, pois o pensamento afrodiaspórico das mulheres negras, para Curriel (2009) entrelaça vários sistemas de dominação como o sexismo, racismo, heterossexismo e o capitalismo e questiona sobre um dos desafios desse projeto:

Cómo comprender el contexto específico donde nos ubicamos que permita construir pactos políticos entre feministas de varios contextos sin que ello convierta en impunidad las desigualdades y diferencias que nos atraviesan por raza, clase, sexualidad, situación migratoria en los contextos y las mismas experiencias situadas? ¿Cómo actuar como feministas en los contextos latinoamericanos y caribeños atravesados por conflictos armados internos, desplazamiento forzado, pobreza extrema, racismo, violencia contra las mujeres y un “socialismo de siglo XXI” con tintes dictatoriales? (CURRIEL, 2009, p. 5)⁴²

⁴¹ *Cimarronaje* é uma expressão usada para designar um tipo de ação que não se submete a dominação. Autores como Jesús Chucho García (2012) usam o termo, para designar o enfrentamento e resistência dos escravizados/as frente às práticas de escravização e de negação dos cultos as religiões africanas. <<https://www.geledes.org.br/el-cimarronaje-como-liberacion-de-los-cuerpos/>>

⁴² “Como entender o contexto específico em que estamos localizados que nos permita construir pactos políticos entre feministas de vários contextos sem que isso se torne impunidade às desigualdades e diferenças que nos

O questionamento da autora me remete a proposta de amefricanidade de Lélia Gonzalez, pois Curriel ao falar da marginalidade da produção das intelectuais negras latino-americanas admite que não existe um ‘latino americanismo’, que seria uma espécie de “una genealogía intelectual que exprese siquiera modos de producción de un discurso de dominación sobre el feminismo latinoamericano hecho por las feministas europeas y norte-americanas⁴³” (CURRIEL, 2009, p. 6).

Entre as vozes femininas que defendem a produção de conhecimento comprometido com o local da enunciação (corpo geo-político) está a de Anzaldúa (2005), que se detém a contraposição ao discurso europeu e universal, por meio de uma perspectiva convergente a descolonização. Ela fala da produção do conhecimento das margens, das fronteiras, construídas para definir, separar lugares seguros dos não seguros, para distinguir ‘nós’, ‘deles’. Ela pergunta: Como pensar a partir de um mundo sem fronteiras?

A palavra tem um sentido relacionado não só às fronteiras geográficas, mas também, as geradas por movimentos migratórios, como o da própria autora que é mexicana e vive nos Estados Unidos, assumindo várias identidades, muitas forjadas pela modernidade/colonialidade. É desse lugar que, segundo a autora, emergem discursos muitos gerados em terrenos de disputas, externas e internas.

O encontro de duas estruturas referenciais consistentes, mas geralmente incompatíveis, causa um choque, uma colisão cultural... Dentro de nós e dentro da cultura chicana, crenças arraigadas da cultura branca atacam crenças arraigadas da cultura mexicana, e ambas atacam crenças arraigadas da cultura indígena. De forma subconsciente, vemos um ataque contra nós e nossas crenças como uma ameaça e tentamos bloqueá-lo com um posicionamento contrário. (ANZALDÚA, 2005, p. 705)

Anzaldúa (2005), denomina de ‘mestiza’, essa proposta epistemológica, essa nova consciência que emerge desse hibridismo que tem a tarefa de desconstruir a dualidade do sujeito objeto e mostrar as várias possibilidades de transcendências desses muros da modernidade/colonialidade. Mestiza tem uma carga pontual brotada de um lugar onde se entrelaçam o étnico-racial, com o social, o sexual e o gênero. Assim como Collins (2016) que

atravessam por raça, classe, sexualidade, situação migratória nos contextos e nas mesmas experiências situadas? Como agir como feministas nos contextos latino-americanos e caribenhos atravessados por conflitos forças armadas internas, o deslocamento forçado, a extrema pobreza, o racismo, a violência contra as mulheres e um "socialismo do século 21" com conotações ditatoriais?” (Tradução livre da autora).

⁴³ “uma genealogia intelectual que expressa os modos de produção de um discurso de dominação sobre o latino-americanismo feminista feito por feministas europeias e norte-americanas”. (Tradução livre da autora)

defende autodefinição e a autoavaliação das mulheres negras para se contrapor ao que é registrado sobre nós, para a construção do pensamento afrodiaspórico das mulheres negras, Anzaldúa (2005) conclama uma nova visão da ‘chicana’, sob a perspectiva da sua história.

[...] uma visão de nós mesmas/os em nossas aparências verdadeiras, e não como a personalidade racial falsa que nos foi imposta, e que nos impusemos. Busco nosso rosto de mulher, nossos traços verdadeiros, o positivo e o negativo vistos com clareza, livres dos preconceitos da dominação masculina. Busco imagens novas de identidade, novas crenças sobre nós mesmas/os, com nossa humanidade e valor não mais sendo questionados. (ANZALDÚA, 2005, p. 714)

Nessa perspectiva de desnudamento das identidades, construídas pelos/as próprios/assujeitos/as, as marcas culturais das subjetividades, a exemplo, das crenças e religiosidades, ou seja, as identidades religiosas, não são mais escondidas e negadas. A propósito, hooks (2018, p. 151) critica com veemência as religiões patriarcais, dominadas pelos homens, mas comemora que, apesar desse tipo de exclusão as mulheres têm encontrado, em práticas espirituais alternativas, um espaço de consolo.

Nesse processo de construção do pensamento afrodiaspórico das mulheres negras, que reverbera, por exemplo, na comunicação, bell hooks tem contribuído por meio de reflexões incisivas, diretas. Para ela, feminismo “é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão” (HOOKS, 2018, p. 17). Para além da compreensão do pensamento sexista, uma das lógicas de dominação da colonialidade, fundamentada na associação de outras formas de opressão nas quais o patriarcalismo foi um dos carros chefes, o enfrentamento do sexismo carrega uma intenção e prática de reestruturação social, reconstrução, que por sua vez, remete a direitos.

Afinal, direitos para todas as mulheres implica não mais alimentar subalternidades e privilégios, implica em desafios, implica e exige mudanças internas e externas, implica em inserir na pauta feminista intersecções como as de raça e classe. hooks alerta que “dentro do sistema social de raça, sexo e classe institucionalizados, mulheres negras estavam claramente na base da pirâmide econômica”, (HOOKS, 2018, p. 69). Aliás, realidade não limitada ao universo norte-americano. Ainda hoje o Brasil tem esse perfil sócio-econômico.

Então, para hooks (2018), acabar com o sexismo, em uma perspectiva descolonizadora, é promover um exame detalhado das práticas sexistas globalizadas e promover mudanças pautadas

pelo acesso a direitos. Essa virada, no entanto, ainda enfrenta barreiras, erigidas pela branquitude e seus privilégios e uma das práticas de hooks (2013) para reverter essa situação é por meio da educação, área em que propõe uma transgressão em prol da ‘liberdade’. Essa iniciativa, até mesmo, tem o apoio do budista Thich Nhat Hanh e do educador Paulo Freire (1967), que acreditam na educação como libertadora e que reafirmaram à autora que “é possível dar aula sem reforçar os sistemas de dominação existentes” (HOOKS, 2013, p. 21). Nesse sentido:

Minhas práticas pedagógicas nasceram da interação entre as pedagogias anticolonialista, crítica e feminista, cada uma das quais ilumina as outras. Essa mistura complexa e única de múltiplas perspectivas tem sido um pondo de vista envolvente e poderoso a partir do qual trabalhar. Transpondo as fronteiras, ele possibilitou que eu imaginasse e efetivasse práticas pedagógicas que implicam diretamente a preocupação de questionar as parcialidades que reforçam os sistemas de dominação (como o racismo e sexismo) e ao mesmo tempo proporciona, novas maneiras de dar aula a grupos diversificados de alunos (HOOKS, 2013, p. 20)

hooks contribui para a construção de uma teoria feminista (1989, p. 10), que chegue ao maior número de pessoas e que seja capaz de mostrar “que o movimento feminista pode mudar as suas vidas para melhor...”. Ela defende um feminismo visionário “devemos fundamentar nossa imaginação na realidade concreta, enquanto, simultaneamente imagina possibilidades além da realidade” (HOOKS, 2018, p. 157). Esse sonho, segundo a autora, teve início nos anos 60 do século passado, mas enfrentou o mundo real as agruras e seduções dos privilégios de gênero, raça e classe e mudou de rota, passando a ser reformista, ao invés de manter-se como um movimento político radical e revolucionário.

Apesar de criticar a descontinuidade dos objetivos do projeto, hooks (2018) acredita que não existe apenas um caminho para o feminismo; pessoas de diferentes origens e lugares devem formular uma teoria feminista que dialogue com as suas realidades. Afinal “o feminismo visionário radical incentiva a todos nós a ter coragem de avaliar a vida do ponto de vista de gênero, raça e classe, para que possamos compreender precisamente nossa posição dentro do patriarcado capitalista de supremacia branca imperialista” (HOOKS, 2018, p. 165).

Me identifico com as proposições lúcidas, incisivas e diretas de hooks trazidas aqui, nesse debate, pois além de confluírem às ideias de Gonzalez, Curriel e Alzaldúa e bell hooks, enfatiza para um dos pilares dos feminismos negros, o que sugere um giro epistemológico a partir da diferença discursiva entre quem fala sobre si e de quem fala sobre o outro. Essa distinção, resulta em uma polifonia de vozes que se elevam das ‘margens’ para o centro, com

narrativas, muitas vezes, análogas. Entre os mecanismos de potencialização dessas falas de denuncia, de agendamento de ações políticas, de organização dos movimentos sociais estão a criação de ONG's, a de apropriação e uso das redes digitais, para a divulgação de conteúdo comunicacional, tema do próximo capítulo.

5 A COMUNICAÇÃO DE QUATRO COLETIVOS DE MULHERES NEGRAS

Antes de tratar diretamente da Comunicação feita pelas quatro Ong's que integram essa pesquisa, inseri uma contextualização com o intuito de definir o significado de organizações de mulheres negras e em seguida, apresento duas instituições com caráter nacional de aglutinação dessas Ong's: a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), fundada em 2000, e o Fórum Nacional de Mulheres Negras, (FNMNegras), criado em 1992 e formalizado em 2000, durante o 3º Encontro Nacional de Mulheres Negras, realizado em Belo Horizonte (MG).

Assim conhece-se as formas de organização de mulheres negras, suas especificidades, perspectivas e agenda de ativismo, a exemplo da ideia do Bem Viver. Também apresento como essas entidades se organizam nacionalmente; seus marcos e barreiras, a exemplo das brechas digitais. Nessa contextualização, trato de ativismo digital, e algumas proposições com relação a comunicação *online* e *off-line*.

5.1 ENTIDADES DE MULHERES NEGRAS: ESPECIFICIDADES, MARCOS E PERSPECTIVAS

O caminho já percorrido nesta tese sinaliza para uma polifonia de vozes femininas no processo de construção do pensamento e da comunicação afrodiaspórica decolonial das mulheres negras. Parte dessas narrativas nasceu de uma diversidade de organizações que Santos (2009) denomina de “perspectiva racial de gênero”, pois, segundo ela, essas instituições refletem singularidades resultantes de uma condição de opressão marcada por intersecções de raça, gênero, classe e sexualidade, principalmente. É essa diferenciação, por exemplo, que evidencia uma fratura no movimento feminista hegemônico e no Movimento Negro, nos anos 70 do século XX, dentro e fora do país, originando os feminismos negros.

Santos (2009) destaca, porém, que a procura por formas associativistas de mulheres negras é antecedente a contemporaneidade e há exemplos, anteriores à Abolição da Escravatura, como a formação de irmandades, ligadas à Igreja Católica. Essa trajetória, essas experiências do passado não ficaram congeladas. Ao serem resgatadas, na atualidade, dão sentido às lutas presentes, numa recriação decorrente da continuidade das exclusões.

Esse passado de violência tem, como pano de fundo, um modelo de Estado que para Grosfoguel (2018, p. 55) não passa de uma ficção já que não existe um Estado sequer que consiga a façanha de ter uma identidade fiel à identidade da população dentro das suas fronteiras. Sendo assim, a existência de Ong's de mulheres negras reflete a ainda ação refrataria do Estado Brasileiro às realidades de grupos subalternizados e ao atendimento das suas demandas. Em última análise, parece-me que é o próprio Estado quem agenda a luta do Movimento de Mulheres Negras (MMN), pois é ele o responsável por adotar ou não políticas públicas na perspectiva de atender a toda população. Mas, nos últimos anos temos visto não só uma intensidade maior das forças contrárias a esse movimento, como também a perda de conquistas ocorridas a partir de 2001.

Mas, mesmo em uma situação histórica de adversidade, as mulheres negras têm criado uma nova cultura e um projeto decolonial e afrodiaspórico que, para Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2018, p. 17) contém ingredientes de espiritualidade, conhecimentos, subjetividade e sociabilidade.

E as novas culturas criadas são também projetos políticos, que trazem em seu bojo não somente a dimensão da resistência, mas também a dimensão da esperança. E essas culturas, que denomino de culturas políticas – não são ‘mumificações’ históricas, senão passam cotidianamente pelo processo de recriação a partir de fluxos e trocas de ideias, valores e projetos que circulam pelo mundo diaspórico.

Observa-se que tanto Gonh (2008) quanto Costa, Maldonado Torres e Grosfoguel (2018) reconhecem no passado as pegadas ainda presentes no MMN que, na atualidade, de acordo com Santos:

As Organizações Não Governamentais de mulheres negras no Brasil têm representado importantes espaços políticos e de resistência contemporâneos na luta contra formas de opressão na sociedade, tais como racismo, sexismo, heterossexismo, lesbofobia, homofobia, discriminação de classe, intolerância religiosa e cultural, dentre outras. Essas organizações estão inseridas no contexto mais amplo do movimento social de ONG's no Brasil e na região latino-americana. (SANTOS, 2009, p. 280)

Carneiro (2011) entende que o Movimento de Mulheres Negras ao trazer para a cena política as contradições decorrentes do entrelaçamento de várias variáveis, como raça, classe e gênero promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimentos negros e de mulheres do país, enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as

assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro.

Apesar dessas instituições terem uma base identitária comum, atuam em diversas áreas, com políticas peculiares às suas regiões e contextos locais, como saúde, educação, comunicação, políticas de ações afirmativas, direitos humanos e denúncias do genocídio e extermínio da juventude negra. Essa diversidade de intervenções aparece no conjunto dos coletivos participantes desse estudo.

Segundo Santos (2009), as Ong's de mulheres negras no Brasil têm representado importantes espaços políticos e de resistência contemporâneos na luta contra diversas formas de opressão na sociedade. E é essa diversidade de intervenções que para Gonh (2008), faz com que essas instituições atuem em três fontes de ações: movimentos identitários; movimentos de luta por melhores condições de vida e de trabalho; e nos movimentos globais ou globalizantes.

Para Santos (2009), essa amplitude de iniciativas pode gerar conflitos pois é, também, nos movimentos sociais onde são encontradas resistências no entendimento de que o racismo é um fator estruturante das relações humanas. Segundo Santos “a perspectiva racial e de gênero identifica (e denuncia) que a intersecção de raça e gênero produz situações de opressão, bem como demandas específicas, que são distintas daquelas produzidas pela atuação “somente” do racismo ou “somente” do gênero” (SANTOS, 2009, p. 282).

Rodrigues e Prado (2010) no intuito de elaborar uma cartografia crítica do MMN brasileiro, nos últimos 30 anos, conseguem elaborar um panorama no qual:

O processo de consolidação do sujeito político mulheres negras traz como uma de suas consequências mais perceptíveis, no que estamos considerando o eixo interno e organizativo de seus avanços, uma mudança nas formas organizativas do próprio movimento negro, ou pelo menos uma reflexão sobre novas possibilidades de ação política e mobilizatória. Como as mulheres negras puderam acessar de maneira mais ou menos livre tanto o movimento feminista quanto o movimento negro, elas conseguiram constituir entidades que, do ponto de vista organizativo, representam, ainda que de forma discutível, um avanço em relação às entidades tradicionais do movimento negro. Ou seja, com as mulheres negras chegam com maior profusão as ONGs, com pautas de trabalho que são mais definidas que a de outros grupos negros, gerando possibilidades de atuação e intervenção não tematizadas até então pelo movimento negro. (RODRIGUES; PRADO, 2010, p. 453)

Apesar dos coletivos que participam dessa tese terem um perfil que as integram aos movimentos sociais há distinção entre ambos e, inclusive, entre as próprias Ong's. Em geral, elas seguem regras institucionais, são sem fins lucrativos e, a maioria, emerge dos movimentos sociais populares, têm identidade política que as aproximam de uma ou várias áreas de atuação política, chegando a quase 30 diferentes atividades, segundo a Abong (Associação Geral de Ong's), desenvolvidas em parceria com os movimentos sociais. Nesse sentido, têm um leque de ações, têm projetos políticos e posições ideológicas definidas. Gohn demarca duas diferenças entre Ong's surgidas nos anos 90, as 'herdeiras da cultura participativa', identitárias e autônomas dos anos 70/80, denominadas pela autora de 'militantes'; e as Ong's 'propositivas', que atuam a partir de ações estratégicas, "recorrendo à lógicas instrumentais, racional e mercadológica" (GOHN, 2013, p. 244).

Segundo Gohn, as Ong's militantes marcaram suas intervenções "na conquista de diversos tipos de direitos, lutam pela igualdade com justiça social, ajudam a criar o discurso da participação popular como uma necessidade e um componente à democracia" (GOHN, 2013, p. 245). Surgidas durante a ditadura militar no país, essas Ong's não se identificavam com aquele modelo de Estado, mas depois da retomada do processo democrático, passaram a ter um outro tipo de relação com o Estado. Já as Ong's participativas, também denominadas de terceiro setor, de acordo com Gohn, "não têm, necessariamente, um perfil ideológico definido, falam em nome de um pluralismo, defendem as políticas de parcerias entre o setor público com as entidades privadas sem fins lucrativos e o alargamento do espaço público não estatal" (GOHN, 2013, p. 247).

A atuação do Terceiro Setor tem gerado um universo contraditório de ações coletivas: de um lado elas reforçam as políticas sociais compensatórias ao intermediarem as ações assistenciais do governo; mas de outro lado, elas atuam em espaços associativos geradores de solidariedade e que exercem um papel educativo junto à população, aumentando sua consciência quanto aos problemas sociais e políticos da realidade. (GOHN, 2013, p. 247)

As mudanças ocorridas no Brasil, nos últimos 40 anos, fizeram com que saísse de um processo de ditadura militar para a ampliação de acesso aos direitos democráticos e, mais atualmente, para um governo conservador, alinhado com um modelo político e econômico neoliberal, com perdas de direitos trabalhistas, com aumento da concentração da renda, da miséria e do desemprego, por exemplo. Esse retrocesso local, no entanto, vai de encontro às orientações, por exemplo, do Banco Mundial que, desde 2000, alerta para a urgência de mais e maiores investimentos em desenvolvimento social, o que evitaria o aumento da pobreza e possíveis movimentos contra-hegemônicos. Sobre essa questão Oliveira (2001) observa como

sendo uma das críticas dirigidas à alguns setores das Ong's, pois o Banco Mundial “tem se desdobrado para agir no sentido de garantir a estabilidade do sistema sem questioná-lo” (OLIVEIRA, 2001, p. 6-7), graças a parceria, financiamento de alguns projetos voltados para o desenvolvimento humano, dentro da ótica desenvolvimentista neoliberal.

5.1.1 Organizações nacionais de mulheres negras

A partir desse lugar, apontado por Santos (2009), as Ong's de mulheres negras, na contemporaneidade, mantêm ações conjuntas com outros segmentos e organizações do movimento social brasileiro e reforçam uma aliança diaspórica com mulheres negras, responsável pelo surgimento da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) e da *Red Afrolatina y Caribeña de Mujeres*. Atualmente, no Brasil, existem duas organizações de mulheres negras com caráter nacional: a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), fundada em 2000, e o Fórum Nacional de Mulheres Negras, (FNMNegras), criado em 1992.

Figura 20 - Entidades associadas a AMNB

Fonte: <<http://www.amnb.org.br/>>

A AMNB tem como missão institucional promover ações articuladas com grupos e organizações não governamentais de mulheres negras brasileiras, para fortalecer o enfrentamento ao racismo, ao sexismo, à opressão de classe, à lesbofobia e a todas as formas de discriminação e, assim, contribuir para mudar as relações de poder existentes no Brasil. Atualmente, a AMNB tem ramificações em nove dos 26 estados do país e 28 entidades de mulheres negras associadas.

- ACMUN – Associação Cultural de Mulheres Negras – RS
- Associação de Mulheres Mãe Venina do Quilombo do Curiau (AMMVQC) - AP
- Bamidelê – Organização de Mulheres Negras da Paraíba – PB
- CACES – RJ
- Casa da Mulher Catarina – SC
- Casa Laudelina de Campos Melo – SP
- CEDENPA – Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará – PA
- Coletivo de Mulheres Negras Esperança Garcia – PI
- CONAQ – Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas – MG
- Eleekó – RJ
- Grupo de Mulheres Felipa de Sousa – BA
- Geledés – Instituto da Mulher Negra – SP
- Grupo de Mulheres Negras Mãe Andressa – MA
- Grupo de Mulheres Negras Malunga – GO
- IROHIN/DF – Centro de Documentação, Comunicação e Memória Afro-brasileira
- IMENA – Instituto de Mulheres Negras do Amapá
- INEGRA – Instituto Negras do Ceará – CE
- Instituto AMMA Psique e Negritude – SP
- Kuanza – RJ
- Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras – RS
- Mulheres em União – MG
- N’ZINGA – Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte – MG
- Observatório Negro – PE
- OMIN – Grupo de Mulheres Negras Maria do Egito – SE
- Rede de Mulheres Negras para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
- Rede de Mulheres Negras do Paraná – PR
- SACI – Sociedade Afrosergipana de Estudos e Cidadania – SE
- Uiala Mukaji – Sociedade das Mulheres Negras de Pernambuco – PE

Entre os propósitos da criação da AMNB está o de contribuir no protagonismo das mulheres negras no processo de organização da III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, evento ocorrido na África do Sul, em 2002. Após a conferência, a

AMNB passou a monitorar e atuar para a implantação das recomendações do evento, assim como formular estratégias de desenvolvimento direcionadas para a proteção e promoção de direitos; na geração de oportunidades no mundo do trabalho, tanto na cidade como no campo; na igualdade de tratamento na vida e no respeito à diversidade humana “sem racismo, sexismo, lesbofobia ou classismo”, nos países da América Latina.

Figura 21 - Logomarca da AMNB

Fonte: <<http://www.amnb.org.br/>>

Outras ações têm sido encampadas pela AMNB, a exemplo da Marcha Nacional de Mulheres Negras, ocorrida em novembro de 2015, em Brasília e que reuniu mais de 20 mil mulheres de todo o país, mais representantes de países latinos, norte-americano e do continente africano.

Figura 22 - Marcha das Mulheres Negras, novembro de 2015, Brasília/DF

Fonte: <<https://outraspalavras.net/>>

Figura 23 - Marcha das Mulheres Negras, novembro de 2015, Brasília/DF

Fonte: Acervo pessoal da Dra. Márcia Guena

Figura 24 - Marcha das Mulheres Negras, novembro de 2015, Brasília/DF

Fonte: Acervo pessoal da Dra. Márcia Guena

Outra ação atual da AMNB foi participar, no mês de novembro de 2017, da atividade, Dia de Mobilização contra o genocídio da população negra, promovido pelo Fórum Permanente pela Igualdade Racial (Fopir), uma fusão de organizações antirracistas⁴⁴.

⁴⁴ Nesse evento foi apresentado o documento que o Fopir (Fórum Permanente pela Igualdade Racial) encaminhou à Organização das Nações Unidas (ONU), intitulado de Denúncia Internacional do Genocídio da Juventude Negra como Política Pública do Estado Brasileiro. Onde solicita investigações no país para comprovar que o

Por sua vez o Instituto Odara (BA), que integra a AMNB faz um mapeamento permanente de entidades de mulheres negras na região Nordeste. No total foram identificadas 21 instituições.

Figura 25 - Mapeamento das Ong's de mulheres negras

Fonte: <<https://mulheresnegrasnordeste.crowdmap.com>>

- Associação Artístico Cultural Odeart (Salvador/BA)
- Associação Cultural Viver com Arte (Amélia Rodrigues/BA)
- Associação da Organização Maragojipana Pensamento e Ação da Mulher – AOMPAM (Maragojipe/BA)
- Ayabas – Instituto da Mulher Negra do Piauí (Piauí)
- Bamidelê – Organização de Mulheres Negras na Paraíba
- Centro de Consciência Negra de Pedreiras e da Região do Médio Mearim – (Salvador/BA)
- Centro de Formação para a cidadania – Akoni (São Luis/MA)
- Coletivo de Mulheres Negras do Calafate (Salvador/BA)
- Coletivo Flores Crew (Recife/PE)

Estado brasileiro não está seguindo as recomendações do Relatório da CPI dos Assassinatos de Jovens no Brasil, do Senado Federal, no qual o Estado brasileiro reconhece o genocídio dos jovens negros no país, embora não atue para inibir esses assassinatos. Na oportunidade também foi apresentado um levantamento, Diálogos: vítimas de violência do Estado por armas de fogo, tratando da evolução dos homicídios por armas de fogo no Brasil e o Caderno Temático Monitoramento das Proposições Legislativas Relacionadas às Desigualdades e Discriminações Raciais, com propostas apresentadas por parlamentares que afetam a luta antirracista.

- Cooperativa de Mulheres Flor do Mangue de Saubara (Saubara/BA)
- Feministas do Cariri (Juazeiro do Norte/CE)
- Grupo de Mulheres Aloiyê Yalodê (Salvador/BA)
- Grupo de Mulheres Negras Maria Firmina (São Luis/MA)
- Instituto Búzios (Salvador/BA)
- Instituto Uniart (Salvador/BA)
- Odara – Instituto da Mulher Negra (Salvador/BA)
- Juventude Negra Kalunga (Ceará)
- Liga Uauaense das mulheres em ações solidárias – LUMAS (Uauá/BA)
- Rede de Mulheres Negras de Camaçari (Camaçari/BA)
- Rede Religiosa de Matriz Africana (RREMAS)
- Uiala Mukaji – (Recife/PE)

Já o Fórum Nacional de Mulheres Negras (FNMNegras) é constituído por 23 organizações e por mulheres não ligadas a entidades, de 16 estados mais do Distrito Federal (DF). Entre os seus objetivos estão: o enfrentamento de todas as violências contra as mulheres negras, propor políticas públicas, principalmente, nas áreas de saúde e educação. Outro objetivo do FNMNegras é o de atuar pelo empoderamento das mulheres negras a partir do entendimento de que é necessário que elas estejam presentes em instâncias “de poder”, sejam os concelhos nos níveis nacional, estadual e municipal ou ocupando cargos eletivos.

O Fórum também atua, de forma suprapartidária, na implantação de políticas antirracistas, inserindo a qualificação da mão de obra de mulheres negras. Também promove ações junto a sindicatos, pois acredita que as discussões sobre racismo e gênero são necessárias nas organizações que reúnem trabalhadores/as.

Em 2003 a entidade promoveu, em Salvador/BA, um encontro internacional de mulheres negras, com brasileiras, africanas, latino-americanas e norte-americanas. Em 2011 realizou o 1º encontro de Jovens Mulheres da Bahia, Assim como a AMNB, participou da organização da Marcha das Mulheres Negras e integra uma rede nacional de mulheres negras ligadas a religiões de matriz africana.

5.1.2 Marcha das mulheres negras, o ‘Bem Viver’ e o silenciamento da grande mídia

*O Bem Viver [é] uma oportunidade para construir outra sociedade, sustentada em uma convivência cidadã, em diversidade e harmonia com a Natureza, a partir do conhecimento dos diversos povos culturais existentes no país e no mundo*⁴⁵.

Nesse capítulo trato brevemente, da Marcha das Mulheres Negras, ocorrida em 17 de novembro de 2015, em Brasília, e que reuniu mulheres negras de todos os estados brasileiros e de alguns países da América Latina e África. Destaco, nessa parte, o silenciamento da mídia sobre esse evento, como um exemplo da complexidade que levou Spivak a formular a pergunta: “Pode a subalterna falar”?

A atividade, um marco na trajetória deste movimento, foi coordenada pela AMNB, e levou cerca de três anos para ser organizada e, segundo Figueiredo (2018, p. 203), registrou a urgência de um novo pacto civilizatório, capaz de descolonizar mentes, corpos e espaços, “frente às novas faces da colonialidade do poder”.

A imprecisão quanto ao número de participantes – entre 30 e 50 mil – não me parece ser algo, agora, relevante. Mas cabe salientar que éramos muitas, assim como diversas eram as nossas origens regionais, nossas condições econômicas, geracionais, educacionais, nossos anseios. Nossa unidade estava no documento entregue, em mãos, a então presidenta, Dilma Rousseff. Figueiredo (2018) faz uma comparação desse evento com outras marchas realizadas no Brasil nos últimos 30 anos:

Anterior à Marcha das Mulheres Negras em 2015, ocorreram três significativas marchas que questionam a existência da democracia racial no Brasil, enfatizando as desigualdades existentes entre negros e brancos. A primeira foi em 1988 cujo objetivo prioritário era o de se opor às comemorações do centenário da abolição da escravatura no Brasil. Anos mais tarde, em 1995 e em 2005 respectivamente, ocorreram a Marcha do tricentenário da Morte Zumbi: Contra o Racismo, pela Igualdade e a Vida e a Marcha Zumbi+10: II Marcha contra o Racismo, pela Igualdade e a Vida. (FIGUEIREDO, 2018, p. 204)

O longo documento⁴⁶ da Marcha é passível de várias leituras e interpretações. No caso deste trabalho, me limito a comentar que além de contextualizar o ‘lugar de fala’ de uma grande parcela das mulheres negras o texto aponta para alternativas na construção de um “novo pacto civilizatório, para uma sociedade onde todas e todos possam viver plenamente a igualdade de

⁴⁵ Fala de José Mariá Tortosa extraída do livro ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: Uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução Tadeu Breda. São Paulo: Elefante Editora, 2011.

⁴⁶ Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/carta-das-mulheres-negras-2015/>>

direitos e oportunidades”⁴⁷. Esse pacto se edifica a partir da proposta do Bem Viver, que em síntese e segundo Acosta (2011) não está acabada.

O Bem Viver, uma ideia em construção, livre de preconceitos, abre as portas para a formulação de visões alternativas de vida [...] pode servir de plataforma para discutir, consensualizar e aplicar respostas aos devastadores efeitos das mudanças climáticas e às crescentes marginalizações e violências sociais [...] contribuir com uma mudança de paradigmas em meio à crise que golpeia os países outrora centrais”. (ACOSTA, 2011, p. 33)

A proposta emerge, principalmente de países andinos, como uma crítica ao conceito de bem-estar eurocêntrico, alimentado por um discurso de desenvolvimento cujas raízes estão no colonialismo e ações excludentes. Acosta explica que:

O Bem Viver é uma filosofia de vida que abre as portas para a construção de um projeto emancipador. Um projeto que, ao haver somado histórias de lutas, de resistência e de propostas de mudança, e ao nutrir-se de experiências locais, às que deverão somar-se contribuições provenientes de diversas latitudes, posiciona-se como ponto de partida para estabelecer democraticamente sociedades sustentáveis. (ACOSTA, 2011, p. 40)

Bem Viver para ser uma realização histórica e efetiva não pode ser, senão, um complexo de práticas sociais orientadas à produção e à reprodução democrática de uma sociedade igualmente democrática. Na verdade, compreendo a proposta como resultante de um projeto de desenvolvimento global falido, principalmente, por não atender, no caso do Brasil, uma parcela significativa de sua população. Nesse sentido, a utopia do Bem Viver, quando passa a ser refletido por segmentos dos movimentos sociais populares, a exemplo dos de mulheres negras, segundo Figueiredo, citando Quijano, propõe um outro modo de existência social “com seu próprio e específico horizonte histórico de sentido, radicalmente alternativos à colonialidade global de poder e à colonialidade/modernidade/eurocentrada” (FIGUEIREDO, 2018, p. 215).

Refletindo por essa perspectiva, o Bem Viver se mostra como um ponto de partida viável, cujos caminho e horizonte se amalgamam com o propósito de desconstruir a matriz colonial que, como já deu provas, que desconhece e que não reconhece a diversidade cultural, política e ecológica. Nesse sentido, a construção do pensamento afrodiaspórico das mulheres negras, se efetiva no ineditismo da Marcha, uma iniciativa nunca antes registrado na história do Brasil e, também, no conteúdo do documento, redigido pelas mulheres das organizações responsáveis pelo evento, lista 10 pontos essenciais para essa mudança:

⁴⁷ Extraída do documento elaborado pela Mulheres Negras: <<https://www.geledes.org.br/carta-das-mulheres-negras-2015/>>

Quadro 5 - Eixos da perspectiva do Bem Viver

1	Direito à vida e a liberdade
2	Promoção da igualdade racial
3	Direito ao trabalho, ao emprego e à proteção das trabalhadoras negras em todas as atividades
4	Direito à terra, território e moradia/direito à cidade
5	Justiça ambiental, defesa dos bens comuns e a não-mercantilização da vida
6	Direito à seguridade social (saúde, assistência social e previdência social)
7	Direito à educação
8	Direito à justiça
9	Direito à cultura, informação e à comunicação
10	Segurança pública

Fonte: A autora

O item nove do documento, que dispõe sobre comunicação, diz o seguinte:

Quadro 6 - Itens do documento do AMNB sobre comunicação

1	Ampliar e efetivar ações afirmativas para as culturas negras nas políticas e programas de incentivo à produção cultural em todos os níveis;
2	Implementar e consolidar as ações para inventariar, restaurar e proteger o patrimônio cultural material e imaterial das culturas afro-brasileiras, especialmente das comunidades quilombolas e de matrizes africanas, promovendo a valorização dos conhecimentos e culturas destes segmentos;
3	Garantir e promover ações de enfrentamento à intolerância às religiões de matriz africana que afetam os terreiros e os adeptos dessas religiões;
4	Promover campanhas que eliminem a veiculação de estereótipos de gênero, raça/etnia, geracional, orientação sexual nos meios de comunicação (públicos e privados) e nas produções, conteúdos, programas e materiais didáticos;
5	Criar novos/outros regimes de visibilidade da população negra, em particular das mulheres negras, apoiado em outro imaginário capaz de romper com os códigos racistas e sexistas que compõem os discursos circulantes;
6	Estimular maior participação de profissionais negros, especialmente das mulheres negras, na estrutura ocupacional da mídia e dos sistemas de entretenimento;
7	Inserir nas discussões relativas à democratização da mídia no Brasil, o tópico da pluralidade com vistas a contemplar as múltiplas vozes, estéticas e perspectivas dos grupos etnicorraciais que compõem a nação brasileira;
8	Fortalecer as mídias populares e comunitárias; garantir a participação e a representatividade da mulher negra nos meios; proibir o repasse de verbas públicas para veículos de comunicação que induzem ao racismo, sexismo, lesbofobia e transfobia;
9	Garantir a todas as pessoas, independentemente da condição socioeconômica ou da localidade, acesso a um serviço de banda larga de qualidade, barato e rápido.
10	Exigimos o fim dos oligopólios e monopólios de mídia, a transparência nas concessões de canais de rádio e televisão, o fortalecimento da comunicação pública e comunitária, e a diversidade e a pluralidade de conteúdo nos meios de comunicação do Brasil.

Fonte: A autora

Se por um lado a Marcha sensibilizou um grande número de mulheres negras; provocou transtornos no trânsito da capital brasileira, motivou um movimento singular de mulheres negras no aeroporto de Brasília, com formação de longas filas etc., por outro lado, não sensibilizou a grande mídia. O fato não foi noticiado pela maioria dos veículos da grande mídia. E mais: não fosse um incidente provocado por acampados em frente ao Congresso Nacional, *pró-impeachment* de Dilma Rousseff e *pró-intervenção* militar no país, que resultou na prisão do policial Marcelo Pena – que atirou bombas contra as mulheres e disparou quatro tiros para o alto – é possível que alguns veículos da grande mídia não tivessem noticiado o fato⁴⁸. A visibilidade a Marcha, na verdade, foi dada à mídia alternativa e de esquerda⁴⁹.

5.2 COMUNICAÇÃO: DELINEANDO CONTORNOS E EXTRAPOLANDO FRONTEIRAS

As perguntas que se sobressaem nesse início de subitem são: como pensar a comunicação feita nas redes sociais pelas Ong's que participam dessa tese? Em meio a globalização, as iniciativas independentes das mídias de quatro Ong's de mulheres negras brasileiras, que agendam conteúdos locais com caráter transnacional conseguem dar voz, reverberar denúncias, reivindicar políticas públicas a esse grupo social? Essa comunicação pode ser chamada de alternativa e contra-hegemônica?

Como vimos acima, quando procurei conceituar Ong's e movimentos sociais, na verdade, mostrei que Ong's são um mosaico de tipos e de segmentos distintos de atuação, muitas são movimentos sociais, outras parceiras e, nesse complexo cenário, considero as quatro Ong's que integram essa pesquisa como ativistas e que reconhecem a comunicação como um campo que pode apoiar esse ativismo, no meio digital. Downing (2004) contribui nesse trecho do percurso quando conceitua mídia radical. Para ele a mídia radical “quase sempre são formas de expressão das culturas populares e de oposição” (DOWNING, 2004, p. 31) e que não há lógica em estabelecer uma divisão entre mídia radical e outros mecanismos de expressão cultural de oposição. E, também: a mídia radical não é, apenas, os usos das TIC's.

Para o autor o importante é saber quem faz e de que maneira faz uso da mídia já que a cultura popular não é homogênea e nem, necessariamente, contra-hegemônica. É mais abrangente que a

⁴⁸ Globo, EBC, Correio Braziliense e Veja.

⁴⁹ Mais de 30 publicações entre instituições, como o Cese, Caritas, Agência Patrícia Galvão, OAB, UNFPA, CUT, mídia oposicionista como Vermelho, Bancários, Pragmatismo, Revista Fórum.

cultura de oposição. Mas no caso da comunicação nas redes sociais dos institutos Odara e Flores de Dan, Associação das Mulheres Rendeiras e Criola, ela, a comunicação, é independente dos poderes constituídos e, muitas vezes, as narrativas evidenciam a presença de tensões com o Estado e, por outro lado, conforme sinaliza Downing (2004, p. 40), há uma linha muito tênue separando “os usuários de mídia ativa dos produtos de mídia radical alternativa”. Ou seja, aquela antiga ideia de uma audiência estática, como já havia sinalizado Martin-Barbero, não se aplica na mídia alternativa. Pelo contrário é, até mesmo, em muitas situações, a comunicação digital dessas Ong’s é recorrida para ações públicas, como é o caso da Marcha das Mulheres Negras.

Outras características da mídia radical alternativa apontada pelo autor dizem respeito ao fato de ela integrar os anseios de expressar os descontentamentos das massas; de dar visibilidade aos atos de resistência dos grupos explorados; expressar as múltiplas fontes de opressão, tarefas que a mídia hegemônica não se dispõe a executar. Todas essas aptidões estão presentes na comunicação das quatro entidades que participam dessa pesquisa. O combustível das narrativas discursivas é extraído da origem dessas instituições: os movimentos sociais. Nesse sentido, considero que essas Ong’s, com mobilidades locais distintas, procuram manter essa articulação, inclusive, nas suas ações comunicacionais no meio digital. Mesmo convivendo em um meio sem fronteiras geográficas, a identidade discursiva, tem criado audiências interessadas em alimentar esses repertórios e práticas que aproximam e intercambiam os antigos lugares de emissor e receptor de informações.

5.2.1 Ativismo digital: garimpando novos percursos com a comunicação

... “Hoje em dia, com a ajuda do teclado inteligente do celular, que tem a opção de ‘digitar’ com a voz, Jucigleice ‘escreve’ algumas palavras. Se ela fala algo, vê como aparece na tela e logo em seguida digita letra por letra para, assim, saber como se escreve tal palavra. Inclusive, utiliza aplicativos de mensagens instantâneas e redes sociais, onde posta fotos com legenda que ela mesma digita”.

(Jucigleice da Silva, 25 anos, varredora das vias públicas de Juazeiro/BA⁵⁰)

Inseri neste estudo reflexões sobre ativismo digital, mais especificamente, o ativismo digital de mulheres negras, em especial, das instituições que participam dessa pesquisa. É que esse ativismo tem gerado novas possibilidades de articulações políticas, econômicas e

50 Trecho extraído do livro-reportagem *Os caminhos das Margaridas*, de Gislaíne Milca dos Santos, 2019.

transnacionais, mas, também, a apropriação das TIC's. Afinal, na atualidade, a Comunicação passa por transformações, muitas decorrentes das possibilidades de uso das redes digitais por segmentos inseridos nos movimentos sociais populares e com acesso limitado na grande mídia.

Moraes (2001) compreende o ativismo ou ciberativismo como sendo consequência de uma tomada de consciência, de grupos que se identificam com causas sociais e têm comprometimentos em comum, de que a *internet* tem importância singular para a difusão de reivindicações comunitárias, que não mais precisam se isolar “no gueto da contrainformação alternativa e sim buscar novos modelos de trocas comunicacionais e de produção de informações afins com a ideia de se construir uma outra mundialização” (MORAES, 2001, p. 1).

Para Moraes (2001) a *internet* dinamiza as lutas das entidades civis, que atuam por uma justiça social em um mundo que globaliza desigualdades. Nesse caso, a *internet*, contribui as ações dessas instituições que promovem a cidadania e direitos humanos, fortalecem a sociedade civil, a partir de um processo de universalização de valores e direitos democráticos; que lutam pela reapropriação social da riqueza produzida pelo trabalho coletivo. Nesse contexto, segue Moraes (2001), tornou-se imperativo a vida em redes pelas Ong's, dentro e fora da *internet*, menos hierarquizadas e mais horizontais. Para o autor:

Esse modelo alternativo de expressão, apoiado em processos interativos, contribui para reduzir a dependência aos meios tradicionais, com a sua crônica desconfiança dos movimentos comunitários. O mosaico comunicacional da *Web* reforça, assim, os campos de resistência à concentração da mídia, permitindo que ideias humanistas se expressem no perímetro do espaço político desterritorializado. (MORAES, 2001, p. 4)

Por sua vez, Barros (2010) compreende que as TIC's trouxeram novas possibilidades de expressão política às mulheres, permitindo a “transposição de barreiras geográficas e internectou espaços antes nunca estimados” (BARROS, 2010, p. 1). A aliança *internet* e movimentos sociais, para Barros, viabilizou o acesso a informações fora da lógica das representações, dos filtros e de visões distorcidas presentes na grande mídia. E, a partir de uma visão renovada do conceito e da prática feministas, as mulheres negras têm se apropriado de mecanismos que contribuem para reverberar, cada vez mais distante, “as bases para uma articulação em rede potencializada por tecnologias como a *internet*” (BARROS, 2010, p. 3). Segundo Barros (2010), citando Kenski (2007), o ciberativismo provoca a introdução e uso de

novos produtos e faz emergir novos comportamentos em um grupo social, requerendo, portanto, a assimilação de forma crítica sobre as possibilidades oferecidas pela cibercultura.

Já Rigitano (2003) reforça Castells, quando ele trata das reformulações dos movimentos sociais, a vida *online* ou *off-line* em redes e que elas, as redes, modificam as estruturas dos movimentos sociais e das ações coletivas. Mesmo que os movimentos sociais, as Ong's tenham sido criadas com objetivos locais e específicos, na sua maioria, diz Rigitano (2003, p. 3), está associada a questões transnacionais. Para a autora, o ciberativismo refere-se ao uso da *internet* por movimentos politicamente motivados para alcançar suas metas e, até mesmo, lutar contra as injustiças que ocorrem na própria rede. A autora cita Vegh quando afirma que:

As estratégias de utilização da Internet para o ciberativismo objetivam aprimorar a atuação de grupos, ampliando as técnicas tradicionais de apoio. A rede pode ser usada como um canal de comunicação adicional ou para coordenar ações *off-line* de forma mais eficiente. Além disso, a Internet permite a criação de organizações *on-line*, permitindo que grupos tenham sua base de atuação na rede; o que possibilita ações *on-line*, como ocupações “virtuais” e a invasão de sites por *hacker*. (RIGITANO, 2003, p. 72)

Rigitano (2003) compreende a classificação do ativismo digital em três categorias: a que trata sobre conscientização e apoio, na qual a *internet* funciona como uma fonte alternativa de informação e na qual se inserem as organizações que lutam por direitos específicos de um determinado segmento marginalizado da sociedade civil. A segunda categoria compreende o ativismo para a mobilização pela *internet* para uma determinada ação. Nesse caso e seguindo Vegh, Rigitano (2003), destaca três formas de mobilização: a sensibilização *online* para um evento *off-line*; o uso da *internet* para uma ação que pode ocorrer *online* e *off-line*, mas com maior alcance *online* e para mobilizar uma ação que só pode ser realizada *online*; e a terceira categoria, que compreende as ações de ação/reação, conhecidas como ‘ativismo *hacker*’.

Batista e Zago (2010) tratam do potencial das TIC's em motivar transformações nas dinâmicas das ações coletivas e políticas. Os *sites* de redes sociais, por exemplo, mantêm as redes digitais já existentes e, também, contribuem para a emergência de novos agrupamentos, alicerçados por interesses e atividades compartilhadas. Para Batista e Zago “as apropriações das mídias sociais para o ativismo se mostram uma constante criativa nos usos sociais dessas ferramentas” (BATISTA; ZAGO, 2010, p. 131). Essas ações coletivas demandam, ainda segundo as autoras, transgressão, aqui entendida como oposição a condições sociais e

disposição em alterá-las; e solidariedade, no sentido de união, coletividade para a realização da transgressão.

Sendo assim, o ciberativismo pode ser compreendido “como uma forma de ação política que se utiliza da apropriação das novas tecnologias na intenção de propor formas de protesto a partir do ciberespaço” (BATISTA e ZAGO, 2010, p. 132). Destacam ainda que a combinação do ativismo à comunicação mediada por computador confere políticas distintas às dinâmicas coletivas e acolhe novas formas de manifestações política e de coordenações.

Entretanto, mesmo com o ativismo digital é mantido um dos problemas históricos do Movimento de Mulheres Negras brasileiras e decorrente da lógica modernidade/colonialidade: o da falta de acesso e visibilidade dos repertórios discursivos desse grupo nos meios de comunicação hegemônicos. Porém, essa parcela da sociedade brasileira, ao recorrer ao ativismo digital, não só amplia o alcance dos seus discursos, como cria novas redes, possibilitando o acesso a uma fala diferenciada, sem os filtros presentes nas rotinas produtivas e notícias veiculadas pelos grandes conglomerados. Nesse tópico, Thompson (2008, p. 1-2) defende a ideia de que o mundo dos meios de comunicação tem elaborado uma nova visibilidade mediada, na qual expõe as ações e os acontecimentos difíceis de serem controlados. E, nesse novo cenário, a visibilidade mediada é um elemento estratégico e fundamental das lutas diárias.

Para o autor, essa nova visibilidade deve ser analisada no contexto de uma teoria social dos meios de comunicação “já que o surgimento de uma nova visibilidade está definitivamente relacionado a novas maneiras de agir e interagir trazidas com a mídia” (THOMPSON, 2008, p. 3). Thompson acredita que, para o entendimento da nova visibilidade, é preciso compreender que a evolução das mídias comunicacionais alterou a natureza da interação social, daí tratar de uma “teoria interacional” na qual analisa “os meios de comunicação em sua relação com as formas de interação que eles tornam possíveis e das quais eles são parte”, (THOMPSON, 2008, p. 3). Segundo ele:

As mídias comunicacionais não se restringem aos aparatos técnicos usados para transmitir informações de um indivíduo a outro enquanto a relação entre eles permanece inalterada; ao contrário, usando as mídias comunicacionais «novas» formas de agir e interagir são criadas considerando-se suas propriedades distintivas específicas. (THOMPSON, 2008, p. 3)

Neste sentido, não existe apenas a interação face-a-face e dialógica. O uso das mídias comunicacionais propicia outras formas que quebram, alteram a ideia de tempo e espaço. As TIC's e a *internet*, segundo Thompson (2008), criam uma variedade de interações, com políticas próprias, a exemplo do *e-mail*, salas de bate-papo em tempo real. Daí o autor afirmar que “o desenvolvimento dos meios cria novos campos de ação e interação que envolve diferentes formas de visualidade e nos quais as relações de poder podem alterar-se rapidamente, dramaticamente e tomando caminhos imprevisíveis” (THOMPSON, 2008, p. 5).

Uma dessas mudanças nas formas de visualidade diz respeito, como já citei, ao tempo e espaço: não há mais o imperativo de que uma ação ou acontecimento só possa ser acompanhado por pessoas que estão em um mesmo lugar. Qualquer pessoa pode acompanhar ‘ao vivo’ algum fato que está ocorrendo em outro local, país, por exemplo, embora essa pessoa não possa ser vista pelas pessoas que estão no local do acontecimento. Esse novo jeito de ver, tem implicações nas “relações complexas e instáveis entre visibilidade e poder político” (THOMPSON, 2008, p. 6).

Sendo assim, as TIC's e a *internet* amplificaram a importância das novas visibilidades criadas pela mídia e, também, tornou-as mais complexas. Aumentaram o fluxo e conteúdo audiovisual nas redes de comunicação e tem propiciado que um número sempre crescente de indivíduos crie e divulgue esse tipo de conteúdo. E, por conta das próprias políticas da *internet*, nela é mais difícil impor um controle no fluxo e na produção de conteúdo.

5.2.2 Superando as brechas digitais e outras exclusões

No contexto que envolve comunicação e poder, outros elementos são acrescentados ao processo de exclusão, já que as Ong's de mulheres negras têm, especificidades mesmo no universo dos movimentos sociais populares, que resultam em conotações singulares aos seus ativismos digitais e conteúdos discursivos. Uma delas diz respeito às barreiras enfrentadas por essas mulheres no acesso ao discurso midiático. Santos (2007b), ao pesquisar sobre imprensa e políticas de cotas para ampliar o acesso de negros/as ao Ensino Superior, identificou o posicionamento dos jornais Folha de São Paulo (SP), Jornal do Brasil (RJ), O Globo (RJ) e A Tarde (BA), em todas as suas publicações no ano de 2001, sobre o tema. Em um universo de 370 matérias, evidenciou o número total de fontes, por gênero e raça:

Quadro 7 - Gênero das fontes das matérias/notícias

LUGAR/GÊNERO	O GLOBO	JB	FSP	A TARDE	TOTAL GÊNERO
FEMININO (fala institucional)	12	15	12	01	40
FEMININO (não institucional)	05	03	04	01	13
MASCULINO (fala institucional)	50	72	45	20	187
MASCULINO (não institucional)	13	14	06	02	35
MOV. NEGRO (Feminino)	05	04	04	07	20
MOV. NEGRO (Masculino)	07	05	13	08	33
OUTRAS FONTES*	10	04		03	17
TOTAL (entrevistados/as)	102	117	84	42	345

Fonte – Elaborada pela autora, a partir dos dados da pesquisa (2007)

*Outras fontes: Refere-se, principalmente, a dados de pesquisas que orientaram as matérias.

Gráfico 1 - Total de matérias por jornal

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados da pesquisa (2007)

Observa-se que, de 345 fontes, apenas 20 foram mulheres negras, enquanto falas masculinas e institucionais chegaram 187. Esse dado, por si só, evidencia uma rejeição às falas das mulheres negras na grande mídia e uma das justificativas para o ativismo digital das mulheres negras. No entanto, a nova visibilidade apresentada por Thompson quando analisada a partir da atuação das Ong's aqui participantes, enfrenta velhas barreiras, como as de ordem

econômica e educacional. Os modelos político e econômico de um país são determinantes para a promoção, redução ou exclusão das brechas digitais e, sem dúvidas, a política neoliberal fortalece a manutenção no espaço digital dos grupos periféricos, reforçando e mantendo o acirramento das contradições sociais.

Interessante constatar que os dados do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic), relativos a 2018, não faz recorte por gênero ou raça, ao contrário de pesquisas anteriores, desenvolvidas em governos democráticos, como a de 2014, pelo Instituto Brasileiro e Geográfico – IBGE (2015) e a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Essa mudança, me manteve cativa aos dados de 2014 que sinalizavam para realidades preocupantes, como o de que a *internet* estava inacessível para mais da metade da população do país.

Já os números do IBGE (2015), em 2005, o percentual de homens que acessavam a *internet* era de 22%, enquanto o contingente feminino, 20,1%. Quando o dado acesso é cruzado com outras informações como escolaridade, renda e faixa etária a diferença aumenta. No cruzamento de dados dessa pesquisa com outra, do IPEA, Retrato das Desigualdades (2011), referentes ao período de 1995 a 2009, com relação à Educação, renda e uso da *internet* por mulheres negras no Brasil, observa que:

Gráfico 2 - Diferença salarial por gênero (2014)

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais

Ilustração 1 - Diferença salarial por gênero e raça (2009)

Fonte: IPEA, Retrato das Desigualdades (2009)

Ilustração 2 - Desigualdade na educação por gênero e raça

Fonte: IPEA, Retrato das Desigualdades (2009)

A primeira ilustração trata das diferenças de renda, por grupos de homens e mulheres brancas, homens e mulheres negras. Em ambas as ilustrações constata-se desigualdades de gênero e raça. Enquanto a média do salário entre as mulheres negras era de R\$ 544,40, o das mulheres brancas estava em R\$957,00, o que representa uma diferença de 41%. Já os homens negros, tinham média salarial de R\$ 833,50 enquanto os homens brancos R\$1.491,00, uma diferença de quase 90%. Por sua vez, o segundo gráfico trata das diferenças na escolaridade entre mulheres brancas, mulheres negras, homens brancos e homens negros.

Mas, mesmo nesse contexto, as mulheres negras têm recorrido a essa ferramenta, a *internet*, para expandir seus discursos e, assim, criar redes sociais. Ou seja, se inserem em um contexto também adverso, porém necessário, que é o mundo digital. Nesse movimento, vivem em um contexto onde os discursos das mulheres negras são refutados pela grande mídia, e em um mundo digital que, ao mesmo tempo que reproduz valores de exclusão, representações e estereótipos, propicia às mulheres negras um alcance discursivo incalculável.

Superada essa compreensão, principalmente, pela constatação de um amalgamento dos universos *online* e *off-line*, é preciso observar o potencial desse grupo em alterar os impactos negativos, históricos e ainda cotidianos provocados pela modernidade/colonialidade, criando novos hábitos e práticas culturais, considere necessário analisar o uso e apropriação das TIC's pelas partes envolvidas nessa pesquisa para a promoção da comunicação dos feminismos negros e identificar impedimentos nesse processo, a exemplo das brechas digitais de forma a perceber, identificar esses novos arranjos a partir das relações mediadas pelas TIC's.

Também quero tratar das redes digitais como incrementadora da comunicação através não só da socialização de informações, mas, pelo potencial em relação ao tempo e volume de informações e, também, por impulsionar mudanças de hábitos culturais, os novos modos do ativismo. Considerei importante ressaltar que a *internet* pode ser objeto de pesquisa; local de pesquisa ou instrumento de pesquisa. No caso dessa tese, a *internet* é o local e instrumento de parte importante dessa pesquisa, pois é no ambiente digital que realizei as coletas iniciais dos dados e a *internet*, é usada como ferramenta da coleta dos dados de cada uma das quatro Ong's que participam dessa tese.

As mudanças e complexidades das relações nos mundos real e virtual têm promovido novas formas culturais de relacionamentos que, por sua vez, demandam novas formas de se observar e analisar essas interações sociais mediadas pelo computador. Para Amaral (2011), os estudos sobre a *internet* deram origem a um campo do conhecimento em desenvolvimento “com suas contradições e especificidades – sobre o qual podemos ajudar a ampliar e desenvolver tanto a pesquisa como o debate” (AMARAL, 2011, p. 31). Neste sentido ela orienta que as pesquisas na *internet* devem seguir o mesmo rigor das demais pesquisas científicas.

O estudo das redes sociais na *internet*, segundo Recuero (2009) permite uma série de informações sobre as redes analisadas. Inclusive, reconhece a seleção e definição das

instituições e redes a serem analisadas. Além da escolha das Ong's optei por colher os dados junto aos *sites* e contas de *Facebook*, ou seja, todas as informações foram colhidas em espaços públicos na *internet*.

Não se pode deixar de observar o contexto das redes sociais, os fenômenos a que elas estão visceralmente relacionadas, por exemplo, os conflitos e motivações que geraram o acesso, uso e apropriação das TIC's por instituições de mulheres negras, promovendo uma ampliação das redes de relacionamentos. Recuero (2009) ensina que uma rede social é um conjunto formado por dois, os atores, que são nós e podem ser pessoas, instituições ou grupos e suas conexões, os laços e interações sociais. Segundo ela:

[...] uma rede, assim, é uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores. A abordagem de rede tem, assim, seu foco na estrutura social, onde não é possível isolar os atores sociais e nem suas conexões. O estudo das redes sociais na Internet, assim, foca o problema de como as estruturas sociais surgem, de que tipo são, como são compostas através da comunicação mediada pelo computador e como essas interações mediadas são capazes de gerar fluxos de informações e trocas sociais que impactam essas estruturas. (RECUERO, 2009, p. 24)

Sendo assim, Recuero (2009, p. 13) reconhece as redes sociais na *internet* como agrupamentos complexos e construídos a partir de interações sociais apoiadas em tecnologias digitais de comunicação, na qual a proposta de rede contribui para pensar vários aspectos, como os individuais, coletivos e tecnológicos dos agrupamentos humanos na *internet*. Partindo da ideia de grafos, os atores são as pessoas ou *blogs*, *sites*, envolvidas em cada agrupamento. Nesse caso, *blogs* e *sites* são representantes de pessoas ou instituições. Falam em nome de pessoas ou entidades e seus conteúdos discursos podem gerar novas identidades, novas interações ou conexões que, na verdade, é a matéria-prima dessa relação com as TIC's.

E essas interações só são reveladas ao se estudar a *internet*. Amaral destaca que “a *internet*, enquanto objeto de estudo, dispõe de dois modelos de abordagens teóricas: *internet* enquanto cultura e enquanto artefato cultural” (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011, p. 40). No primeiro caso, cultura é compreendida como um espaço diferenciado do *off-line* e o estudo enfoca o contexto cultural dos acontecimentos nas comunidades virtuais. Essa abordagem considera as formações e funções sociais, os tipos de organizações, seus elementos de conflitos cooperação e fortalecimento das comunidades.

Já a *internet*, como artefato cultural, fornece uma estrutura da qual podemos pensar nela por diferentes abordagens metodológicas, uma delas é observar a inserção da tecnologia na vida cotidiana. Nesse caso e segundo a autora “favorece a percepção da rede como um elemento da cultura e não como uma entidade à parte”. Amaral, que se associa aos estudiosos que concebem a *internet* enquanto artefato cultural, defende que nessa lógica é possível analisar “as práticas de produção e consumo de conteúdo dos usuários acabam oportunizando um amplo recorte de análise” (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011, p. 43), no qual as audiências podem ser relativizadas. A autora cita algumas das categorias que podem ser analisadas em pesquisas na *internet*: apropriação tecnológica, ciberativismo, inclusão digital, socialização *online*, entre outras.

Cada vez mais parte da sociedade civil, a exemplo dos movimentos sociais populares, recorre à tecnologia para promover a comunicação através da socialização de informações, principalmente. E são parte desse processo de mudanças de hábitos culturais, os novos modos do ativismo, denominado no mundo digital de ciberativismo. Ainda que não exista uma só definição, há estudos sobre o uso das redes sociais e a comunicação que afunilam a ideia de ciberativismo, constatando que as redes sociais têm impulsionado novas formas do fazer ativismo, propiciando a visibilidade de repertórios não convencionais. Nesse contexto há grupos com atuação ou discurso mais revolucionário. Afinal, a *internet*, incorpora as contradições promovidas pelo desenvolvimento da colonialidade/modernidade. Nem por isso a trajetória do ciberativismo deixa de registrar marcos históricos no uso das TIC's em ações potencialmente revolucionárias, a exemplo do movimento zapatista (Alcântara, 2015).

E essa diversidade de narrativas pode ser identificada quando se realizam pesquisas na *internet*. Considero importante ressaltar que a *internet* pode ser objeto de pesquisa; local de pesquisa ou instrumento de pesquisa. No nosso caso, a *internet* é o local e instrumento de parte importante dessa pesquisa, pois é no ambiente digital onde realizei as coletas dos dados de cada uma das quatro Ong's que participam dessa pesquisa.

6 ANÁLISES DOS *SITES* DO ODARA E CRIOLA

O núcleo principal dessa tese está nas publicações no *Facebook* pelas quatro entidades que integram essa pesquisa. No entanto, considerei como possibilidade de obtenção de informações complementares, analisar os *sites* de Odara e Criola, as duas do grupo que recorrem a essa ferramenta.

Nesse sentido, construí, em um primeiro momento, três agrupamentos: no primeiro observei dados relacionados ao *design* dos dois *sites*, principalmente. Em seguida, observei o volume de publicações e, com o auxílio de tabelas, coloquei dados de cada publicação, com o total de compartilhamentos, curtidas, etc. E, em uma terceira etapa, apresento cada postagem, destaco o tema e conteúdo de cada matéria e, posteriormente, faço a Análise Crítica de Discurso e aplico as Estratégias Sensíveis.

6.1 INTERFACES ESTÉTICAS E ANÁLOGAS

6.1.1 Odara

Com relação ao *site*, ele apresenta um *design* convencional e funciona como um informativo das iniciativas da Ong, com poucas matérias, artigos e galerias de fotos. No centro da parte superior da página do *site*, está a logomarca da instituição – nas cores vermelha e amarela e, além do nome, traz a ilustração de duas cabeças idênticas de mulheres negras. A logomarca é ladeada, à esquerda e à direita, por uma mesma foto montagem com imagens de três mulheres negras brasileiras: a escritora Carolina de Jesus e das intelectuais e ativistas Lélia Gonzalez e Helena Teodoro.

A foto tem uma intencionalidade de identidade e representação, pelo menos. Afinal, a escritora Carolina de Jesus e as ativistas Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento têm papel significativo para o Movimento de Mulheres Negras. Essa ideia de identidade e representatividade pode ser analisada com uma referência alicerçada na proposta de ancestralidade, respeito pelas mulheres mais velhas que dedicam ou dedicaram suas vidas ao enfrentamento do racismo e sexismo.

Figura 26 - *Print* da página inicial do Instituto Odara

Fonte: <<https://institoodara.org.br/>>

Afinal, todas as três imagens são de mulheres reconhecidas internacionalmente: Carolina de Jesus (1914–1977) tornou-se uma das escritoras negras brasileiras mais lidas dentro e fora do país. O seu livro mais conhecido, *Quarto de Despejo*, já foi traduzido para 13 idiomas e tornou-se leitura obrigatória em algumas universidades norte-americanas. A obra é autobiográfica e fala do cotidiano de Jesus, como catadora de papel e moradora de uma favela de São Paulo. Lélia Gonzalez (1935–1994), socióloga e feminista negra brasileira, também reconhecida internacionalmente, foi pioneira nas críticas ao movimento feminista hegemônico. Produziu uma categoria política e cultural, um tipo de feminismo para contemplar as mulheres negras e indígenas latino e americanas, denominada de “amefricanidade”. Já Beatriz do Nascimento (1942–1995), intelectual e historiadora, foi ativista do movimento feminista negro do Brasil, produziu vários livros sobre racismo, comunidades quilombolas e a relação das experiências diaspóricas dos africanos e descendentes, inserindo-as nas noções de “transatlanticidade” e “transmigração”.

Na página inicial do *site* do Instituto Odara constata-se que, mesmo tendo um *design* que se assemelha aos jornalísticos de notícias, as matérias não são factuais, mas são temáticas de interesse das mulheres negras e destacam fatos ou ações do próprio Instituto Odara, ou de que as integrantes da Ong participam.

Na mesma página há vários *links*, que encaminham para o histórico e perfil da instituição e integrantes, lista dos projetos executados ou em execução, entidades parceiras, etc. e, também,

o *link* para o *Facebook*. No canto inferior à direita há uma imagem (*link*, que não abre) do programa de rádio, *Ao vivo com as pretas*.

Ainda na página inicial, o *site* do Instituto Odara tem um *link* de acesso à Rede de Mulheres Negras, onde há um mapa com todas as instituições de mulheres negras localizadas na Região Nordeste. No centro da página de abertura do *site* estão dispostas chamadas para as matérias – textos e vídeos – relacionadas às questões que envolvem diretamente as mulheres negras, como violência e educação. Nessa análise da página inicial do *site* do Instituto Odara, há alguns itens como os elementos que formam o *design*; personalização da página; conteúdo; uso de elementos multimídias; uso de imagens dinâmicas ou não; serviços, arquivos; atualização da página e *links*.

O *site* traz uma linha horizontal, com três versais de uma palavra cada, destacado na cor vermelha: “ações”, “empoderamento” e “mulher” que servem de *links* para leitura de matérias. Ao compararmos as datas da postagem dessas três matérias, 12 e 24 de julho de 2017 com as datas da pesquisa, entre os dias 14 e 17 de agosto de 2017, fica explícito que a atualização do *site* não é feita com regularidade. Sobre esse problema, Naiara Leite informou que a instituição está em processo de mudança de plataforma e, por isso, tem utilizado o *site* com menos frequência.

Verifiquei que duas chamadas da página inicial do *site* do Odara sugerem a leitura de matérias jornalísticas, mas na verdade, são textos que seguem o gênero manifesto: não trazem entrevistas, são argumentativos, ideologicamente construídos e posicionados para tratar da realidade da mulher negra no Brasil. Trazem como reforço, dados estatísticos divulgados pelo Mapa da Violência 2015: homicídios de Mulheres no Brasil, realizado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLASCO). O mesmo texto aparece na página inicial do *site*, mas com chamadas diferentes.

Uma quarta matéria, sobre o mesmo tema, apresenta a agenda especial de atividades realizadas pela Ong em julho de 2017, o Mês das Pretas. Essa iniciativa culminou com duas atividades carros-chefes no dia 25 de julho, em Salvador, Dia Internacional da Mulher Negra Latina e Caribenha: a Marcha das Mulheres Negras, contra o racismo, a violência e pelo Bem Viver, e a palestra na reitoria da UFBA da líder negra norte-americana Ângela Davis. Porém, ao linkarmos a chamada para a programação a mesma não abriu, mas mostra uma queixa

(postada no *Facebook*) de Rosane Ferreira de Souza, de 13 de julho de 2017, que teve o mesmo problema, mas não obteve resposta.

Nos textos repetidos, ressaltou a análise, os elementos discursivos que reforçam a identidade da instituição com os pressupostos dos feminismos negros. Odara verbaliza e visibiliza conteúdos do seu ativismo construindo uma representação alicerçada nos mesmos conteúdos que definem os feminismos negros e tratado no início desse capítulo. Essa exposição, mediada pela Comunicação potencializa o alcance desse discurso, representação e identidade. Ou seja, o lugar de fala e propósitos do ativismo digital são explícitos.

Com a implantação de um novo planejamento visual do *site*, ocorrida em novembro de 2017, a página inicial do *site* ficou mais leve. A logomarca, antes na cor amarela e com fundo vermelho, ficou na cor vermelha em fundo branco. Logo abaixo, foi mantido uma linha com *links* para nove temas – no anterior eram seis. No *design* anterior os temas eram: Quem somos; Programas e projetos; Matrizes; Parcerias; Webmail e Contatos. Agora são: Início; Quem somos; Programas; Julho das Pretas; Sapatiza Agosto; Espaço *Griot*; Rede de Mulheres Negras; Notícias e Contatos. O Espaço *Griot*, por exemplo, leva o nome de uma intelectual e ativista negra, Ana Célia da Silva. O espaço, ainda em construção, servirá para a publicação de artigos voltados para a reflexão de questões associadas às mulheres negras.

Na parte anterior há uma linha destacando alguns dos programas de Odara: de Direitos Humanos; Comunicação; Pesquisa e intercâmbio; e Saúde das mulheres negras. A inclusão de novos temas, indica, uma reatualização da agenda de Odara, alinhada com os feminismos negros. Chamou-me a atenção o fato de que no *link* Notícias, em 21 de novembro, foi publicado uma nota tratando de uma das ações da Assessoria de Comunicação do Instituto Odara, um monitoramento, de olho na mídia: racismo, sexismo no jornalismo da Bahia, referente ao período de 12 a 31 de agosto de 2019. Já em 20 de novembro, foi postada uma matéria tratando do manifesto, *Ninguém mais vai calar o grito por liberdade, manifesto da mídia negra brasileira*, produzido por comunicadores/as negros/as durante o Seminário Genocídios Contemporâneos, Reagir é Preciso, realizado em Belo Horizonte/MG, de 10 e 13 de outubro de 2019. O documento é incisivo quanto a democratização da mídia e disposição de “subverter a ordem racista hegemônica”.

Figura 27 - Nova página inicial do Instituto Odara (superior)

Fonte: <<https://institutoodara.org.br/>>

Figura 28 - Nova página inicial do Instituto Odara (inferior)

Fonte: <<https://institutoodara.org.br/>>

6.1.2 Criola

O *site* da Criola é ágil, tem *design* simples, comunicativo e de fácil manuseio. O *site* se

destaca pelo uso da cor amarela. Na parte superior da página inicial, à esquerda, traz a logomarca da instituição, na cor preta com fundo também em amarelo. Ao lado, seis *links*: Quem somos; Projetos, Negras na história; Multiversidade; Notícias; e Contatos. Abaixo, três *cards* de notícias: o maior, e à direita, tem as cores preto e branco e convida os/as internautas para o lançamento do docudrama, *Enquanto viver luto*, no dia 18 de agosto de 2017, no Cine Joia, no Rio de Janeiro/RJ.

Figura 29 - Printe da página inicial da Ong Criola

Fonte: <<https://criola.org.br/>>

Do lado direito, tem mais dois *cards*: um sobre a campanha *Nenhum quilombo a menos*, referente ao possível cancelamento de certificação de comunidades quilombolas no Brasil. Esse tem de fundo uma foto colorida de um grupo de jovens mulheres negras carregando uma faixa. O terceiro *card* traz o título 2º Encontro do Projeto Jovens Mulheres Negras, em Brasília/DF, tendo como fundo, uma foto colorida de jovens negras com turbantes de um mesmo tecido. As três chamadas são de matérias jornalísticas informativas, que mesmo tendo como foco questões de gênero e raça, seguem “regras” típicas de produção de textos jornalísticos.

Logo abaixo e se estendendo por mais da metade da página, no sentido horizontal, vem uma foto e chamada para uma homenagem à Mãe Beata. Ao lado, à direita, um *card* da Ong Alyne, uma homenagem a Alyne da Silva Pimentel Teixeira, vítima fatal da ‘qualidade’ do serviço público de saúde na cidade do Rio de Janeiro/RJ. A página inicial do *site* ainda tem pequenos versais sobre campanhas da Criola, como a do ciberativismo. Ao centro e na parte inferior uma chamada com foto para o artigo *ABIA e Criola realizam oficina sobre HIV e AIDS, prevenção combinada e as mulheres negras*.

Abaixo outra chamada de Mãe Beata que receberia dia 7 de junho de 2017, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, a Medalha Tiradentes. Abaixo dessa, outra chamada para um artigo sobre o impacto do racismo na juventude negra e, por último, um artigo tratando da disputa entre a Justiça e as religiões de matriz africana sobre o abate de animais. As matérias foram postadas entre 26 de maio e 17 de julho. Observa-se que as postagens ocorrem com certa regularidade.

6.2 ANÁLISE DAS INTERFACES

Tendo como referência o *Design*, principalmente, a área do *designer* gráfico, observa-se as interfaces dos *sites* Criola e o Instituto Odara, no intuito de entender como essas páginas se relacionam com seus/suas usuários/as. A interface de uma plataforma, além dos aspectos estéticos (cor, estilo, forma, estrutura), dialoga diretamente com os aspectos voltados ao conteúdo (linguagem, informação, notícia), a fim de propiciar ao usuário um entendimento durante a navegação.

A usabilidade, ou seja, o modo como determinada plataforma é utilizada pelo/a usuário/a, reverbera na construção social, política e imagética do indivíduo. Nielsen (1993) compreende as heurísticas como um conjunto de técnicas de avaliação de usabilidade e ensina como uma plataforma deve ser estruturada para propiciar ao/a usuário/a uma boa navegação.

Desta maneira uma interface está veiculada aos princípios e bases filosóficas de cada instituição, sendo, portanto, uma representação singular e particular atenta às necessidades de cada grupo. A interface para além de um *corpus* virtual estabelece uma concretude voltada às necessidades de um mundo material.

6.2.1 Análise 1: <<http://institutoodara.org.br/>>

Descrição

Análise da Interface do site Odara: A plataforma utiliza como extensão o domínio brasileiro *org.br*. Possui uma barra superior centralizada onde temos em primeiro plano o logotipo (figura feminina binária, na cor amarela, centralizada, em um fundo vermelho, em conjunto o

nome Odara e o subtítulo: Instituto da Mulher Negra) e em segundo plano, na parte inferior, temos as abas: Quem Somos, Programas e Projetos, Matrizes, Parceiras, Webmail, Contato. Na lateral direita temos as abas: Mapeamento, *Facebook* e Rádio Odara. No centro da plataforma encontram-se, de forma dinâmica e interativa, blocos de imagens contendo as notícias da semana. Para cada notícia existe uma aba referente à seção (Ações, Empoderamento, Mulher, Vídeos Recentes, Artigos). Saliento que os conteúdos giram em torno das questões que envolvem a mulher negra. Na parte inferior encontram-se o telefone da instituição assim como o endereço da mesma. O/a usuário/a consegue navegar de modo intuitivo no *site* (passando o cursor em cada aba) sendo direcionado para cada página.

Quadro 8 - Análise do *site* do Instituto Odara

CRITÉRIOS	OBSERVAÇÕES
Layout	<ul style="list-style-type: none"> • Centralizado; • Aba superior e lateral direita; • Espaço equilibrado.
Cor	<ul style="list-style-type: none"> • Cor superior (vermelho); • Cor inferior (branco); • Cor do centro (branco); • Cores das abas de notícias (vermelho); • Cores chapadas, vibrantes e fortes.
Imagens	<ul style="list-style-type: none"> • Logotipo (figura feminina binária, na cor amarela centralizada em um fundo vermelho, em conjunto o nome Odara e o subtítulo: Instituto da Mulher Negra); • Fotografias referentes a cada notícia em particular.
Tipografia	<ul style="list-style-type: none"> • Tipografia sem serifa; • Variação de tamanho e de peso.
Conteúdo	<ul style="list-style-type: none"> • O conteúdo é diversificado, perpassa por diferentes áreas (cultura, política, sociedade). A temática principal é a mulher negra; • Conteúdo organizado por abas que sinalizam o que cada uma contém.
Linguagem	<ul style="list-style-type: none"> • Direcionado e focal com a proposta; • Utilização de linguagem coloquial.
Pregnância do tema	<ul style="list-style-type: none"> • Através da paleta da cor (vermelha) imagens e conteúdo o/a usuário/a consegue identificar a proposta do <i>site</i>.
Relação com o usuário	<ul style="list-style-type: none"> • Interatividade; • Leiturabilidade – capacidade de facilitar o entendimento pelo/a leitor/a;

	<ul style="list-style-type: none"> • Legibilidade; • Clareza; • Utilização de recursos multimídia variados (vídeos).
--	---

Fonte: A autora.

6.2.2 Análise 2: <<http://criola.org.br/>>

Descrição

Análise da Interface do *site* Criola: A plataforma utiliza como extensão o domínio brasileiro *org.br*. Possui uma barra superior centralizada onde temos em primeiro plano o logotipo (imagem com estilo tribal onde temos mulheres sobrepostas, criando movimento – inserida em um quadrado vazado). Em segundo plano, apresenta as abas: Início, Quem Somos, Projetos, Negras na História, Multiversidade, Notícias e Contato. Na lateral direita, apresenta ícones que sinalizam as extensões das redes sociais (*Facebook, Twitter, Youtube, Instagram, Whatsapp e E-mail*). No centro da plataforma encontram-se, de forma dinâmica e interativa, bloco de imagens contendo as notícias da semana. Os conteúdos giram em torno da mulher negra. Na parte inferior do *site* surgem as abas: Apoio, Doações e Contat. O/A usuário/a pode fazer o cadastramento no *site* e receber notificações e notícias da plataforma. O/A usuário/a consegue navegar de modo intuitivo no *site* (passando o cursor em cada aba).

Quadro 9 - Análise do *site* da Ong Criola

CRITÉRIOS	OBSERVAÇÕES
Layout	<ul style="list-style-type: none"> • Centralizado; • Abas superiores e inferiores; • Espaço equilibrado.
Cor	<ul style="list-style-type: none"> • Cor superior (amarelo); • Cor inferior (marrom); • Cor do centro (bege); • Cores das abas de notícias (diferentes paletas); • Cores chapadas e primárias.
Imagens	<ul style="list-style-type: none"> • Logotipo (imagem com estilo tribal onde temos mulheres sobrepostas, criando movimento, inserida em um quadrado vazado); • Repetição do logotipo no plano de fundo da plataforma; • Ícones em estilo de <i>Flatdesign</i> de redes sociais;

	<ul style="list-style-type: none"> • Fotografias referentes a cada notícia em particular.
Tipografia	<ul style="list-style-type: none"> • Tipografia sem serifa.
Conteúdo	<ul style="list-style-type: none"> • O conteúdo é diversificado, perpassa por diferentes áreas (cultura, política, sociedade) a temática principal é a mulher negra; • Conteúdo organizado por abas que sinalizam o que cada uma contém.
Linguagem	<ul style="list-style-type: none"> • Direcionado e focal com a proposta; • Utilização de linguagem coloquial.
Pregnância do tema	<ul style="list-style-type: none"> • Através das cores utilizadas nas abas e no corpo do site, das imagens e do conteúdo o/a usuário/a consegue identificar a proposta e temática do <i>site</i>.
Relação com o usuário	<ul style="list-style-type: none"> • Interatividade; • Leiturabilidade; • Legibilidade; • Clareza; • Utilização de recursos; • Multimídia variadas; • Integração das diferentes; • Plataformas: <i>Link</i> com outros <i>web sites</i> e redes sociais.

Fonte: A autora.

Um problema recorrente nos *sites* das duas Ong's diz respeito a irregularidade na periodicidade das postagens que se estende às iniciativas no *Facebook*. A aceleração do tempo; a precarização e o volume excessivo de trabalho; e a falta de recursos para a implantação de uma equipe de assessoria de comunicação com mais profissionais, por exemplo, impactam, negativamente, não só na qualidade de vida dessas ativistas, mas também na qualidade do trabalho.

6.3 AÇÕES EM REDES SOCIAIS DIGITAIS

Como esclareci no capítulo da Metodologia, o recorte temporal inicialmente proposto, de coleta dos dados das postagens dos últimos 30 dias, a partir de julho de 2017, a contar da data da última postagem, não pode ser executado nas quatro Ong's por conta da irregularidade no uso do *Facebook* pela Flores de Dan e Associação das Mulheres Rendeiras. A coleta dos dados nas contas do *Facebook* das Ong's foi realizada no período de 18 a 28 de agosto de 2017 e ficou assim:

Quadro 10 - Período da pesquisa no *Facebook*

FLORES DE DAN	ASSOC. DAS RENDEIRAS	ODARA	CRIOLA
18 e 19.08.2017	24 e 25.08.2017	25 e 26.08.2017	26, 27 e 28.08.2017

Fonte: A autora.

6.3.1 Odara

Odara iniciou suas atividades em 2010 já tendo no seu organograma a Assessoria de Comunicação. Atualmente, mesmo estando em processo de atualização da plataforma, o Instituto Odara possui *site*⁵¹, contas no *Instagram*⁵², desde 20 de julho de 2015, *Facebook*⁵³, e *blog*⁵⁴, desde 4 de setembro de 2013, e um programa de rádio.

Naiara Leite, além de coordenar o setor de Comunicação da instituição, integra o Fórum de Promoção da Igualdade Racial⁵⁵, criado em 2016 e ligado a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDHLP) do Senado e atua em outra Ong baiana, a Cipó, Comunicação Interativa, fundada em 1999 para contribuir na melhora da vida de crianças e jovens de famílias de baixa renda, por meio da Comunicação.

Na conta do *Facebook* do Odara coletamos os dados das postagens nos dias 25 e 26 de agosto de 2017, por um período de 30 dias, a partir da data da última postagem (18.08). Nota-se que essa rede social é mais utilizada pela Assessoria de Comunicação do Instituto Odara em relação às demais redes digitais. Em 30 dias de observação foram feitas 61 publicações.

A que teve menor número de curtida foi uma *gif* publicado dia 27 de julho de 2017, sobre mulher negra: apenas uma curtida. E a de maior número de curtidas, com 578, foi a palestra de Ângela Davis, na reitoria da UFBA, dia 25 de julho de 2017. Aliás, esse foi o vídeo de maior visualização no período, chegando a 17 mil. Já a ação de menor visibilidade foi a

⁵¹ <http://institutoodara.org.br/>

⁵² <https://www.instagram.com/institutoodara/>

⁵³ <https://www.Facebook.com/OdaraInstitutoDaMulherNegra/>

⁵⁴ <https://odarainstituto.wordpress.com/>

⁵⁵ O Fórum Permanente pela Igualdade Racial é “um espaço de diálogo sobre as violações de direitos humanos da população negra” lançado em 30 de novembro de 2016, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Ele tem a finalidade de desenvolver ações de enfrentamento ao racismo e políticas de promoção da igualdade racial e de gênero. <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/30/forum-permanente-pela-igualdade-racial-e-lancado-no-senado>>.

Marcha das Mulheres Negras, realizada no mesmo dia 25 de julho, com 500 visualizações. Sobre comentários, oito notícias tiveram apenas um comentário. Já a matéria sobre a transmissão da conferência de Ângela Davis chegou a 257 comentários.

Sobre compartilhamentos, 36 notícias de um total de 61, não tiveram nenhum compartilhamento. E, mais uma vez, a conferência de Ângela Davis registrou o índice mais elevado: 438 compartilhamentos. Já as visualizações de vídeos postados de 18.07 a 18.08 no *Facebook* do Instituto Odara, o da Marcha das Mulheres Negras, dia 25.07, registrou 500 e o de maior visualização, novamente, a conferência de Ângela Davis, 17 mil. Por conta do volume expressivo, coloquei as informações sobre uso o *Facebook* em quadros:

Quadro 11 - Postagens no *Facebook* do Instituto Odara

Instituto Odara	Data	Data do Evento	Curtidas	Comentários	Compartilhamentos	Visualizações
1 Vídeo gif de chamada para a programação do Julho das Pretas	18.7.17		47	1		
2 Agenda semanal do Julho das Pretas	18.7.17		16			
3 Banner e gif do evento "Mulheres negras Transversais do tempo: negras jovens contra o racismo, a violência e pelo Bem Viver"	19.7.17	26.7.17	5		12	
4 Banner do evento "Mulheres negras Transversais do tempo: negras jovens contra o racismo, a violência e pelo Bem Viver"	19.7.17	26.7.17	17	2	17	
5 Banner e texto convite para o V Enlebi que Aconteceu nos dias 18 e 19 de agosto no Centro de Treinamento da SDR - Antiga EBDA.	19.7.17	18 e 19.7.17	4	3		
6 Banner para inscrição do "Mulheres negras Transversais do tempo: negras jovens contra o racismo, a violência, e pelo Bem Viver"	19.7.17	26.7.17	4	1		4
7 Banner do "Mulheres negras transversais Do tempo: negras jovens contra o racismo, a violência, e pelo Bem Viver".	19.7.17	26.7.17	30		25	
8 Banner de inscrição para o "Mulheres negras Transversais do tempo: negras jovens contra o racismo, a violência, e pelo bem viver"	19.7.17	26.7.17	6		1	2
9 Banner para inscrição do "Mulheres negras Transversais do tempo: negras jovens contra o racismo, a violência, e pelo Bem Viver"	20.7.17	26.7.17	6			4
10 Banner do "Mulheres negras transversais do tempo: negras jovens contra o racismo, a violência e o Bem Viver"	20.7.17	26.7.17	24	3	22	
11 Banner para inscrição para "Mulheres negras transversais do tempo: negras jovens contra o racismo, a violência e o Bem Viver"	20.7.17	26.7.17	4		2	
12 Banner para inscrição para "Mulheres negras transversais do tempo: negras jovens contra o racismo, a violência e o Bem Viver"	20.7.17	26.7.17	2		7	

Fonte: A autora.

Quadro 12 - Postagens no *Facebook* do Instituto Odara

	Instituto Odara	Data	Data do Evento	Curtidas	Comentários	Compartilhamentos	Visualizações
13	Banner para inscrição para "Mulheres negras transversais do tempo: negras jovens contra o racismo, a violência e o Bem Viver"	20.7.17	26.7.17	6	2	2	
14	Banner da chamada para "Mulheres negras transversais do tempo: negras jovens contra o racismo, a violência e o Bem Viver"	20.7.17	26.7.17	33		37	
15	Fotos (4) da coordenadora do programa de comunicação do Instituto Odara, Naiara Leite, falando sobre conjuntura política pela perspectiva das mulheres negras no Encontro de Mulheres Negras do Sertão, em Petrolina (PE)	20.7.17	20.7.17	32	3		
16	Banner convite do diálogos "Mulheres negras transversais do tempo: negras jovens contra o racismo, a violência e pelo Bem Viver" não faltam espaços para falar da diversidade das estratégias de luta das mulheres negras. Nessa roda, vamos tratar das resistências feministas negras	20.7.17	27.7.17	17		16	
17	Vídeo de chamada da transmissão ao vivo da conferência "Angela Davis: Atravessando o tempo e construindo o futuro da luta contra o racismo"	20.7.17	26.7.17	20		26	
18	Outro banner do Vem aí os diálogos "Mulheres negras transversais do tempo: negras jovens contra o racismo, a violência e pelo Bem Viver"	20.7.17		7	2		
19	Banner do evento Vem aí os diálogos "Mulheres negras transversais do tempo: negras jovens contra o racismo, a violência e pelo Bem Viver"	21.7.17		50	4	32	
20	Chamada para apresentação do Slam das Minas BA na abertura da conferência de Angela Davis	24.7.17	25.7.17	47		18	
21	Nota chamando para a caminhada das mulheres negras	24.7.17	25.7.17	18	1	14	

Fonte: A autora.

Quadro 13 - Postagens no *Facebook* do Instituto Odara

	Instituto Odara	Data	Data do Evento	Curtidas	Comentários	Compartilhamentos	Visualizações
22	Pela Vida das Mulheres Negras, a comunidade negra se reúne para denunciar o feminicídio, o epistemicídio, o racismo institucional, a lesbofobia, e demais formas de violação de direitos. Leia: https://goo.gl/6oq4ax (Matéria do Correio Nagô)	24.7.17	25.7.17				
23	Videoclipe Rincon Sapiência – A Coisa Tá Preta, em "A Coisa Tá Preta", Rincon Sapiência	25.7.17					
24	2º Ato Pela Vida das Mulheres Negras em Salvador	25.7.17		39			500
25	1º Vídeo Ato Pela Vida das Mulheres Negras em Salvador	25.7.17		72			1,532
26	Banner do Sarau das Pretas no encerramento dos diálogos Mulheres Negras Transversais no Tempo: Negras contra o racismo, a violência e pelo Bem Viver	25.7.17	26.7.17	17			
27	Foto da coletiva de imprensa Angela Davis	25.7.17	27.7.17	298	46	228	7,1 mil
28	Vídeo da conferência Angela Davis	25.7.17		578	125	438	17 mil
29	Feira de Mulheres Negras Empreendedoras, na Faculdade de Economia da UFBA	26.7.17		22			
30	Roda: Solidão e afetividades das mulheres negras com Dayse Sacramento e Izzadora Sana Faculdade de Economia da UFBA	26.7.17		21	1		
31	Fotos (2) Mesa Mundo do Trabalho e Produção Intelectual e Participação Política	26.7.17		13			
32	Fotos (6) Mulheres Negras Transversais do Tempo: Jovens Negras na Luta Contra o Racismo Pelo Bem Viver	26.7.17		31			
33	Roda Mulheres Negras Transversais do Tempo: Jovens Negras na Luta contra o Racismo e Pelo Bem Viver	30.7.17		30			

Fonte: A autora.

Quadro 14 - Postagens no *Facebook* do Instituto Odara

Instituto Odara	Data	Data do Evento	Curtidas	Comentários	Compartilhamentos	Visualizações
46 Fotos (18) do álbum Negras Jovens: identidade de gênero e sexualidades	31.7.17		11			1
47 Fotos (15) do álbum "Roda Genocídio da População Negra"	31.7.17		17			
48 Foto (14) do álbum "Negras Jovens Produzindo Literatura"	31.7.17		7			
49 Fotos (12) do álbum "Jovens Negras uma estética na luta"	31.7.17		6			
50 Fotos (14) da roda "A participação política das jovens e mulheres negras"	31.7.17		7			
51 Fotos do álbum "Solidão e Afetividade"	31.7.17		12			
52 Fotos (13) do álbum "Roda de Religiosidade"	31.7.17	31.7.17	14			
53 Fotos do álbum "Feira de Mulheres Negras Empreendedoras"	31.7.17	31.7.17	7			
54 Fotos (7) comemoração dos 25 anos do Instituto Cultural Steve Biko	31.8.17	31.9.17	31			
55 Chamada para a roda de diálogo "Mulheres de Axé"	01.8.17	12.8.17	13	1	21	
56 Foto de Valdecir Nascimento falando sobre os desafios para mulheres negras, no evento Fazendo o Gênero, em SC	01.8.17		5			
57 Manifesto do II Encontro de Negras Jovens Feministas	02.8.17		8			
58 Artigo do geógrafo Diosmar Filho, integrante do FOPIR	02.8.17		4			
59 Lançamento do livro Feminismo Popular e as lutas antisistêmicas	09.8.17	18.8.17	23	1		
60 Enlesbi BA	18.8.17					
61 Encontro preparatório ao II Encontro de Negras Jovens Feministas (SP, 6 a 10.9)	18.8.17	16.8.17	81	6		
Total das postagens: 61			2334		19	1025

Fonte: A autora.

6. Instagram e blog

Com relação ao *Instagram*, o Instituto Odara tem, desde 20 de julho de 2015 uma conta, onde foram feitas 13 publicações e registrados 279 seguidores. Já o *blog*, criado em 4 de setembro de 2013, só tem um *card*, tratando do 2º Fórum Internacional 20 de Novembro, e do VII Fórum Pró-igualdade e Inclusão Social do Recôncavo Baiano, realizado de 20 a 22 de novembro de 2013, na Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB). Ao analisar as informações, constata-se que em 30 dias Odara postou 61 matérias, porém, em apenas 15 dias, evidenciado uma falta de periodicidade.

6.3.2 Flores de Dan

Conforme informou Sueide Kintê, 31 anos, uma das diretoras do Instituto Flores de Dan, não dispõe de recursos financeiros, o que impede de ter um/a profissional para atuar, de forma

mais efetiva na área de Comunicação. Por isso, mesmo tendo *blog*⁵⁶; *Facebook*⁵⁷ e *Twitter*⁵⁸. Essas redes estão com suas informações e dados desatualizados. Observei, na pesquisa feita nos dias 18 e 19 de agosto de 2017, que a conta do *Facebook* não é atualizada desde 23 de maio de 2017. Por conta dessa acentuada desregularidade ampliei o período de 30 dias de coleta para de 23.05.17 a 28.5.16. Nesse período foram postados 11 textos, conforme informa o quadro abaixo:

Quadro 15 - Postagens no *Facebook* do Instituto Flores de Dan

Instituto Flores de Dan	Data	Data do Evento	Curtidas	Comentários	Compartilhamentos	Visualizações
1	Cartografando afetos	23.5.2017				
2	Foto legenda do Sarau do Beco	28.8.2016				
3	Foto legenda da Oficina de Poesia do Mar com cinco jovens mulheres	27.8.2016	3			
4	Foto legenda da Oficina de Poesia do Mar com cinco jovens mulheres	24.8.2016	1			
5	Banner chamado para o Sarau do Beco com foto de Mc Dark, Jati Nascimento e Lucas Kintê	23.8.2016	4		2	
6	Vídeo e Texto: Eu falo sem medo, e você?	3.8.2016	1		1	
7	Vídeo: Eu falo sem medo, e você?	3.8.2016	1			
8	Foto com o título: Cuidando do Jardim. Flores de Dan: Auto-Cuidado e segurança de mulheres	2.8.2016	1			
9	Encontro de Auto Cuidado e Segurança de Ativista - Sewá Mendhê	5.6.2016	6	2		
10	Encontro de Auto Cuidado e Segurança de Ativista - Sewá Mendhê	3.6.2016	11	2		
11	Foto do Sarau do Beco	28.5.2016	1			
Total: 11			29	4	3	

Fonte: A autora.

O *blog* também se encontrava desatualizado em agosto de 2017, desde dezembro de 2016. Das três matérias postadas, uma é de 2010, outra de 2011 e a terceira de 2016. O *blog* tem um espaço para vídeos, do *Youtube*. No total, o espaço dá acesso a 12 vídeos, que falam de aborto, mulheres e mídia baiana, curso de blogueiras, música, mulher como objeto de consumo, comerciais que tratam a mulher como objeto, mídia e sua influência na sociedade. Desses vídeos, o que teve mais visualizações foi o *Mídia e as influências na sociedade*, de Gulio Chinatto, com 65 mil visualizações, postado em 29 de setembro de 2012 e com 4m37s

⁵⁶ <http://floresdedan.blogspot.com.br/>

⁵⁷ <https://www.Facebook.com/floresdedan.comunicacaoeproducao>

⁵⁸ <https://twitter.com/floresdedan>

de duração. O que teve menor visualização foi um vídeo piloto de 2m16s, postado em 14 de abril de 2015, com Sueide Kintê, com 13 visualizações. Já no *Twitter* a conta foi aberta em novembro de 2010, e em 26 de março de 2011 recebeu quatro publicações e registra quatro seguidores.

Segundo Sueide Kintê, o insituto também utiliza a lista de transmissão do *Whatsapp* para divulgar, no formato de *card online*, ações da Flores de Dan e, também faz mobilização por telefone. Ela reforça a ideia de que Comunicação “é a nossa razão de existir”, diz Kintê informando, ainda, que Flores de Dan não participou de nenhum evento fora do país.

6.3.3 Associação das Mulheres Rendeiras de Petrolina/PE

A Associação das Mulheres Rendeiras possui um *blog*⁵⁹ e *Facebook*⁶⁰. Nota-se que falta periodicidade nas publicações. No *Facebook*, por exemplo, a conta chegou a ficar sem ser atualizada por mais de um mês, entre de junho e julho de 2017. As matérias veiculadas foram analisadas nos dias 24 e 25 de agosto de 2017, por isso precisei ampliar o período de análise, que ficou de 21 de agosto de 2017 a 4 de junho de 2017, são de informações produzidas pela associação, ou de interesse da entidade.

Quadro 16 - Postagens no *Facebook* da Associação das Rendeiras de Petrolina/PE

Associação das Rendeiras de Petrolina - PE		Data	Curtidas	Comentários	Compartilhamento
1	Vamos de chá	04.6.17			
2	Projeto "Plantas medicinais: Multiplicando Saúde",	05.6.17			
3	Repetição da matéria sobre o rojeto/Banda Fogo no Munturo	06.6.17		2	
4	Juventude periférica em ação, sempre!!!	07.6.17	8		
5	Matéria sobre a Feira Literária Internacional de Paraty	07.6.17			
6	Matéria sobre ONU procura mulheres para cargos de liderança em operações de paz e missões políticas pelo mundo	26.7.17	2		2
7	Univasf oferta cursos de inglês destinados a estudantes e servidores da instituição	26.7.17	1		
8	Matéria em vídeo da TV Grande Rio, mais fotos e vídeo sobre a associação	Sem data			
9	Matéria do G1 informando sobre inscrições para o II Encontro de Educação Musical do Vale do São Francisco	01.8.17	3		
10	Banner da Associação	21.8.17	2		
Total de postagens: 10			16	2	2

Fonte: A autora.

⁵⁹ <http://mulheresrendeiras.blogspot.com.br/>

⁶⁰ <https://www.Facebook.com/MulheresRendeiras/>

Segundo Souza, a dificuldade da instituição, em não ter uma comunicação eficaz na organização, decorre da não disponibilidade financeira para a contratação de um/a profissional da área de comunicação, pois a comunicação é feita por trabalho voluntário.

As pessoas têm outros vínculos profissionais e, geralmente, usam do seu tempo de descanso para desempenhar esse papel. Além disso, a maioria das associadas é idosa e não tem domínio sobre as novas tecnologias e são envolvidas em outras atividades como a produção de artesanato.

Já o *blog* tem sete matérias, publicadas entre março de 2017 e novembro de 2014: a última, de 25 de março de 2017, fala da ex-fundadora e diretora Angelita Maria dos Santos, que concedeu entrevista à revista *Vida Simples*. As demais são: sobre curso gratuito de música (06.02.2015); uma sobre a realização de uma feijoada para arrecadação de recursos à associação (21.12.2014); uma festa de confraternização entre as associadas e familiares (21.12.2014); entrega de certificado às concluintes de um curso de corte e costura (21.12.2014); das atividades da 2ª Semana de Educação Inclusiva, promovida pelo *campus* Petrolina Zona Rural do IF Sertão/PE, cujo tema foi Discutindo a Diversidade (21.12.2014) e das ações no dia Nacional da Consciência Negra (18.11.2014).

6.3.4 Criola

No período de 30 dias, entre 24 de agosto e 24 de julho a 2017, a conta do *Facebook* da Criola recebeu 27 publicações. As pesquisas nas redes sociais da Criola foram feitas nos dias 26, 27 e 28 de agosto de 2017.

A conta do *Twitter*⁶¹ foi aberta em 18 de dezembro de 2008 e tem apenas um *tweets* e 17 seguidores. Já a do *Instagram*⁶² tem 59 publicações, 514 seguidores/as e a última postagem foi em 25 de agosto de 2017 (a pesquisa foi nos dias 26 e 27.08.17) e recebeu 50 curtidas. A anterior, dia 17 de junho de 2017, teve 28 curtidas.

⁶¹ <https://twitter.com/criola>

⁶² <https://www.instagram.com/Ongcriola/?hl=pt-br>

Quadro 17 - Postagens no *Facebook* da Criola

	ONG Criola/RJ	Data	Data do Evento	Curtidas	Comentários	Compartilhamentos	Visualizações
1	Banner e matéria convite para as atividades do dia 25 de julho, Dia da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha no RJ	24.7.17	25.7.17	47		5	
2	Banner convite para o Festival Latinidades	24.7.17	25.7.17	3			
3	Matéria sobre o 25 de Julho, dia da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha	25.7.17		15			
4	Banner com foto de evento do Projeto Mulheres Negras Fortalecidas na Luta contra o Racismo e Sexismo, em Brasília/DF	25.7.17		10			
5	Banner da matéria sobre 25 Dia de Ativismo das Mulheres Negras	25.7.17		9			
6	Entrevista e foto com Jurema Werneck sobre 25 Dias de Ativismo das mulheres negras	25.7.17		91		24	
7	Coletivo Força Cururu fala de mães que perderam seus filhos para a violência	25.7.17		5			
8	Vídeo sobre o projeto Sete Dias de Ativismo	25.7.17		28		2	
9	Vídeo (1) Festival Latinidades, com a ouvidora Vilma Reis	27.7.17		7			119
10	Vídeo (2) Festival Latinidades, com a ouvidora Vilma Reis	27.7.17		6			53
11	Rede de Ciberativistas Negras participa da cobertura do Festival Latinidades	27.7.17		24	3	2	439
12	Evento Nossas Vidas Importam	01.8.17		9			
13	Vídeo sobre o evento Latinidades	01.8.17	29.7.17	15			1,936
14	Matéria sobre o pastor que mandou tirar boneca africana da escola	11.8.17		209	15	79	
15	Banner e matéria sobre visibilidade lésbica	12.8.17		7		1	
16	Vídeo de histórias inspiradoras de mulheres negras na tecnologia	12.8.17 e 09.8		20			16,514
17	Matéria sobre questionamento da CIDH ao governo brasileiro sobre titulação de terras quilombolas	12.8.17		7			

Fonte: A autora.

Quadro 18 - Postagens no *Facebook* da Criola

	ONG Criola/RJ	Data	Data do Evento	Curtidas	Comentários	Compartilhamentos	Visualizações
18	Matéria com imagem sobre protesto de jovens de Pernambuco, onde pedem ao Estado políticas públicas	12.8.17		7		1	11,736
19	Convite para acessar a página da 10ª Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa	12.8.17		5			
20	Chamada para matéria sobre manifesto de trabalhadoras/es de educação contra o racismo em escola	12.8.17		61		20	
21	Trailer do comentário Enquanto Viver Eu Luto	15.8.17	18.8.17	330		99	7,3 mil
22	Banner do lançamento do documentário Enquanto Viver Eu Luto	18.8.17	18.8.17	16		4	
23	Chamada/trailer do documentário Enquanto Viver Eu Luto	18.8.17	18.8.17	6			
24	Chamada/trailer para o lançamento do lançamento do documentário Enquanto Viver Eu Luto perderam seus filhos para a violência	18.8.17	18.8.17	7			
25	Fotos (8) do lançamento do documentário Enquanto Viver Eu Luto Ativismo	18.8.17	18.8.17	41			113
26	Imagens do lançamento do documentário Enquanto Viver Eu Luto	18.8.17	18.8.17	8			91
27	Evento "Vida nas favelas importam"	24.8.17	25.8.17	6		1	
Total de postagens: 27				1.034	18	237	38.301

Fonte: A autora.

6.4 *FEEDBACK* NAS REDES DIGITAIS: DIÁLOGOS POSSÍVEIS

Aqui apresento os dados coletados nas contas do *Facebook* das quatro entidades de mulheres negras que participam dessa pesquisa e observo informações gerais da comunicação (*feedback*) desses coletivos com seus públicos, apresento todas as matérias, notas, *cards*, vídeos, etc. selecionados para análise. Essa exposição se dá da seguinte maneira: apresentação de dados de cada entidade; mostra do material de análise; temas tratados nesse material; mostra das nuvens com as 10 palavras que se destacam nesses textos, coletadas a partir do uso do aplicativo Wordclouds.com⁶³; e, por último, a análise de cada uma das postagens selecionadas.

Nos gráficos abaixo (3, 4, 5 e 6), nota-se que a comunicação, intermediada pelo *Facebook* é mais efetiva e fica polarizada entre as Ong's Odara e Criola. No item Curtidas, Odara registra 2.334 registros, quase 50% a mais que Criola, 1.034. No item Comentários, a diferença entre as duas instituições, é superior a quatro vezes: 1.025 (Odara) e 237 (Criola). Já no tópico Compartilhamento, a diferença é inferior a 30%: Odara, ficou com 38.301 registros e Criola com 25.569.

Gráfico 3 - Total de postagens das quatro entidades no *Facebook*

Fonte: A autora.

⁶³ <<https://www.wordclouds.com/>>

Gráfico 4 - Total de curtidas das quatro entidades no *Facebook*

Fonte: A autora.

Gráfico 5 - Total de comentários das quatro entidades no *Facebook*

Fonte: A autora.

Gráfico 6 - Total de compartilhamentos das quatro Ong's no *Facebook*

Fonte: A autora.

6.5 FACEBOOCK E A AGENDA DAS MULHERES NEGRAS

Apresento abaixo os dados quantitativos de cada entidade, relacionados aos dias de postagens de cada instituição. No Instituto Odara, os dados formaram o seguinte quadro:

Quadro 19 - Dias das postagens no *Facebook* do Instituto Odara

Instituto Odara						
Período	Total de dias de postagem	Total de postagens	Curtidas	Comentários	Compartilhamentos	Visualizações
18.07 a 31.08.17 Total: 30 dias	15	61	2334	18	190	38.301

Fonte: A autora.

De 30 dias – de 18.08. a 18.07 – o Instituto Odara, usou 15 dias para postar 61 matérias no *Facebook*. Os dias de maiores publicações no período foram 20.07 (11), 26.07 (9) e 31.07 (9). Quanto às curtidas, Odara registrou 2.334, sendo as notícias mais curtidas foram as dos dias 25.07 (578 e 298); 28.07 (155, 137 e 99); 18.08, nas duas matérias do dia (81 e 23); 31.07 (31) e 26.07 (62). As matérias do dia 25.07 correspondem a: conferência e fotos da coletiva de imprensa de Angela Davis.

No dia 28.07, a matéria do lançamento do Coletivo de Mulheres Negras Abayomi foi a mais curtida (155), seguida pelo *card* com foto e trecho da fala de Angela Davis (137) e o vídeo de lançamento desse coletivo, com 99 curtidas. Já no dia 18.08 as matérias mais curtidas foram sobre encontro preparatório ao II Encontro de Negras Jovens Feministas (SP, 06 a 10.09).

Com relação ao item comentários, foram registrados 190, em 11 dias, uma média de 17,26 comentários por dia. As matérias que receberam mais comentários correspondem às que foram postadas nos dias: 25.07.17 (126), informando sobre a conferência de Angela Davis e a outra, no mesmo dia, mostrando fotos de Angela Davis durante entrevista coletiva, com 46 comentários. Já no dia 28.07.17, a nota que dispõe sobre o encontro de lideranças nacionais do movimento de mulheres negras com representantes da ONU para discutir estratégias de comunicação, recebeu nove comentários e a matéria publicada no dia 18.08.17, tratando do Encontro preparatório ao II Encontro de Negras Jovens Feministas, recebeu seis.

No período foram registrados 1.025 compartilhamentos, sendo que o vídeo da conferência de Angela Davis no dia 25.07 chegou a 438 e as fotos de Angela Davis, 228 compartilhamentos. Já as visualizações chegaram a 29.569, de seis vídeos, sendo o da conferência de Angela Davis, alcançou 17 mil e, no mesmo dia, as fotos de Angela Davis durante coletiva, teve 7.100 visualizações.

Como já informei no Instituto Flores de Dan, tivemos que ampliar o prazo de observação por conta do baixíssimo número de publicações.

Quadro 20 - Dias das postagens no *Facebook* da Flores de Dan

Flores de Dan					
Período	Total de dias de postagem	Total de postagens	Curtidas	Comentários	Compartilhamentos
23.5.17 a 28.5.16 Total: 360 dias	9	11	29	4	3

Fonte: A autora.

Os dados apontados na pesquisa estão diretamente relacionados com o contexto da instituição. Mesmo sem recursos para os gastos com profissional de Comunicação, e só tendo feito quatro publicações em quase um ano, ainda assim conseguiu 68 curtidas e 69 visualizações.

Das 10 publicações no *Facebook* da Associação das Rendeiras de Petrolina, a que recebeu mais curtidas (8) é de 07.06.16 e é uma foto sobre o projeto *Juventude Periférica em Ação, Sempre!*. Já a que recebeu mais curtidas (12), não tem data e só mostra o grau de avaliação: 4,7 de um total de 5,0. E a matéria que contou com dois compartilhamentos trata sobre a ONU que procura mulheres para ocupar cargos de liderança em operações de paz e missões políticas pelo mundo.

Quadro 21 - Dias das postagens no *Facebook* da Associação das Rendeiras

Associação das Rendeiras de Petrolina					
Período	Total de dias de postagem	Total de postagens	Curtidas	Comentários	Compartilhamentos
21.8.17 a 4.6.17 Total: 44 dias	7	10	16	14	2

Fonte: A autora.

Já Criola, das 27 postagens do *Facebook* a que recebeu mais curtidas, 330, foi postada em 15.08.17 e apresenta o *trailer* do documentário *Enquanto viver, luto*. A segunda mais curtida (209), foi publicada dia 11.08.17 e trata do caso de um pastor que mandou retirar uma boneca africana de uma escola carioca. Apenas duas publicações receberam comentários: a mesma matéria do caso do pastor (15) e outra do dia 27.07.17, que trata da cobertura do Festival Latinidades pela Rede de Ciberativistas Negras.

Já o item compartilhamento recebeu 237 visitas, sendo que a matéria do dia 15.08 *trailer* do documentário *Enquanto viver, luto* ficou com 99, e a do dia 11.08, a mesma que trata do problema do pastor, 79. Já as visualizações chegam a 38.301 e são referentes a nove publicações. As mais visualizadas foram: a do dia 12.8.17 (16.514), de um vídeo sobre histórias de mulheres negras que atuam na área de tecnologia; a outra foi postada no mesmo dia, recebeu 11.736 visualizações e é uma matéria com recurso de imagens, de um protesto de jovens de Pernambuco onde pedem ao Estado políticas públicas.

Quadro 22 - Dados das postagens no *Facebook* da Ong Criola

ONG Criola/RJ						
Período	Total de dias de postagem	Total de postagens	Curtidas	Comentários	Compartilhamentos	Visualizações
18.07 a 18.08.17 Total: 30 dias	9	27	1034	18	237	38.301

Fonte: A autora.

7 LENDO AS POSTAGENS NO FACEBOOK POR MEIO DAS LENTES DAS ESTRATÉGIAS SENSÍVEIS E DA ACD

Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social, onde se encontram as mulheres negras muda-se a base do capitalismo⁶⁴.
(DAVIS, 2017)

A partir da definição metodológica, de fazer uma amostragem aleatória simples de 30% de um total de 109 postagens, desenvolvi as análises, recorrendo, simultaneamente às Estratégias Sensíveis e a Análise Crítica do Discurso (ACD), como categoria de análise. Nesse passo a passo, apresento, neste capítulo, as publicações selecionadas de cada entidade. Em seguida, destaco o tema e, no caso de textos mais longos, as 10 palavras mais usadas na redação e as nuvens e, por último, faço a análise de cada postagem. Para cada instituição, reuni, em um quadro, os destaques das análises.

Abaixo o quadro com o total de matérias e do total selecionado para a amostragem, por cada instituição:

Quadro 23 - Total de postagens por organização

INSTITUTO ODARA	ONG CRIOLA	FLORES DE DAN	ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES RENDEIRAS
De 61 postagens, 20 selecionadas	De 27 postagens, 9 selecionadas	De 11 postagens, 3 selecionadas	De 10 postagens, 3 selecionadas

Fonte: A autora.

7.1 ODARA: ÊNFASE NAS IDENTIDADES, SEXUALIDADES E ESTÉTICA NEGRAS

A 1ª postagem, de 18.07.17, compreende uma matéria e um vídeo, de 8m00s, onde 12 mulheres negras falam, em um jogral, um breve texto: “Vinte e cinco de julho estaremos nas ruas pela vida das mulheres negras”. Já o texto postado é o seguinte:

Chegamos ao “Julho das Pretas”! Continuamos firmes em nosso propósito de nos fortalecermos cada vez mais para lutarmos contra o racismo, o machismo e a misoginia.

⁶⁴ Angela Davis durante palestra na Reitoria da UFBA, 25.07.2017.

Reverenciando o 25 de Julho - Dia da Mulher Afro-latino-americana e Caribenha, a Marcha das Mulheres Negras 2017 traz como tema “Pela Vida das Mulheres Negras”, destacando a necessidade de mais ações coletivas e políticas públicas que visem ao enfrentamento da violência recorrente e sistemática contra mulheres e meninas negras.

Esta data, estabelecida durante o I Encontro de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Afro-caribenhas, realizado em 1992, em Santo Domingo (República Dominicana), celebra as contribuições políticas, intelectuais, econômicas e socioculturais das mulheres negras para o desenvolvimento histórico do continente e reafirma a nossa luta contra a violação de direitos. Ao mesmo tempo, essa conexão entre mulheres negras dá força às vozes femininas na luta pela garantia de direitos.

Segundo o Mapa da Violência - 2015, em apenas 10 (dez) anos, o número de casos de feminicídios envolvendo mulheres negras aumentou 54%, o que mostra o quadro dramático vivido por nós, mulheres negras, no Brasil. Essa situação de violência racista e misógina que se expressa de múltiplas formas: via extermínio, epistemicídio, racismo institucional, lesbofobia, etc. Dia 25 é dia de marcharmos, e é PELA VIDA DAS MULHERES NEGRAS que iremos às ruas.

Juntem-se a nós!

Figura 30 - Print da página do Facebook do Odara (chamada para a Marcha de 25.07.17)

Fonte: Página do Facebook do Odara.

Estado, o enfrentamento de vários tipos de violências: a que mata por tiros; a que mata por falta de assistência médica; a que mata com o desemprego; com a falta de moradia, acesso à educação, etc.

Quando um movimento social mantém uma luta histórica, pela vida humana, e essas ações podem ser entendidas como um contra-discurso, é de se pensar, a partir da ACD e das Estratégias Sensíveis, de que há uma denúncia implícita de que o Estado brasileiro é quem promove, é o responsável por essas violências e mortes. Então, o tema da Marcha das Mulheres Negras, consegue reunir um conjunto de significados e fragmentos discursivos que apontam e criticam um Estado que gera esse tipo de ação nos movimentos sociais populares.

O texto é incisivo, posicionado e é um clamor pelo fortalecimento das lutas contra o racismo, machismo, misoginia, por mais políticas públicas, pela garantia de direitos e pelo fim de feminicídio. Também é informativo com dados históricos sobre o Dia da Mulher Afro-latino-americana e Caribenha e estatísticos sobre o crescimento do número de morte de mulheres negras no Brasil.

A 2ª matéria, que corresponde a 3ª, postada em 19.07.17, é um convite para o V Enlésbi (Encontro de Lésbicas e Mulheres Bissexuais da Bahia), em Salvador, e traz uma ficha para inscrição *online*:

Quer participar? Preencha o formulário e acompanhe as informações pela página do Enlésbi! #VEnlesbi #sapatão #mulheresbissexuais #sapabi #resistência

Enlésbi – 17 de julho de 2017

Boa noite, sapabis!

Nosso brejo de 2017 já tem data e local!

O V Enlesbi irá acontecer nos dias 18 e 19 de agosto no Centro de Treinamento da SDR - Antiga EBDA!

Quer participar? Preencha o nosso formulário e acompanhe as informações aqui pela nossa página! #VEnlesbi #sapatão #mulheresbissexuais #sapabi #resistência

Figura 31 - *Print* da página do Odara no *Facebook* com ficha de inscrição para o Enlésbi

Fonte: Página do *Facebook* do Odara.

Tema: Sexualidades. Convite para o Encontro de Lésbicas e Mulheres Bissexuais da Bahia (Enlésbi).

Análise da postagem a partir da ACD e Estratégias Sensíveis: A nota/convite para o Enlésbi é breve, mas dá pistas sobre um dos agenciamentos do Movimento de Mulheres Negras: sexualidades. Recorre a expressões (gírias) e sinaliza para importância desse mote, na atualidade, como uma afirmação diante de um cenário de exclusão e violências. Por outro lado, a pauta, definidora em termos de lugar de fala, é decorrente de um conhecimento situado e destacado nas estruturas dos feminismos negros: a experiência e, também, é um marco, em termos geracionais, da agenda do MMN.

Analisando o texto, com o apoio da ACD e das Estratégias Sensíveis, há uma intenção de uma equidade, que nega o tratamento preconceituoso de gênero. A pauta, novamente associa afeto, política e ativismo: denúncia o desrespeito a sexualidade e as diferenças, é um convite para um evento e, por sua vez, a militância coletiva. A pauta, traz pedaços de outras narrativas que sinalizam para a solidariedade e enfrentamento das exclusões motivadas pelas identidades sexuais. Aliás, a violência motivada por questões de gênero e sexo aumentou, após as eleições de 2018.

Segundo dados da pesquisa Violência contra LGBT+, com recursos da Fundação Ford, executada pela Gênero e Número, foi desenvolvida com 400 pessoas nas cidades de São Paulo, Rio de

Janeiro e Salvador, mostrou que 51% das pessoas entrevistadas tiveram, pelo menos, um caso agressão desde as eleições de 2018. As mulheres lésbicas são as que mais sofreram violência (57%), em seguida as pessoas trans e travestis (56%), *gays* (49%) e bissexuais (44,5%). O tipo de violência mais recorrente entre os casos foi a verbal (94%). Depois vem: tratamento discriminatório (56%), assédio moral (54%) e violência física (13%). A maioria dos casos (83%) ocorre nas ruas ou espaços públicos, 46% no comércio ou serviço público e 39% no ambiente familiar. Diante dessa pauta do Instituto Odara, do contexto do tema é notório que os afetos e emoções prevalecem nessa área do ativismo das mulheres negras.

Já 3ª publicação, de 19.07.2017, a 5ª postada nesta data, é uma chamada/convite para uma roda de conversa sobre religiosidade e mulheres jovens, e traz uma ficha para inscrição *online*:

#JulhodaPretas #MulheresNegras #TransversaisdoTempo

“MULHERES NEGRAS TRANSVERSAIS DO TEMPO: negras jovens contra o racismo, a violência, e pelo bem viver”.

Se liga, bb!!! Aguarda que vem mais por ai!

Figura 32 - Print da ficha de inscrição para a roda de conversa sobre religiosidade do Odara

The screenshot shows the Facebook page of 'Odara - Instituto da Mulher Negra'. The page has a red profile picture with two yellow circles. The cover photo features a registration form titled 'Inscrição para a Roda de Conversa: Religiosidade e as Negras Jovens'. The form includes fields for 'Email address', 'Nome completo', and 'Idade'. Below the form, there is a 'DOCS GOOGLE.COM' link and a '12' likes count. The right sidebar shows page statistics: 11,902 likes, 12,294 followers, and 154 check-ins. It also lists contact information: phone (71) 3561-2860, website institutoodara.org.br, and a political organization. The page was created on April 11, 2012.

Fonte: Página do *Facebook* do Odara.

Tema: Jovens negras e religiosidade.

Análise da postagem a partir da ACD e Estratégias Sensíveis: A breve chamada não define de que religiosidade o evento se refere. Nesse sentido, pode-se afirmar, apenas, que o mote faz parte do agenciamento das ações políticas do Movimento de Mulheres Negras baianas. O conteúdo de outras postagens, não selecionadas para essa amostra, sugerem que ao trata de religiosidade, Odara quer refletir sobre as religiões de matrizes africanas, onde é marcante a presença feminina e, que, nos últimos anos, tornou-se um dos alvos de intolerância religiosa e racismo.

Seguindo por esse caminho e com o apoio da ACD, se faz necessária uma contextualização, mesmo que breve, sobre religiosidade. Aliás, essa é uma das possibilidades da ACD, sair do texto, ir para o contexto, na busca de elementos que contribuam para uma análise do texto mais consistente.

Intelectuais como Werneck (2018), Bernardo (2005) e Santos (2018b) destacam que as primeiras casas (ilês) de Candomblé – uma das religiões de matriz africana – foram fundadas na Bahia e dirigidas por mulheres, negras, a exemplo da Casa Branca, (Ilê Axé Iyá Nassô Oká), fundada em 1830, o terreiro do Gantóis (Ilê Iyá Omi Axé Yámassê) e Ilê Axé Opô Aponjá. Uma das causas dessa característica decorre da mobilidade das mulheres nas cidades, como o trabalho no comércio. No espaço religioso que também se tornou espaço de cultura, coube as mulheres negras a reprodução e manutenção dessas religiões e, também, os constantes atos de preconceito religioso que, tem crescido vertiginosamente no Brasil, e se manifestado por atos de intolerância religiosa a esses espaços sagrados.

Segundo apurou a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial da Bahia (Sepromi), nos anos de 2017 e 2018 foi registrado aumento de 124% no número de crimes de intolerância religiosa, no estado. Em seis anos, 2.250%. Entre os crimes há casos de invasão a terreiros e agressão física a seguidores/as dessas religiões de matrizes africanas.

Diante de um cenário histórico de rejeição, inclusive, da mídia hegemônica, muitas organizações dos movimentos negro e de mulheres negras priorizam em suas agendas o enfrentamento desse tipo de racismo, o religioso. E, me parece, que essa é uma das intenções

dessa atividade proposta pelo Instituto Odara: refletir com as jovens negras temas de religiosidade.

A 4ª matéria é de 20.07.17, e correspondente a 1ª postagem deste dia no *Facebook* do Instituto Odara. É mais um convite para uma nova roda de conversa, sobre negras jovens, identidade de gênero e sexualidade:

Figura 33 - *Print* da inscrição da roda de conversa sobre identidades e sexualidades do Odara

Fonte: Página do *Facebook* do Odara.

Tema: Jovens negras, identidade de gênero e sexualidade.

Análise da postagem a partir da ACD e Estratégias Sensíveis: O tema da roda de conversa, jovens negras, identidade de gênero e sexualidade é recorrente nas ações do Instituto Odara. Ele integra os pressupostos dos movimentos de mulheres negras e sua postagem sinaliza ser uma demanda forte das iniciativas da instituição, em sintonia com o movimento. Aliás, a 2ª matéria analisada trata dessa pauta.

Por sua vez, a 5ª matéria de 20.07.17, é a 5ª do dia e é mais um convite para uma atividade organizada pelo Instituto Odara:

#JulhodasPretas #MulheresNegras #TransversaisdoTempo

Vem aí os diálogos “MULHERES NEGRAS TRANSVERSAIS DO TEMPO: negras jovens contra o racismo, a violência, e pelo bem viver”.

Negras Jovens: Identidade de Gênero e Sexualidades.

Negras cis e transexuais, de afetividades diversas, conversam sobre identidades de gênero e sexualidades. Estão na roda temas como Visibilidade do Amor Sapatão, Educação sexista e heteronormativa, Intersecção de identidades violadas, famílias negras e diversidade sexual. Senta na roda quem quiser trocar experiências sobre as mulheres e lésbicas negras.

QUANDO: 26 de julho, das 14h às 16h30.

ONDE: Faculdade de Economia da UFBA (Piedade)

Se liga, bb!!! Aguarda que vem mais por aí!

Figura 34 - Card da roda de conversa sobre identidade de gênero e sexualidades

**Mulheres Negras Transversais do Tempo: Negras Jovens
Contra o Racismo, a Violência, e Pelo Bem Viver**

**Negras Jovens: Identidade de Gênero
e Sexualidade**

<p>Jéssica Ipoito Feminista negra, criadora e escritora do blog Gorda&Sapatão estudante do bacharelado em Gênero&Diversidade.</p>	<p>Pauette Furacão Educadora Social e ativista LGBT.</p>	<p>Larissa Nascimento Estudante de Gênero e Diversidade da UFBA.</p>	<p>Valdecir Nascimento Coordenadora Executiva do Odara Instituto da Mulher Negra, Historiadora, Mestre em Educação.</p>
--	---	--	--

26/07 - Tarde (14h às 16h30)

2017

Odara
INSTITUTO DA MULHER NEGRA

Fonte: Divulgação Instituto Odara.

Tema: Identidade de gênero e sexualidades.

Análise da postagem a partir da ACD e Estratégias Sensíveis: A nota produzida pela própria instituição evidencia a recorrência do tema: identidade de gênero e sexualidades e, ao mesmo tempo, a produção de conhecimentos sobre as questões que compreende o espectro das sexualidades. Por outro lado, a incidência do tema nas ações do Instituto Odara, sugere ser uma resposta ao crescimento do feminicídio, operando como uma reação incisiva a uma realidade de violências de gênero e sexismo e, também, uma demanda, principalmente, das jovens negras ativistas.

Um dos itens da chamada, chama a atenção, quando observada pelas Estratégias Sensíveis: “Visibilidade do Amor Sapatão”; porque permite identificar o impacto da rejeição ao amor fora da heteronormatividade e a luta pela dignidade humana. Novamente, recorro a Sodré (2016) quando afirma que o campo da comunicação precisa abarcar os “poderosos dispositivos do afeto”.

A 6ª postagem é de 20.07.17, a 8ª deste dia. É uma breve nota, acompanhada de fotos da coordenadora do programa de comunicação do Instituto Odara, Naiara Leite, falando sobre conjuntura política pela perspectiva das mulheres negras no Encontro de Mulheres Negras do Sertão, em Petrolina/PE.

#JulhoDasPretas #NegrasDoNordeste #NegrasDaAmericaLatina

Figura 35 - Palestra da Assessora de Comunicação do Odara

Fonte: Página do Facebook do Odara.

Tema: Conjuntura política pelo olhar das mulheres negras.

Análise da postagem a partir da ACD e Estratégias Sensíveis: O texto ressalta o ativismo das integrantes do Instituto Odara no caso, a coordenadora de Comunicação do Instituto Odara e, também, o reforço da perspectiva crítica dos feminismos negros, que pela comunicação, faz um balanço da realidade de violências contras as mulheres negras no país. Reflete, também, uma das metas do movimento: o fortalecimento de redes, já que a participação da assessora de Comunicação do Odara, Naiara Leite, é no Encontro de Mulheres Negras do Sertão, em Petrolina/PE. Porém, a postagem não foi suitada e, portanto, não contém dados sobre o conteúdo da conferência, suas singularidades e perspectivas políticas.

A 8ª publicação, de 21.07.17, traz um breve texto acompanhado de um *card* e dispõe sobre mais uma roda de conversa, promovida pelo Instituto Odara, no Julho das Pretas:

#JulhodasPretas #MulheresNegras #TransversaisdoTempo

Figura 36 - Convite para encontro sobre estética negra do Odara

Fonte: Página do Facebook do Odara.

Vem aí os diálogos “MULHERES NEGRAS TRANSVERSAIS DO TEMPO: negras jovens contra o racismo, a violência, e pelo bem viver”.

A estética é política!? Claro que sim, mas há quem diga que não. Como as projeções estéticas de mulheres negras contribuem na luta contra o racismo, o sexismo e as LGBTfobias contra as mulheres negras? Blocos afros, movimento black power, geração tombamento... Quais as contribuições destes movimentos na luta? Isso e outros temas relacionados a estética negra tão na roda!

QUANDO: 26 de julho, das 14h às 16h30

ONDE: Faculdade de Economia da UFBA (Piedade)

Se liga, bb!!! Aguarda que vem mais por ai!

Tema: Estética negra como instrumento da luta antirracista.

Análise da postagem a partir da ACD e Estratégias Sensíveis: A presença na pauta do tema estética negra sugere a existência de uma realidade que nega a diversidade e que estabelece um modelo padrão de beleza que não contempla a estética negra. Portanto, é um contra-discurso político e identitário. Essa questão é reforçada pelo breve currículo de cada participante que tem atuação política e profissional na área: são organizadoras da Marcha do Empoderamento Crespo – uma ação da agenda nacional do MMN – e *designs* de moda. Uma das quatro palestrantes atua na agência de notícias do Instituto Odara.

Novamente, é necessário um passeio pelo contexto, com o apoio das Estratégias Sensíveis e da ACD para entender a emergência dessa pauta. Santos (2018a) defende a ideia de que nos últimos anos as mulheres negras colocaram o tema, estética negra, como uma pauta política, já que na colonialidade negou-se qualquer padrão de beleza que remetesse ao corpo/cabelo de pessoas negras. Essa virada, da negação de um padrão eurocêntrico pela reafirmação de uma estética negra, não é recente. Já nos anos 70 do século XX, os/as ativistas do movimento negro passaram a usar roupas em tecidos africanos, cabelos à *black power*, numa demonstração de identidade negra. Agora, no Brasil, para além das roupas, os cabelos naturais e as tranças nagô não são apenas sinais de modismo, mas de identidade cultural e de ação política.

Por sua vez, a 9ª nota, de 24.7,17, e a 3ª do dia, diz:

Arte negra e feminista com apresentação do Slam das Minas\Ba na abertura da Conferência de Angela Davis: Atravessando o Tempo e Construindo o Futuro da Luta Contra o Racismo. É amanhã (25.07), às 18h, na Reitoria da UFBA, no Canela.

#JulhodaPretas #PoesiadePretas #Odara #SlamDasMinas

Figura 37 - Islam das Minas, Bahia

Fonte: Página do Facebook do Odara.

Tema: Arte negra e feminista.

Análise da postagem a partir da ACD e Estratégias Sensíveis: O breve texto, sobre a apresentação cultural mostra a apropriação cultural como canal de contestação. A presença de jovens negras promovendo um *Slam* (batalha de poesias, no *Hip-Hop*) também aponta para uma inserção de mulheres em um segmento, cultural, complexo, de origem popular, de protesto e, marcadamente, masculino. Também alerta para a escolha feita pelo grupo organizador da palestra da ativista norte-americana Angela Davis, por uma manifestação cultural comprometida com o evento.

Cabe ressaltar que um *Slam* é um momento de mostra poética de jovens e, também, um espaço singular de difusão de ideias, de protestos e de críticas às estruturas sociais, tendo como protagonista uma juventude que vive nas margens, nas periferias das grandes cidades e

das ações governamentais. A presença do Slam das Minas/BA na abertura da palestra de Angela Davis ganha um sentido político e estratégico, que ressalta a dimensão do sensível.

A 10ª postagem, de 25.07.17, é sobre a palestra de Angela Davis na reitoria da UFBA, promovida pelo Instituto Odara, Coletivo Angela Davis e Neim (Núcleo de Estudos Interdisciplinares de Mulheres) da UFBA.

Figura 38 - Print do vídeo da palestra de Angela Davis na Reitoria da UFBA

Fonte: Página do Facebook do Odara.

O vídeo, com mais de duas horas de duração, mostra a chegada de Angela Davis à reitoria da UFBA, quando foi ovacionada por um público, de pé, com mais de 500 pessoas, de maioria negra e de estudantes. Além de saudar as ativistas negras brasileiras, de afirmar que:

[...] o movimento das mulheres negras brasileiras representa o futuro do planeta. As mulheres negras brasileiras têm uma história extensa de envolvimento em lutas pela liberdade. Como tem sido simbolizado, por exemplo, pela Irmandade da Boa Morte. O conceito de Boa Morte nos convida a imaginar a imagem de um futuro melhor. Isso me leva a reconhecer as amplas contribuições das mulheres negras no Brasil e na Bahia no contexto da cultura religiosa. (DAVIS, 2017)

Davis relatou que vem ao Brasil desde 1997, para encontros com ativistas do Movimento de Mulheres Negras. Lamentou o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff; fez referência a virada à direita, tanto nos Estados Unidos como na Europa; a marcha das mulheres em

Washington, que reuniu cinco milhões de pessoas e do movimento Vidas Negras Importam (*Black Lives Matter*). Falou que a liderança feminista negra é, fundamentalmente, coletiva e importante para confrontar a violência de Estado. Davis afirmou que “é necessário enfatizar a condição da mulher negra na perspectiva de gênero e de raça, reconhecendo que também está implicado nisso: classe, sexualidade e gênero, para além da convenção binária” (DAVIS, 2017).

Também enfatizou que:

As mulheres negras estão entre os grupos mais ignorados, mais subjugados e, também, os mais atacados deste planeta. As mulheres negras estão entre os grupos mais sem liberdade do mundo. Mas, ao mesmo tempo, as mulheres negras têm uma trajetória histórica que atravessa fronteiras geográficas e nacionais de sempre manter a esperança da liberdade viva. As mulheres negras representam o que é não ter liberdade sendo, ao mesmo tempo, as mais consistentes na tradição, que não foi rompida, da luta pela liberdade, desde os tempos da colonização e escravidão até o presente. (DAVIS, 2017)

A filósofa citou várias brasileiras e norte-americanas, como Carolina de Jesus, Rosa Park, Luiza Bairros, Angela Figueiredo e Lélia Gonzalez. Disse que discorda da ideia de que os Estados Unidos estão mais avançados na luta contra o racismo, pois, para ela, é mais um exemplo de colonialismo e imperialismo. Declarou que:

Precisamos aprender sobre o poder feminista negro preservado dentro da tradição do Candomblé. Precisamos aprender sobre os movimentos organizados por mulheres negras trabalhadoras domésticas na Bahia e no Brasil. Tive o privilégio de conhecer Marinalva Barbosa, que é a presidente do Sindicato de Trabalhadoras Domésticas da Bahia. Temos muito a aprender com a atividade dessas mulheres. (DAVIS, 2017)

Davis também tratou de uma das suas campanhas internacionais: o sistema carcerário que, segundo ela:

O Brasil tem a quarta maior população carcerária do mundo, estou correta? Sendo a primeira nos Estados Unidos e depois vêm Rússia e China. Os Estados Unidos está aprisionando um quarto da população carcerária de todo o mundo. Se olharmos para a população carcerária feminina, um terço está encarcerada nos Estados Unidos. (DAVIS, 2017)

Completo, dizendo que:

Quando nós trabalhamos e lutamos contra a violência do Estado manifestada através de práticas policiais e de encarceramento, afirmamos que as vidas negras importam, que as vidas indígenas importam. A professora Denise Carrascosa, aqui da UFBA, tem liderado um projeto de mulheres dentro do sistema carcerário chamado *Corpos indóceis e mentes livres*, um projeto

entusiasmante que reúne mulheres encarceradas de tal forma que elas possam dramatizar as suas realidades, as suas vidas. (DAVIS, 2017)

Davis (2017) fez referência sobre mais dois temas: a questão da reprodução da violência, incluindo a violência doméstica e sobre aos contantes esforços para conter a resistência das mulheres negras e convocou a solidariedade das mulheres negras para além das fronteiras nacionais, propôs que o feminismo radical negro decolonial reconheça “as nossas profundas conexões, mesmo a medida em que reconhecemos também nossas contradições”. Encerrou sua palestra com a frase: “porque mulheres negras representam uma possibilidade real de esperança na liberdade”.

Tema: Palestra de Angela Davis: Atravessando o Tempo e Construindo o Futuro da Luta Contra o Racismo.

Análise da postagem a partir da ACD e Estratégias Sensíveis: Angela Davis fez um discurso politicamente situado contra-hegemônico, centra o modelo neoliberal, contra o racismo, sexismo, contrário a divisão das classes sociais. Apresentou uma narrativa onde evidencia um conhecimento sobre o movimento de mulheres negras brasileiras; sobre o sistema carcerário brasileiro, de questões culturais e que envolvem as religiões de matriz africana no Brasil.

Enfatizou a solidariedade além-fronteiras e conclamou as mulheres negras para continuarem assegurando a esperança e criticou a postura colonialista dos EUA. Não se pode descontextualizar sua fala dos cenários, político e econômico do país, já que a palestra ocorreu logo após o *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff.

Tendo como recursos de análise as Estratégias Sensíveis e ACD é, para além da narrativa de Angela Davis, no campo do sensível e do simbólico, que a presença dessa ativista negra se solidifica. Angela Davis, é um mito vivo, construído por uma trajetória de enfrentamento das forças conservadoras e racistas norte-americanas. Desse lugar de fala seu discurso provoca uma reação, uma emoção singular na plateia que segundo Damásio (2012) é do afeto que emerge a razão.

A 11ª primeira postagem, também de 25.07.17, é um vídeo da Marcha das Mulheres, em Salvador/ BA que teve a seguinte chamada:

Ato pela Vida das Mulheres Negras em Salvador!

#JulhodaPretas #ParemdeNosMatar

Figura 39 - *Print* do vídeo da Marcha das Mulheres Negra da Bahia

Fonte: Página do *Facebook* do Odara

Tema: Ato público pela vida das mulheres negras.

Análise da postagem a partir da ACD e Estratégias Sensíveis: O audiovisual mostra a caminhada, a presença de mulheres negras, de gerações distintas, a fala de algumas delas mais enfáticas no sentido do fortalecimento da luta, de denúncias e chamadas para o enfrentamento de práticas de exclusão tanto do meio social como institucional. O tema, pela vida das mulheres negras, e o tipo de atividade, uma caminhada pública, sinalizam para uma explícita intenção de sensibilizar a sociedade para um grave problema.

A 12ª publicação é a 3ª do dia 26.07.17 trata de uma atividade organizada pelo Instituto Odara no mês de julho, denominado de o Mês das Pretas, sobre estética, com estilistas negras baianas. Tem uma pequena nota e fotos do evento:

Roda de Mulheres Negras Transversais do Tempo: Uma estética para a luta com Ana Paula Rosário, Naira Gomes, Samira Soares e Mada Negrif.

Tema: Estética, estilistas negras.

Análise da postagem a partir da ACD e Estratégias Sensíveis: A postagem é de um evento já anunciado na conta do *Facebook* do Instituto Odara, sobre estética negra. Não tem uma matéria auxiliar, informando sobre o desenrolar da atividade. Limita-se a um conjunto de sete fotos da realização da oficina. Como já tratei na análise da 7ª postagem.

A 13ª postagem é a 6ª de 26.07.17, e é acompanhada de fotos do evento:

Mulheres Negras Transversais do Tempo: Jovens Negras na Luta Contra o Racismo Pelo Bem Viver.

As Rodas de Diálogos aconteceram pela manhã e pela tarde tem mais 🙌👌😊❤️Venha!!

Onde? Faculdade de Economia da UFBa

#JulhodaPretas

Tudo nosso!!

Figura 40 - Print da roda de conversa sobre estética negra do Odara

Fonte: Página do *Facebook* do Odara.

Tema: Juventude negra.

Análise da postagem a partir da ACD e Estratégias Sensíveis: Além de conteúdo informativo, sobre o evento *Mulheres Negras Transversais do Tempo: Jovens Negras na Luta Contra o Racismo Pelo Bem Viver*, a postagem não contém narrativas que contribuam para uma análise mais densa. Porém, o título da atividade informa a relação direta da atividade com a luta das mulheres negras contra o racismo e pelo projeto Bem Viver, temas presentes na base dos repertórios dos feminismos negros.

Mais uma vez, as Estratégias Sensíveis e a ACD corroboram na análise. Como demonstrei no 5º capítulo desta tese, a proposta do Bem Viver, segundo Acosta (2011), emerge, como uma crítica e alternativa, ao conceito de bem-estar eurocêntrico, alimentado por um discurso de desenvolvimento cujas raízes estão no colonialismo e em ações excludentes. Nesse sentido, o projeto de Bem Viver transporta uma intenção de desconstrução da continuidade de práticas advindas da matriz colonial que se alimenta da democracia, da diversidade cultural, política e ecológica, etc. Numa explícita demonstração de afetos permeando o fazer político.

A proposta emerge, principalmente, de países andinos, como uma crítica ao conceito de bem-estar eurocêntrico, alimentado por um discurso de desenvolvimento cujas raízes estão no colonialismo e ações excludente. Segundo Acosta (2011) a proposta, em construção e em meio a uma crise dos países colonizadores europeus, pode servir como uma mudança de paradigma.

Por sua vez, a 14ª publicação, é a 1ª feita no dia 28.7.17 e é um vídeo de 26'32 que trata do lançamento do Coletivo de Mulheres Negras Abayomi⁶⁵. Tem imagens de algumas das falas durante o lançamento do Coletivo, em Salvador/BA, uma organização de mulheres negras baianas. A gravação tem duas falas de ativistas: de Zelinda Barros, do Coletivo Ângela Davis e da jornalista Iuana Sena. Ambas reforçam a ideia da importância do surgimento de mais uma organização, que contribuirá para o fortalecimento do Movimento de Mulheres Negras; que esse movimento vem da sociedade civil, do meio urbano como do rural, a exemplo das comunidades quilombolas; de instituições, como das universidades; e que o Coletivo Abayomi também representa o fortalecimento e maior visibilidade de um movimento

⁶⁵ <<https://www.facebook.com/OdaraInstitutoDaMulherNegra/videos/1401553269898371/>>

singular, pautado pela solidariedade, pelos afetos e respeito a ancestralidade. Iuana Sena cita a comunicação como um meio necessário para essas articulações.

Figura 41 - *Print* do vídeo de lançamento do Coletivo de Mulheres Negras Abayomi

Fonte: Página do *Facebook* do Odara.

Tema: Lançamento em Salvador/BA, do Coletivo de Mulheres Negras Abayomi.

Análise da postagem a partir da ACD e Estratégias Sensíveis: O vídeo registra só uma parte do evento. Nesse trecho, os discursos das mulheres que ocupam a mesa de abertura, são pontuados por ideias de coletividade, solidariedade, troca de afetos e fortalecimento da luta contra as exclusões, em especial, as de raça e gênero. Um tema que foi apontado por algumas das palestrantes foi a importância da parceria entre as universidades públicas e o Movimento de Mulheres Negras que, no caso da Bahia, tem resultado em pesquisas, ofertas de cursos de formação e lançamento de livros.

Não há um discurso mais incisivo ou cujo conteúdo se destaque, dos demais. São falas “alinhadas”. Nos discursos, há breves avaliações otimistas que apontam para o crescimento do Movimento de Mulheres Negras. Inclusive, Valdecir Nascimento, coordenadora do Instituto Odara, aproveitou a ocasião para informar que a transmissão, pela TVE/BA, da palestra da filósofa e ativista norte-americana, Angela Davis, ocorrida três dias antes, em 25.07.17, na reitoria da UFBA, teve um pico de audiência e chegou a 800 mil visualizações pela *internet*.

A 15ª postagem de 28.07.17, que é a 4ª publicação da data, é um conjunto de fotos do evento de lançamento do Coletivo de Mulheres Negras Abayomi.

Figura 42 - Lançamento do Coletivo de Mulheres Negras Abayomi

Fonte: Página do *Facebook* do Odara.

Tema: Lançamento do Coletivo de Mulheres Negras Abayami.

Análise da postagem a partir da ACD e Estratégias Sensíveis: As quatro fotos, conseguem transmitir a ideia de que o evento contou com um bom público, majoritariamente, de mulheres de gerações distintas. A decoração da mesa, tem um arranjo simbólico que faz referência ao nome da instituição: um conjunto de bonecas Abayomi, que em Iorubá significa ‘encontro precioso’. Segundo a tradição, essas bonecas são confeccionadas de pedaços de tecidos, sem costuras, o que pode ser lido como a possibilidade criativa de construção de novas redes de sociabilidade e ativismo e, também, de resistência. Afinal, essas bonecas passaram a ser confeccionadas por mulheres africanas escravizadas e essa produção funcionava como uma terapia e momento de introspecção e de construção de sonhos, de liberdade.

A 16ª postagem ocorreu em 31.07.17, e é um álbum de fotos da Feira de Mulheres Negras Empreendedoras, mais um evento do Julho das Pretas.

Figura 43 - Evento Feira de Mulheres Negras Empreendedoras do Odara

Fonte: Página do *Facebook* do Odara.

Tema: Empreendedorismo de mulheres negras.

Análise da postagem a partir da ACD e Estratégias Sensíveis: A postagem, que leva o título Feira de Mulheres Negras Empreendedoras, traz poucos elementos textuais para análise. Porém, a inclusão do tema na pauta de atividades do mês de julho de 2017, o Mês das Pretas; diante de um contexto de exclusão das mulheres do mercado de trabalho, pode-se pensar que a programação reforça a proposta do trabalho dentro da lógica do empreendedorismo, defendida, também, pelo neoliberalismo, diante do esgotamento da oferta de empregos e desrespeito e redução das garantias trabalhistas.

Esse caminho, aliás, tem sensibilizado, principalmente, a juventude negra brasileira que tem criado *startups*, em várias áreas, como alimentação, comunicação, tecnologia, bonecas de pano, vestuário, livraria e estética. Em 2015, por exemplo a maioria dos novos empreendedores foi negra e, nesse universo, as mulheres negras se destacaram. Os movimentos negros e de mulheres negras tem estimulado essa iniciativa por meio de debates, formações. Na maioria das grandes capitais brasileiras ocorrem feiras com esses/as novos/as empresários/as. Por essa ótica nota-se o estímulo do Instituto Odara ao empreendedorismo de mulheres negras, vista como uma possibilidade de inserção e ascensão social e econômica desse grupo.

A 17ª publicação, de 31.07.17, a 5ª do dia, é uma nota e um álbum de fotos do evento Jovens Negras uma Estética na Luta:

“A estética é política!? Claro que sim, mas há quem diga que não. Como as projeções estéticas de mulheres negras contribuem na luta contra o racismo, o sexismo e as LGBTfobias contra as mulheres negras? Blocos afros, movimento black power, geração tombamento... Quais as contribuições destes movimentos na luta? Isso e outros temas relacionados a estética negra foram debatidos na roda! Com: Madela Negrif, Naira Gomes, Samira Soares e Ana Paula Rosário”.

Figura 44 - Print da roda de conversa sobre estética negra do Odara (1)

Fonte: Página do Facebook do Odara.

Tema: Estética negra como ato político.

Análise da postagem a partir da ACD e Estratégias Sensíveis: A postagem tem um título afirmativo Jovens Negras uma Estética na Luta define o ponto de partida da questão que envolve estética negra e que coloca, em termos de narrativas, essa questão em pé de igualdade com outras pautas da agenda política do MMN. Demonstra uma autoafirmação de um lugar de fala de onde emergem vozes das ‘margens’, que enfrentam o racismo e sexismo e a lesbofobia: blocos afros, movimento *Black Power*, geração tombamento... Quais as

contribuições destes movimentos na luta?” O tema, estética negra como ato político, foi tratado na 8ª postagem da Ong Odara.

A 18ª postagem, de 31.07.17, a 9ª do dia, traz uma nota e um álbum com 17 fotos da Roda sobre identidades de gênero:

Negras cis e transexuais, de afetividades diversas, conversam sobre identidades de gênero e sexualidades. Estão na roda temas como Visibilidade do Amor Sapatão, Educação sexista e heteronormativa, Intersecção de identidades violadas, famílias negras e diversidade sexual. Senta na roda quem quiser trocar experiências sobre as mulheres e lésbicas negras. Com: Paulette Furacão, Jessica Ipólito e Larissa Nascimento.

Odara - Instituto da Mulher Negra adicionou 17 novas fotos ao álbum "Negras Jovens: Identidade de Gênero e Sexualidades" - em Faculdade de Economia da UFBA.

Figura 45 - Print da Roda de Conversa sobre identidade de gênero e sexualidades (2)

Fonte: Página do Facebook do Odara.

Tema: Identidades de gênero.

Análise da postagem a partir da ACD e Estratégias Sensíveis: Nesse grupo de 20 publicações do Instituto Odara, essa é a 5ª que enfatiza questões de identidades de gênero e de

sexualidades, reforçando uma narrativa aqui considerada como uma das pautas que lidera a ação do MMN.

Ou seja, a partir dos pressupostos dos feminismos negros, a experiência vivida no campo das sexualidades, se mostra como um contra-discurso emergente e contundente. A incidência de postagens com esse tema demonstra a urgência dessa discussão, ação e proposições do movimento de Mulheres Negras. Afinal, as violências registradas nas relações sociais, com o agravamento dos casos de agressões de direitos, como o direito a sexualidade, provocam uma reação forte dos grupos reprimidos. O tema, está muito presente nas postagens do Instituto Odara.

A 19ª matéria, postada em 02.08.17, é uma carta manifesto:

Leia na íntegra a carta manifesto do II Encontro de Negras Jovens Feministas.

#2ENNJF #VamosTodas #NegrasFeministasNoPoder

Cientes de que “nossos passos vêm de longe”, damos continuidade ao legado deixado pela Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver (1), na luta contra o racismo, sexismo, lesbofobia, transfobia e todas as formas de discriminação. Somos jovens negras no caminho construído por nossas mais velhas, onde pisamos respeitosamente chamando outras de nós para essa luta incessante, de modo a colaborar nos futuros caminhos que também abriremos para as que estão chegando, as que irão chegar. Se considerar negra jovem feminista é se identificar com o pensamento feminista negro na sua concepção e ativismo político. Queremos dialogar com as várias experiências de nos identificarmos como negras jovens feministas. Oportunidade para criar estratégias de ações conjuntas, comunicação e conhecimento, na criação de uma rede.

Somos adolescentes, jovens, lésbicas, bissexuais, heterossexuais, transsexuais; moradoras das favelas em palafitas às quebradas periféricas de centros urbanos; somos mães; somos dos quilombos em áreas rurais, somos do campo, das florestas e das águas; somos pescadoras, artesãs, empreendedoras multifacetadas; somos influenciadoras digitais, somos slammers, grafiteiras e pixadoras; somos estudantes de ensino médio e de graduações na luta pela sobrevivência nas instituições (públicas e privadas) de ensino; somos produtoras

culturais fazendo festas para a juventude existir em espaços feitos por nós e para nós; somos a Geração Tombamento que se orgulha das tranças e blacks coloridos e que não foge ao enfrentamento; somos as pensadoras de uma nova perspectiva do cinema nacional que abala a hegemonia; somos artistas visuais produzindo materiais assinando nossa presença coletiva no Mundo modificando os espaços em que passamos; somos tatuadoras, escritoras, locutoras de nossas narrativas dissidentes ancoradas na ancestralidade vívida em nós; somos também aquelas mais distantes dos movimentos sociais organizados, pois nossas presenças nem sempre são tão acolhidas quanto desejamos; estamos em coletivos nas escolas e fora delas, articulando organizações autônomas: na internet ou no bairro, nós temos nos encontrado de diferentes formas e nos fortalecido mutuamente.

Estamos em organizações não-governamentais fazendo a ponta de lança para projetos que de fato olhem para a realidade brasileira que é toda enegrecida. Estamos nas universidades graças à toda dedicação e empenho dos movimentos negros e movimentos de mulheres negras que nunca desistiram de exigir reparação e restituição do que nos foi espoliado tempos atrás. No entanto, sobreviver ao espaço cativo da branquitude não é fácil e nós estamos morrendo: do epistemicídio teórico ao suicídio do corpo jovem; estamos morrendo de solidão, de estresses, de cansaço por ter de provar todos os dias que somos dignas de estarmos ali. Estamos debilitadas pela ausência eficaz dos auxílios estudantis, onde simplesmente fica inviável permanecer até o final do curso. Mesmo sabendo das péssimas condições do ensino público, não desistimos e com muita resistência conseguimos fazer a política de cotas para pessoas pretas, pardas, quilombolas e indígenas nas Universidades públicas brasileiras, concretizando uma luta longínqua que, ainda com essa vitória, está longe de acabar. As universidades onde antes éramos só o suspiro da exceção, hoje esperamos ser a regra. Esse é o nosso desejo: acessar educação de qualidade e gratuita, mas ainda padecemos da negligência com que o Estado trata as escolas estaduais, bem como em âmbito municipal raramente chega a ser diferente. Fomos lideranças das ocupações nas escolas públicas do país no final de 2015 e que espalhou-se pelas cidades brasileiras contra a PEC 241 e o fechamento das escolas. Nossos passos vêm de longe e vem de perto: das nossas amigas e vizinhas, das nossas primas, irmãs e tias; nossas mães, aquelas que nem sabem o que é comunismo, mas sempre que precisam dividem o arroz com as vizinhas.

Temos uma perspectiva específica sobre a situação política no país que só é possível pelo fato de sermos parte baixa da pirâmide de exclusão que ainda se mantém firme e repetitiva

nas estatísticas. Não aguentamos mais enterrar mulheres vítimas de feminicídios! Não existe remédio suficiente que expurgue a dor de não poder decidir sobre a própria vida e ser tutelada por um Estado omissivo e violento que decide quem morre e quem não morre. Na maioria dos casos, nós sempre morremos. Não há vacinas nem métodos contraceptivos para nos serem ensinados, pois ainda somos vistas com pouca ou nenhuma humanidade. E a prova cabal dessa afirmação são as tantas negras jovens, sobretudo na Região Amazônica e no Nordeste do país, que sofreram as consequências da epidemia do Zika Vírus, que poderia se chamar também “epidemia do racismo ambiental e correlatos”, limitando nosso acesso à água potável e saneamento básico que ainda são itens que muitas de nós não chegamos a usufruir. Além do racismo institucional que nos barra em qualquer unidade de saúde quando botamos o pé na entrada, são muitos os apontamentos para onde devemos enfrentar e exigir restituição e garantia de nossos direitos. Por isso que continuamos em marcha: para que possamos encontrar outras negras jovens pelo caminho. Marchamos para que esta mobilização continue, incansavelmente, pelo fim do racismo, do machismo, da lesbo-bi-transfobia, das violências vindas do patriarcado que sofremos e contra as quais resistimos, por inspiração de Dandara e todas de que somos herdeiras.

Para encurtar distâncias, realizaremos o 2º Encontro Nacional de Negras Jovens Feministas em Setembro de 2017, para nos enxergar e conversar, debater politicamente a respeito da conjuntura política pela nossa perspectiva, falar da continuidade do novo pacto civilizatório iniciado em 2015 na Marcha das Mulheres Negras, falar de feminismos e formas de resistência à ofensiva ultra-conservadora racista. Convidamos todas as negras jovens feministas, que estão conhecendo agora o que é feminismo e direito das mulheres; convidamos as ativistas já engajadas na luta há mais tempo; convidamos artistas que refletem seu tempo e sabem da importância de ser um corpo político ativo; convidamos estudantes secundaristas e universitárias; bem como queremos estar com as que não puderam estudar, com as que estão desempregadas, com as que ainda não sabemos o nome. Junte-se a nós nesse encontro! Será de extrema importância nossa conexão ativada por esse momento presencial dando o fôlego e esperança da qual precisamos para continuar lutando.

Tema: O documento contextualiza a compreensão das jovens negras dispostas a criar uma rede de ativistas jovens negras, pertencentes a uma ampla diversidade social e econômica; de identidades e sexualidades diversas, que denunciam a qualidade dos serviços, por exemplo, de

olhar para o passado para construir o futuro. Nesse sentido, ressalta a ancestralidade e a solidariedade. Uma frase, no meio do texto, é um grito de intolerância à violência contra as mulheres: “Não aguentamos mais enterrar mulheres vítimas de feminicídios!”

Ou seja, reforça a ideia de enfrentamento da violência contra as mulheres e jovens negros, mostra a origem dessas violências e exigem direito à sexualidade. O documento é um amplo fragmento de vários discursos que juntos, compõem a pauta do MMN. No final do texto, chama a população para o ativismo, como forma de oxigenar e trazer esperança ao movimento. Mais, uma vez, os afetos, se associa as iniciativas políticas.

Um dado que chama a atenção diz respeito à expressão Bem Viver, que aparece com frequência nas publicações do Instituto Odara, sem, no entanto, estar acompanhada por informações sobre o seu sentido, de contraposição, de uma crítica latino-americana ao conceito de bem-estar eurocêntrico, associado a uma ideia de desenvolvimento colonialista.

Por sua vez, a 20ª publicação, de 18.08.17, traz um conjunto de sete fotos do Enlésbi (Encontro de Lésbicas e Mulheres Bissexuais da Bahia):

#Odara #Enlesbi #SapasBi

Figura 46 - Atividade do Enlésbi/BA

Fonte: Página do Facebook do Odara.

Tema: Encontro de Lésbicas e Mulheres Bissexuais da Bahia.

Análise da postagem a partir da ACD e Estratégias Sensíveis: A postagem sobre o Encontro de Lésbicas e Mulheres Bissexuais da Bahia, que em outras publicações informavam que o evento aconteceria nos dias 18 e 19 de agosto de 2017, em Salvador/BA. A postagem não tem informações sobre pauta, número de participantes, palestrantes, objetivos, etc., apesar de ser um tema prioritário da agenda do ativismo das mulheres negras. Mas reforçam a intenção do Instituto Odara em reverter uma realidade permeada pelas exclusões.

Quadro 24 - Análise Crítica do Discurso (ACD) do Instituto Odara

DADOS DA ACD DE ODARA
<ul style="list-style-type: none"> • As postagens selecionadas do Instituto Odara demonstram o alinhamento político e ideológico com a agenda do ativismo de mulheres negras, brasileiras e latino-americanas; • Os textos são fragmentos de discursos contra-hegemônicos e enfatizam a necessidade de fortalecimento do movimento. Apenas uma nota cita uma palestra sobre conjuntura política e mulheres negras, mas não informa o conteúdo da fala; • Há uma transparente e insistente preocupação com as discussões sobre identidades e sexualidades e, também, estética negra; • Nota-se que os textos são dirigidos a um grupo que já conhece e dialoga com a instituição; • Há postagens com poucas informações o que dificulta uma análise mais densa. • O item comunicação, como área de atuação, pouco aparece nas postagens selecionadas para análise; • Há uma presença marcante de ações voltadas para, ou com jovens negras; • Há muitas referências ao Bem Viver, mas nenhuma postagem sobre o tema; • Nas duas nuvens as palavras que mais aparecem são: negras, mulheres, racismo, feministas, políticas e direitos.

Fonte: A autora.

7.2 FLORES DE DAN, ATIVISMO NO CAMPO DOS AFETOS

Do Instituto Flores de Dan, selecionei três matérias postadas em: 23.05.2017; 24.11.2016 e 03.06.2016.

A 1ª postagem, de 23.05.2017, trata da participação de integrantes da organização em um projeto que envolve várias linguagens visuais e mulheres.

Figura 47 - Matéria do Facebook de Flores de Dan

Fonte: Acervo Flores de Dan.

Ver nossas belezas, estar juntas, trocar. Ficar mais fortes. Como parte integrante do projeto Cartografando Afetos, no último domingo, dia 21 de maio, parte das mulheres que participaram do vídeo e do bate papo posaram para as lentes de Priscila Fulô, no Espaço Cultural D'Venetta, para um encontro que rendeu imagens, riso e trocas. Aos poucos estaremos por aqui, partilhando esses instantes capturados.

Cartografando Afetos envolve fotografia, teatro, audiovisual, artes visuais, palavra, numa criação artística de Mônica Santana e Priscila Fulô, com produção da Giro Planejamento Cultural e realização da Crioula Comunicação. Este projeto foi contemplado no Edital de Culturas Identitárias do Fundo de Cultura do Estado da Bahia”.

Tema: Beleza, afetos, solidariedade entre as mulheres.

As 10 palavras destacadas pela nuvem: cultural (4); cartografando (2); identitárias (2); projeto (2); afetos (2); trocas (2); comunicação (1); mulher (1), partilhando (1) e belezas (1).

Ilustração 5 - Nuvem de palavras da 1ª matéria da Flores de Dan

Fonte: A autora.

Análise da postagem a partir da ACD e Estratégias Sensíveis: O texto sobre o projeto Cartografando Afetos, que conta com a participação das integrantes do Instituto Flores de Dan, envolve fotografia, percorre os terrenos dos afetos, dos sensíveis. Foi redigido de forma leve para enfatizar o lúdico, a importância dos encontros pautados por uma narrativa cultural, porém engajada. A foto, por sua vez, com 10 mulheres e uma criança, visibiliza jovens negras, possivelmente produzidas para a sessão de fotos, dentro de uma estética negra, portanto, política, identitária e cultural. A nota é breve, informativa, e opera como um sopro de autoestima. No entanto, não usa a palavra “negra”, ou “mulher negra”.

A 2ª nota/card foi postada em 24.11.2016, e é um convite informando que:

“Quem nunca viu venha ver! Molhar as palavras dentro do mar. A Tatiana Nascimento veio de Brasília especialmente pro rolê. Vai ser 10h30 e com quem chegar a gente toma uma cervejinha, come um peixinho vai "poetizar". Só conto o nome da praia pra quem for colar. #maisamorentrenos”

Figura 48 - Convite da oficina de poesia no mar

Fonte: Divulgação Flores de Dan.

Tema: Oficina poética no mar, para mulheres.

Figura 49 - Nuvem de palavras da 2ª matéria da Flores de Dan

Fonte: A autora.

As 10 mais palavras: mais amorentenos (1); cervejinha (1); peixinho (1); poetizar (1); molhar (1); gente (1); conto (1); praia (1); rolê (1) e mar (1).

Análise da postagem a partir da ACD e Estratégias Sensíveis: O texto do convite para um encontro de poesia de mulheres, no mar, flerta com a literatura, possivelmente, usada estrategicamente, para sensibilizar as participantes ou pode ser uma narrativa que procura uma

aproximação com a convidada, a poetisa Tatiana Nascimento, brasileira e um dos expoentes da literatura negra brasileira da atualidade. Mesmo breve, é um texto que enfatiza as emoções, que convida às mulheres a um lazer diferenciado.

O que demonstra, pela ótica da ACD e Estratégias Sensíveis, que é um texto que foi desenvolvido dentro do campo das emoções. Opera como um acolhimento, às mulheres. Nesse texto, novamente a expressão “negra”, não aparece. Mas ao refletir sobre o contexto histórico, sobre as fotos das atividades da Flores de Dan, nota-se a presença marcante de mulheres negras. Essas, as que mais cuidam do /a ‘outro/a’, as que têm uma carga horária de trabalho maior em relação a outros grupos sociais e ainda, convivem com as intersecções de exclusões de diversas fontes.

Por outro lado, o texto, mesmo sendo produzido pela entidade não contém dados, típicos de um texto jornalístico, como o número de participantes, custos, contato para inscrição, etc. O texto sugere ser um evento dirigido a um público já conhecido da Flores de Dan.

A 3ª postagem é de 03.06.16, e é um *card*/convite para o 2º Encontro de Autocuidado e Segurança de Ativista:

Figura 50 - Card de encontro de autocuidado

Fonte: Divulgação Flores de Dan.

Tema: Atenção à saúde das mulheres negras.

Análise da postagem a partir da ACD e Estratégias Sensíveis: A atividade que leva o nome *Sewá Mendê*, um grupo étnico de Serra Leoa (África), demonstra a existência de uma realidade onde as mulheres são cuidadoras ‘do outro’, seja esse outro, a sua própria família ou não. E por conta dessa situação, não têm tempo para dedicarem a si próprias. Seja em termos estéticos ou de saúde. Assim, a iniciativa busca contribuir na reversão desse cenário e demonstra essa atenção, por meio de um evento que cujo conteúdo discursivo está associado, diretamente, no campo dos afetos.

É um convite dirigido a ativistas e opera como um alerta para o problema. Mesmo sem recorrer a um tipo de texto mais “militante”, as narrativas apontam para uma crítica aos fatores que motivaram essa situação. Nota-se que o texto não faz nenhuma dualidade entre a razão e a emoção. Ambas estão amalgamadas, como propõe Sodré (2016) e Damásio (2012). O texto, elaborado a partir do campo dos afetos para demonstrar uma intenção de reversão de uma realidade dada e, segundo Sodré (2016), indicam para a necessidade do campo da comunicação evitar conceitos desatualizados. Nesse sentido, as Estratégias Sensíveis, apelam para a produção de um conhecimento mais imbricado com as práticas culturais da atualidade.

Quadro 25 - Análise Crítica do Discurso (ACD) da Flores de Dan

DADOS DA ACD DE FLORES DE DAN
<ul style="list-style-type: none"> • As três postagens analisadas são produções da própria instituição. As três mensagens são de eventos politicamente engajados, cujo núcleo comum é o campo dos afetos, da solidariedade; • A presença da categoria gênero é basilar; • Em nenhuma das publicações há referência à mulher negra; • Porém, a foto da 1ª matéria e o <i>banner</i> da última postagem analisada mostram, apenas, mulheres negras; • As postagens têm conteúdos discursivos contrários aos vários mecanismos que geram a exclusão de mulheres, causam danos a saúde física e mental, mas sem uma ênfase política e ideológica mais firme; • Nas duas nuvens, as palavras que mais aparecem foram: cultura, identitárias, afetos, trocas, comunidade e mulher.

Fonte: A autora.

7.3 RENDEIRAS: EMPREGO, CULTURA E CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

Foram três postagens selecionadas para análise e publicadas na página do *Facebook* da Associação das rendeiras nos dias: 26 de julho de 2017; 7 de junho de 2017 e 25 de maio de 2017.

A 1ª é a reprodução de um texto da Organização das Nações Unidas (ONU):

“ONU procura mulheres para cargos de liderança em operações de paz e missões políticas pelo mundo”.

A ONU relançou o Banco de Talentos de Mulheres Experientes (Senior Women Talent Pipeline, em inglês), que se insere nos esforços iniciados pelo ex-secretário-geral Ban Ki-moon de aumentar a participação de mulheres em cargos de liderança. O atual secretário-geral, António Guterres, assumiu o compromisso de alcançar a igualdade de gênero nas operações de paz das Nações Unidas até 2026.

Figura 51 - Matéria da ONU no *Facebook* da Associação das Mulheres Rendeiras

Fonte: *Facebook* da Associação das Mulheres Rendeiras.

Uma chilena da força de paz da ONU no Haiti, a MINUSTAH, realiza trabalhos de engenharia em Cité Soleil, na capital Porto Príncipe, com a segurança fornecida por militares brasileiros. Foto: Victoria Hazou/ONU/MINUSTAH

A ONU relançou o Banco de Talentos de Mulheres Experientes (Senior Women Talent Pipeline, em inglês), que se insere nos esforços iniciados pelo ex-secretário-geral Ban Ki-moon de aumentar a participação de mulheres em cargos de liderança (níveis D-1 e D-2). O atual secretário-geral, António Guterres, assumiu o compromisso de alcançar a igualdade de gênero nas operações de paz das Nações Unidas até 2026.

A ONU busca mulheres talentosas, qualificadas, íntegras e identificadas com os valores da Organização, que venham de indústrias, instituições governamentais e organizações da sociedade civil, para ocupar cargos de direção e chefiar operações de manutenção da paz e missões políticas especiais globalmente.

As candidatas devem possuir diploma de mestrado ou equivalente, fluência em inglês e pelo menos 15 anos de experiência em diversas áreas como assuntos civis e políticos, informação pública, Estado de Direito, instituições de segurança e apoio e suporte na missão.

Candidatas bilíngues em inglês e francês ou inglês e árabe são altamente procuradas, pois muitas das missões estão localizadas em países de língua francesa e árabe. Devem também ter disponibilidade para trabalhar em operações de campo no exterior, muitas das quais estão localizadas em locais de trabalho em que não podem ser levados dependentes ou familiares.

Entrar no Banco de Talentos não assegura a incorporação imediata, mas permite receber atualizações constantes sobre novas vagas nas missões, bem como orientação sobre o processo seletivo.

A plataforma permitirá criar uma rede de mulheres conectadas e informadas sobre as operações de paz da ONU em relação a novas oportunidades, suporte de aplicação e avaliação, discussões, melhores práticas na indústria, treinamentos e outros debates.

As candidaturas ou nomeações devem ser feitas através do site <<https://www.impactpool.org/un-peace-operations/swtp>>.

Tema: ONU oferece vagas para mulheres para alcançar a equidade de gênero em suas operações.

Figura 52 - Nuvem da 1ª matéria da Associação das Mulheres Rendeiras

Fonte: A autora.

As 10 palavras destacadas pela nuvem: ONU (24); nova (12); compartilhar (11); mulheres (10); Brasil (8); operações (6); paz (6); direitos (5); segurança (4) e afrodescendentes (2).

Análise da postagem a partir da ACD e Estratégias Sensíveis: A matéria fala das metas da ONU em promover a equidade de gênero nas suas contratações. Ou seja, mostra que, na verdade, não existe esse equilíbrio, uma das reivindicações histórica do movimento feminista. As exigências para a seleção, como a da interessada ter Mestrado, ter 15 anos de experiência e ser fluente, pelo menos, em inglês e francês, apesar de necessárias, tornam-se eletivas quando se fala do universo brasileiro, em relação à escolaridade das mulheres negras, embora nas Ong's existam profissionais capacitadas.

Nesse sentido, tendo como pano de fundo de análise as Estratégias Sensíveis e a ACD, a matéria possibilita refletir sobre o contexto histórico, permeado de exclusões, no mercado de trabalho, que atingem as mulheres como um todo e, de forma diferenciada às mulheres negras, já que o racismo, ao se manter atuante, diminui as possibilidades de um número maior de mulheres acessarem o ensino superior, ser bilíngue, etc.

Assim, o texto não esconde as disputas de classe, as barreiras que alimentam desigualdades mesmo entre um mesmo grupo, o das mulheres, por conta de intersecções distintas, mesmo, sem aprofundar essa discussão. Aliás, aqui nesta tese evidenciamos dados estatísticos oficiais que apontam para as brechas entre mulheres brancas e negras, homens brancos e homens negros, no acesso à educação e mercado de trabalho.

A 2ª matéria, de 07.06.2017, trata do projeto Fogo de Munturo:

“Juventude periférica em ação, sempre!!!

"O Projeto/Banda Fogo no Munturo é uma iniciativa popular que pretende interagir com os jovens da periferia. O Projeto vai muito além da música, em parceria com a Associação das Mulheres Rendeiras e o Ponto de Cultura As Histórias dos Heróis do Povo Negro que ficam no bairro José e Maria.

A Fogo no Munturo busca a inclusão e a formação dos seus membros tanto no cunho musical quanto no social. A banda foi criada em novembro 2009, inicialmente para que os jovens que participaram das oficinas de percussão, violão e dança do Ponto de Cultura continuassem praticando o que aprenderam.

A partir desse momento a Fogo nunca mais parou, sempre passando por mudanças, o grupo chegou a contar com 15 componentes e passou por diversas formações ate chegar ao formato de hoje. Costuma-se dizer que banda realmente é o “Fogo no Munturo” quando todos pensam que apagou ou acabou ele ressurge mais quente e purificador acabando com todo o “Munturo” (lixo) ao seu redor, e é justamente daí que vem o nome do grupo com a proposta de queimar todo e qualquer tipo de preconceito essa comparação é mais que perfeita!"

Tema: Formação musical e social da banda Fogo de Munturo, uma das iniciativas da Associação das Mulheres Rendeiras.

As 10 palavras destacadas pela nuvem: Munturo (4); fogo (4); periférica (2); cultura (2); jovens (2); grupo (2); banda (2); projeto/banda (1); preconceito (1) e inclusão (1).

Ilustração 6 - Nuvem da 2ª matéria da Associação das Mulheres Rendeiras

Fonte: A autora.

Análise da postagem a partir da ACD e Estratégias Sensíveis: O texto, sobre formação cultural e musical do grupo Munturo, foi produzido pela Assessoria de Comunicação da Associação das Mulheres Rendeiras e demonstra a preocupação da entidade com o futuro da juventude de baixa de renda da cidade de Petrolina, no bairro José e Maria localizada em uma das regiões do país de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O de Petrolina, segundo o IBGE (2017), é de 0,697 (médio). Aliás, Petrolina tem uma população estimada de 349.145 desse total, mais de 16.500 habitantes residem no bairro José e Maria, sendo 51,75% mulheres e 48, 25% de homens. Já o número de jovens chega a quase 25% do total de moradores/as. Quanto a média salarial, é de dois salários mínimos e o índice de ocupação não passa de 19%. A cidade aparece como uma das mais violentas de Pernambuco.

Considerando esse cenário político e econômico, a matéria evidencia sinais culturais regionais, ao usar a expressão popular “fogo de munturo”. A palavra munturo, que simboliza o fogo que emerge das cinzas, para queimar o ‘lixo’, ganha uma função metafórica, ao ser relacionada com a possibilidade de colocar fogo, acabar com as exclusões em um bairro e sociedade marcada por carências.

O texto faz uma apresentação do grupo Munturo, uma iniciativa voltada para a juventude de baixa renda do local. Mesmo tímida, a iniciativa se agiganta, porque é desenvolvida em um bairro popular, que tem incidência de casos de violência. Torna-se uma possibilidade real de mudanças. A música, nessa realidade, ganha um caráter social e político.

A 3ª matéria, postada em 25.05.17, é um texto/*card* sobre o III Workshop Nacional de Meio Ambiente e Sustentabilidade nos Territórios Semiáridos:

“Oi gente, vocês estão sabendo do "III Workshop Nacional de Meio Ambiente e Sustentabilidade nos Territórios Semiáridos" que acontecerá dos dias 12 à 14 de maio? As Rendeiras do Vale irão participar do evento no sentido de aprimorar conhecimentos sobre a Agenda 2030 e a sustentabilidade de nosso semiárido. Vamos? Será no IF Sertão e as inscrições são gratuitas!!!

Entre os dias 12 e 14 de junho, o campus Petrolina do IF Sertão-PE promoveu o III Workshop Nacional de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

O evento, que visou discutir propostas de conservação de recursos naturais nos territórios semiáridos, tratando temas como: Patologia Ambiental, Educação Ambiental, Perícia Oficial Criminal e Perícia Judicial Ambiental, entre outros, que fizeram parte das palestras.

Além disso, os participantes tiveram acesso a oficinas como: Extração de Óleos Essenciais, Cordel Ambiental e Plantas Medicinais da Caatinga. Ainda complementando a programação: minicursos, exposições fotográficas, mesa-redonda e apresentação de trabalhos orais. Abaixo, você pode conferir mais fotos do evento”.

Figura 53 - Card do workshop da Associação das Mulheres Rendeiras

Fonte: Divulgação da Associação das Mulheres Rendeiras.

Tema: Meio ambiente, formação das mulheres da Associação das Mulheres Rendeiras de Petrolina/PE, sustentabilidade do Semiárido.

Ilustração 7 - Nuvem de palavras da 3ª matéria da Associação das Mulheres Rendeiras

Fonte: A autora.

As 10 palavras destacadas pela nuvem: ambiental (3); evento (3); sustentabilidade (3); ambiente (2); territórios (2); workshop (2); Semiárido (2); nacional (2) conservação (1) e minicursos (1).

Análise da postagem a partir da ACD e Estratégias Sensíveis: Sem recorrer a uma linguagem mais enfática, em termos políticos e ideológicos, o texto trata de um tema crucial às políticas de convivência com o semiárido. Ou seja, o curso é um mecanismo de superação das dificuldades da vida no semiárido, ao mesmo tempo que aponta para a inexistência de políticas públicas e ações mais enérgicas do Estado para melhorar a qualidade de vida e acesso aos direitos humanos básicos.

Uma crítica secular aos governos brasileiros diz respeito ao descaso com a realidade da população nordestina que vive sob um clima de calor e seca. A proposta de convivência com o Semiárido, partiu de organizações da sociedade civil que propõem ações de sustentabilidade, que respeita os saberes da cultura local, adaptando tecnologias ao contexto

da região, em termos climáticos e ambientais. Por essa proposta é possível conseguir uma melhora na qualidade de vida dessas populações.

Por essa perspectiva esse curso pretende capacitar a população para essa relação com o meio ambiente do Semiárido. O texto não faz nenhuma referência às mulheres negras, embora a maioria das mulheres que coordenam a associação, seja negra.

Quadro 26 - Análise Crítica do Discurso (ACD) da Associação das Mulheres Rendeiras

DADOS DA ACD DE ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES RENDEIRAS

- Das três publicações analisadas da Associação das Mulheres Rendeiras, apenas uma é de autoria da entidade;
- As demais são reproduções de outras fontes institucionais, mas que têm conteúdos de interesse da Associação das Rendeiras: emprego para mulheres na ONU e formação das associadas da Ong para convivência com o Semiárido;
- As matérias evidenciam em suas narrativas uma resposta a realidade vivida, onde destaca-se os recortes de gênero e geracional, mas não o racial;
- Nas nuvens, as palavras mais frequentes foram: ONU; mulheres, paz, jovens, periferia, jovens, preconceito e inclusão.

Fonte: A autora.

7.4 CRIOLA, JUSTIÇA SOCIAL SIM, VIOLÊNCIAS POLICIAL E DOMÉSTICA NÃO

As publicações escolhidas da Criola foram publicadas nos dias: 24.8.17; 18.8.17; 12.8.17 (duas matérias); 11.08.17; 27.07.17 (duas matérias); 25.07.17 (duas matérias) e 24.07.17.

A 1ª publicação de 24.08.17 é um *card*/convite “Vidas na favela importam”.

Convite para as atividades de um dia de mobilização, 25.8, contra a violência policial nas favelas cariocas. Sugere que o *card* seja replicado nas redes sociais. Traz uma frase de crítica a ação policial nas favelas: “Não é guerra! É o estado promovendo o genocídio nas favelas. Vamos unir forças contra as narrativas ‘guerra do Rio’”.

Figura 54 - Card /convite de atividades no 25 de julho no RJ

Fonte: Divulgação Criola.

Tema: Contra a violência policial nas favelas cariocas.

Análise da postagem a partir da ACD e Estratégias Sensíveis: Apesar de breve, a nota é objetiva com relação a sua intenção: transportar um discurso de unidade contra a política de segurança pública nas favelas da cidade do Rio de Janeiro, em especial, a violência policial. A iniciativa integra uma campanha internacional de denúncia contra o genocídio de jovens negros *#vidasnafavelaimportam*. As chamadas do texto carregam discursos e disposições, dentro do tema, violência policial.

Um exemplo são essas duas frases: “Vamos unir forças contra a narrativa de ‘guerra no Rio’”. “Não é guerra! É o estado promovendo o genocídio nas favelas”. Nesse caso, há uma reflexão que contraria a ideia de que as comunidades populares do Rio de Janeiro vivem em meio a uma “guerra” entre a violência policial, o tráfico e as milícias, que resulta no registro de mortes, principalmente, de jovens negros. Por permitir a busca de novas informações no contexto, a ACD contribui para uma reflexão mais ampla da realidade de violência na cidade do Rio de Janeiro.

Não podemos esquecer que a Região Sudeste do Estado do Rio de Janeiro lidera o *ranking* de homicídios, chegando a 45,2%, para cada 100 mil habitantes. Inclusive, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública analisou, entre os anos de 2015 e 2016, 5.896 boletins de ocorrência de óbitos em intervenções policiais e concluiu que 76,2% desse total eram de pessoas negras. Também pelos recursos da ACD observa-se que o discurso do *card*, da Crioula, de que no Rio de Janeiro não existe uma “guerra” e sim um genocídio da juventude negra é uma reflexão ausente dos meios de comunicação hegemônicos, que reforça a ideia de quanto essas mídias não permitem o acesso de grupos que têm um lugar de fala diferenciado.

Nesses, há quase um consenso de que existe uma “guerra” contra o crime organizado. Nem mesmo outras proposições, que considero desatualizadas, de que o modelo eurocêntrico de “guerra” não se aplica para o cenário carioca são noticiadas. Muito menos, as narrativas das mulheres negras. Quer dizer, o poder de definir o que é e não veiculado nas mídias hegemônicas, operam, como já afirmou Van Dijk (2015), decisivamente, na formação da opinião pública, apesar de Barros ter resistência a essa afirmativa. É para situações dessa ordem que Carneiro denomina de epistemicídio.

Outra questão que ganha corpo a partir das Estratégias Sensíveis e que tratei nas postagens do Instituto Odara, diz respeito as ações pela vida da população negra, em especial, a juventude negra. Esse tema, para além das questões de ordem política, de modelo de segurança pública do país, envolve os campos dos afetos e das emoções. Afetos, associados à luta pela vida, em especial, da juventude negra. Afetos, porque a própria Criola desenvolve projetos de apoio às mães que tiveram as suas maternidades interrompidas pela violência. Inclusive, com ações com profissionais da área da psicologia.

Essas iniciativas, também trilham os caminhos dos sensíveis, pois são de solidariedade, de ativismo político. Já no campo das emoções, é inevitável que, diante desse problema, sentimentos que transitam pela raiva, dor e revolta não aflorem nessas mães e familiares. No entanto, esses sentimentos precisam ser canalizados para escoar em ações políticas.

Um outro fator que chama atenção neste *card* diz respeito ao uso da cor vermelha, como pano de fundo da postagem, considerada uma cor quente, intensa, que carrega emoção, remete a cor do sangue e a guerra. Já o amarelo é usado para simbolizar otimismo e, também, com o intuito de chamar a atenção para perigos.

A 2ª publicação, de 18.08.17, é uma breve nota/convite e um *trailer* do lançamento do documentário Enquanto viver, luto.

É hoje, 18, o lançamento do docudrama "Enquanto Viver, Luto!", no Cine Joia, em Copacabana, RJ. O evento, que vai começar às 19h30, é gratuito e aberto ao público. Os ingressos serão garantidos a partir da ordem de chegada até lotação do espaço. A gente se vê lá!

Figura 55 - Print do documentário Enquanto viver, luto da Criola

Fonte: Página do Facebook da Criola.

Tema: Denúncias da violência contra 10 mulheres negras no Rio de Janeiro.

Análise da postagem a partir da ACD e Estratégias Sensíveis: A nota/convite do lançamento do documentário Enquanto viver, luto, é mais uma que exige que se siga alguns dos pressupostos da Análise Crítica do Discurso, como estudar sobre o contexto a que um texto se refere. Afinal, o texto não informa que o documentário revela 10 casos – de violências cometidas contra 10 mulheres negras cariocas – de direitos humanos relatados à Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), em setembro de 2016, e que o seu primeiro lançamento *online* ocorreu em 10 de dezembro, considerado o dia Internacional dos Direitos Humanos. O filme (34m31s) foi dirigido por Iléa Ferraz, produzido pela Ong Criola em parceria com a Oxfam Brasil e Pérola Negra Produções

Artísticas. Enquanto viver, luto integra o projeto Mulheres Negras Fortalecidas na Luta Contra o Racismo e o Sexismo, da Criola, com apoio da Oxfam Brasil, Fase, Ibase, Inesc, Ação Educativa e Instituto Pólis. A ausência dessas informações fragiliza a postagem, tanto com relação ao texto quanto ao *trailer* (1m13s), com uma das participantes do vídeo, a atriz Sol Miranda, onde ela se apresenta, e fala do desafio em participar do documentário onde relata uma história vivida e ainda sentida.

A 3ª publicação de 12.08.17 é uma matéria publicada, originalmente, no *site* Alyne⁶⁶:

Trabalhadoras/es de educação lançam manifesto contra racismo em escola do Espírito Santo

Figura 56 - Boneca Abayomi

Fonte: Página do Facebook da Criola.

Na semana passada (dia 10/8) a retirada de um painel feito por crianças com bonecas Abayomi, causou perplexidade. A ordem foi dada pelo pastor evangélico João de Brito que justificou da seguinte forma: “símbolo de macumba por se originar de uma religião africana”.

Trabalhadoras/es de educação lançam manifesto pedindo um pronunciamento oficial da Secretaria de Educação de Vitória e a mudança do local da creche, já que o imóvel, alugado, pertence à Igreja Evangélica Batista de Vitória.

⁶⁶ Imagem e matéria: <https://alyne.org.br/causas/trabalhadoras-es-de-educacao-lancam-manifesto-contraracismo-em-escola-do-espírito-santo/?fbclid=IwAR09fneQd7F_lb1MOGh-6sNwM3vspb5aXj9ONTcxBX8v0uQ4r9e9MXewFSk>

MANIFESTO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO CONTRA O CRIME DE RACISMO NO CMEI CIDA BARRETO

Na última semana, uma notícia vinculada em um jornal de grande circulação tinha o seguinte título “Pastor manda tirar boneca africana de creche e dispara: “É macumba”. Tal estabelecimento de ensino da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV) é o Centro Municipal de Educação Infantil “Cida Barreto”, localizado no bairro Jardim da Penha na capital. Cabe ressaltar que o imóvel em questão é alugado pela PMV. A partir da notícia que rapidamente chegou aos ouvidos de professores da rede municipal de Vitória e ativistas de entidades da sociedade civil, em especial do Movimento Negro, nós trabalhadores da educação, vimos por meio desta nos manifestar com dois intuitos. Primeiro, contrapor a fala preconceituosa e racista do Sr. João Brito, que em nada contribui para melhorar o mundo, função que acreditamos pertencer aos que falam em nome do sagrado. Segundo, reivindicar da Secretaria Municipal de Educação (SEME) da cidade de Vitória, na figura da secretária Sr^a Adriana Sperandio uma posição pública sobre o ocorrido. É urgente uma posição oficial que demonstre o cumprimento das diretrizes curriculares e de garantir o respeito a diversidade, que é elemento norteador da educação no município.

Vamos aos fatos: A palavra Abayomi tem origem yorubá que é um idioma da família Níger – Congo de dois países africanos e é falado na parte oeste da África, principalmente na Nigéria, Benin, Togo e Serra Leoa. Os Yorubás constituem o segundo maior grupo étnico na Nigéria, representando 18% da população total. Seu significado é aquela ou aquele que traz felicidade ou alegria. Abayomi quer dizer encontro precioso: abay=encontro e omi=precioso.

Sua história está ligada a época da escravização em que as mulheres negras confeccionavam as bonecas com pedaços de suas saias, único pano encontrado nos navios negreiros, para acalmar e trazer alegria para todos. O retorno da tradição das bonecas Abayomi foi feito por Lena Martins, artesã de São Luiz do Maranhão, educadora popular e militante do Movimento de Mulheres Negras, que procurava na arte popular um instrumento de conscientização e sociabilização. Portanto, a boneca Abayomi não é “macumba” como afirmou o Sr. João Brito, ela é sim, parte da identidade de ser negra e ser negro, e parte do que é o Brasil, visto que é impossível pensar aquilo que denominamos brasilidade de forma positiva sem falar de sua origem Lembrando o que disse a professora Petronilha Gonçalves no Parecer 003/2004 para o Conselho Nacional de Educação (CNE): para reeducar as

relações étnicoraciais no Brasil é necessário fazer emergir as dores e medos que têm sido gerados. “É preciso entender que o sucesso de uns tem o preço da marginalização e da desigualdade impostas a outros. E então, decidir que sociedade queremos construir daqui para frente” (p.1).

Em março de 2004, o CNE aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana (BRASIL, 2004b).

Em sua fundamentação, esse documento propõe que se construam pedagogias de combate ao racismo e a discriminações. Suas recomendações estão organizadas nos seguintes princípios: consciência política e histórica da diversidade; fortalecimento de identidades e de direitos; ações educativas de combate ao racismo e a discriminações. Essas diretrizes são especialmente importantes para os currículos dos cursos de formação de professores, mas também apontam para questões que devem ser contempladas nas programações e nas práticas educativas das instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2004b).

Talvez o referido senhor não conheça, ou faça questão de ignorar, os documentos norteadores da educação infantil estabelecidos como Parâmetros Nacionais de Qualidade pelo governo federal, e seguido pelo município de Vitória que assim se refere à questão:

Crianças expostas a uma gama ampliada de possibilidades interativas têm seu universo pessoal de significados ampliado, desde que se encontre em contextos coletivos de qualidade. Essa afirmativa é considerada válida para todas as crianças, independentemente de sua origem social, pertinência étnico-racial, credo político ou religioso, desde que nascem (BRASIL, 2006, p.15).

Também a Lei Municipal de 4747 que institui as regras para o Sistema Municipal de Ensino determina no capítulo I, ao qual damos ênfase no Art. 4º e seus parágrafos: I- O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, a arte e o saber; III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, considerando a diversidade de expressão cultural.

E ainda:

Capturar a identidade cultural dos CMEI's expressava, assim, um modo de enraizar os saberes, consolidar um processo de abertura em direção aos diferentes personagens que compunham o cenário social, valorizar as singularidades e as pluralidades numa reconciliação permanente com a cultura, com as diferentes práticas sociais, enfim, com a vida. No esforço de ver os CMEI's a partir da comunidade e ver a comunidade a partir dos CMEI's, foi possível entrever um projeto educativo que deveria fazer uso cotidianamente dos elementos constituidores de cultura: o samba, o congo, o funk, o reggae o forró, o carnaval, as festas juninas, a capoeira, a religiosidade, as diferentes expressões artísticas enfim, de todas as tradições, manifestações e costumes presentes na comunidade sem negar a própria identidade cultural dos profissionais e das crianças reconhecidos como sujeitos da história e produtores de cultura. Se tudo isso representava um modo de valorizar as singularidades e as pluralidades dos Centros de Educação Infantil, representava também um esforço coletivo de colocar em cena o sentido de rede para a Educação Infantil do município de Vitória. Uma rede tecida por todos. Uma rede que rompe com a mesmice. Uma rede que dá garantias da descoberta, da diversidade, da busca pedagógica, que possibilita a construção de um projeto político-pedagógico que tenha como ponto de partida a identidade cultural dos diferentes contextos e sujeitos que compõem o universo da Educação Infantil (PMV, 2006, p.17).

Entre as leis que tratam desse segmento étnico, destacamos: a Lei nº 4.803, de 21-12- 1998, que institui a inclusão da História Afro-Brasileira no conteúdo curricular das escolas da Rede Municipal de Ensino de Vitória; e a Portaria nº 052, de 17-8-2004 que constituiu uma comissão para implementar, no Sistema Municipal de Ensino de Vitória, as disposições da Lei nº 10.639/03, que trata da obrigatoriedade da temática da “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo.

Após a denúncia apresentada na imprensa, em nosso entendimento é necessária uma posição também pública da SEME no sentido de afirmar a diretriz de uma educação pautada no respeito às diferenças e na diversidade objetivando uma educação cidadã. A PMV vem ao longo dos anos a partir das reivindicações de ativistas negros (as) e dos movimentos sociais, em especial o movimento negro investindo numa política de uma cidade em que os espaços culturais e civis possam ser ocupados por grupos e manifestações que são alvos de preconceito e racismo ao longo da história. Nesse sentido, podemos citar: o Conselho Municipal do Negro, a Coordenação de Políticas para a População Negra, o Museu do Negro (MUCANE) e o apoio a colônia de férias “Quilombinho” e ao grupo afro Odomodê, a realização de conferências de políticas de promoção da igualdade racial.

Neste sentido, acreditamos que se faz necessário a SEME, através de uma declaração oficial na imprensa e nas mídias sociais colocar e afirmar para a população em geral o

compromisso de uma educação antirracista pautada na um novo espaço para o funcionamento do CMEI que não pode estar subordinado aos desejos e ordens do locatário, visto que as crianças e a educação do município não podem ficar à mercê do preconceito e racismo, preconizado por alguns que ainda insistem em viver de um passado que nós queremos e estamos superando, para a construção de um Brasil sem Racismo.

Tema: Denúncia de racismo no ambiente escolar, associado às intolerâncias cultural e religiosa.

Ilustração 8 - Nuvem de palavras da 3ª postagem da Criola

Fonte: A autora.

As 10 palavras destacadas pela nuvem: educação (17); cultura (9); municipal (8); diversidade (5); bonecas (5); Abayomi (5); identidade (4); racismo (4); comunidade (4); e africana (3).

Análise da postagem a partir da ACD e Estratégias Sensíveis: O texto é de um manifesto posicionado política e ideologicamente, que reúne conteúdos informativos, de denúncia e educativo, produzido pelos trabalhadores em Educação de Vitória (ES). O material é uma resposta ao ato de racismo cometido pelo responsável pelo Colégio Municipal de Educação Infantil Cida Barreto. Seu caráter de denúncia ao racismo emerge nos trechos em que

demonstra, com dados históricos, a pertinência da diversidade cultural no ambiente escolar. As argumentações do manifesto demonstram ser fruto da existência do racismo nas relações sociais no país. Por outro lado, o texto ressalta a exigência dos trabalhadores em Educação de Vitória (ES) para que a Secretaria Municipal de Educação se posicionasse sobre o incidente.

Nota-se que o texto é fruto de uma pesquisa, tanto sobre o significado histórico da boneca Abayomi, como das legislações nacional e estadual, incluindo a lei 10.639 aprovada em 2003, e que dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão no currículo escolar da história e cultura afro-brasileira e africana. Cita, inclusive, trecho do Parecer 003/004 da professora Petronilha Gonçalves, para o Conselho Nacional de Educação, que é um exemplo singular da mescla entre o sensível e o racional.

A 4ª postagem, de 12.08.17, compreende um texto e um vídeo (3m10s)⁶⁷ sobre Mulheres e tecnologia:

O que é ser maker? Quem é, de fato, um fazedor?

Ana Carolina da Hora tem 21 anos e é moradora de Duque de Caxias, Baixada Fluminense. Curiosa, aprende fazendo e acredita que com seu jeito consegue chegar mais longe em debates sobre a democratização da inovação. Ela quer, cada vez mais, pensar tecnologia no e para o Brasil. Para Ana Carolina, ocupar os lugares da tecnologia sendo uma menina negra é fundamental.

Esse é o segundo vídeo da série de 10 mulheres convidadas pela #PretaLab para falarem sobre o envolvimento de meninas e mulheres negras nos campos da tecnologia, comunicação e inovação. Assista, inspire-se e questione-se!

O vídeo é um depoimento Ana Carolina, estudante de computação da PUC/RS, que gosta de robótica. Ela comenta sobre a ausência de mulheres na área das tecnologias e tenta desfazer alguns equívocos. Um deles diz respeito a ideia de *maker*, que para ela, o avô, pai e tio dela são: pessoas que sabem consertar algum aparelho. Então, o avô dela quando conserta uma

⁶⁷ <<https://www.Facebook.com/olabimakerspace/videos/1961028127471922/UzpfSTExOTM1MDEwMTQ4NTAxMDoxNDU0MzM2NjgxMzE5Njcy/https://www.Facebook.com/olabimakerspace/videos/1961028127471922/>>

tomada elétrica, um ventilador, está atuando como um *maker*. Carolina fala do racismo que enfrenta na universidade, em espaços públicos, como na sala de aula, na biblioteca, no elevador. Mas avisa: ou vamos estar juntos, ou vão ter que me aguentar.

Tema: Jovens negras: acesso e apropriação das tecnologias e resistência a exclusão racial.

Ilustração 9 - Nuvem de palavras da 4ª postagem da Criola

Fonte: A autora.

As 10 palavras destacadas pela nuvem: tecnologia (3); mulheres (2); negras (2); inovação (2); democratização (2); comunicação (1); moradora (1); meninas (1); envolvimento (1); e Baixada (1).

Análise da postagem a partir da ACD e Estratégias Sensíveis: A nota tem um conteúdo discursivo sobre jovens negras e tecnologia, de estímulo e persuasão desse público para que se aproprie e atuem com as tecnologias. Nesse sentido, a nota trata de um projeto *#pretaLab* que apresenta, em 10 vídeos com 10 jovens que já atuam nessa área.

Os vídeos, na verdade, têm esse caráter de estímulo, elevação da autoestima e de provocar efeito ‘espelho’. Já o vídeo é um depoimento de Ana Carolina da Hora, de 21 anos, onde, recorrendo a uma linguagem coloquial e afetiva, fala da sua atuação, convivência e enfrentamento do racismo no ambiente educacional.

Não por acaso a Criola desenvolve um projeto para intervenção e reflexão sobre uma das áreas, a das tecnologias, que na atualidade é uma das que mais reflete as brechas digitais decorrentes de processos históricos de exclusões que, no Brasil, essas brechas digitais de gênero e raça, impactam, com mais incidência e violência, a base da pirâmide social, majoritariamente formada por mulheres negras. Outra iniciativa nessa área foi a criação de uma rede nacional de ciberativistas negras, reforçando um intuito de mudança desse cenário de restrições.

Em 11.08.17, foi publicada na página do *Facebook* da Criola, a 5ª matéria selecionada para esse estudo. É um *card* e matéria sobre visibilidade lésbica⁶⁸:

O mês de agosto chega trazendo muitas atividades para celebrar o Dia da Visibilidade Lésbica (29). “Sapatonas pelo Brasil afora estão bem articuladas e organizando várias coisas!”, publica Jéssica Ipólito em seu blog Gorda e Sapatão. Ela criou uma agenda com todos os eventos, que conseguiu ter acesso através do Facebook, A proposta é fortalecer os movimentos estimulando a presença nessas ações e, quando não for possível, o compartilhamento das atividades. Confira os eventos, participe e divulgue! Face: <https://www.Facebook.com/jesxx> e blog: <http://gordaesapatao.com.br/>.

Figura 57 - Card sobre visibilidade lésbica

Fonte: Divulgação Criola.

⁶⁸ <<https://alyne.org.br/visibilidade-lesbica/?fbclid=IwAR2PUILF83xE76mhW7CGJJoqZNRqwiNwUgYy7EbIPX3yRe2zuhcOLdJXyRFs>>

Tema: Identidades e sexualidades.

Análise da postagem a partir da ACD e Estratégias Sensíveis O texto, sobre visibilidade lésbica, tem o caráter de divulgar o *blog* Gorda e Sapatão, de Jéssica Ipólito, que fez uma ampla agenda dos eventos que marcam o dia 29 de agosto, o Dia da Visibilidade Lésbica. O texto também ressalta a presença da atuação da Criola nas discussões agenciadas pelo Movimento de Mulheres Negras sobre sexualidades.

Semelhante ao que foi visto nas postagens do Instituto Odara, o discurso reafirma a existência de um contexto social refratário à reflexão da questão na perspectiva de mudanças de comportamento. Nota-se que o *card* tem, como pano de fundo, imagens de mulheres, de difícil definição, como se a proposta fosse conciliar a invisibilidade lésbica recorrendo, também, a linguagem visual.

A 6ª matéria, de 27.07.17, informa sobre a atuação da Rede de Ciberativistas Negras no Festival Latinidades, a partir de uma nota e um vídeo⁶⁹ de 4m00s com quatro jornalistas negras.

A Rede de Ciberativistas Negras participa da cobertura do Festival Latinidades, que acontece em Brasília, de 25 a 30 de julho. As ciberativistas Flávia Ribeiro (PA), Sassá (RJ), Ivana Braga (MA) e Viviane Gomes (RJ) comentaram os destaques do primeiro dia. Elas ressaltaram a participação de Rosana Paulino e a homenagem a todas as mulheres negras que construíram as narrativas que contam a história de uma década de festival, liderada pela historiadora Ana Flávia Magalhães. A última fala foi da inspiradora Vilma Reis, conclamando a sociedade para defender os direitos da população quilombola. "A gente está pedindo para que no dia 16 de agosto todos os movimentos e coletivos organizem caravanas para virem para Brasília. A gente pode fazer história e garantir o direito a demarcação das terras quilombolas. Essa é uma luta de 10 milhões de pessoas. De pessoas negras. Essa é uma luta de todos. Precisamos ocupar as ruas", disse. Confira essas e outras novidades no Cyberpapo de Mulheres Negras de amanhã. Esperamos vocês". #hubdaspretas atinidades10anos

⁶⁹ <<https://www.Facebook.com/criola.org.br/videos/1439165499503457/>>

Figura 58 - Vídeo com repórteres da Rede de Ciberativistas Negras

Fonte: Página do Facebook da Criola.

Tema: Cobertura do Festival Latinidades ocorrido em Brasília pela Rede de Ciberativistas Negras.

Ilustração 10 - Nuvem de palavras da 6ª postagem da Criola

Fonte: A autora.

As 10 palavras destacadas pela nuvem: história (2); negras (2); luta (2); ciberativistas (2); quilombolas (2); hubdaspretas (1); participação (1); historiadora (1); inspiradora (1); e movimentos (2).

Análise da postagem a partir da ACD e Estratégias Sensíveis: A matéria tem um caráter informativo sobre os destaques do evento, Festival Latinidades, a partir do olhar das jovens da Redes de Ciberativistas Negras. A matéria destaca a palestra, da então ouvidora Pública, Vilma Reis, sobre garantia de direitos de comunidades quilombolas. O evento e a presença desse grupo de jornalistas apontam para uma cumplicidade, solidariedade e identidade de interesses. Outro destaque dessa matéria é que ela trata da importância da cobertura jornalística da atividade.

A 7ª postagem, de 27.07.17, é um vídeo de 1m36s, com Flávia Ribeiro⁷⁰, feminista e jornalista, que faz um balanço dos 75 dias de ativismo no Pará/Belém – de 12 de maio a 25 de julho – que culminou com a Marcha das Mulheres Negras Amazônicas, ocorrida no dia 25 de julho, Dia Internacional das Mulheres Negras Latino-Americana e Caribenha. Ribeiro informa que a campanha, denominada por Mulheres Amazônicas em movimento contra o racismo e outras formas de violência, teve saldo positivo.

Figura 59 - Vídeo com a jornalista Flávia Ribeiro

Fonte: Página do *Facebook* da Criola.

⁷⁰ <<https://www.facebook.com/criola.org.br/videos/1436818416404832/>>

Além de uma ampla agenda, as atividades atingiram seus propósitos, como o de expandir essa iniciativa para segmentos dos movimentos sociais organizados, até então, distantes desse tema. Flávia também faz um convite à população para que participasse de uma caminhada, que ocorreu no dia 25 de julho de 2017.

Tema: Os 75 dias de ativismo no Belém/Pará, de mulheres negras contra o racismo.

Análise da postagem a partir da ACD e Estratégias Sensíveis: O vídeo tem uma narrativa de avaliação das ações desenvolvidas em Belém/Pará dentro da agenda do Movimento de Mulheres Negras, 75 dias de ativismo. Ou seja, é um áudio visual, cujo conteúdo sai das regiões do Sudeste e Nordeste e visibiliza o movimento no Norte do país. O saldo, na avaliação da narradora, foi positivo, principalmente, por dar visibilidade aos conteúdos da luta das mulheres negras em segmentos sociais que desconheciam a temática. Observa-se que Ribeiro veste uma blusa com uma estampa de uma mulher negra.

Nessa postagem da Criola, a 7ª e, também, no 5º texto, que trata da visibilidade lésbica, há uma referência à palavra “visibilidade”, tanto de quem fala e do que fala. Sem dúvida, visibilidade tornar-se visível, é um dos principais problemas dos feminismos negros. Pelas óticas da ACD e das Estratégias Sensíveis, a reivindicação pela visibilidade é decorrente de uma invisibilidade, no caso, tanto das imagens como das narrativas dissidentes das mulheres negras. Ou seja, invisibilizar algo, ou alguém, produz alterações na sensibilidade, na compreensão e formulação de ideias, de subjetividades sobre “o/a outro/a”.

Essa situação, é decorrente de uma ação política alimentada pelo processo de dominação colonialista, neoliberal, que estimula uma relação de rejeição aos discursos e reivindicações do Movimento de Mulheres Negras, principalmente, junto à mídia hegemônica. É bom que se diga que esse papel não é só dos meios de comunicação, mas é neles que esse estudo se detém e são eles quem têm o poder de decidir, recorrer e selecionar as imagens e narrativas para construir uma representação do mundo. Nesse contexto, a visualidade, para Marques e Campos (2017) abrange tanto entidades coletivas como instituições sociais.

O Estado, a igreja ou as grandes empresas também agem neste campo. Seja na arquitetura monumental que ostenta o seu poder e o seu domínio sobre o espaço, seja na monopolização ou domínio de certos canais de produção e difusão de imagens, seja na imposição de uma certa mundividência, seja pelo aperfeiçoamento dos mecanismos de vigilância, entre muitas outras situações. O poder (político, religioso, económico) sempre teve necessidade

de agir sobre o visível, tendo perfeita consciência que esta é uma arena fulcral de manutenção ou disputa de poder (Balandier 1999, Jay e Ramaswamy 2014, Pinney 2003, Robins 1996, Werbner *et al.* 2014). (MARQUES; CAMPOS, 2017, p. 6)

Por esse caminho, entende-se que a invisibilizar, ou a visualizar integram uma política da imagem, ou cultura da imagem que, na atualidade, esta articula com o poder e com a mediação que recorre a mecanismo de vigilância. Borges (2018), por sua vez, aponta para a centralidade do olhar que pelos dispositivos midiáticos pode colonizar nossos desejos numa demonstração de astúcia do capitalismo. Pois, e a partir de alguns autores entendem o olhar como uma forma de trabalho, uma espécie de mercadoria. Segundo ela “As invenções tecnológicas da modernidade mudaram substantivamente a construção do visível, modificaram a cultura e os sujeitos, produziram um universo visual congestionado” (BORGES, 2018, p. 39). Porém, alicerçado em valores de dominação e exclusão.

É na contramão dessa realidade que as Mulheres Negras denunciam a invisibilidade, ou, a partir do ativismo digital, criam espaços alternativos para a promoção de seus discursos dissidentes. Sendo assim, o lugar de fala não é apenas uma disputa. Afinal, a sua matriz está na relação de poder histórica de opressão e dominação. Nesse caso, volta-se ao papel do racismo estrutural.

Em 24.07.17 foi publicada a 8ª postagem. Compreende um pequeno texto e um *card*/convite, postado várias vezes no *Facebook* da Criola:

Convite para as atividades de um dia de mobilização, 25.07, contra a violência policial nas favelas cariocas.

Sugere que o *card* segue replicado nas redes sociais traz uma frase de crítica a ação policial nas favelas:

Não é guerra! É o estado promovendo o genocídio nas favelas. Vamos unir forças contra as narrativas ‘guerra do Rio’ para as atividades de 25 dias de mobilização – de 8/7 a 1º/8/2017 – contra a violência nas favelas cariocas.

Junto com o *card*, um pedido para que o material seja replicado nas redes sociais.

Figura 60 - Card da campanha da Criola

Fonte: Divulgação Criola.

Tema: Campanha de denúncia da presença violenta de policiais em favelas do Rio de Janeiro.

Análise da postagem a partir da ACD e Estratégias Sensíveis: O tema violência nas favelas cariocas é recorrente nas postagens analisadas da Ong Criola, e que remete a uma realidade que consta, inclusive, com uma recente e desastrosa intervenção militar – de fevereiro a dezembro de 2018. Afora isso, a instituição é formada por mulheres negras de diversos segmentos sociedade, tendo, inclusive, mulheres negras que tiveram suas maternidades interrompidas pela violência policial. Então, quando os feminismos negros promovem o Bem Viver, o tema é transversal, pois está relacionado com a qualidade de vida, inclusive, emocional, das mulheres negras.

A 9ª matéria, de 24.07.27, é um chamado para um ato na Central do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro:

AMANHÃ NA CENTRAL DO BRASIL

Mulheres Negras promovem agenda política e cultural

Com a proximidade do dia 25 de julho, Dia da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha, mulheres negras de todo o Brasil se articulam para promover uma agenda política e cultural de ações de enfrentamento ao racismo, defesa, promoção e garantia de seus direitos.

No Rio de Janeiro, organizações, movimentos, coletivos e ativistas vão realizar uma mobilização de 25 dias de Ativismo das Mulheres Negras: a potência das nossas vozes contra a violência, fortalecendo direitos pelo bem viver. Nos últimos anos, a força da ação política das Mulheres Negras aumentou e ganhou mais visibilidade. São Mulheres Negras de diferentes idades, territórios e organizações, que têm desenvolvido diferentes formas de denunciar e combater o racismo e o sexismo. O mês de julho é mais uma oportunidade de ampliar nossa voz, ação e incidência política. Por isso, até 1º de agosto haverá em todo o estado seminários, rodas de conversa, atos públicos, saraus, entre outros.

A agenda é uma construção coletiva e vai divulgar todos os eventos que mobilizarem as mulheres negras em torno dos temas do Dia 25 de Julho. No entanto, o destaque fica por conta de três eventos: Ação na Central do Brasil (25 de julho); contra a violência policial; a Marcha das Mulheres Negras (Posto 4 da Praia de Copacabana, 9h, do dia 30 de julho) e, para fechar a agenda, no dia 1º de agosto, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro dará a Medalha Tiradentes à escritora Conceição Evaristo.

Todos os eventos serão disponibilizados no Facebook, que também fará uma homenagem a 100 mulheres negras. O endereço da página é <<https://www.facebook.com/25-dias-de-Ativismo-das-Mulheres-Negras-RJ-1739073596389882/>>

Figura 61 - Convite para agenda ampliada

Fonte: Divulgação Criola.

A agenda que trata a postagem transita pelos campos dos afetos e das emoções, mas, curiosamente, só na penúltima frase da matéria é informado que a programação contempla uma homenagem à 100 mulheres negras. Sem dúvida, uma consagração, é um tipo de reconhecimento que as práticas racistas negam à população negra. Inclusive, em sociedades democráticas. D'Adesky (2001) acredita que a busca pelo reconhecimento nessas sociedades, operam como uma denúncia da existência, de um Estado que não solucionou situação provocadas pelo racismo. No entanto, a democracia alimenta a esperança de que é possível reverter situações de dominação. Nota-se, assim, que a leitura de uma homenagem a uma pessoa que atua no campo das lutas populares, suscita um leque de possibilidades de análises. Outro dado diz respeito ao uso da expressão Bem Viver, que a exemplo das postagens de Odara, a palavra não é acompanhada por dados informativos sobre o seu significativo, enquanto projeto político.

Quadro 27 - Análise Crítica do Discurso (ACD) da Ong Criola

DADOS DA ACD DE CRIOLA
<ul style="list-style-type: none"> • As análises das publicações no <i>Facebook</i> da Criola apontam para a incidência do enfrentamento da violência policial nas favelas do RJ nas postagens; • Incidência do tema violência doméstica; • Denúncia permanente do racismo e sexismo; execução de projetos que recorrem à linguagem do audiovisual, como o documentário <i>Enquanto viver, luto</i>, vídeos sobre jovens negras e as tecnologias, para denunciar exclusões e provocar novas alianças; • Outros temas, que também fazem parte da agenda dos feminismos negros, aparecem nos contradiscursos como sexualidades, autoestima, genocídio da juventude negra e educação; • Entre as palavras que mais aparecem nas quatro nuvens são: mulheres; negras; cultural; racismo; educação; diversidade; racismo e tecnologia.

Fonte: A autora.

7.5 EXAMINANDO OS DADOS APURADOS COM REPRESENTANTES DAS ENTIDADES

Após apurar, tabular e analisar os dados de cada instituição, me reuni com as representantes das instituições – assessoras de comunicação ou diretoras. Esses reencontros corresponderam ao segundo diálogo, previsto no desenvolvimento da Pesquisa Ativista, e serviu para a apresentação e reflexão dos dados da pesquisa, sugestões, etc.

Tive dois encontros presenciais que ocorreram: um, em 26 de setembro de 2019, com a diretora da Associação das Mulheres Rendeiras, Cícera Josefa Rodrigues, dona Santinha, na sede da entidade, em Petrolina/PE. Já em 24 de novembro de 2019, me reuni, em São Paulo, com uma das diretoras da Flores de Dan, Sueide Kintê. Com as duas outras Ong's, o contato se deu por telefone. Com Naiara Leite, coordenadora da assessoria de comunicação do Instituto Odara, em 24 de novembro de 2019 e com Lúcia Xavier, diretora da Criola, em 13 de janeiro de 2020.

7.5.1 Conversa com Cícera Josefa Rodrigues – Associação das Mulheres Rendeiras de Petrolina/PE

Antes de reproduzir a conversa com a presidenta Cícera Josefa Rodrigues, dona Santinha, preciso manifestar meu impacto ao chegar à sede da entidade. Por ter alguma proximidade com a entidade, e por conta da pesquisa, estive muitas vezes no local, principalmente, nos anos de 2016 e 2017. Até então, encontrava uma instituição em plena atuação, com suas oficinas de informática e costura a pleno vapor. Na sala de costura, por exemplo, eram cinco ou seis máquinas que não paravam por conta do volume de encomendas. Pelas áreas abertas da associação, estavam rendeiras produzindo roupas em renascença. As mesmas profissionais, costureiras e rendeiras, se dividiam entre essas atividades e a de coordenar cursos. O Ponto de Cultura era movimentado, com jovens e as próprias diretoras participando dos cursos para se apropriarem das tecnologias. As atividades eram financiadas por projetos sociais, com recursos dos governos Federal, Estadual e Municipal e de poucos financiadores privados.

Ao retornar agora, em 2019, para realizar a segunda entrevista, fui impactada com a nova realidade. As mudanças no cenário político e econômico do país, decorrentes dos dois últimos governos federais, acabaram com os recursos para projetos sociais e afetaram, diretamente, a dinâmica da associação. Sem recursos, a maioria das costureiras e rendeiras, trocaram essas atividades pelo trabalho doméstico. Na sede, só três diretoras estavam no local. Todas as três aposentadas. A antiga sala de oficina de costura, estava sem máquinas. As máquinas de costura foram levadas para uma outra sala, tipo ateliê, mas das cinco, duas estão sendo usadas. A sala de informática e Ponto de Cultura, fechada.

Dona Santinha comentou sobre a realidade, de total penúria. “Não estamos conseguindo cumprir com nossa missão. O Governo Federal acabou com os editais”, afirmou. Nesse

contexto a associação não tem recursos para manter as profissionais e, até mesmo as mulheres voluntárias, ou que faziam trabalhos por produção, tiveram que se afastar. Não tem trabalho. “Como manter, mesmo com serviço voluntário, uma assessoria de comunicação?”, me questionou dona Santinha. Inclusive, dados que apareceram na pesquisa, como a não periodicidade das postagens no *Facebook*, a diretora afirma que, mesmo em outra fase, a Ong não tinha recursos para contratar uma assessora de comunicação. “Agora? Nem pensar! Não é prioritário”, resume ela. Apesar desse cenário, a entidade continua fazendo, esporadicamente, postagens no *Facebook*.

Figura 62 - Entrevista com dona Santinha, diretora da Associação das Mulheres Rendeiras

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora

7.5.2 Conversa com Naiara Leite – Instituto Odara

Já a apresentação das informações da pesquisa à coordenadora de comunicação do Instituto Odara, Naiara Leite, foi muito significativa. A conversa foi por telefone, no final da manhã do domingo, 24.11.19. Mostrei os problemas detectados na pesquisa como a não periodicidade;

matérias não suitadas; textos que não seguem as regras formais de produção de notícias, etc. Comentei que a partir do contexto e realidade dessa Ong, essas questões, na minha leitura, eram decorrentes da precarização do trabalho, que denominei de ‘trabalho ativista’. Leite concordou e deu exemplos: além dela o setor de comunicação tem mais outra profissional e uma assistente. A equipe tem um volume grande de demandas de comunicação dentro e fora da instituição. “Eu participo de muitos eventos. Chego a ficar fora de Salvador por um mês. Aí fica difícil manter a assessoria sem problemas”. Diante da dinâmica do instituto, Leite tratou de viabilizar um novo planejamento, cuja proposta está em processo de adequação. “Vimos que não dava mais para continuar fazendo, por exemplo, apenas um planejamento anual. Agora nosso planejamento é mensal e, mesmo assim, ainda estamos fazendo alguns ajustes”, relata a jornalista informando que essas adequações passam pela compreensão de todos os setores da instituição, sobre o papel e dinâmica da assessoria. No intuito de construir um plano de comunicação viável, a equipe do Odara “teve uma formação com a jornalista Rosane Borges”, informou Leite. Essa precarização do trabalho atrasou, inclusive, o início da implantação do novo plano de comunicação do instituto.

Outro dado destacado por essa pesquisa sobre a comunicação do Instituto Odara, diz respeito à qualidade da produção dos textos, principalmente, no mês de julho, o Mês das Pretas, quando a agenda do Odara é intensa. Nesse caso, sugeri a Leite se, nesse período do ano, não seria interessante formar uma equipe, com profissionais das outras instituições parceiras. Leite me informou que essa alternativa já foi usada e funcionou, em anos anteriores, mas que por falta de recursos, não teve continuidade. Para o Julho das Pretas de 2020, Leite pretende captar recursos, exclusivamente, para a formação de uma equipe maior de profissionais para atuarem, apenas, na cobertura dos eventos do Mês das Pretas. Comentou, também, que é nesse mês do ano em que o Instituto Odara mais investe na mídia hegemônica, em uma tentativa de dar visibilidade a luta do MMN.

A aplicação das pesquisas quanti-qualitativas, Análise Crítica do Discurso e Estratégias Sensíveis, também apontaram para o fato de que alguns temas são priorizados pelo Instituto Odara, a exemplo das identidades e sexualidades, e estética negra, que compreendo como um marco histórico no Brasil do Movimento de Mulheres Negras, pois essas questões não eram pautadas. Leite informou que as redes de mulheres negras, em especial, a Rede de Mulheres Negras do Nordeste e AMNB, têm uma presença significativa de jovens que tratam dessas questões e que não era concebível manter uma invisibilidade dessas narrativas. Afora isso, a

realização do 2º Encontro Nacional de Jovens Negras Feministas, em setembro de 2017, em Salvador/BA, foi significativo para a discussão das sexualidades. Nesse sentido, ficou explícito para o Instituto Odara que o propósito de fortalecimento do movimento, que se avoluma com o ativismo de jovens negras, passava pela absorção desses temas, assim como, das questões geracionais.

Porém, outras pautas do MMN, como o Bem Viver, são citadas com frequência nas postagens do Instituto Odara no *Facebook*, mas no mês das Pretas, por exemplo, não foi tratado como prioritário, nem foi tema de nenhuma palestra. Leite reconheceu o problema, mas, adiantou que, internamente, Odara está se articulando para no próximo ano, 2020, realizar um seminário nacional com lideranças sobre o projeto Bem Viver. “Também vamos desenvolver uma chamada para publicação de artigos sobre o tema”, disse informando que um outro tema, justiça reprodutiva, passou por esse processo até ser, de fato, pautado pelo MMN. Esses textos farão parte do novo *link* do *site* do Odara, o Espaço *Griot*.

Leite ainda comentou sobre o público alvo do Instituto Odara no *Facebook*, e da mudança gradual dessas ferramentas por outras: *Instagram* e *Twitter*. Leite informou que um dos fatores para essa migração foi a segurança⁷¹. Ela apresentou alguns dados comparativos entre o *Facebook* e *Instagram* para justificar a troca: enquanto na primeira rede social a audiência do Instituto Odara ficava em torno de cinco mil pessoas, majoritariamente de uma faixa etária entre 15 e 25 anos e, em menos volume, entre 40 e 60 anos, já no *Instagram*, onde Odara tem uma audiência de cerca de 14 mil pessoas, de várias nacionalidades, 92% são de jovens entre 15 e 35 anos e, o restante, mulheres e homens. Essa diferença geracional pode ser consequência das brechas digitais e da apropriação das TCI's. Nesse caso, Leite salientou que está atenta a essas questões, mas que o fato geracional tem, vantagens e desvantagens: como a maioria do público é de jovens negras, elas já usam o *Facebook* e as demais redes digitais. O problema é maior com as mulheres com mais de 40 anos que ainda não migraram para o *Instagram* ou *Twitter*.

Sobre o objetivo principal dessa pesquisa, a aplicação da ideia de Sodré (2016) sobre Estratégias Sensíveis, como categoria de análise, Leite concordou que o campo dos afetos

⁷¹ Um dos graves problemas de segurança ocorreu em setembro de 2018, quando *hackers* roubararam *tokens* de acesso (algo semelhante a uma chave digital) causando danos a cerca de 50 milhões de usuários, de um total, na época, de 2,2 bilhões de usuários.

‘transborda’ nas ações do MMN e de comunicação do Instituto Odara e que, por desenvolver alguns projetos com esse foco, como *Minha mãe não dorme enquanto eu não chegar*, está evidente que para tratar de feminicídio, genocídio da juventude negra, por exemplo, é preciso recorrer a uma linguagem comunicacional diferenciada, pois esse público já sofre, cotidianamente, as dores das perdas. Ao trabalhar dados, como os do Mapa da Violência, Odara procura, conforme relatou Leite, nas atividades com mães que perderam seus filhos para a violência policial ou tráfico de drogas, mostrar vídeos, que tratam dessas questões, porém, de forma amena, para sensibilizar e fortalecer o MMN. “Esse é um tema muito complexo e delicado. Nós já produzimos 12 vídeos, ainda não publicizados, porque ainda precisamos discutir mais sobre necropolítica, por exemplo, com profissionais da área da psicologia”, admitiu.

7.5.3 Conversa com Sueide Kintê – Instituto Flores de Dan

A segunda entrevista prevista pela aplicação da Pesquisa Ativista, foi presencial com Sueide Kintê, uma das diretoras do Instituto Flores de Dan, também no domingo 25.11.19, em minha residência, à noite, em São Paulo. Apresentei a ela os dados da pesquisa levantados, principalmente, a partir das pesquisas quanti-qualitativas, ACD e do uso das Estratégias Sensíveis, essa, como categoria de análise. Comentei sobre a ampliação do prazo de coleta de informações, proposto inicialmente, por conta do baixo volume de postagens, periodicidade irregular e etc., e que essa situação transparecia como saldo da realidade vivida pela entidade, decorrente da falta de recursos para manter profissionais atuando nas redes sociais. Kintê respondeu com um sonoro “não”. Na verdade, Flores de Dan, enfrentava o problema de falta de profissionais voluntárias para executar essa tarefa. Mas o fator determinante foi que, no segundo semestre de 2017, iniciou a migração para o *Instagram*, após um exaustivo processo de revisão do seu papel social e político. “Na época, tínhamos um ativismo muito intenso na área de *advocacy* e, de fato, faltava tempo e pessoas para produzir mídia digital, coordenar e organizar outras atividades”. Essa migração foi posterior a minha coleta dos dados desse instituto, realizada nos dias 18 e 19.08.2017.

Nessa revisão, as diretoras do Flores de Dan decidiram sair do *Facebook* e atuar no *Instagram* e *Twitter*, por questões de resultados, *feedback* com o público e segurança. Nesse processo, o grupo, por priorizar ações no campo dos afetos, avaliou que deixaria de fazer comunicação institucional, com o propósito de promover a Flores de Dan para, partindo da máxima de ações de auto ajuda,

criar o aplicativo *#maisamoresentrenos*⁷². A partir desse entendimento, o grupo, continua atuando no campo dos afetos, recorrendo às TIC's de forma inovadora para aproximar pessoas. “*#maisamoresentrenos* é um aplicativo de oferta de serviços, principalmente, nas áreas de Psicologia e Direito, as mais demandadas”. Além da oferta de serviços, a nova reengenharia ainda absorve eventos, presenciais, sobre temas diversos, como mercado de trabalho e empoderamento das mulheres por meio de eventos voltados para a formação das associadas. Kintê disponibilizou os seguintes dados sobre a audiência no *Instagram*:

Figura 63 - Origem e faixa etária da audiência do Flores de Dan no *Instagram*

Fonte: Dados apresentados por Sueide Kintê

⁷² <<https://www.maisamorentrenos.com.br/> e <https://www.maisamorentrenos.orb.br/>>

Figura 64 - Público da Flores de Dan por gênero no *Instagram*

Fonte: Dados apresentados por Sueide Kintê

A jornalista não dispõe de informações sobre o total de internautas que acessam o *#maisamoresentrenos*, mas apresenta dados de visualizações de algumas das *lives* postadas na conta do *Instagram*:

Figura 65 - Acesso às *lives* do #maisamoresentrenos

Fonte: Dados apresentados por Sueide Kintê.

Para Kintê “houve uma mudança de paradigma: saímos da ideia de produzir informação sobre as ações Flores de Dan para interagir, mais diretamente, no ambiente digital e a partir dos afetos, com a oferta de serviços gratuitos”. Nessa mudança, de uma comunicação corporativa, mesmo no campo alternativo, para um jornalismo colaborativo nas redes digitais, Kintê vê uma retomada de práticas antigas, da ancestralidade que foram as ações das irmandades de mulheres negras que acolhiam escravizados/as e compravam alforrias, a exemplo da Irmandade da Boa Morte, já citada, inclusive, por Angela Davis.

Ao completar 25 anos, Kintê avalia que o Instituto Flores de Dan amadureceu, recriou seu ativismo, principalmente, no meio digital.

Figura 66 - Print da página do aplicativo #maisamoresentrenos (1)

Fonte: <maisamorentenos.com.br>

Figura 67 - Print da página do aplicativo #maisamoresentrenos (2)

Fonte: <maisamorentenos.com.br>

Figura 68 - Print da página do aplicativo #maisamoresentrenos (3)

Fonte: <maisamorentenos.com.br>

Esses serviços são oferecidos gratuitamente por profissionais sensibilizadas pela proposta. “Essas mulheres, hoje em torno de 23 mil, por iniciativa própria, criam grupos e subgrupos temáticos, oferecem serviços, promovem eventos e, também, a partir do aplicativo criam outros grupos dentro e fora dele, porém ligados a ele. O aplicativo conta com uma empresa que presta serviço de manutenção e os grupos, atuam com total autonomia”, ensina Kintê. Além das áreas da psicologia e direito, uma outra carência surgiu: a formação de grupo de mães que queriam interagir com outras mães.

A ideia central é atender demandas da audiência, por meio de trabalhos gratuitos e a partir da autoajuda. Já a conta do *Instagram* é usada para ofertas os serviços do #maisamoresentrenos e, também, para postagens de pequenos vídeos, que fogem às regas do jornalismo hegemônico. Quando alguma das diretoras do Instituto Flores de Dan está em um evento, seja o tema que for, ela, de câmera em mãos, pergunta para uma das integrantes: Você sabe o que é autocuidado? Como você o pratica?

Chama atenção a mudança na compreensão e na prática da Flores de Dan. Se por um lado há uma modernização no ativismo digital, onde a organização de atividades de caráter político e de empoderamento é pulverizada, deixando de desenvolver ações propostas apenas pela

coordenação da Flores de Dan, e, com isso, alcançando uma abrangência maior e atendimento de carências, por outro lado foca-se em uma prática semelhante ao jornalismo colaborativo e, por isso, com um recorte assistencialista.

7.5.4 Conversa com Lúcia Xavier – Ong Criola

A entrevista com Lúcia Xavier, coordenadora geral da Criola, aconteceu em 13 de janeiro de 2020, por telefone, após alguns desencontros. Inicialmente, informei sobre a maioria dos dados apurados na pesquisa, como a questão de falta de periodicidade nas postagens na conta do *Facebook* da instituição. Disse que para os outros coletivos esse problema era decorrente do volume de trabalho das pessoas que fazem essa tarefa.

Xavier admitiu o problema, mas para ela, a quantidade de tarefas não é o principal entrave. Explicou que as postagens têm conteúdos específicos e cada matéria é resultado de conversas com as pessoas especializadas da Criola, que nem sempre estão disponíveis. “Nós precisamos parar para conversar com a assessora de imprensa e nem sempre isso ocorre de imediato”, explica Xavier, comentando que por conta de um programa de comunicação, questões de linguagem, público alvo, são observadas na produção de cada matéria. “Nós jamais escreveremos ‘feminismo interseccional’”, alerta. Para Xavier, Criola se preocupa com esses conceitos mais complexos e essas ideias “não devem ser jogadas em uma frase”. Xavier informa que desde 2018 a assessora Viviane Gomes, não trabalha mais para a instituição e que além dela, Criola tinha um grupo de comunicação que contribuía nas ações, mas acabou tendo problemas para executar o plano da organização. Ela concordou com outro dado da pesquisa: de que muitas das postagens no *Facebook*, em julho de 2017, tratavam, apenas, de mobilizações.

Como o tema violência foi o mais recorrente nas postagens da Criola, analisadas nessa pesquisa, Xavier justificou, comentando que a saúde da mulher negra é tema estruturante da instituição e, mesmo nesse contexto, a questão da violência contra as mulheres negras, tanto em termos coletivos como político, é algo grave, que não ocorre apenas no ambiente familiar, mas toma proporções maiores, de dimensões urbanas, já que a violência é um processo estruturante do tipo de vida das mulheres negras. Por essa ótica, Xavier denuncia a retirada do direito à vida social desse grupo. “Quando a violência não faz parte, diretamente da vida de

uma mulher negra, ela convive com a violência quando é destituída da cultura, quando as redes comunitárias se deterioram”, diz Xavier.

Olhando a violência contra as mulheres negras pelo viés da saúde, Xavier, cita os casos de morte por parto que mata vidas e sonhos. Por isso, continua Xavier “não podemos ficar alheias à violência, à perda de direitos. Essa questão de perdas de direitos está na nossa trajetória”.

Ao explicar sobre o uso das Estratégias Sensíveis na análise das matérias postadas e, com isso, identificar o quanto o campo dos sensíveis aparece nos textos, Xavier destacou que a solidariedade, a luta pelo cumprimento de direitos estão presentes na trajetória da Criola e lembra de várias iniciativas voltadas para o reconhecimento do ativismo de mulheres negras. Entre elas, citou um prêmio de Direitos Humanos que recebia nomes de mulheres negras e um festival com premiações para ativistas que atuam coletivamente.

No próprio *site*, continua Xavier, há um *link* – Projetos – o mais visitado, onde são apresentadas as ações da Criola, a maioria, tem iniciativas de autocuidado e autoajuda, evidenciando que o campo dos afetos é de interesse das pessoas que entram no *site*. Sobre o ativismo digital da Criola, Xavier informa que além do *site*, conta no *Facebook*, a Ong atua no *Instagram*, *Whatsapp* e *Twitter*, se apropriando das regras e mecanismos de cada um desses aplicativos gratuitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao elaborar essa tese, tive uma preocupação especial em estruturar um arcabouço teórico e metodológico, descritos nos 1º e 4º capítulos, capaz de me sustentar em uma caminhada precursora, portanto, insegura. Afinal, minha hipótese empírica foi recorrer à proposta de Estratégias Sensíveis, de Muniz Sodré, como categoria de análise para identificar, na produção comunicacional no *Facebook* de quatro entidades de mulheres negras brasileiras, a presença de conteúdos do campo das emoções, dos afetos. Também tinha a preocupação em traçar paralelos, identificar as semelhanças, a partir da prática comunicacional nas redes digitais entre os pressupostos dos feminismos negros, com a agenda dessas instituições. Ou seja, identificar os conteúdos discursivos, que se configuram como dissidentes e que edificam uma construção epistemológica com capilaridade para várias áreas, a exemplo da de comunicação.

Após percorrer um longo e minucioso passo-a-passo, que se iniciou com os critérios de seleção de quatro instituições, dando ênfase a atuação delas na comunicação: perfilar essas entidades – conforme foi demonstrado no 2º Capítulo dessa tese –; definir o recorte temporal; a porcentagem da amostra. Nessa etapa, também conheci a relação dessas instituições, a partir das redes sociais, com as audiências, grau de *feedback*, por meio das Curtidas, Comentários e Compartilhamentos. Em seguida e, a partir da aplicação da Análise Crítica do Discurso e das Estratégias Sensíveis, conheci, com mais densidade, os discursos e os sinais presentes nas postagens, os temas priorizados e veiculados ou por textos, ou audiovisuais (*lives*). Só então, um novo cenário emergiu.

A aplicação do conceito de Estratégias Sensíveis, como categoria de análise, sem dúvidas, foi determinante para a identificação de conteúdos relacionados aos afetos, uma vez que, mesmo presente na maioria das postagens, nas *hashtags* (*#JulhodaPretas #ParemdaNosMatar*), ou no aplicativo *#maisamoresentrenos*, nas palavras de ordem, muitas vezes, sua presença é subsumida. Assim, o uso de Estratégias Sensíveis, refinou a sensibilidade do meu olhar para entender que os afetos se efetivam nas narrativas textuais e audiovisuais, a exemplo, dos conteúdos do *Facebook* da Ong Criola, no documentário Enquanto viver, luto, e do vídeo que mostra o depoimento da estudante de computação da PUC/RS Ana Carolina e que integra um projeto com mais 10 depoimentos.

Também aparece, ainda na 9ª matéria de Criola, de 24.07.27, cujo texto é uma convocação para um ato na Central do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. A última frase, diz o seguinte: “Todos os eventos serão disponibilizados no *Facebook*, que também fará uma homenagem a 100 mulheres negras”. Observe que o pleito é expressivo: 100 mulheres serão condecoradas pelos seus ativismos, uma forma de demonstração de afeto, cumplicidade, reconhecimento e de estímulo. Outra *hashtag*, *#bemviver*, é muito presente nas postagens do Instituto Odara.

Enquanto o tema dos afetos é subsumido nas postagens da Odora e Criola, o mesmo não ocorre com as três postagens analisadas do Instituto Flores de Dan. Os afetos estão presentes, de forma insistente e explícita, nas três publicações e serviram de mote para a criação do aplicativo *#maisamoresentrenos*. Nas postagens selecionadas da Associação das Rendeiras, a questão dos afetos é mais tímida.

Quanto à metodologia, recorrer à Pesquisa Ativista, foi fundamental para inibir possíveis distanciamentos ou estranhamentos entre mim e as participantes. Antes da apresentação dos resultados da pesquisa, uma das etapas previstas pela Pesquisa Ativista, tinha algum receio de que ao tratar dos problemas, como irregularidade nas postagens, textos pouco informativos, carência de suítes, se instalasse alguma tensão. Qual foi minha surpresa que ao realizar o segundo encontro, previsto pela Pesquisa Ativista, os dados foram bem aceitos e confluíram para os problemas já detectados pelas instituições? Também foi gratificante fazer sugestões para a superação desses entraves e saber que algumas já haviam sido executadas e provocado mudanças positivas.

Nesse caso, ter tratado da Pesquisa Ativista, no corpo da tese, com profundidade, me forneceu os elementos para pensá-la como uma iniciativa que interage com os movimentos sociais populares, que pode ser um excelente mecanismo para o projeto de decolonialidade. De forma mais macro, a presença do projeto Bem Viver, ainda tímida nas postagens, gera esperança de que o Movimento de Mulheres Negras se preocupa com a vida e o futuro da humanidade, a partir de um outro projeto de sustentabilidade e desenvolvimento em contraposição a globalização. Ou seja, mesmo que os fragmentos discursivos do Bem Viver se insiram nas áreas políticas, econômica e ideológica, que tenham uma outra proposta de desenvolvimento e sustentabilidade. Os afetos, perpassam

todos esses espaços da teia das relações humanas. Mas, como a pesquisa apontou é uma informação que precisa ser mais veiculada nas redes sociais.

O estudo também aponta para a existência das brechas digitais de gênero e raça, que resultam na necessidade de os quatro coletivos em terem mais fôlego para manifestações comunicacionais mais expressivas. Ações como o da Criola, em criar uma rede de ciberativistas negras, é um exemplo dessa possibilidade de superação de impedimentos presentes *online e off-line*.

Afora isso, a escolha da Análise Crítica do Discurso (ACD) no estudo do impacto do racismo, na ação reativa a ele, inclusive, por meio da comunicação, na formulação das atividades das quatro entidades, foi fundamental para o cruzamento, do conteúdo das narrativas com os pressupostos dos feminismos negros, por exemplo. Ao usar a lupa da ACD, constatei nos materiais comunicacionais estudados a existência de vestígios decorrentes de processos históricos de exclusão e abuso de poder. Importante repetir que os dados apurados nessa amostra, não servem para análise total dos textos e vídeos (109) identificados na pesquisa. Limita-se ao universo da amostra. Outro dado significativo é que a análise ocorreu no material obliterado pela grande mídia, ou seja, na ação reativa. Sendo assim, a ACD não foi aplicada em produtos midiáticos para identificar o racismo, mas como são feitas as articulações e os enfrentamentos gerados a partir da sua existência nas relações sociais, em especial, na mídia hegemônica. Logo, em uma ação comunicativa reativa ao racismo e sexismo, por exemplo.

Nesse sentido, os produtos midiáticos analisados se configuram como condutores de discursos que podem ter, no mínimo, duas funções distintas: a) a intenção explícita de promover a organização social e política das mulheres negras; b) essa comunicação germina em um terreno árido, como uma resistência, uma resposta à postura refrataria da grande mídia. Apesar desse cenário, o controle discursivo não se efetiva em sua plenitude, embora o seu impacto seja, cada vez mais, devastador às ações das Ong's de mulheres negras nas redes digitais. Em especial, nesse momento em que no Brasil, na América Latina e Europa, emergem forças antidemocráticas que negam, com veemência, esses repertórios. E os meios de comunicação hegemônicos estão, ainda mais, herméticos a essa agenda.

Nota-se também, a partir da ACD, a existência de um alinhamento político e ideológico das postagens de Odara e Criola com a agenda do ativismo de mulheres negras, brasileiras e latino-americanas. Flores de Dan, também se insere nessa pauta, mesmo que, em nenhuma das três publicações analisadas tenha usado as expressões ‘negras’ ou ‘mulheres negras’. No entanto, ao perfilar essa instituição, está lá, em sua missão a luta antirracista e o empoderamento das mulheres negras por meio da democratização da comunicação. Também está presente na foto da primeira postagem analisada do Instituto Flores de Dan, que mostra um grupo de mulheres negras, com cabelos e vestes em estilo afro e, na terceira postagem um *card* com a foto de uma negra, com cabelos rastarafi. Com a criação do aplicativo *#maisamoresentrenos*, e oferta de serviços gratuitos as áreas de direito e psicologia são as que mais demandam intervenção, mas a líder é a psicologia. No entanto, a não citação, me parece que cria uma fissura com os conteúdos dos feminismos negros que enfatizam a identidade como forma de definição de lugar de fala e consequente intervenção das mulheres negras a partir de uma realidade específica e situada.

Já dos três textos analisados da Associação das Mulheres Rendeiras, dois tratam de questões de gênero, usam a palavra ‘mulher’, mas não ‘negra’. Porém, em outras publicações, não inseridas na pesquisa o tema está presente. Quando me referi a um alinhamento político e ideológico, observo a utilização, por exemplo, dos conceitos apresentados no 4º Capítulo, sobre feminismos negros; as reflexões sobre autodefinição e autoavaliação; *outsider within*; lugar de fala; amefricanização; a construção de um projeto de comunicação afrodiaspórico decolonial e a elaboração da proposta de Bem Viver e, que, me serviram como um farol no momento da aplicação da ACD. Essa luz iluminou minhas análises das postagens e também, apontou para questões não tratadas na tese, como são as denúncias de genocídio da juventude negra e feminicídio.

Ainda sobre esse ‘alinhamento’, nos textos de Odara e Criola, principalmente, também compreendi como identidades coletivas de mulheres negras se dão em um universo tão complexo e diverso quanto é a quantidade e ação de organizações desse movimento. Aliás, a carta manifesto do II Encontro de Negras Jovens Feministas, lista, em dois parágrafos, esse mosaico de identidades e sexualidades.

Afora essas questões, a aplicação da ACD nos materiais comunicacionais da amostra ressaltou que muitos têm, como elemento norteador, a persuasão para o fortalecimento do Movimento das Mulheres Negras. Nesse caso, a pesquisa atendeu a um dos seus objetivos, qual seja o de identificar se as iniciativas digitais contribuem para esse fomento. Por outro lado, um outro objetivo, o de identificar se a apropriação e uso das TIC's têm ampliado a atuação dessas entidades nas redes sociais, precisei observar a qualidade técnica dos textos e dos vídeos postados, já que a amostra não contemplou nenhuma publicação que falasse diretamente desse tema. Aliás, essa é uma das preocupações dos institutos Odara e Flores de Dan, no processo de migração do *Facebook* para o *Instagram*. A maioria das mulheres ainda não usa essa rede digital, mas Odara, por exemplo, tem 23 mil seguidoras, número muito maior do que a audiência do *Facebook*.

A adoção da ACD contribuiu para mostrar os temas priorizados no material da amostra. O Instituto Odara enfatizou sua preocupação com questões geracionais, onde o grupo de jovens negras mereceu atenção diferenciada e visibilizou assuntos sobre identidades, sexualidades e estética negra, registrando um marco no ativismo do Movimento de Mulheres Negras que, até poucos anos, não tratava desses temas. Até então, as discussões se limitavam a concepção heteronormativa e não focavam na lesbofobia. Essa atualização da pauta do MMN não é uma reivindicação recente. Segundo Cardoso (2012, p. 338), é reflexo de críticas das mulheres lésbicas ao movimento. Penso que, nesse caso, a intersecção, conceito apresentado no 4º Capítulo e proposto por Crenshaw, reafirma sua capilaridade e possibilidade de reunir, dentro das categorias, racismo gênero e sexualidade, por exemplo, às especificidades vividas pelas mulheres negras lésbicas.

O outro tema, veiculado na comunicação do Odara, estética negra, é uma recriação, uma atualização discursiva já que faz pouco tempo que o assunto resultou em uma crítica à imposição da modernidade/colonialidade de padrões de beleza eurocêtricos e de negação da beleza negra. Agora, estética negra se contrapõe a esse imperativo e compreende o corpo negro como um componente discursivo de autoafirmação, onde cabelo e roupas, simbolizam identidades. Sem dúvida, a predominância dos temas sexualidades e estética negra, na comunicação dessa instituição, representam pautas atuais dos MMN a partir das vivências e experiências, nos meios sociais, em um

momento em que crescem os números de vítimas da lesbofobia e feminicídio. Até mesmo o Estado brasileiro precisou se adequar ao novo cenário e aprovou a Lei 13.104/15 que considera feminicídio como crime hediondo.

Já Criola priorizou publicações sobre violências policial e doméstica, reafirmando a suposição de que ao privilegiar esse tema demonstra seu alinhamento regional com os movimentos sociais populares que sistematicamente denunciam a realidade vivida pela população de bairros populares do Rio de Janeiro onde a vigilância e repressão policiais, inseridas na política de segurança pública, se efetivam nesses espaços geopolíticos. Se não bastasse, o Estado não resolve as questões da disputa entre as polícias, o tráfico e as milícias nessas áreas. Violência policial tem interrompido maternidades, promovido o genocídio da juventude negra, enquanto a violência doméstica aumenta os dados de vítimas por feminicídio.

Outra informação que emergiu na pesquisa netnográfica foi decorrente do período escolhido para análise das postagens, que mesmo aleatório, coincidiu com o mês de julho, considerado o Mês das Pretas e no qual está agendado, o dia 25 de julho como o Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha. Nesse mês Odara e Criola promovem um número maior de eventos, sempre voltados para a promoção da mulher negra e fortalecimento do movimento. Para além dos assuntos mais tratados, outros temas também apareceram como: mulher negra e religiosidade; mulher negra e educação; e empreendedorismo.

Ao utilizar a nuvem de palavras em 10 postagens de textos da amostra, a expressão ‘mulher’ aparece nos textos das quatro entidades. Já o termo ‘negra’, só foi localizado nos textos de Odara e Criola, embora a questão racial apareça em outras publicações fora do período da pesquisa, nas postagens da Associação das Rendeiras. O mesmo não se repete na Flores de Dan. Essa questão só foi esclarecida porque apliquei a Pesquisa Ativista. Sem ela, a pesquisa não saberia os motivos dessa ausência, justificada no segundo encontro com Sueide Kintê, uma das diretoras da instituição.

Ainda sobre dados levantados na pesquisa netnográfica, foi possível observar a relação, nas redes digitais das quatro instituições com os seus públicos (*feedback*). As respostas dessa interação comunicacional são mais intensas nas Ong’s Odara e Criola. No item

Curtidas, Odara registra 2.334 registros no período de um mês, enquanto Criola, 1.034. Em Comentários, Odara registra 1.025 enquanto Criola 237. Já no tópico Compartilhamentos, Odara, ficou com 38.301 registros e Criola, com 25.569.

Quando direcionei minhas investigações para o uso das redes digitais a partir da compreensão de que na atualidade essa é uma alternativa necessária, rápida e sem custos, na mediação das relações das entidades que participam dessa tese com grupos afins (público alvo). E, apesar do tema comunicação, não ter entrado nos conteúdos de nenhuma das postagens selecionadas para a amostra, já sabia, por conta das entrevistas feitas e coleta de informações nos *sites* de Odara e Criola, que ambas têm ações específicas para essa área como planos de comunicação, projetos para ampliar o uso e apropriação das TIC's pelas jovens, por exemplo. Ao estudar as publicações constatei que elas seguem uma tendência atual no uso da *internet*: o crescimento do uso de audiovisuais (*lives*) acompanhados de informações textuais.

Um outro dado que emergiu da pesquisa diz respeito a periodicidade das postagens. Esse é complexo e polêmico, pois a inconstância nas postagens coloca por terra a possibilidade de análise dessa questão a partir, apenas, dos modelos usados, tradicionalmente, na grande mídia. Nas entrevistas com as assessoras, há justificativas para o problema: o volume de trabalho dessas profissionais, motivado, principalmente, pelo ativismo político, ou como argumentou a assessora de comunicação do Instituto Odara, no fato de que a instituição estava em processo de mudança de plataforma e de formulação de Planejamento de Comunicação. Apesar disso, das quatro Ong's, Odara foi a que mais recorreu ao *Facebook*: 61 postagens em 15 dias, no período de 18.07.17 a 18.08.17, o que corresponderia a uma média diária de quatro postagens.

A Criola conseguiu, a partir da análise dos dados, no período e publicações, manter uma constante na atualização das matérias publicadas nas redes sociais. As postagens tratam de temas como apropriação das TIC's. Inclusive, essa instituição criou uma rede de ciberativistas para potencializar ações do Movimento das Mulheres Negras nas redes sociais. Aliás, o *site* da Criola é o que mais se aproxima dos propósitos de uma página de notícias *online*.

Das quatro instituições, Odara e Criola têm um discurso e ação política mais incisivos nas questões de raça, gênero, classe e sexualidade, pauta essa alicerçada nos feminismos

negros. Já Flores de Dan, faz um ativismo diferenciado ao optar por não usar a expressão, a partir do entendimento de que sendo as mulheres negras o centro das ações da entidade, a referência de raça ou sexo, só é feita diante do/a outro/a e não do/a igual. Porém, esse entendimento inovador, se choca com a proposta estruturante de feminismos negros: a necessidade de afirmação de um lugar de fala situado no qual, as vivências e experiências das mulheres negras, contribuam para a produção de uma nova episteme, de um conhecimento específico. Sendo assim, as identidades, sejam elas, de raça, gênero ou sexualidade, não podem ser nomeadas.

Por sua vez, a Associação das Mulheres Rendeiras a questão de classe, de profissionalização das mulheres de Petrolina/PE se sobressai sobre as demais, embora suas ações nas redes sociais também sejam marcadas pela descontinuidade e uso da expressão ‘mulher negra’. Aliás, na missão dessa instituição não está, por exemplo, o desenvolvimento de ações para jovens. No entanto, ela tem um grupo musical formado só por jovens. Afinal, há um consenso nas comunidades populares, de que a violência policial, associada ao tráfico de drogas, pode resultar na morte desses jovens e é preciso intervir nesse destino traçado pela falta da presença do Estado nessas comunidades.

Não posso deixar de examinar que os critérios sobre periodicidade nas publicações de informações no *Facebook* se deparam com barreiras, que inspiram novas reflexões, geradas pela precarização do trabalho, como: salário, poucos/as profissionais; carga de horário acima de oito horas diárias, etc. Para além do impacto dessa realidade na qualidade de vida dessas profissionais, esse cenário tem reflexos, também, nas condições e qualidade das postagens.

Assim, o modelo convencional de periodicidade até então, relacionado, apenas, às rotinas produtivas da grande mídia não tem a mesma aplicabilidade, nessas instituições, por conta dos contextos aqui já apresentados, associados a uma crescente aceleração do tempo e volume de ‘trabalho ativista’. Mas outros fatores também interferiram nessa periodicidade que foi o processo de mudança de rede digital. Odara e Flores de Dan iniciaram em 2017 a migração do *Facebook* para o *Instagram*.

Porém, esses processos sustentam outros elementos como o que, motivado pela precarização do trabalho provoca uma redução do tempo para cuidado pessoal dessas

profissionais e de outras ativistas. E, esse dado, quando observado pelas Estratégias Sensíveis, encontra uma publicação no *Facebook* da Flores de Dan que trata exatamente dessa questão, a importância do cuidado de si. Por outro lado, Abramo e Valenzuela (2016) chamam a atenção para as implicações do fator gênero na relação com o trabalho: “as mulheres trabalham mais em atividades não remuneradas e os homens em atividades remuneradas; somando-se ambas as jornadas, o tempo de trabalho das mulheres é superior ao dos homens e elas dispõem de menos horas de descanso e lazer” (ABRAMO; VALENZUELA, 2016, p. 117-118). Daí viverem com pobreza de tempo (calculado a partir da soma das horas destinadas ao trabalho renumerado, ao transporte e cuidado pessoal, produção doméstica e as necessidades fisiológicas básicas) ou de *deficit* de tempo.

Esse ‘trabalho ativista’, no campo da comunicação e executado em instituições de mulheres negras, de forma remunerada ou não, de forma voluntária ou não, pode ser analisado a partir do atual cenário onde outros arranjos de sobrevivência profissional, decorrentes do modelo neoliberal, em crescimento no Brasil, de reorganização e desagravo aos direitos trabalhistas – e, com consequências negativas nas adequações do modelo de previdência do país – estímulo ao empreendedorismo e redução drástica dos postos de trabalho. No entanto, é preciso observar que o ‘trabalho ativista’, não é apenas um arranjo consequente da desestruturação do mercado de trabalho do jornalista. Ele está diretamente relacionado a uma opção política de intervenção cidadã e não como uma opção alternativa de inserção no mercado de trabalho.

Parece-me que esse ‘trabalho ativista’, no campo da comunicação em Ong’s de mulheres negras, é um dos frutos amargos da ausência do Estado na implantação de políticas públicas voltadas para o bem-estar social, na geração de empregos por conta dos novos rearranjos globais no mundo do trabalho. Essa ausência desencadeia o dispositivo do exercício de cidadania que, segundo Gohn, estimula a produção de projetos sociopolíticos e culturais “de um grupo, organização ou movimento social, o conjunto de crenças, valores, ideologias, formas de conceber e de fazer as ações coletivas concretas” (GOHN, 2005, p. 35). E é essa ausência, por sua vez, que retroalimenta um contexto de precarização do trabalho especializado, mesmo em organizações dos movimentos sociais populares.

Fígaro (2018), ao apresentar os dados da pesquisa *As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia*, identificou no Brasil 170 ‘arranjos’, que apontam para uma reengenharia e novas perspectivas para o trabalho do/a jornalista. Segundo Fígaro, “a crise do modelo de empresa jornalística, a destruição de postos de trabalho, e a reestruturação dos processos produtivos colocam em xeque (desaranjam) o futuro da profissão de jornalista e do jornalismo como conhecemos” (FÍGARO, 2018, p. 18).

Além do volume de trabalho, que implica na irregularidade das postagens, notou-se que essas informações se dão, basicamente, de eventos organizados pelas instituições, a exemplo de Odara, Flores de Dan e Criola, por meio de textos típicos da prática jornalística de produção de notícias, embora tenha encontrado textos e pequenas notas que fugiam dessa norma, o que dificultou a aplicação da ACD. Mas, ao mesmo tempo, a quebra dessas regras sinaliza para um tipo de mensagem usada, principalmente por Odara, semelhante à suíte. Porém, dirigida a um público específico (audiência), e difícil de realizar a interação com novos/as leitores/as. Nem por isso, o contrato de cumplicidade é rompido entre as partes, (emissor e receptor) por esses desconfortos. Ainda nessa linha de identificação de problemas comunicacionais, também ficou evidente e, acredito, por conta do que chamo de ‘trabalho ativista’, que os eventos anunciados ou os registros dessas atividades não foram acompanhadas por matérias jornalísticas. Em muitos casos recorreu-se a transmissão ao vivo para informar esse público. Assim, o elo não é rompido. Aliás, no segundo encontro com as representantes das entidades, essa questão ficou mais esclarecida.

Com a exceção da postagem de dois manifestos, no período de análise das postagens não encontrei nenhuma notícia, artigo, entrevista que aprofundasse os temas da agenda do Movimento de Mulheres Negras. Inclusive, uma das postagens apenas informa que a assessora de comunicação Odara fez uma palestra sobre conjuntura política pela perspectiva das mulheres negras. Mas não foi informado o conteúdo dessa conferência. Essas questões são sinais explícitos do ‘trabalho ativista’. Um dos temas da agenda de intervenção das mulheres negras, o Bem Viver, aparece com muita frequência, como ‘palavra de ordem’ nas publicações. Porém, não foi pautado, nem alvo alguma matéria informativa, mais esclarecedora sobre a ideia do Bem Viver, que se contrapõe a outras propostas fracassadas de bem-estar social, no

modelo contemporâneo de globalização. Mas Leite, assessora do Instituto Odara informou que o tema será mais explorado em 2020.

Observei que essa comunicação atípica, dessas instituições nas redes digitais, por sua vez, sugere que a ação militante nesse ambiente tem papel fundamental, mas não central. Ou seja, a comunicação, a transmissão de informações, não se limita à *internet*. Existe uma outra rede comunicacional *off-line*, que complementa a *online* e, assim, oxigenam o ativismo.

Os comentários aqui expostos, não representam, apenas, uma crítica à produção comunicacional dessas instituições, enredadas em um contexto social histórico marcado por adversidades e exclusões. Há uma intenção nessa crítica de colaboração, principalmente, manifestada por mim, na escolha da aplicação da Pesquisa Ativista que propõe um diálogo com representantes dessas instituições, com o intuito de contribuir na superação desses problemas. Afinal, defendo o pensamento crítico na perspectiva dialógica, que propicia a efetiva elevação de novos entendimentos e práticas comunicacionais. Essa possibilidade alcançou êxito quando da apresentação dos dados da pesquisa as representantes das instituições. A surpresa ficou por conta da Flores de Dan e sua guinada no uso das redes digitais que não aparecem nas postagens do *Facebook*, mas que a Pesquisa Ativista propiciou conhecer, ao propor o diálogo entre o/a pesquisador/a dos dados apurados no desenvolvimento da pesquisa.

Oliveira (2014, p. 235), entende que “não basta a crítica ao mundo vivido, mas que esta crítica parta do pressuposto que este mundo existente é uma construção social e que, portanto, pode socialmente ser superado. A crítica ao mundo vivido não pode ser produto de uma *descrença humana*”. Afinal, a comunicação de Odara, Flores de Dan, Associação das Mulheres Rendeiras e Criola, se torna contra-hegemônica por conta dos conteúdos discursivos que se chocam com os interesses dos grupos dominantes da grande mídia. Esse fazer comunicacional, é, na verdade, uma atuação política e ideológica, onde comunicação é mais um espaço de enfrentamento da subalternização imposta às mulheres negras pela modernidade/colonialidade e não apenas, como alerta Oliveira (2014), como um instrumento:

[...] isto porque a visão instrumental do jornalismo é uma armadilha que pode levar tanto a uma visão apocalíptica do jornalismo hegemônico

(apenas como instrumento ideológico das classes dominantes) ou salvacionista do jornalismo contra-hegemônico (apenas como instrumento de ação ideológica revolucionária). Nem a opressão e nem a superação dela é feita única e exclusivamente pelo jornalismo. (Oliveira, 2014, p. 234)

Essa construção de uma crítica quando transportada para a organização do Movimento de Mulheres Negras, aproxima Oliveira das proposições de Downing (2004) sobre mídia radical, ou alternativa que leio, com recorte de gênero e raça, a partir da importância da comunicação para esse grupo de excluídas do acesso ao discurso midiático da grande mídia, como um ato de resistência “às múltiplas fontes de opressão, mas requer, por sua vez, diálogos nos diversos setores – por sexo, raça, etnia e nacionalidade; por idade; por categorias profissionais – para que possa efetivamente tomar forma” (DOWNING, 2004, p. 53).

É esse fazer comunicacional que expressa um descontentamento coletivo com a comunicação hegemônica, embora as instituições que participam dessa tese não tenham virado às costas a esse tipo de mídia. Na verdade, essa comunicação continua alvo de confronto, mas não tão prioritário como é a meta de fortalecimento do MMN pela comunicação direta com as audiências, por meio das redes sociais. É esse fazer estratégico que demonstra a resistência à subalternização, as humilhações, negações, silenciamento dessas mulheres. Então, é em um cenário de adversidades e perversidades que as quatro instituições de mulheres negras descobrem, na experiência vivida, formas alternativas de se comunicarem, de reforçarem várias lutas dos movimentos sociais populares, de quebra de isolamentos, de contribuírem na formulação e execução de uma agenda política. E, também, de reafirmação do lugar de fala. Mesmo que essa comunicação não se efetive para além do próprio nicho, como alertou Spivak.

Nesse sentido, comunicação, como ensina Downing, citando Raboy, é um espaço no qual os movimentos sociais não podem se omitir de atuarem “em refletir cuidadosamente sobre o problema da mídia e organizar uma mídia alternativa efetiva” (DOWNING, 2004, p. 65). Oxigenada pelos movimentos sociais a mídia radical alternativa, para Downing, é por onde se efetiva “novos temas e novos tipos de conversas públicas” (DOWNING, 2004, p. 66).

Afinal, foi esse olhar crítico que levou Hall, a partir da sua localização histórica e vivências situadas em um contexto de diáspora negra, a pesquisar os meios de

comunicação e constatar a ausência das narrativas de populações negras (ou de subculturas) e, assim, formular uma crítica às mídias, provocar uma crise paradigmática, onde raça é destacada entre os elementos estruturantes da ideologia dessas mídias, que resulta no exercício do poder dentro de uma lógica eurocêntrica e estadunidense, que gera situações de exclusões, de sub-representações, porque a mídia hegemônica, está imbricada e comprometida socialmente, a partir das suas identidades e lugar de fala.

Como vimos no 3º capítulo, Hall (2005) causa um mal-estar ao formular críticas à comunicação, associadas à questão racial, incitam para a necessidade de mudanças, proposições de novos estudos ao campo da comunicação e torna-se, junto com os Estudos Culturais britânicos, um referencial inovador. Hall reconhece não só a ideologia, mas o papel da linguagem e das representações na construção da realidade.

Essa guinada, a partir da junção comunicação e racismo, exige uma resposta do campo da comunicação que, segundo Sovik (2016), ainda não foi dada, em termos de estudos de Comunicação no Brasil. Sovik elaborou um estudo da arte do impacto das ideias de Hall no país e conclui que “é possível afirmar que Hall é um autor conhecido, mas não é um autor dominante no campo comunicacional” (SOVIK, 2016, p. 26). A pesquisa de Sovik no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em novembro de 2016, identificou 334 grupos ligados aos Estudos Culturais e 148 linhas em distintos grupos e áreas. “Se, por um lado, sua influência se espalha por múltiplos caminhos de pesquisa, por outro, não se estabeleceu de forma consolidada em nenhuma área específica na Comunicação” (SOVIK, 2016, p. 23). Em outras palavras: as provocações de Hall continuam sem resposta, pelo menos, no Brasil. Nesse caso, a comunicação alternativa orquestrada por instituições de mulheres negras, torna-se, ainda mais necessária diante de uma postura refratária da academia e da grande mídia e, de um modelo de governo conservador.

Um outro propósito dessa tese foi o de identificar a presença ou não das brechas digitais e processos de exclusão no uso das TIC's por essas mulheres. Na amostra das 35 postagens analisadas, nenhuma tratou, diretamente desse tema, embora os perfis das quatro entidades informem sobre iniciativas no campo das TIC's voltadas para o uso e apropriação dessas tecnologias por mulheres negras. No entanto, o vídeo autobiográfico de Ana Carolina da Hora, que trata de seu ingresso no curso de Ciências da computação

na UFRJ, indica que essas brechas existem e precisam ser superadas. O vídeo tem uma intenção de estimular outras jovens negras a atuarem nesse campo e, ainda pode ser lido como uma ação reativa a um contexto adverso: a da ausência de meninas nessa área do conhecimento, portanto, é preciso estimulá-las. Analisei essa publicação como mais uma ação persuasiva dentro de uma lógica de que é preciso interferir na autoestima de mulheres subjugadas. Interferir em estereótipos e representações negativas, interferir em uma área, a das TIC's, desde a criação de aplicativos, programa, jogos que não reproduz o machismo, o sexismo ou o racismo. Por esse foco de leitura, e pelo contexto das ações da Ong Criola, o vídeo permite tem uma perspectiva epistemológica de superação de barreiras, no caso, as brechas digitais de gênero e raça. Afinal, a leitura discursiva do vídeo aponta para outras dimensões que se contrapõe a um modelo de produção de conhecimento colonialista, que não prevê a inserção das mulheres negras, nem seu ativismo emancipatório, de resistência à modernidade/ colonialidade, que absorve o conhecimento ancestral, que se constrói dentro de uma lógica de pluralidade epistemológica, porque, ao reverberar vozes 'das margens', visibiliza e respeita a diversidade de cosmovisões de mundo.

Por último, considero a importância dessa tese pelo fato dela ter sido um exercício, um teste pioneiro, no uso das Estratégias Sensíveis, proposta de Muniz Sodré, como categoria de análise, nas análises das 36 postagens selecionadas para identificar a presença dos afetos na produção comunicacional no *Facebook* de quatro organizações de mulheres negras brasileiras. A proposição teve resultado positivo, principalmente, por ser um modelo que prevê o diálogo entre pesquisador/ e participantes, contribuindo, assim, para novos olhares e fazeres no campo da comunicação alternativa, para além da racionalidade típica do campo da comunicação.

Ainda destaco como relevante, o fato da pesquisa constatar o alinhamento dos pressupostos que edificam os feminismos negros, também aqui chamado de pensamentos afrodiaspóricos de mulheres negras, com a produção comunicacional, mais explícitos, em duas das quatro instituições participantes desse estudo. Comunicação essa, também chamada de alternativa, que carrega na sua concretização, problemas de um contexto político de adversidades, como: precarização do tempo; volume excessivo de trabalho das assessoras de comunicação. Por conta desse cenário, não se pode aplicar as normas típicas das rotinas produtivas de notícia pela grande mídia, como é o caso da

periodicidade das postagens. Ou então, na produção textual que compromete a função da informação, pois as confecções dos textos apresentam problemas. Nesse caso a adoção da Pesquisa Ativista contribui para um diálogo cordial, onde na busca de soluções.

A pesquisa e seus resultados acenam para novos estudos. Os dados apurados abrem novos caminhos de produção de conhecimento, o que por si só alimentam a ideia de que a área da comunicação alternativa produzida por mulheres negras, que eu denomino de comunicação afro diaspórica decolonial de mulheres negras brasileiras, é uma fonte inesgotável de investigações.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

- ABRAMO, Laís; VALENZUELA, Maria Elena. Tempo de trabalho remunerado e não remunerado na América Latina. In **Gênero e Trabalho no Brasil e na França – perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 113-123.
- ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: Uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução Tadeu Breda. São Paulo: Elefante Editora, 2011, p. 33-41; 63-87.
- ALCÂNTARA, Livia Moreira de. Ciberativismo e movimentos sociais: mapeando discussões. **Aurora: revista de arte, mídia e política**, São Paulo, v. 8, n. 23, jun/set, 2015, p. 73-97.
- ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. Prefácio. Apresentação de Spivak. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 7-18.
- ALMEIDA, Sílvia. **Racismo estrutural**. São Paulo: Editora Pólen, 2018.
- ALVES, Jaime. **Para uma antropologia fora da lei/educação (ativista)**. [S.l.; s.n.; s.d].
- AMAR, Paulo. Táticas e termos da luta contra o racismo institucional nos setores de polícia e de segurança. In RAMOS, Sílvia; MUSEMIC, Leonarda (Orgs.). **Elemento suspeito, abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro**. Coleção Segurança e Cidadania. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 231-249.
- AMARAL, Márcia Franz. **Lugares de Fala**: um conceito para abordar o segmento popular da grande imprensa. *Revista Contracampo*, Rio de Janeiro, n. 12, jan/jun, p. 103-114, 2005.
- ANZALDÚA, Glória. La consciência de la mestiza/Rumo a uma nova consciência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, set/dez, 2005, p. 704- 717.
- BACCEGA, Maria Aparecida (Org.). O gestor e o campo da Comunicação. In BACCEGA, Maria Aparecida. **Gestão de processos comunicacionais**. São Paulo: Editora Atlas, 2002, p. 15-27.
- BACHELARD, Gaston. **A epistemologia**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2006, p. 15-19.
- BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, 2 sem., p. 458-463, 1995.
- BARBOSA, Eliete Edwiges. Mulheres negras: interseccionalidade e a resistência na periferia. In OLIVEIRA, Dennis de (Org.). **A luta contra o racismo no Brasil**. Edições Fórum. São Paulo: Publisher Brasil, 2017, p. 58-85.
- _____. **Na militância para o reconhecimento** – um estudo de mulheres negras ativistas na cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). São Paulo: PUC/SP, 2015.
- BARROS, Zelinda. **Feminismo negro na internet**: cyberfeminismo ou ativismo digital? 2010. Disponível em: <https://www.academia.edu/1497162/Feminismo_negro_na_Internet>. Acesso em: 26 jan 2018.

BATISTA, Jandré Corrêa; ZAGO, Gabriela da Silva. Ativismo em redes sociais digitais: os fluxos de comunicação no caso #forasarney. **Revista Estudos em Comunicação**, Curitiba, n. 8, 2010, p. 129-146.

BERNARDO, Teresinha. O Candomblé e o poder feminino. **Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, n. 2, 2005, p. 1-21.

BORGES, Rosane. A cena do mundo (televisivo) se organiza pela função do olhar: as estratégias do capitalismo sobre as formas de comunicação e expressão. **Revista Eptic**, São Cristóvão, v. 20, n. 2, mai/ago, 2018, p. 37-53.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In ORTIZ, Renato (org.). **Bourdieu – Sociologia**. São Paulo: Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, v. 39, 1983, p. 122-155. Disponível em: <<https://cienciatecnosociedade.files.wordpress.com/2015/05/o-campo-cientifico-pierre-bourdieu.pdf>>. Acesso em: 7 abr 2019.

BRAGA, José Luiz. Lugar de Fala como conceito metodológico no estudo de produtos culturais. In MALDONADO, Alberto Efendy et al. **Mídia e processos socioculturais**. São Leopoldo: Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2000, p. 159-184.

_____. Constituição do Campo da Comunicação. **Revista Verso e Reverso**, Porto Alegre, v. XXV, n 58, jan/abr, p. 62-77, 2011.

BRINGEL, Breno; VARELLA, Renata Versiani Scott. A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. **Revista Digital de Direito Administrativo**, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 474-489, 2016.

CAETANO, Carlos Alberto. **As religiões de matrizes africanas como fenômeno de hibridação de culturas em Salvador, Bahia**. Salvador: [s/n], 2016.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, set/dez, p. 965-986, 2014a.

_____. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares). Salvador: PPGNEIM/UFBA, 2012.

CARDOSO, Lourenço. **O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho Campus de Araraquara, 2014b.

_____. A branquitude acrílica revisitada e a branquitude. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [s.l.], v. 6, n. 13, p. 88-106, jun, 2014c. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<http://www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/152>>. Acesso em: 09 jun 2019.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

_____. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Geledés Instituto da Mulher Negra**, 2011. Disponível em:

<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em: 21 fev 2017.

_____. **Ideologia tortuosa**. 2002. Disponível em: <http://www.sinprosp.org.br/reportagens_entrevistas.asp?especial=16&materia=71>. Acesso em: 28 mai 2019.

_____. **Mulheres em Movimento**. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000300008&script=sci_arttext>. Acesso em: 12 set 2017.

COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, jan/abr, p. 99-127, 2016.

_____. **Pensamento Feminista Negro**. São Paulo: Editora Boitempo, 2019, p. 255-289.

_____. **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politic of empowerment**. New York/London: Routledge, 2000.

COSTA, Claudia de Lima. Os estudos culturais na encruzilhada dos feminismos materiais e descoloniais. **Revista estudos de literatura brasileira contemporânea**, Brasília, n 44, p. 79-103, jul/dez, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/elbc/n44/a05n44.pdf>>. Acesso em: 27 out 2017.

COSTA, Joaze Bernardino-; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Coleção Cultura Negra e Identidades, São Paulo: Autêntica, 2018.

CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 171, 1/2002.

_____. Postscript, In LUTZ, Helma; VIVIAR, Maria Tereza Herrera; SIPIK, Linda (Orgs.). **Framing Intersectionality** – debate in a multi-faceted conception gender studies. Reino Unido: Ashgate, p. 221-233, 2011. [e-book].

CURRIEL, Ochy. **Gênero, raça, sexualidade, debates contemporâneos**. s/a. Disponível em: <<https://www.urosario.edu.co/Subsitio/Catedra-de-Estudios-Afrocolombianos/Documentos/13-Ochy-Curiel---Genero-raza-y-sexualidad-Debates-.pdf>>. Acesso em: 1 jun 2019.

_____. **Um diálogo decolonial na colonial cidade de Cachoeira/BA**. Entrevista com Ochy Curriel. 2017. Disponível em: <<https://portalseer.UFBA.br/index.php/cadgendiv/article/view/24674/15431>>. Acesso em: 13 mai 2019.

_____. **Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde América Latina y el Caribe**. 2009. Disponível em: <http://feministas.org/IMG/pdf/Ochy_Curriel.pdf>. Acesso em: 3 jun 2019.

D'ADESKY, Jacques. **Racismos e anti-racismos no Brasil** – pluralismo étnico e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2001.

DAMÁSIO, António R. **O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p 11-22.

DAVIS, Angela. Atravessando o tempo e construindo o futuro da luta contra o racismo. **Palestra de Angela Davis na Universidade Federal da Bahia**. Salvador, 25 jul 2017.

DESLAURIES, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michèle. O delineamento de pesquisa qualitativa. In POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014, p. 127-153.

DOWNING. John D. H. **Mídia radical**. 2 ed. São Paulo: Senac, 2004, p. 31-145.

D'SOUZA. Radha. As prisões do conhecimento: Pesquisa Ativista e a revolução na era da globalização. In SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. 1 ed. 4 imp. São Paulo: Cortez Editora, 2010, p. 145-171.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. Editora Atlas, 2005.

ESCOSTEGUY. Ana Carolina. **Cartografias de estudos culturais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____. Os Estudos Culturais. In HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. **Teoria da Comunicação**. 11 ed. São Paulo: Editora Vozes, 2001, p. 151-170.

_____. A contribuição do olhar feminista. **Revista Intexto**. Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 3, jan/jun, p. 1-11, 1998.

EVARISTO, Conceição. Conceição Evaristo: “Nossa fala estilhaça a máscara do silêncio”. **Carta Capital**, São Paulo, maio, 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/conceicao-evaristo-201cnossa-fala-estilhaca-a-mascara-do-silencio201d/>>. Acesso em: 9 set 2019.

FALS BORDA, Orlando. **El problema de como investigar la realidad para transformarla**. Federación para el Análisis de la realidad colombiana (FUNDABCO). Colômbia, 1978. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/140862293/Orlando-Fals-Borda-Como-investigar-la-realidad-para-transformarla>>. Acesso em: 14 set 2017.

_____. La ciência y el Pueblo: nuevas reflexiones sobre la investigación-acción participativa. In HERRERA FARFÁN, N. A.; LÓPEZ GUSMAN, L. (Orgs.). **Compromiso y cambio social**. Textos de Orlando Fals Borda. Buenos Aires: El Colectivo Lanzas, 2013, p. 301-319.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. **Condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FÍGARO, Roseli. O desafio metodológico nas pesquisas de recepção. In FERREIRA, Giovandro Marcus; MARTINO, Luiz Cláudio (Orgs.). **Epistemologia, Ensino Discurso e Recepção**. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 217- 227.

_____. **As relações de comunicação e as condições de produção do trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia**. Centro de Pesquisa Comunicação e Trabalho. São Paulo: ECA/USP, 2018.

FIGUEIREDO, Angela. Fora do jogo: a experiência dos negros na classe média Brasileira. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 23, jul/dez, p. 199-228, 2004.

_____. A Marcha das Mulheres Negras conclama por um novo pacto civilizatório: descolonização das mentes, dos corpos e dos espaços frente às novas faces da colonialidade

do poder. In **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Coleção Cultura Negra e Identidades, São Paulo: Autêntica, 2018, p. 203-222.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 67-68.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.

FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquidade não-marcada. In WARE, Vron, (Org.). **Branquidade** – identidade branca e multiculturalismo. Centro de Estudos Afro-Brasileiros, Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2004, p. 307-338.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1967.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador**. Saberes construídos na luta por emancipação. Editora Vozes, 2018.

GONH, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, set/de, 2008, p. 439-455.

_____. Sociedade Civil no Brasil: os movimentos sociais e Ong's. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, mai/ago, 2013, p. 238-253.

_____. **O protagonismo da sociedade civil**. Movimentos Sociais, Ong's e redes solidárias. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, jan/jun, p. 69-82, 1988. Disponível em: <<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf>>. Acesso em: 1 jun 2019.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Os intelectuais. O princípio educativo. O jornalismo. 2 v. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com "raça" em sociologia. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, jan/jun 2003, p. 93-107.

_____. Formações nacionais de classe e raça. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 28, n. 2, 2015. p. 161-182. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/109752/117476>>. Acesso em: 30 nov 2017.

_____. **Preconceito e discriminação**. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2004.

_____. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. 1 ed. 4 imp. São Paulo: Cortez Editora, 2010, p. 455-491.

_____. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentaliza. In COSTA, Joaze Bernardino-; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**, Coleção Cultura Negra e Identidades, São Paulo: Autêntica, 2018, p. 55-77.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa suplementar sobre acesso à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acessoainternet/comentarios.pdf>>. Acesso em: 2 mai 2015.

_____. **Dados sobre a cidade de Petrolina/PE.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/petrolina/panorama>>. Acesso em: 3 ago 2017.

HALE, Charles. **What is activist research?** New York: Social Science Research Council, 2001, p.13-15.

HALL, Stuart. A ideologia e a teoria da Comunicação. **Revista Matrizes**, São Paulo/USP, v. 10, n. 3, 2016a, p. 33-46.

_____. **Cultura e representação.** Rio de Janeiro: Editora PUC Rio/Apicuri, 2016b.

_____. **Da diáspora identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

_____. **Raça, Cultura e Comunicações: olhando para trás e para frente dos estudos culturais.** **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História.** São Paulo, PUC/SP, 2005.

HOFBAUER, Andreas. **Branqueamento e democracia racial: sobre as entranhas do racismo no Brasil.** 2011. Disponível em: <https://andreashofbauer.files.wordpress.com/2011/08/branqueamento-e-democracia-racial_finalc3adssima_2011.pdf>. Acesso em: 25 mai 2019.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26 ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007.

HOOKS, bell. **Olhares negros raça e representação.** 1 ed. São Paulo: Elefante Editora, 2019, p. 31-63.

_____. Vivendo de amor. Tradução Maisa Mendonça. In WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn (Org.). **O Livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe.** Rio de Janeiro: Pallas; Criola; Global Exchange, 2006.

_____. **O feminismo é para todo mundo.** Rio de Janeiro: Editora Rosa dos tempos, 2018.

_____. **Ensinando a transgredir – a educação como prática da liberdade.** São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2013.

_____. **Teoria feminista, da margem ao centro.** 1989.

KERNER, Ina. Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo. **Novos Estudos – CEBRAP**, São Paulo, n. 93, jul, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002012000200005>. Acesso em: 4 jul 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação, episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia, realizando pesquisa etnográfica on-line.** Porto Alegre: Penso Editora, 2014.

LEMOS, Rosália de Oliveira. **Do Estatuto da Igualdade Racial à marcha das mulheres negras 2015**: uma análise das feministas negras brasileiras sobre políticas públicas. Tese apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social na Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2016, p. 41-49.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Sobre o estatuto disciplinar do campo da Comunicação. In BACCEGA, Maria Aparecida. **Gestão de processos comunicacionais**. São Paulo: Editora Atlas, 2002, p. 69-83.

LUGONES, Maria. Hacia um feminismo decolonial. **Revista La manzana de la discordia**, Colombia, v. 6, n. 2, jul/dez, 2011, p. 105-119.

MAGALHÃES, José Antonio Rego; LOPES, Raphaela de Araújo Lima. **Pós-colonialismo, descolonialidade e marxismo**: um mapeamento das relações entre os aportes filosóficos do novo constitucionalismo latino-americano. 2014. Disponível em: <<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=a364e18ae6f4ed11>>. Acesso em: 3 jan 2020.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In COSTA, Joaze Bernardino-; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. São Paulo: Editora Autêntica. Coleção Cultura Negra e Identidades. 2018, p. 27-53.

_____. **Sobre la colonialidad del ser**: contribuciones al desarrollo de um concepto. 2003. p. 127-167. Disponível em: <<http://ram-wan.net/restrepo/decolonial/17-maldonado-colonialidad%20del%20ser.pdf>>. Acesso em: 27 mai 2019.

_____. **Com Fanon, Ontem e Hoje**. 2011. Disponível em: <<http://www.decolonialtranslation.com/portugues/com-fanon-ontem-e-hoje.html>>. Acesso em: 28 mai 2019.

MARQUES, Gilza. Dialogando com Kimberle Crenshaw (ou: porque falar de interseccionalidades nos limita). **Geledés Instituto da Mulher Negra**, 2016. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/dialogando-com-kimberle-crenshaw-ou-porque-falar-de-interseccionalidades-nos-limita/>>. Acesso em: 7 jun 2018.

MARQUES, Sandra C. S.; CAMPOS, Ricardo. Política de visualidade, práticas visuais e a construção de espaços de imaginação. **Cadernos de Arte e Antropologia**, Salvador, v. 5, n. 2, 2017, pag. 5-10.

MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**. Comunicação, cultura e hegemonia. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1987.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão negra**. Lisboa: Editora Antígona, 2014.

MOMBAÇA, Jota. **Notas estratégicas quanto ao uso político do conceito de lugar de fala**. 2017. Disponível em: <<http://www.buala.org/pt/corpo/notas-estrategicas-quanto-aos-usos-politicos-do-conceito-de-lugar-de-fala>>. Acesso em: 22 jul 2019.

MORAES, Dênis. **O ativismo digital**. 2001. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/moraes-denis-ativismo-digital.pdf>>. Acesso em: 19 jan 2018.

MOREIRA, Camila. Branquitude é branquidade? uma revisão teórica da aplicação dos termos no cenário brasileiro. **Revista da ABPN**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 13, mar/jun, 2014, p. 73-87.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

NIELSEN, Jacob. **Usability Engineering**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 1993.

OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo estrutural**: Apontamentos para uma discussão conceitual. 2001. Disponível em: <<https://movimientos.org/node/371?key=371>>. Acesso: em 24 ago 2019.

_____. **Jornalismo e ação cultural pela emancipação**: uma práxis jornalística com base nos conceitos de Paulo Freire. São Paulo: USP, 2014.

PEREIRA, Ana Cláudia Jaquetto. **Pensamento social e político do Movimento de Mulheres Negras**: o lugar de ialodês, orixás e empregadas domésticas em projetos de justiça social. Tese (Doutorado do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ). Rio de Janeiro, 2016. p. 1-80.

PERUZZO, Cícilia M. Krohling. Epistemologia e método da pesquisa-ação. Uma aproximação aos movimentos sociais e à comunicação. In XXV ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2016, Goiânia. **Anais eletrônicos...** Goiânia: Compós, 2016. Grupo de Trabalho. Disponível em: <http://www.compos.org.br/biblioteca/epistemologiaem%C3%A9tododapesquisa-a%C3%A7%C3%A3o...ciciliaperuzzo.modelocompos2016._3270.pdf>. Acesso em: 20 abr 2019.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira; LYRIO, Caroline. Racismo institucional e acesso à justiça: uma análise da atuação do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro nos anos de 1989-2011. In COUTO, M. B.; ESPÍNDOLA, A.A.S.; SILVA, M.R. F (Coord.). **Acesso à justiça I**. Florianópolis: CONPEDI, 2014.

PIROLA, Émerson. Althusser e a Sobredeterminação na Obra de Marx. **Revista Opinião Filosófica**, Porto Alegre, v. 07, n 01, 2016.

PIZA, Edith. Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém, viu... In HUNTLEY, Lynn; GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo (Orgs.) **Tirando a máscara**: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra. 2000, p. 97-125.

QUIJANO, Anibal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Revista Estudos Avançados USP**, São Paulo, n. 55, set/dez, 2005a.

_____. Colonialidade do poder e classificação social. In SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. 1 ed. 4 imp. São Paulo: Cortez Editora, 2010. p. 84-130.

_____. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. 2005b. p.117-142. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_ Quijano.pdf>. Acesso em: 24 abr 2019.

QUIROZ, Karina Olarte. Desde la teoría crítica el pensamiento decolonial. Un aporte a la comunicología actual. In **Comunicación y decolonialidad** – Horizonte en construcción. Bolívia: ALAIC, 2017, p. 61-74.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. **Lélia Gonzalez**. (Coleção Retratos do Brasil Negro). São Paulo: Selo Negro, 2010.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009.

RIGITANO, Maria Eugenia Cavalcanti. **Redes e ciberativismo**: notas para uma análise do centro de mídia independente, 2003. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/rigitano-eugenia-redes-e-ciberativismo.pdf>>. Acesso em: 29 jan 2016.

RODRIGUES, Cristiano Santos; PRADO, Marco Aurélio Maximo. Movimento de Mulheres Negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o estado brasileiro. **Psicologia & Sociedade**, 22(3), 2010, p. 445-456.

SAMPAIO, Elias. Racismo institucional: desenvolvimento social e políticas públicas de caráter afirmativo no Brasil. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 4, n. 6, mar, 2003.

SANTOS, Boa Ventura de Souza. **O que é a ALICE** (PT, Entrevista ALICE 1/9). 2012a. (6m24s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3ASgE7WAfr4>>. Acesso em: 25 out 2017.

_____. **Aula máster A cidadania a partir dos que não são cidadãos**. 2012b. (1h18m57s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ErVGiIUQHjM>>. Acesso em: 25 out 2017.

SANTOS, Carmen Marilú Silva dos. **Tranças nagô**: penteados que reforçam o discurso identitário de negros/as gaúchos/as. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Departamento de História, Porto Alegre: PUC/RS, 2018a.

SANTOS, Jaqueline Sant'Ana Martins dos. **"Mulheres de santo"**: gênero e liderança feminina no candomblé. 2018b. Disponível em: <[file:///H:/PESQUISA%20JUAZEIRO/mulheres%20e %20o%20candombl%C3%A9.pdf](file:///H:/PESQUISA%20JUAZEIRO/mulheres%20e%20o%20candombl%C3%A9.pdf)>. Acesso em: 10 jan 2020.

SANTOS, Céres. **Mídia e educação**: o discurso da imprensa no debate das ações afirmativas para negros/as. Dissertação (Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação). Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), 2007a.

SANTOS, Sonia Beatriz dos. As Ong's de mulheres negras no Brasil. **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 12, n. 2, jul/dez, 2009, p. 275-280.

_____. Feminismo negro diaspórico. **Revista Gênero**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2007b. p. 11-26.

SARDAR, Zia; NANDY Ashis; DAVIES Merryl Win. **Bárbaros são os outros**. Lisboa: Edições Dinossauro, 1996.

SODRÉ, Muniz. **As Estratégias Sensíveis, afeto, mídia e política**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

_____. **A ciência do comum**. Notas para o método comunicacional. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

SOVIK, Liv; FERNANDA, Martinelli; NEGUAZIN, Lizia. Stuart Hall e os estudos da comunicação no Brasil. **Revista Matrizes**, São Paulo, v. 10, n. 3. set/dez, 2016.

_____. Branquitude e o estudo da mídia brasileira: algumas anotações a partir de Guerreiro Ramos. **Anais do XXV Congresso Brasileiro de Ciências de Comunicação**. Salvador, 2002.

_____. Para ler Stuart Hall. In HALL, Stuart. **Da diáspora identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018, p. 9-23.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

THOMPSON, John B. A nova visibilidade. **Revista Matrizes**, São Paulo, n. 2, 2008, p. 15-38.

TRINDADE, Eneus. Mediações e mediações do Consumo. In XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2014, Foz do Iguaçu. **Anais eletrônicos...** Foz do Iguaçu: Intercom, 2016. Grupo de Trabalho Publicidade e Propaganda. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-0253-1.pdf>>. Acesso em: 04 ago 2016.

VAN DIJK, Teun. **Discurso e Poder**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

VILLANUEVA, Erick R. Torricontimo de la decolonización comunicacional. In **Comunicación y decolonialidad** – Horizonte en construcción. Bolívia: ALAIC, 2017, p. 13-24.

VYGOTSKY, Lev Semyonovic. **A formação social da mente**. 4 ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 1991.

_____. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 2005.

WARE, Vron (Org.). **Branquidade**. Identidade branca e multicultualismo. Centro de Estudos Afro-Brasileiros, Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2004.

WEDDERBURN, Carlos Moore. **O racismo através da história**: da antiguidade à modernidade. SECAD/MEC, 2007a.

_____. Do marco histórico das políticas de ações afirmativas – perspectivas e consideração, In **Ações Afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Coleção Educação para todos. Brasília: MEC e UNESCO, 2007b.

_____. **Racismo & sociedade**. Novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Editora Nandyala, 2007c.

WERNECK, Jurema. **Racismo Institucional, uma abordagem conceitual**. 2018. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/publicacoes/publicacoes-recentes/racismo-institucional>>. Acesso em: 14 fev 2015.

WILDERSON, Frank. **Gramsci's Black Marx**: Whither the Slave in Civil Society? We Write January, 2005.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Unesp, 2011.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicação**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2010.